

obter as opiniões das populações que podem ser afectadas pelo projecto e de quaisquer outros intervenientes a nível local, regional, nacional ou mesmo a nível internacional.

2. Na solicitação das opiniões referidas no número anterior, o Dono de Obra no mínimo deve:

- a) Submeter, publicar e divulgar a descrição sumária do projecto previsto no ponto 1 do artigo 10.º, com as informações sobre os efeitos benéficos e nefastos do mesmo para as populações, utilizando inclusive para isso os órgãos de comunicação social em diferentes línguas locais;
- b) Assegurar que as notícias e outras informações reputadas úteis para as opiniões sejam enviadas para o local no mínimo 10 dias antes da reunião e que nesta estejam presentes os líderes locais e as organizações representativas;
- c) Assegurar que, em concertação com as autoridades de AA, seja designado um coordenador adjunto qualificado para atuar todos os comentários em língua portuguesa durante o encontro.

3. De procedimentos, as modalidades ou formas e as condições da participação pública durante o processo de avaliação ambiental serão estabelecidas e definidas pelo diploma próprio.

### SECÇÃO III

## DOS ESTUDOS DE IMPACTE AMBIENTAL

### ARTIGO 15.º

#### (Elaboração dos estudos de impactes ambientais)

1. O EIA deve incluir as directrizes da monitorização, identificando os parâmetros ambientais a avaliar, as fases do projecto nas quais irá ter lugar e a sua duração bem como a periodicidade prevista para a apresentação dos relatórios de monitorização à autoridade de AA.

2. A informação que deve constar do EIA e que esteja abrangida pelo segredo industrial ou comercial, incluindo a propriedade intelectual ou que seja relevante para a protecção da segurança nacional ou da conservação do património natural e cultural será inscrita em documento separado e tratada de acordo com a legislação aplicável.

3. Qualquer pessoa que detenha informação relevante para a elaboração do EIA e cujo conteúdo e apresentação permita a sua disponibilização pública deve permitir a consulta dessa informação e a sua utilização pelo Dono de Obra, sempre que solicitado para o efeito.

### ARTIGO 16.º (Estrutura do EIA)

1. O EIA deve dispor, no mínimo, da seguinte estrutura ou partes:

- a) Resumo não técnico;
- b) Relatório do Estado de impacte ambiental;
- c) Plano de gestão ambiental e social do projecto;
- d) Anexos.

2. O conteúdo do relatório de auditoria ambiental, avaliação ambiental estratégica, do plano de reinstalação e de outro instrumento será definido nos termos de referência respectiva.

### ARTIGO 17.º

#### (Conteúdo do resumo não técnico)

1. O resumo não técnico deve conter no mínimo os principais impactes nefastos significativos dos projectos, alternativas, medidas de atenuação e recomendações.

2. O texto, escrito em linguagem simples, deve ser assinado pelo Dono de Obra e pelos peritos do gabinete que realizou o EIA.

### ARTIGO 18.º

#### (Conteúdo do relatório)

1. O REIA deve conter, nomeadamente:

- a) Descrição concisa da legislação nacional ambiental e outros regulamentos e directrizes que regulam em termos ecológicos e sócio-económicos os factores de base e de outras actividades de desenvolvimento relevantes que podem afectar o projecto;
- b) Descrição dos objectivos do projecto;
- c) Processo e a tecnologia a ser usada;
- d) Materiais a ser usado na construção e a implementação do projecto;
- e) Produtos e subprodutos do projecto;
- f) Localização e zona de influência do projecto;
- g) Descrição das condições e potencialidades do ambiente afectado;
- h) Efeitos ambientais e sócio-económicos directos e indirectos, incluindo cumulativos e irreversíveis, a longo, médio e curto termos;
- i) Alternativas tecnológicas e processo utilizável, as razões das preferências escolhidas, alternativa da localização considerada e as razões da escolha do local proposto;
- j) Medidas para prevenir os riscos e os perigos da saúde humana e garantir a segurança no ambiente de trabalho para os trabalhadores e para gestão da emergência;



k) Identificação dos fracassos nos conhecimentos e as incertezas que foram encontradas na compilação das informações.

2. O TdR especificará e detalhará o conteúdo do relatório de estudo de impactes ambientais e de tipos de planos necessários.

#### ARTIGO 19.º

##### (Conteúdo do plano de gestão ambiental e social)

O Plano de Gestão Ambiental e Social do Projecto descreve as medidas de eliminação, minimização ou atenuação, compensação e acompanhamento dos impactes diversos incluindo os custos, o prazo e a responsabilidade de cada parte na sua implementação e deve conter no mínimo os elementos seguintes:

- a. Atenuação/mitigação dos danos: deve definir as medidas viáveis/ realizáveis e económicas susceptíveis do repor os efeitos potenciais muito nefastos sobre o ambiente e saúde humana e deve prevenir as medidas compensatórias quando as medidas de atenuação não forem suficientes.
- b. Monitorização ambiental: deve ser assegurada durante e após a execução do projecto para fornecer as informações sobre os aspectos ambientais cruciais, nomeadamente os seus efeitos sobre o ambiente, a efectividade das medidas de atenuação/mitigação aplicadas e deve permitir ao Dono da Obra e outras partes concernentes tomar medidas correctivas.
- c. Reforço de capacidade e formação: para garantir uma boa execução em tempo desejável, a componente ambiental do projecto e as medidas de atenuação do plano apoiaram-se na estimativa feita pela AA em relação ao papel e à capacidade de serviços ambientais recenseados.
- d. Calendário de execução e estimativa de custos: para a atenuação dos danos, vigilância ambiental e os reforços de capacidade o plano adopta:
  - i) Um calendário de execução das medidas a tomar no quadro do projecto, indicando seus intervalos e o seu plano de execução do projecto no seu todo;
  - ii) Uma estimativa do custo de investimentos e de funcionamento, indicando as fontes dos fundos necessários para a sua implementação.

#### ARTIGO 20.º

##### (Anexos)

No anexo podem entrar todas as outras informações que de uma forma ou outra ajudem as autoridades responsáveis no esclarecimento da situação, nomeadamente:

- a) Lista de CV's das pessoas e organizações que elaboraram o REIA;
- b) Actas de reuniões, consultas, pareceres e fichas dos inquiridos;
- c) Quadros e/ou tabelas dos dados pertinentes, mapas, fotografias que não estão dentro do relatório;
- d) Planta de localização, arquitectura da actividade ou empreendimento;
- e) Listas dos relatórios conexos.

#### SECÇÃO IV

##### DO PROCESSO DA APECIAÇÃO TÉCNICA DO REIA

#### ARTIGO 21.º

##### (Submissão do REIA)

1. O Dono da Obra deve submeter à autoridade da AA, o REIA, em número mínimo de 10 exemplares originais, acompanhado do talão de pagamento de uma taxa e de uma carta de cobertura para os devidos efeitos.

2. A taxa referida no número anterior será fixada por um diploma próprio.

#### ARTIGO 22.º

##### (Criação do Comité Ad Hoc)

1. Recebida a descrição sumária, o relatório e outras solicitações referidas nos artigos 10.º e 21.º, a Autoridade Ambiental Competente, cria um Comité Ad Hoc de avaliação, sob proposta de Autoridade de Avaliação Ambiental Competente, ao qual submete o REIA para apreciação técnica, avaliação e validação.

2. Os membros do Comité previsto no número anterior compõem-se em função da natureza do projecto, dos seus impactes potenciais e da especialidade da matéria.

#### ARTIGO 23.º

##### (Submissão do comentário público)

A autoridade de AA, em colaboração com o Dono da Obra, deve colocar à disposição dos interessados o REIA colocando-o nos lugares estratégicos para o efeito dos comentários, cujo produto deverá ser levado ao conhecimento do Comité com vista à respectiva integração no relatório final e consideração na tomada de decisão.



**ARTIGO 24.º**  
**(Audiência pública)**

1. De acordo com as recomendações do Comité Ad Hoc, a autoridade de AA determina a necessidade ou não de preparar e realizar a audiência pública, sendo obrigatória, para todos os efeitos legais, em relação aos projectos de categoria A e B.

2. As condições e as modalidades para a preparação e realização da audiência pública são as previstas pelo Comité Ad Hoc nas recomendações a que alude o número precedente, em colaboração com o responsável administrativo da localidade que alberga o projecto, sendo-as, sempre, às expensas do Dono de Obra.

3. As datas, o conteúdo e os lugares da audiência pública serão massivamente publicados nos órgãos de comunicação social em diferentes línguas nacionais e locais com uma antecedência mínima de 10 dias.

4. A audiência pública pode ser solicitada por uma entidade civil, pelo Ministério Público ou por pessoas singulares ou colectivas em número não inferior a 40% dos residentes da área.

5. Quando houver pedido de audiência pública, qualquer licença concedida sem sua realização não terá validade.

6. No fim da audiência, o Comité estabelece um relatório que indica o desenvolvimento, as conclusões e as recomendações.

**ARTIGO 25.º**  
**(Relatório da Conformidade Ambiental)**

Com fundamento nas conclusões e recomendações do Comité Ad Hoc, quando o relatório deste for favorável ou condicionalmente favorável, a autoridade de AA estabelece as Licenças Ambientais.

**SECÇÃO V**  
**DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL**

**ARTIGO 26.º**  
**(Tipos de licenças ambientais)**

1. Nos termos do presente diploma, a autoridade de AA pode expedir, em função da fase do projecto, as seguintes licenças:

- Declaração de Conformidade Ambiental, concedida depois da aprovação do relatório do Comité Ad Hoc e é válida pelo período máximo de um ano, que autoriza o Dono de Obra a iniciar a implementação do seu projecto.
- Certificado de Conformidade Ambiental, concedida e válida de um a cinco anos e em função de tipo e duração de projecto, contados da data da emissão da DCA ou início da implementação do projecto.

2. Os projectos de duração superior a 30 anos podem beneficiar do limite máximo previsto na b) do número anterior.

**SUB-SECÇÃO I**  
**DA DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**  
**AMBIENTAL**

**ARTIGO 27.º**  
**(Conteúdo da DCA)**

1. A decisão sobre o procedimento de AA consta da DCA, a qual pode ser favorável, condicionalmente favorável ou desfavorável, devendo, em qualquer caso, fundamentar as razões de opção.

2. A DCA condicionalmente favorável especifica as condições em que o projecto pode ser licenciado ou autorizado e contém obrigatoriamente as medidas de minimização dos impactes ambientais negativos que o Dono de Obra deve adoptar na execução do projecto.

3. O disposto na segunda parte do número anterior pode ser igualmente aplicável à DCA favorável.

4. O Dono de Obra deve requerer o Certificado da Conformidade Ambiental cuja outorga depende do resultado de seguimento da implementação das medidas recomendadas na DCA.

**ARTIGO 28.º**  
**(Competência e prazos)**

1. A DCA é proferida pelo mais alto responsável da autoridade de AA dentro dos prazos previstos no artigo seguinte a contar da data da recepção do relatório da conformidade ambiental.

2. A DCA é notificada, de imediato, ao Dono de Obra.

**ARTIGO 29.º**  
**(Deferimento Tácito)**

1. Considera-se que a decisão é conforme os casos, favorável ou condicionalmente favorável se nada for comunicada ao dono da obra, contando a partir da data de recepção do relatório final de AA; decorrido o prazo de 90 dias no caso de projectos classificados na categoria A; 60 dias no caso de projectos classificados na categoria B; 45 dias no caso de programas, planos e políticas constantes no anexo -III.

2. Há lugar à interrupção da contagem dos prazos a que se refere o número anterior, não excedente a 30 dias, sempre que razões ponderosas de conexão objectiva ou subjectiva impeçam a observância dos prazos prescritos no número precedente e devidamente comunicadas a tempo ao Dono de Obra.



**ARTIGO 30.º****(Força jurídica)**

Sob pena de nulidade, o acto de autorização de projectos sujeitos a procedimento de AA só pode ser praticado após a notificação da respectiva DCA favorável ou condicionalmente favorável ou após o decurso dos prazos previstos no artigo anterior.

**ARTIGO 31.º****(Caducidade)**

1. A DCA caduca se, decorrido um ano sobre a data da sua outorga, não tiver sido dado início à execução do respectivo projecto ou ficar parado durante aquele período.

2. A realização de projectos relativamente aos quais se tenha verificado a caducidade prevista no presente artigo exige um novo procedimento de AA, podendo a Autoridade AC, sob parecer técnico de AAAC determinar, em decisão fundamentada, os trâmites procedimentais que não necessitam de ser repetidos.

### SUB-SECÇÃO II DO CERTIFICADO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL

**ARTIGO 32.º****(Conteúdo do CCA)**

1. A satisfação das exigências da DCA dá lugar à emissão do CCA, pela autoridade AC, o qual fixa as condições e as exigências ambientais e sociais que o projecto deve respeitar e é válido durante o período que esta lhe fixar.

2. Em caso de o Dono de Obra não cumprir qualquer das exigências que o CCA contiver, a autoridade AC tem a faculdade de suspender ou mesmo revogar a sua validade.

**ARTIGO 33.º****(Competência e prazos)**

1. O CCA é proferido pelo mais alto responsável da autoridade de AAC (Autoridade Ambiental Competente) dentro do prazo previsto no artigo seguinte a contar da data da recepção do relatório de seguimento da implementação das suas condições e exigências.

2. O CCA é notificado, de imediato, ao Dono de Obra.

**ARTIGO 34.º****(Deferimento tácito)**

Considera-se que o Dono de Obra é automaticamente beneficiário do CCA se nada for lhe comunicado em contrário no prazo de 120 dias contados da data de expiração da DCA.

**ARTIGO 35.º****(Força jurídica)**

Sob pena de nulidade, o acto de autorização de projectos sujeitos a procedimento de AA só pode ser praticado após a notificação do respectivo CCA favorável ou condicionalmente favorável ou após o decurso do prazo previsto no artigo anterior.

**ARTIGO 36.º****(Suspensão, revogação ou renovação de CCA)**

1. A autoridade de ACC (Autoridade Ambiental Competente), mediante decisão fundamentada, poderá modificar os condicionantes ou as medidas de controlo e de adequação e suspender ou revogar um CCA, conforme os casos, expedido sempre que ocorrer:

- Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;
- Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que justificaram a sua expedição;
- Superveniência de graves riscos ambientais e sociais.

2. A renovação da CCA de uma actividade ou empreendimento deve ser requerida com antecedência mínima de 120 dias contados da data de expiração do prazo de validade fixado na respectiva licença.

3. A autoridade de AAC (Autoridade Ambiental Competente), mediante decisão fundamentada, poderá modificar os condicionantes ou as medidas de controlo e de adequação e suspender ou revogar um CCA, conforme os casos, expedido sempre que ocorrer.

### SECÇÃO VI DA AUDITORIA AMBIENTAL

**ARTIGO 37.º****(Natureza)**

1. Todas as actividades (projectos, programas, planos e políticas) existentes públicas ou privadas, que durante uma das suas fases possam influir, directa ou indirectamente num dos componentes ambientais e sociais, devem ser periodicamente objecto de uma auditoria ambiental.

2. Compete à Autoridade de AAC, (Autoridade de Avaliação Ambiental Competente) às expensas do Dono de Obra, dirigir e orientar a auditoria ambiental do projecto, abrangendo as condições do seu licenciamento para localização, construção, funcionamento e/ou exploração e desactivação, visando:

- Avaliação da conformidade do projecto de execução com a DCA/CCA, nomeadamente o cumprimento das medidas de controlo, vigilância e de seguimento proposto, abrangendo as condi-

ções do seu licenciamento para localização, implementação, exploração e desactivação dos termos e condições neles fixadas;

b. Determinação e verificação da conformidade do sistema, eficiência e eficácia das medidas previstas para evitar, quando previsíveis, minimizar ou compensar os impactos negativos e potenciar os efeitos positivos, bem como, se necessário, a adopção de novas medidas;

c. Análise da eficácia do procedimento de avaliação ambiental realizado assim como a pertinência das informações recolhidas e compiladas no REIA.

2. Os procedimentos, as modalidades ou formas, as condições e os tipos da auditoria ambiental serão estabelecida e definido pelo diploma próprio.

#### ARTIGO 38.º

##### (Monitorização ambiental)

1. A monitorização ambiental do projecto, sob os encargos financeiros do Dono de Obra, efectua-se com a periodicidade e nos termos constantes da DCA, CCA ou, na sua falta, da AA e seus planos.

2. O Dono de Obra deve submeter à apreciação da autoridade de AAC os relatórios da monitorização efectuada, nos prazos fixados na DCA ou, na sua falta, no relatório da AA e nos seus planos.

3. A autoridade de AAC (Autoridade de Avaliação Ambiental Competente) pode impor ao dono de obra a adopção de medidas ou ajustamentos que considere adequados para minimizar ou compensar significativos efeitos ambientais negativos, não previstos, ocorridos durante a construção, funcionamento, exploração ou desactivação do projecto.

4. A autoridade de AAC (Autoridade de Avaliação Ambiental Competente) é responsável pela monitorização administrativa e pode, sempre que for o caso, solicitar e obter do dono da obra as informações de que necessita para o seu seguimento, inclusive goza da faculdade de realizar visitas de inspecção e seguimento.

#### ARTIGO 39.º

##### (Relatório e Parecer de Conformidade com DCA e CCA)

1. A Autoridade de Avaliação Ambiental Competente analisa e determina o relatório de monitorização ou da auditoria efectuada, descrevendo o estado de implementação do projecto e recomendando à Autoridade Ambiental Competente, imposições de sanções em caso da sua manifesta falta de conformidade com prescrições da DCA e do CCA.

2. Os referidos instrumentos de pós-avaliação, estabelecidos no número 1, são de natureza vinculativa e de cumprimento coactivo, destinado a assegurar o correcto acompanhamento do projecto.

#### CAPÍTULO III

#### DA DIVULGAÇÃO DAS COMPONENTES DE AA

#### ARTIGO 40.º

##### (Princípios Gerais)

1. O procedimento de AA é público, encontrando-se todos os seus elementos e peças processuais disponíveis para consulta, nomeadamente:

a) Na Autoridade Ambiental Competente (Instituição responsável pela coordenação e condução da política do ambiente);

b) Na Autoridade de Avaliação Ambiental Competente;

c) Junto dos Serviços Desconcentrado e/ou Descentralizados (Pontos Focais e Antenas Sectoriais) das áreas de localização do projecto;

d) Junto do poder local da área de localização do projecto.

2. Após o termo do procedimento de AA, a consulta dos documentos pode ser efectuada na AA AC.

3. Os Donos da Obra devem publicar:

a) As licenças ambientais de que são beneficiários no Boletim Oficial e no periódico local ou regional de grande circulação;

b) Os requerimentos de renovações das licenças e as suas concessões, conforme o prazo e modelo a ser estipulados pela autoridade ambiental competente.

#### ARTIGO 41.º

##### (Documentos de consulta)

São objecto de acesso público os documentos seguintes:

- O relatório do estudo de impacto ambiental;
- O resumo não técnico;
- O relatório da consulta pública e anexos;
- O relatório final de Comissão Ad Hoc;
- Os pareceres das autoridades administrativas;
- Declarações de Conformidade Ambiental;
- Certificado de Conformidade ambiental;
- A decisão e dispensa de procedimento de AA.

#### ARTIGO 42.º

##### (Acesso às informações)

A Autoridade de AA, às expensas do Dono da Obra deverá criar assegurar a todas as pessoas in-



interessadas o acesso às informações constantes dos documentos discriminados no artigo anterior.

#### CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS

##### ARTIGO 43.º (Órgãos)

Constituem órgão de Avaliação Ambiental as seguintes entidades públicas:

- Autoridade Ambiental Competente (instituição responsável pela coordenação e condução das políticas e acções ambientais);
- Autoridade de Avaliação Ambiental Competente (Célula de Avaliação de Impacte Ambiental);
- Serviços desconcentrados e descentralizados (Antenas Sectoriais ou Pontos Focais).

##### ARTIGO 44.º (Autoridade da Tutela)

1. É o Departamento do Governo Responsável pela definição da política ambiental e coordenação e supervisão das acções no ambiente da Guiné-Bissau a nível nacional e internacional cuja competência é supervisionar a gestão do processo de avaliação ambiental.

2. Nos termos previstos no presente diploma e a Autoridade Ambiental Competente, entidade da tutela, competente para conceder o licenciamento ambiental, designadamente emitir a Declaração de Conformidade Ambiental e Certificado de Conformidade Ambiental e em matéria de projectos, programas, planos e políticas.

##### ARTIGO 45.º (Autoridade Ambiental Competente)

Nos termos previstos no presente diploma, a AAC, compete nomeadamente:

- Supervisionar técnica e administrativamente a condução do processo de avaliação ambiental e dos instrumentos de AA, constantes no capítulo-II do presente diploma;
- Conceder o licenciamento ambiental, nomeadamente, emitir a DCA e CCA, em matéria de projectos, programas, planos e políticas;
- Determinar taxas e aplicar multas ao dono da obra devida pelo procedimento de AA, prevista no capítulo-II e capítulo-VI, cujo montante é fixar em função do projecto, mediante o diploma próprio;
- Propor, definir ou redefinir a política de salvaguarda de avaliação ambiental e social e velar pela sua implementação;

- Remeter à AAAC, todos os elementos relevantes apresentados pelo proponente para efeito de procedimento de avaliação ambiental.

##### ARTIGO 46.º (Autoridade de Avaliação Ambiental Competente)

1. A (AAAC) tem por missão estudar, investigar, propor desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente e desenvolvimento sustentável, nomeadamente no âmbito de avaliação ambiental.

2. Compete à AAAC, de:

- Coordenar, gerir técnica e administrativamente todo o procedimento da AA;
- Emitir parecer sobre o pedido de dispensa do procedimento de AA de um projecto;
- Constituir Comité-Ad-Hoc;
- Participar em procedimentos de AA de outros Estados, sempre que o Estado da Guiné-Bissau receba informação sobre um projecto susceptível de produzir impactes significativos no nosso território;
- Solicitar a colaboração no procedimento de AA de consultores especializados sempre que tal seja necessário em função das características do projecto, mediante consulta prévia e autorização da AAC;
- Detectar e dar notícias do incumprimento do disposto no presente diploma à Autoridade Ambiental Competente, em razão da matéria para instrução dos competentes processos.

##### ARTIGO 47.º (Antenas Sectoriais)

1. A Antena Sectorial, criada no seio de diferentes organismos públicos nacionais, constituem, cada qual, uma unidade administrativa e funcional.

2. A natureza, composição, competências e funcionamento da SDD são as constantes do respectivo diploma legal institutivo.

#### CAPÍTULO V DOS IMPACTES TRANSFRONTEIRIÇOS

##### ARTIGO 48.º (Consulta recíproca)

O Estado da Guiné-Bissau deve consultar o Estado ou Estados potencialmente afectados quanto aos efeitos ambientais de um projecto nos respectivos territórios e quanto às medidas previstas para evitar, minimizar ou compensar esses efeitos bem como pronunciar-se quando, em idênticas circunstâncias, for consultado por terceiro Estado.

**ARTIGO 49.º****(Projectos com impactes nos outros Estados Africanos)**

1. Sempre que o projecto possa produzir um impacte ambiental significativo no território do outro ou outros Estados, a Autoridade de AC tomará as medidas necessárias, através dos serviços competentes do Ministério dos Negócios Estrangeiros, junto do referido Estado, acompanhadas de informações prévias sobre a natureza do projecto e da decisão que possa vir a ser tomada.

2. Após o recebimento da informação, o Estado potencialmente afectado pode declarar a sua intenção e vontade de participar no procedimento de avaliação ambiental num breve prazo possível.

**ARTIGO 50.º****(Procedimento)**

1. Sempre que as autoridades competentes do Estado potencialmente afectado por um projecto sujeito ao procedimento de AA manifestarem formalmente a intenção de participar no procedimento previsto no artigo anterior, devem ser-lhes facultados imediatamente todos os documentos necessários.

2. Os resultados da participação pública do Estado potencialmente afectado são tomados em consideração pelo Comité Ad Hoc na elaboração do respectivo relatório final do procedimento de AA.

**ARTIGO 51.º****(Participação em procedimentos de AA de outros Estados)**

1. Sempre que o Estado da Guiné-Bissau receba informação de outro Estado sobre um projecto susceptível de produzir um impacte significativo no território nacional, deve a Autoridade da AA, em colaboração com outras instituições concernentes, disponibilizar a informação recebida ao público e a todas as autoridades a quem o projecto possa interessar.

2. No caso previsto no número anterior, os interessados gozam a faculdade de apresentar à autoridade da AA as suas opiniões e pareceres sobre as informações recebidas.

3. Os resultados da participação prevista nos números anteriores são transmitidos aos órgãos competentes do Estado anfitrião do projecto responsável pela direcção do procedimento de AA de modo a serem considerados na respectiva decisão final.

**ARTIGO 52.º****(Competência)**

1. A fiscalização do cumprimento das disposições constantes do presente diploma ou dele resultante e as respectivas sanções são da competência do órgão responsável pela supervisão da avaliação

ambiental (AAC), sem prejuízo da competência de fiscalização e sanções, venha a ser regulamentada pela entidade da AAC.

2. Sempre que a autoridade de AA ou qualquer outra pessoa singular ou colectiva competente tome conhecimento de situações que indiciem a prática de uma infracção prevista no presente diploma deve dar notícia ao órgão responsável pela inspecção-geral do ambiente e remeter-lhe toda a documentação de que disponha para efeito da instauração e instrução do competente processo.

**ARTIGO 53.º****(Multas)**

1. Constitui infracção punível com multa de XOF 500.000 a 1.000.000, no caso de o infractor ser uma pessoa singular e de XOF 1.500.000 a 10.000.000, no caso de pessoa colectiva, sempre que se reportar:

- a) À execução parcial ou total de projectos constantes dos anexos I, II ou III do presente diploma, de se fazendo parte integrante para todos os efeitos legais, sem a prévia conclusão do procedimento de AA;
- b) À execução de projectos sem as necessárias licenças ambientais ou em contradição com o conteúdo desta;
- c) À falta ou insuficiência de realização da monitorização imposta nas Licenças ou à entrega dos respectivos relatórios;
- d) À qualquer impedimento ou obstáculo da responsabilidade do Dono de Obra para a realização de uma auditoria determinada pela autoridade de AA.

2. A pena de multa a que se refere o número precedente aplica-se aos casos concretos tendo em conta a gravidade da infracção, a condição económica e o grau de culpa do Dono de Obra.

3. A tentativa ou a negligência são puníveis nos termos do n.º anterior.

**ARTIGO 54.º****(Sanções acessórias)**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a autoridade da AA, depois de receber os autos do órgão responsável pela inspecção-geral do ambiente e, se assim julgar por conveniente pode ainda, a título de sanção acessória e nos termos da lei geral, nas situações aí previstas, determinar:

- a) A apreensão de equipamentos;
- b) O encerramento de instalações;
- c) A interdição de exercer a profissão ou actividade;



d) A privação do direito de participação em arrematações e concursos promovidos por entidades ou serviços públicos, de obras públicas, de fornecimento de bens e serviços ou concessão de serviços, licenças ou alvarás.

2. Sempre que a ordem de demolição ou o dever de reposição da situação no estado anterior não sejam voluntariamente cumpridas, as autoridades competentes actuarão directamente por conta do infractor, sendo as despesas cobradas coercivamente nos termos do processo estabelecido para as execuções fiscais.

3. A aplicação do disposto no número anterior torna-se obrigatória e com dispensa de quaisquer formalidades em caso de reincidência.

4. A aplicação do disposto na alínea a) do n.º 1 do presente artigo implica a sujeição do produto à venda em hasta pública ou a sua utilização para a prossecução e promoção de actividades que visem combater os danos ao ambiente.

5. Poderá haver lugar ao recurso contra um acto administrativo nos termos gerais de direito, sempre que o Dono da Obra se julgar lesado pelo mesmo.

#### ARTIGO 55.º

##### (Reposição da situação anterior)

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, o infractor está sempre obrigado à remoção das causas da infracção e à reconstituição da situação anterior à prática da mesma.

2. Sempre que o dever de reposição da situação anterior não seja voluntariamente cumprido, a autoridade da AA actuará directamente por conta do infractor, sendo as despesas cobradas coercivamente através do processo previsto para as execuções fiscais.

#### ARTIGO 56.º

##### (Medidas compensatórias)

Em caso de não ser possível ou considerada adequada pela autoridade de AA a reposição das condições ambientais anteriores à infracção, o infractor é obrigado a executar, segundo orientação expressa daquela entidade, as medidas necessárias para reduzir ou compensar os impactes provocados.

#### ARTIGO 57.º

##### (Responsabilidade por danos ao ambiente)

1. Caso as medidas compensatórias referidas no artigo anterior não sejam executadas ou, sendo executadas não eliminem integralmente os danos causados ao ambiente, o infractor fica constituído na obrigação de indemnizar o Estado.

2. Na total impossibilidade de fixar o montante da indemnização por recurso à caracterização de al-

ternativas à situação anteriormente existente, o tribunal fixará, com recurso a critérios de equidade, o montante da indemnização.

3. Em caso de concurso de infractores, a responsabilidade é solidária.

4. O pedido de indemnização é sempre deduzido perante os tribunais comuns.

5. O disposto nos números anteriores não prejudica o exercício pelos particulares da pretensão indemnizatória fundada na demais legislação aplicável.

### CAPÍTULO VII

#### DA DISTRIBUIÇÃO DAS RECEITAS

#### ARTIGO 58.º

##### (Distribuição)

O produto das multas e das demais actividades da Avaliação Ambiental vai ser objecto de um regulamento próprio a regular a forma da sua distribuição.

### CAPÍTULO VIII

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

#### ARTIGO 59.º

##### (Regime transitório)

Todos os projectos em curso antes de entrada em vigor do presente diploma dispõem do prazo máximo de seis meses para mecanismos de sua conformação com os ditames deste.

#### ARTIGO 60.º

##### (Revogação e entrada em vigor)

O presente diploma entra em vigor logo após a sua publicação no Boletim Oficial e revoga todos os demais que com ele colidem.

Aprovada pela Assembleia Nacional Popular em 7 de Julho de 2010. — O Presidente da Assembleia Nacional Popular, *Raimundo Pereira*.

Promulgado em 17 de Setembro de 2010.

Publique-se:

O Presidente da República, *Malam Bacai Senna*.

### ANEXO I

#### LISTAS DAS ACTIVIDADES OU PROJECTOS MENCIONADOS NO NÚMERO 1 DO ARTIGO 2.º

1. Refinarias de petróleo e instalações para a gaseificação e liquefacção.
2. Centrais termoeléctricas e outras instalações de combustão e centrais nucleares e outros reactores nucleares.
3. Instalações destinadas apenas à produção ou ao enriquecimento de combustíveis nucleares, ao reprocessamento de combustíveis nucleares irradiados ou à armazenagem,



- eliminação e processamento de resíduos radioactivos.
4. Grandes instalações para a produção primária de ferro fundido e de aço e para a produção de metais não ferrosos.
  5. Instalações para a extracção, tratamento e transformação do amianto bem como os produtos que o contenham, para os materiais de atrito e para as outras utilizações do amianto.
  6. Instalações químicas integradas.
  7. Construção de auto-estradas, vias rápidas, estradas e linhas de caminho de ferro para o tráfego ferroviário a longa distância, bem como de aeroportos.
  8. Oleodutos e gasodutos de grande secção ou capacidade.
  9. Portos comerciais bem como cursos de água interiores e portos fluviais que permitam a passagem de barcos.
  10. Instalações de eliminação de resíduos: incineração, tratamento químico ou aterro sanitário de resíduos tóxicos e perigosos.
  11. Grandes barragens e reservatórios.
  12. Obras de captação de águas subterrâneas com um grande volume por ano.
  13. Instalações para o fabrico de papel e de pasta de papel.
  14. Exploração mineira em grande escala, extracção e tratamento in loco de minerais metálicos ou de carvão.
  15. Produção de hidrocarbonetos.
  16. Grandes instalações de armazenagem de produtos petrolíferos, petroquímicos e químicos.
  17. Uso da diversidade biológica pela biotecnologia moderna.
  18. Desflorestação de grande escala para fins ou não comerciais.
  4. Instalações de pecuária intensiva e semi-intensiva. (incluindo aves de capoeira).
  5. Florestação inicial e desflorestação destinada à conversão para outro tipo de utilização das terras.
  6. Aquacultura intensiva.
  7. Utilização do património genético natural.
  8. Maneio de recursos aquáticos vivos introdução de espécies exóticas e/ou geneticamente modificadas.
  9. Uso da diversidade biológica pela biotecnologia.
  10. Centrais nucleares e outros reactores nucleares incluindo o desmantelamento e a desactivação dessas centrais ou reactores nucleares não incluídos no anexo I.
  11. Construção de linhas aéreas de transporte de electricidade e outros projectos de transporte de energia eléctrica por cabos aéreos.
  12. Instalações industriais destinadas à produção de energia eléctrica, de vapor e de água quente.
  13. Instalações industriais destinadas ao transporte de gás vapor e água quente.
  14. Armazenagem de combustíveis fósseis e de gás natural à superfície.
  15. Armazenagem subterrânea de gases e combustíveis.
  16. Fabrico industrial de briquetes de hulha e de lignite.
  17. Instalações para produção de energia hidroeléctrica.
  18. Instalações para aproveitamento da energia eólica para a produção de electricidade (centrais eólicas).
  19. Instalações, não incluídas no anexo I, destinadas:
    - À produção ou enriquecimento de combustível nuclear;
    - Ao processamento de combustível nuclear irradiado;
    - À eliminação final de combustível nuclear irradiado;
    - Exclusivamente à eliminação final de resíduos radioactivos;
    - Exclusivamente à armazenagem de combustíveis nucleares irradiados num local distinto do local de produção; ou
    - Ao processamento e armazenagem de resíduos radioactivos.

## ANEXO II

**LISTA DE OUTRAS ACTIVIDADES  
OU PROJECTOS MENCIONADOS NO NÚMERO  
1 DO ARTIGO 2.º**

1. Projectos de emparcelamento rural.
2. Projectos de reconversão de terras não cultivadas ou de zonas semi-naturais para agricultura intensiva.
3. Projectos de gestão de recursos hídricos para a agricultura, incluindo projectos de irrigação e de drenagem de terras.

20. Pesquisa mineral.
21. Extração de Pedreiras, minas a céu aberto e extração de turfa, não incluídas no anexo I.
22. Extração subterrânea, não incluída no anexo I.
23. Extração de minerais por dragagem marinha ou fluvial.
24. Perfurações em profundidade (nomeadamente perfurações geotérmicas, perfurações para armazenagem de resíduos nucleares, perfurações para o abastecimento de água).
25. Instalações industriais de superfície para a extração de hulha, petróleo, gás natural, minérios e xistos betuminosos.
26. Instalações integradas para a primeira fusão de ferro fundido e de aço, não incluídas no anexo I.
27. Instalações de produção de gusa ou aço (fusão primária ou secundária), incluindo os equipamentos de vazamento contínuo.
28. Instalações para o processamento dos metais ferrosos (laminagem a quente, forja e martelo, aplicação de revestimentos protectores em metal fundido).
29. Fundições de metais ferrosos.
30. Instalações para a produção de metais brutos não ferrosos a partir de minérios, de concentrados ou de matérias-primas secundárias por processos metalúrgicos, químicos ou electrolíticos, não incluídas no anexo I.
31. Instalações para a fusão, incluindo ligas de metais não ferrosos, excluindo metais preciosos, incluindo produtos de recuperação (afinação, moldagem em fundição, etc.), não incluídas no anexo I.
32. Instalações de tratamento de superfície de metais e matérias plásticas que utilizem um processo electrolítico ou químico.
33. Fabrico e montagem de veículos automóveis e fabrico de motores de automóveis.
34. Estaleiros navais.
35. Instalações para a construção e reparação de aeronaves.
36. Fabrico de equipamento ferroviário.
37. Estampagem de fundidos por explosivos.
38. Instalações de calcinação e de sinterização de minérios metálicos.
39. Instalações para o fabrico de coque (destilação seca do carvão).
40. Instalações para o fabrico de cimento.
41. Instalações para a produção de vidro, incluindo as destinadas à produção de fibra de vidro.
42. Instalações para a fusão de matérias minerais, incluindo as destinadas à produção de fibras minerais.
43. Fabrico de produtos cerâmicos por cozedura, nomeadamente telhas, tijolos, tijolos refractários, ladrilhos, produtos de grés ou porcelanas.
44. Instalações para a produção de produtos químicos ou tratamento de produtos intermediários, não incluídas no anexo I.
45. Fabrico de pesticidas, de produtos farmacêuticos, de tintas e vernizes, elastómeros e peróxidos.
46. Instalações para armazenagem do petróleo, de produtos petroquímicos ou químicos, não incluídas no anexo I.
47. Indústria de óleos e gorduras vegetais e animais.
48. Embalagem e fabrico de conservas de produtos animais e vegetais.
49. Produção de lacticínios.
50. Indústria da cerveja e do malte.
51. Confitearia e fabrico de xaropes.
52. Instalações destinadas ao abate de animais.
53. Instalações para o fabrico industrial de amido.
54. Fábricas de farinha de peixe e de óleo de peixe.
55. Industriais açucareiras.
56. Instalações industriais para fabrico de pasta de papel, papel e cartão, não incluídas no anexo I.
57. Instalações destinadas ao pré-tratamento ou à tinturaria de fibras ou têxteis.
58. Instalações destinadas ao curtimento de peles.
59. Instalações para a produção e tratamento de celulose.
60. Fabrico e tratamento de produtos à base de elastómeros.
61. Instalações para o fabrico de fibras minerais artificiais.
62. Instalações para a recuperação ou destruição de substâncias explosivas.
63. Instalações para a produção de amianto e de fabrico de produtos à base de amianto, não incluídas no anexo I.
64. Instalações de esquarteramento.
65. Bancos de ensaio para motores, turbinas ou reactores.



66. Pistas permanentes de corridas e de treinos para veículos a motor.
67. Conduitas para o transporte de gás ou de petróleo, não incluídas no anexo I.
68. Conduitas para o transporte de produtos químicos.
69. Construção de vias-féreas e instalações de transbordo intermodal e de terminais intermodais, não incluídos no anexo I.
70. Construção de linhas de eléctrico, linhas ferroviárias aéreas e subterrâneas, linhas suspensas ou análogas de tipo específico, utilizada exclusiva ou principalmente para transporte de passageiros.
71. Construção de estradas, incluindo rectificação e/ou alargamento de estradas existentes, não inseridas no anexo I.
72. Construção de portos e instalações portuárias, incluindo portos de pesca, não inseridos no anexo I.
73. Construção de vias navegáveis interiores e portos para navegação interior, não incluídos no anexo I.
74. Portos comerciais, cais para carga e descarga com ligação a terra e portos exteriores, não incluídos no anexo I.
75. Obras de canalização e regularização de cursos de água.
76. Construção de aeroportos e aeródromos, não incluídos no anexo I.
77. Instalações de eliminação de resíduos (incluindo aterros), não inseridas no anexo I.
78. Instalações de incineração ou tratamento químico de resíduos não perigosos.
79. Armazenagem de sucatas, incluindo sucatas de automóveis.
80. Locais para depósito de lamas.
81. Sistemas de captação de águas subterrâneas ou de recarga artificial dos lençóis freáticos, não incluídos no anexo I.
82. Obras de transferência de recursos hídricos entre bacias hidrográficas.
83. Estações de tratamento de águas residuais.
84. Barragens e outras instalações concebidas para a retenção ou armazenagem a longo prazo ou permanente de água, não incluídas no anexo I.
85. Obras costeiras destinadas a combater a erosão e obras marítimas tendentes a modificar a costa como, por exemplo, construção de diques, pontões, paredões e outras obras de defesa contra a acção do mar, excluindo a manutenção e a reconstrução dessas obras.
86. Construção de aquedutos de grande extensão.
87. Construção de estação de depuração das águas usadas.
88. Portos de divertimento (Marinas).
89. Empreendimentos turísticos e complexos hoteleiros fora das zonas urbanas e projectos associados.
90. Parques de campismo e de caravanismo permanentes.
91. Parques temáticos.
92. Ordenamento de zonas industriais.
93. Ordenamento urbano, incluindo a construção de centros comerciais e de parques de estacionamento.
94. Recuperação de terras ao mar.
95. Instalação de campo de Golf.

### ANEXO III

#### LISTA DOS SECTORES CUJOS PROGRAMAS, PLANOS E POLÍTICAS A QUE SE REFERE O NÚMERO 1 DO ARTIGO 2.º.

1. Agricultura
2. Pecuária
3. Silvicultura
4. Pescas
5. Urbanismo
6. Construção
7. Energia
8. Indústria
9. Minas
10. Transportes
11. Saneamento Básico
12. Recursos hídricos
13. Desenvolvimento regional
14. Telecomunicações
15. Turismo
16. Ordenamento do território
17. Outros planos cuja implementação pode ter repercussão sobre o ambiente e a saúde humana.



# BOLETIM OFICIAL

Quarta-feira, 2 de Março de 2011

Número 9

Dos assuntos para publicação no "Boletim Oficial", devem ser enviados o original e o duplicado, devidamente autenticados pela entidade responsável, à Direcção-Geral da Função Pública — Repartição de Publicações —, a fim de se autorizar a sua publicação.

Os pedidos de assinatura ou números avulsos do "Boletim Oficial" devem ser dirigidos à Direcção Comercial da INACEP — Imprensa Nacional, Empresa Pública —, Avenida do Brasil, Apartado 287 — 1204 Bissau Codex. — Bissau Guiné-Bissau.

## 2.º SUPLEMENTO

### SUMÁRIO

#### PARTE I

#### Assembleia Nacional Popular:

##### Lei n.º 1/2011.

Aprovada a Lei de Bases do Ambiente.

##### Resolução n.º 22/2010.

Aprovada a Convenção para a Cooperação em matéria de Protecção e Desenvolvimento do Meio marítimo e da Zona Litoral da Região de África Ocidental e Central e Protocolo (1981), cujo conteúdo se anexa à presente Resolução.

\*\*\*\*\*

#### PARTE I

### ASSEMBLEIA NACIONAL POPULAR

#### Lei n.º 1/2011

de 2 de Março

#### Preâmbulo

A humanidade se encontra num momento de afirmação da sua história, actualmente defrontando-se com a situação das disparidades existentes entre os países, o agravamento da pobreza, da fome, das doenças e do analfabetismo, e com a deterioração contínua dos ecossistemas de que depende o nosso bem-estar. As preocupações ambientais no processo de desenvolvimento devem estar acertadas à satisfação das necessidades básicas da geração presente e futura devendo para o efeito elevar o nível da vida de todos através da obtenção de um ecossistema melhor protegido e gerido;

As crescentes necessidades humanas e a expansão das actividades económicas estão exercendo uma pressão cada vez maior sobre os recursos terrestres, gerando um uso inadequado da terra;

A Lei de Bases do Ambiente é um instrumento jurídico, que comporta disposição de protecção dos recursos naturais e dá garantia na sua utilização e gestão racional pelo homem, resultando assim na correcta intervenção da administração pública nos assuntos ambientais;

Tendo em conta que a tutela constitucional do artigo 15.º CRGB, não consagra expressamente a protecção global dos componentes ambientais, indispensáveis na interacção do equilíbrio ecológico entre a ideia/política de conservação ambiental e o desenvolvimento económico, daí a pertinência da articulação e harmonização das leis sectoriais preconizada pelas diversas instituições que intervêm no domínio ambiental, apelando para uma concepção da ideia/política do desenvolvimento sustentável;

Reconhecendo também que de acordo com a Carta das Nações Unidas e com os princípios do direito internacional, os Estados têm o direito soberano de explorarem os seus próprios recursos de acordo com as suas políticas ambientais e de desenvolvimento, assim como a responsabilidade de assegurarem que as actividades sob a sua jurisdição ou controlo não causem danos ao am-



biente de outros Estados ou áreas situadas fora dos limites da sua soberania nacional;

Considerando que há muito tempo que o desenvolvimento sócio-económico da Guiné-Bissau, assenta basicamente na utilização e exploração dos seus recursos naturais, reflectindo na necessidade imperiosa de adoptar o país deste diploma de forma a garantir a perenidade e sustentabilidade da política de protecção legal na utilização e exploração destes recursos;

O presente diploma representa fruto de engajamento do governo da Guiné-Bissau, através da assinatura e retificação dos instrumentos jurídicos vinculativos, as Convenções do Rio sobre a protecção dos recursos naturais e a salvaguarda da qualidade da vida humana;

A situação preocupante do nível da degradação e da dilapidação dos nossos ecossistemas, nomeadamente as florestas, a fauna, a erosão costeira, intrusão salina, saneamento urbano, recursos haliêuticos e deficiente exploração dos recursos mineralógico do país, associada aos efeitos das mudanças climáticas, impõe uma atitude responsável das entidades públicas e privadas, mormente o homem no sentido de moldarem a conduta para com o ambiente, criando efectivamente o equilíbrio necessário entre acção antrópica e a conservação da natureza;

Com o presente diploma, preconiza-se a possibilidade da exploração dos recursos e a utilização do território como salvaguarda das determinadas funções e potencialidades, de que dependem o equilíbrio ecológico e a estrutura biofísica das regiões bem como a permanência de muitos dos seus valores económicos, sociais e culturais.

Assim, a Assembleia Nacional Popular decreta, nos termos da alínea c) do n.º 1 do Artigo 85.º da Constituição, o seguinte:

## Lei de Bases do Ambiente

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### ARTIGO 1.º Âmbito

O presente diploma estabelece as bases da política e acções sobre o ambiente na República da Guiné-Bissau.

#### ARTIGO 2.º Objecto

A presente lei tem como objecto a definição das bases legais para uma utilização e gestão correcta do ambiente e seus componentes, com vista

à materialização de uma política de desenvolvimento durável do país.

### ARTIGO 3.º Definições

Para os efeitos da presente lei:

**Alteração climática** é a modificação no clima atribuível, directa ou indirectamente, à actividade humana que altera a composição da atmosfera global e que, conjugada com as variações climáticas naturais, é observada durante períodos de tempo comparáveis.

**Ambiente** é um conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas interações com os factores económicos, sociais e culturais com efeitos directos ou indirectos sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem;

**Áreas Protegidas** são superfícies da terra ou do mar especialmente voltada para protecção e conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais e culturais em conjunto, geridas através de instrumentos jurídicos ou outros igualmente eficazes.

**Avaliação Ambiental** é um instrumento de política ambiental cujo processo consiste em avaliar sistematicamente as possibilidades, as capacidades, as funções e os valores dos recursos, dos sistemas naturais e humanos com vista a facilitar a planificação do desenvolvimento durável e a tomada de decisão em geral, assim como prever e gerir os "impactes" potenciais identificados;

**Avaliação de Riscos Biotecnológicos** consiste na avaliação directa ou indirecta, a curto, médio e longo prazos, dos riscos sobre a saúde humana, animal, diversidades biológica e ambiental em geral sobretudo das condições sócio-económicas ou valores éticos causados pela importação, trânsito, utilização em meio confiando, libertação ou tomada sobre o mercado de um organismo geneticamente modificado ou produto deste;

**Componentes Ambientais** são os diversos elementos que integram o ambiente e cuja interacção permite o seu equilíbrio, incluindo o ar, a água, o solo, o subsolo, a flora, a fauna, o clima e todas as condições sócio-económicas e de saúde que afectam comunidades;

**Conservação da Natureza** é a gestão da utilização humana da natureza, de modo a viabilizar de forma perene a máxima rentabilidade compatível com a manutenção da capacidade de regeneração de todos os recursos naturais;

**Degradação do Ambiente** é a alteração adversa das características do ambiente e inclui, entre outras, a poluição, a desertificação, a erosão e o

desflorestamento pelos quais se perdem ou se reduzem algumas das suas propriedades, tais como a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais;

**Desenvolvimento Durável** é o desenvolvimento que satisfaz as exigências do presente sem comprometer a capacidade de futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades ou o equilíbrio entre o uso durável dos recursos naturais e o desenvolvimento sócio-económico;

**Desertificação** é a degradação das terras nas zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas secas, resultantes de vários factores incluindo as variações climáticas humanas;

**Diversidade Biológica ou Biodiversidade** é a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo, entre outros, os dos ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, assim como os complexos ecológicos dos quais fazem parte; compreende a diversidade dentro de cada espécie entre as espécies e de ecossistemas;

**Ecologia** é o estudo das relações entre os organismos vivos e os seus ambientes, incluindo todos os componentes vivos e não vivos;

**Ecossistema** é um complexo dinâmico de comunidades vegetais, animais e de microorganismos e seu ambiente não vivo, que interagem como uma unidade funcional;

**Efluentes** são águas usadas ou fluidas de origem doméstica, agrícola ou industrial, tratadas ou não, e depositadas directa ou indirectamente no ambiente;

**Erosão** é o processo de desagregação do solo e transporte dos sedimentos pela acção mecânica da água dos rios (erosão fluvial), da água da chuva (erosão pluvial), dos ventos (erosão eólica), do gelo (erosão glacial), das ondas e correntes do mar (erosão costeira); o processo natural de erosão pode se acelerar, directa ou indirectamente, pela acção humana;

**Estudo de “Impacte” Ambiental** um dos instrumentos de avaliação ambiental, trata-se da execução, por equipa multidisciplinar, das tarefas técnicas científicas destinadas a analisar, sistematicamente, as consequências da implantação de um projecto e programa no ambiente, por meio de métodos de avaliação ambiental e técnicas de previsão dos impactes ambientais e sócio-económicos;

**Floresta Sagrada** é o espaço natural destinado exclusivamente a manifestação tradicionais de cunho cultural e religioso onde a gestão do seu re-

curso natural é determinada pelos usos e costumes da comunidade que a utiliza;

**Fundo Ambiental** é o fundo proveniente dos serviços resultante das acções antrópicas nos ecossistemas e que se destina a incentivar as actividades de protecção, conservação e preservação dos recursos naturais e ambientais;

**Gestão Ambiental** é o mecanismo da utilização racional e durável dos componentes ambientais, incluindo o seu recurso, reciclagem, protecção e conservação;

**Habitat** é o espaço com características específicas ocupado por cada espécie, no conjunto do ecossistema;

**“Impacte” Ambiental** é qualquer mudança do ambiente, com incidência positiva ou negativa, especialmente com efeitos no ar, na terra, na água e na saúde das pessoas resultante de acções naturais e actividades humanas;

**Inspecção Ambiental** é a entidade responsável pelo controlo, da qualidade do ambiente e dos recursos vivos, renováveis e não renováveis com vista a um desenvolvimento durável dos mesmos;

**Lixos Perigosos** são substâncias que contêm características de riscos por serem inflamáveis, explosivas, corrosivas, tóxicas, infecciosas ou radioactivas, ou por apresentarem qualquer outra característica que constitua perigo para a vida ou saúde das pessoas para a qualidade do ambiente;

**Nicho Ecológico** é a posição ou a situação de uma espécie no interior do seu ecossistema, incluindo a sua nutrição, os tempos de alimentação, temperatura, humidade e modo como se reproduz;

**Ofensa Ecológica** é todo o acto ou facto humano, culposo ou não que tenha como resultado a produção de um dano nos componentes ambientais protegidas pela presente lei;

**Ordenamento do Território** é o processo integrado de organização do espaço biofísico, tendo como objectivo ocupação, uso e transformação do território de acordo com as suas capacidades e vocações, e a permanência dos valores de equilíbrio biológico e estabilidade ecológica, numa perspectiva de aumento da sua capacidade suporte da vida;

**Poluição** é a deposição no ambiente de substâncias gasosas, líquidas ou sólidas ou de várias formas de energia provocadas pelas actividades humanas;

**Qualidade de Vida** é o resultado da interacção de múltiplos factores no funcionamento das sociedades humanas que se traduz no bem-estar físico, mental e social e na afirmação cultural do indivíduo;



**Qualidade do Ambiente** é o equilíbrio e a sanidade do ambiente, incluindo a adequação dos seus componentes às necessidades do homem e de outros seres vivos;

**Queimada** é a prática agrícola rudimentar, que consiste na destruição da vegetação natural, quase sempre matas, com o fim de preparar o terreno para semear ou plantar. Essa prática prejudica a fertilidade do solo pela liberação de sais minerais;

**Resíduos** são substâncias ou objectos que se eliminam ou que se tem a intenção de eliminar, ou que se é obrigado por lei a eliminar;

**Seca** é o fenómeno que ocorre naturalmente quando a precipitação registada é significativamente inferior aos valores normais, provocando um sério desequilíbrio hídrico que afecta negativamente os sistemas de produção dependentes dos recursos da terra;

**Saneamento Básico** é a solução dos problemas relacionados estritamente com abastecimento de água e disposição dos esgotos de uma comunidade, como da inclusão do lixo e outros problemas que terminarão por tomar as acções, serviços e obras considerados prioritários em programas de saúde pública, nomeadamente o abastecimento público de água, remoção e o tratamento de esgoto;

**Terra** é o sistema bio-produtivo terrestre que compreende o solo, a vegetação, outros componentes do biota e os processos ecológicos e hidrológicos que se desenvolvem dentro do sistema;

**Zonas Húmidas** são áreas de pântano ou água, natural ou artificial, permanente ou temporária, parada ou corrente, doce, salobra ou salgada, incluindo as águas do mar cuja profundidade na maré baixa não excede seis metros, que sustentam animal e que requeira condições de saturação aquática do solo.

#### ARTIGO 4.º

##### Princípio Geral

1. Todas as pessoas têm direito a um ambiente humano e ecologicamente equilibrado e o dever de o defender, incumbindo ao Estado, por meio de organismo próprio e por apelo a iniciativas populares e comunitárias, promover a melhoria da qualidade de vida individual e colectiva.

2. A política do ambiente tem por fim otimizar e garantir a continuidade de utilização dos recursos naturais, qualitativa e quantitativamente, como pressuposto básico de um desenvolvimento durável.

#### ARTIGO 5.º

##### Princípios Específicos

O princípio geral constante do artigo anterior implica a observância dos seguintes princípios específicos:

- a) **Prevenção** as actuações com efeitos imediatos ou a prazo no ambiente devem ser consideradas de forma antecipada, reduzindo ou eliminando as causas prioritariamente à correcção dos efeitos dessas acções ou actividades susceptíveis de alterarem a qualidade do ambiente;
- b) **Precaução** com base na qual a gestão do ambiente deve priorizar o estabelecimento de sistemas de prevenção de actos lesivos ao ambiente de modo a evitar a ocorrência de “impactes” ambientais negativos significativos ou irreversíveis, havendo dúvida ou falta de provas científicas evidentes sobre o nexo causal entre uma actividade e um determinado fenómeno ambiental;
- c) **Poluidor-Pagador** o poluidor fica obrigado a corrigir ou a recuperar o ambiente, suportando os encargos daí resultantes, não lhe sendo permitido continuar a acção poluente;
- d) **Correcção na Fonte** a adequada protecção do ambiente implica, portanto pesquisar as causas na origem com efeito imediato ou a prazo sobre o ambiente, para sempre que possível, as eliminar ou, pelo menos minimizar/modelar, evitando que seus efeitos se transcendam;
- e) **Equilíbrio** devem criar-se os meios adequados para assegurar a integração das políticas de crescimento económico e social e de conservação da natureza, tendo como finalidade o desenvolvimento integral, harmonioso e durável;
- f) **Unidade de Gestão e Acção** deve existir um órgão nacional responsável pela política de ambiente e desenvolvimento durável, que normalize e informe actividade dos agentes públicos ou privados interventores, como forma de garantir a integração da problemática do ambiente, desenvolvimento durável e do planeamento económico, quer ao nível global, quer sectorial, e intervenha com vista a atingir esses objectivos na falta ou substituição de entidades já existentes;
- g) **Participação** as pessoas singulares e colectivas, devem intervir na formulação e execução das políticas do ambiente e desenvolvimento durável. Incumbe ao Estado promover e assegurar a participação de todos inclusive, os parceiros sociais no processo de tomada de decisão;
- h) **Cooperação Internacional** determina a procura de soluções concertadas com outros

países ou organizações internacionais para os problemas do ambiente e da gestão dos recursos naturais;

- i) **Responsabilidade** aponta para a assunção pelos agentes das consequências para terceiros, da sua acção directa ou indirecta sobre os recursos naturais;
- j) **Acesso ao Sistema Educativo e Formativo** todos devem ter à educação e formação ambiental, instrumentos indispensáveis ao aumento da capacidade dos cidadãos para concretizar as tarefas que lhes competem na construção de um ambiente de qualidade e na garantia de um desenvolvimento durável. Incumbe ao Estado assegurar a inclusão do componente ambiental na educação básica e na formação profissional, bem como os meios para sua divulgação;
- k) **Gestão Comunitária e dos Conhecimentos Tradicionais** implica promoção de práticas das comunidades locais que valorizam e protegem os componentes ambientais na sua forma de conservação e preservação;
- l) **Utilizador-Pagador** os utilizadores dos meios e recursos naturais devem pagar por essa utilização um preço justo, a definir pela entidade governamental responsável pelo ambiente, de modo a valorizar a sua utilização e consequentemente, velar pela racionalização e durabilidade desses bens.

#### ARTIGO 6.º

##### Objectivos e Medidas

A existência de um ambiente propício à saúde e bem-estar das pessoas e ao desenvolvimento social e cultural das comunidades, bem como a melhoria da qualidade de vida pressupõe a adopção de medidas que visem, designadamente:

- a) O desenvolvimento económico, social e durável;
- b) A manutenção e o equilíbrio entre a satisfação das necessidades básicas das pessoas e a capacidade de resposta da natureza;
- c) A prestação da maior atenção à qualidade do ambiente urbano através de uma eficaz aplicação de política do poder local;
- d) A manutenção dos ecossistemas terrestres, marinhos e ecossistema de transição;
- e) A conservação da natureza;
- f) A protecção dos habitats;
- g) A delimitação dos níveis de qualidade dos componentes ambientais;

- h) A definição de uma política energética baseada no aproveitamento das fontes limpas ou energias renováveis de forma racional e durável dos recursos naturais, diversificação e descentralização das fontes de produção na racionalização do consumo;
- i) A promoção da participação das populações nos processos de tomada de decisão;
- j) A educação e formação ambiental;
- k) A sustentabilidade da floresta;
- l) A articulação com países limítrofes de acções de defesa ambiental e de aumento da qualidade de vida das populações fronteiriças;
- m) A prevenção da erosão do solo, interior e costeira;
- n) A Promoção de acordo com outros sectores da vida nacional, da defesa do consumidor;
- o) A promoção da agricultura produtiva e durável que contribua para vitalidade social e económica das zonas rurais e que garante um desenvolvimento equilibrado das zonas rurais e urbanas;
- p) A revitalização da fauna e da flora;
- q) A protecção do ar e do clima;
- r) A adequada gestão dos resíduos;
- s) O reforço das acções de defesa e recuperação do património natural construído e recuperação de áreas degradadas;
- t) A garantia do mínimo "impacte" ambiental das actividades e utilização da melhor tecnologia disponível na minimização dos "impactes" ambientais;
- u) Promoção e valorização dos saberes tradicionais na gestão dos recursos naturais;
- v) Disseminação de cultura e gestão ambiental através dos três "R", ou seja, Reduzir, Reciclar e Reutilizar.

#### CAPÍTULO II

##### DOS COMPONENTES AMBIENTAIS E OFENSAS ECOLÓGICAS

##### SECÇÃO I

##### COMPONENTES AMBIENTAIS NATURAIS

#### ARTIGO 7.º

##### Componentes

São componentes do ambiente natural:

- a) O ar;
- b) A água;
- c) A flora;
- d) A fauna;
- e) A luz e níveis de luminosidade;
- f) O solo e subsolo.



## ARTIGO 8.º

**Defesa da Qualidade dos Componentes Ambientais Naturais**

Em ordem a assegurar a defesa da qualidade apropriada dos componentes ambientais naturais referidos no artigo anterior, o Estado através do organismo responsável pela área do ambiente, pode interditar ou condicionar o exercício de actividades e acções necessárias a desenvolver na prossecução dos mesmos fins, nomeadamente, através da adopção de medidas de contenção e fiscalização que levem em conta, para além do mais, os custos económicos, sociais e culturais da degradação do ambiente em termos de obrigatoriedade de análise prévia de custos-benefícios.

## ARTIGO 9.º

**Ar**

1. Todos têm direito a uma qualidade do ar conveniente à sua saúde e bem-estar, quer nos espaços públicos de recreio, lazer e circulação, quer na habitação, nos locais de trabalho e demais actividades humanas.

2. O lançamento para a atmosfera de quaisquer substâncias, susceptíveis de afectarem de forma nociva a qualidade do ar e o equilíbrio ecológico ou que impliquem risco, dano ou incómodo grave para as pessoas e bens será objecto de legislação especial.

## ARTIGO 10.º

**Água**

1. As categorias de água abrangidas pela presente lei são:

- a) As águas continentais, subterrâneas ou de superfície;
- b) Águas marítimas interiores;
- c) Águas do mar territorial;
- d) Águas da zona económica exclusiva.

2. As categorias referidas no número anterior serão objecto de legislação própria.

3. Os serviços públicos competentes para autorizar e fiscalizar construções sobre águas, devem assegurar que antes da sua entrada em exploração e durante o seu funcionamento sejam cumpridas as normas respeitantes à protecção de águas.

4. O lançamento nas águas de efluentes poluidores, resíduos sólidos, quaisquer produtos ou espécies que alterem as suas características ou as tornem impróprias para as suas diversas utilizações, será objecto de legislação especial.

## ARTIGO 11.º

**Flora**

1. Serão adoptadas medidas que visem a promoção e salvaguarda e valorização das plantas e dos espaços verdes.

2. Algumas espécies vegetais ameaçada de extinção poderão ser objecto de protecção especial.

3. O regime jurídico de gestão e exploração de flora será objecto de uma legislação especial.

## ARTIGO 12.º

**Fauna**

1. Toda a fauna será protegida através de legislação própria que promova e salvaguarde a conservação das espécies sobre as quais recaiam interesses científicos, económicos ou sociais.

2. A protecção da fauna e a necessidade de proteger a saúde pública implicam a adopção de medidas de controlo efectivo a desenvolver pelos organismos competentes e autoridades sanitárias, nomeadamente no âmbito de:

- a) Manutenção ou activação dos processos biológicos de auto-regeneração;
- b) Comercialização da fauna aérea, aquática ou terrestre;
- c) Introdução de qualquer espécie animal selvagem, aquática ou terrestre;
- d) Destruição de animais tidos por prejudiciais, sem qualquer excepção, através do recurso a métodos devidamente autorizados e sempre sob controlo das autoridades competentes;
- e) Regulamentação e controlo da importação de espécies exóticas;
- f) O Regulamentação de algumas espécies animais ameaçada de extinção poderão ser objecto de protecção especial.

3. Os recursos piscícolas serão objecto de legislação especial que regulamente a sua valorização, fomento e usufruição.

## ARTIGO 13.º

**Luz e níveis de luminosidade**

1. Todos têm direito a um nível de luminosidade conveniente à sua saúde, bem-estar e conforto na habitação, no local de trabalho e nos espaços livres públicos de recreio, lazer e circulação.

2. O nível de luminosidade para qualquer lugar deve ser o mais consentâneo com vista ao equilíbrio dos ecossistemas transformados de que depende a qualidade de vida da população.

3. Os anúncios luminosos não devem perturbar o sossego, a saúde e o bem-estar das pessoas.

4. Fica condicionado, em legislação especial, o volume dos edifícios a construir que, pelo ensombreamento dos espaços livres, públicos ou privados, prejudique a qualidade de vida das pessoas ou a vegetação.

#### ARTIGO 14.º

##### **Solo**

1. A defesa e valorização do solo como recurso natural determina a adopção de medidas conducentes à sua racional utilização.

2. A ocupação e a utilização do solo para fins urbanos e industriais ou implantação de equipamentos e infraestruturas serão condicionadas pela sua natureza, topografia e recursos naturais dele dependentes.

#### ARTIGO 15.º

##### **Subsolo**

1. A exploração dos recursos do subsolo deverá ter em conta:

- a) Os interesses de conservação da natureza e dos recursos naturais;
- b) A necessidade de obedecer a um plano global de desenvolvimento e, portanto, a uma articulação a nível nacional;
- c) Os interesses e questões que local e mais directamente interessem às regiões, sectores e municípios onde se insiram.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior do presente artigo, a exploração do subsolo deverá ser orientada através da legislação especial.

#### SECÇÃO II

### **COMPONENTES AMBIENTAIS HUMANOS**

#### ARTIGO 16.º

##### **Componentes**

1. Os componentes ambientais humanos definem, no seu conjunto, o quadro específico de vida, onde se insere e de que depende a actividade do homem.

2. São componentes ambientais humanos:

- a) Paisagem;
- b) Património cultural, natural e construído.

3. O Ordenamento do Território e a gestão urbana terão em conta o disposto na presente lei.

#### ARTIGO 17.º

##### **Paisagem**

A implantação de construções ou outros empreendimentos será condicionado, nos termos de legislação especial, a fim de não provocar "impacte" violento na paisagem pré-existente.

#### ARTIGO 18.º

##### **Património Cultural, Natural e Construído**

O património cultural, natural e construído será objecto de legislação especial que adoptará medidas especiais para a sua defesa, salvaguarda e valorização, através de adequada gestão de recursos e planificação de acções a empreender numa perspectiva de animação e utilização criativa.

#### SECÇÃO III

### **POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO**

#### ARTIGO 19.º

##### **Poluição**

São factores de poluição do ambiente e degradação do território todas acções e actividades que afectem negativamente a saúde, o bem-estar, e as diferentes formas de vida, o equilíbrio e a perenidade dos ecossistemas naturais e transformados, assim com a estabilidade física e biológica.

#### SUBSECÇÃO I

##### **POLUIÇÃO**

#### ARTIGO 20.º

##### **Poluição Sonora**

1. A luta contra a poluição sonora visa à salvaguarda da saúde e bem-estar das populações e faz-se através, designadamente:

- a) Do estabelecimento de níveis sonoros máximos, tendo em conta os avanços científicos e tecnológicos nesta matéria;
- b) Da redução do nível sonoro na origem, através da fixação de normas de emissão aplicáveis às diferentes fontes;
- c) Dos incentivos à utilização de equipamentos cuja produção de sons esteja contida dentro dos níveis máximos admitidos para cada caso;
- d) Da obrigação de os fabricantes e os vendedores de máquinas e electrodomésticos apresentarem, nas instruções de uso, informações detalhadas sobre o nível sonoro dos mesmos;
- e) Da introdução nas autorizações de construção de edifícios, utilização de equipamento ou exercício de actividades com obrigatoriedade de adoptar medidas preventivas para isolamento da propagação do ruído exterior e interior, bem como das vibrações;
- f) Da sensibilização da opinião pública para os problemas do ruído;
- g) Da localização adequada das actividades causadoras de ruído;
- h) Da normalização dos métodos de medida do ruído.



2. A lei especial regula o nível, método e medida do ruído.

#### ARTIGO 21.º

##### **Resíduos e Efluentes**

1. Os resíduos sólidos poderão ser reutilizados como fontes de matérias-primas e energia, procurando-se eliminar os tóxicos pela aplicação de:

- a) Tecnologias limpas;
- b) Técnicas preventivas orientadas para a reciclagem e reutilização de produtos como matérias-primas;
- c) Instrumentos fiscais e financeiros que incentivem a reciclagem e utilização de resíduos e efluentes.

2. A emissão, transporte e destino final de resíduos e efluentes ficam condicionados a autorização prévia.

3. A responsabilidade do destino dos diversos tipos de resíduos e efluentes é de quem os produz.

4. Os resíduos e efluentes devem ser recolhidos, armazenados, transportados, eliminados ou reutilizados de tal forma que não constituam perigo imediato ou potencial para a saúde humana nem causem prejuízo para o ambiente.

5. A descarga de resíduos e efluentes só pode ser efectuada em locais determinados para o efeito pelas entidades competentes e nas condições previstas na autorização concedida.

#### ARTIGO 22.º

##### **Produtos Químicos**

1. O combate à poluição derivada do uso de produtos químicos processar-se-á através de:

- a) Aplicação de tecnologias limpas;
- b) Avaliação sistemática dos efeitos potenciais dos compostos químicos sobre o homem e o ambiente;
- c) Controlo do fabrico, comercialização, utilização e eliminação dos compostos químicos;
- d) Aplicação de técnicas preventivas orientadas para a reciclagem e reutilização de matérias-primas, subsidiárias e produtos;
- e) Aplicação de instrumentos fiscais, financeiros e outros que incentivem a reciclagem e a utilização de resíduos;
- f) Elucidação da opinião pública.

2. Legislação especial regulará:

- a) A biodegradabilidade dos detergentes;
- b) Os condicionamentos e etiquetagem dos pesticidas, solventes, tintas, vernizes e outros produtos potencialmente tóxicos;

c) A utilização dos cloro-flúor-carbonetos e de outros componentes utilizados no aerossóis que provoquem "impacte" grave no ambiente e na saúde humana;

d) A criação de um sistema de informação sobre as novas substâncias químicas, obrigando os industriais e importadores a actualizar e avaliar os riscos potenciais dos produtos antes da sua comercialização;

e) As concentrações máximas admissíveis no que respeita à poluição pela amianto, chumbo, mercúrio, cádmio e outros produtos químicos;

f) O fomento e apoio à normalização da reciclagem da energia, dos metais, do vidro, do plástico, do pano e do papel;

g) O fomento e utilização de desperdícios para o aproveitamento de energia;

h) O fomento e apoio às energias alternativas.

#### ARTIGO 23.º

##### **Substâncias Radioactivas**

1. O controlo da poluição originada por substâncias radioactivas tem por finalidade eliminar a sua influência na saúde e bem-estar da população e no ambiente e faz-se, designadamente, através:

- a) Da avaliação dos efeitos das substâncias radioactivas nos ecossistemas receptores;
- b) Da fixação de normas de emissão para os efluentes físicos e químicos radioactivos resultantes de actividades que implicam o transporte, a utilização e armazenamento de material radioactivo;
- c) Do planeamento das medidas preventivas necessárias para actuação imediata em caso de poluição radioactiva;
- d) Da avaliação e controlo dos efeitos da poluição transfronteiriça e actuação que permita a sua prevenção.

2. As radiações não-ionizantes serão objecto de acções de controlo e de educação para saúde por parte dos serviços competentes, em termos a definir em legislação especial.

#### ARTIGO 24.º

##### **Produtos Alimentares**

1. Todos têm direito a ter à sua disposição alimentos próprios para consumo, isentos de contaminação biológica e de poluição química.

2. Os serviços competentes da Administração devem impedir que os produtos alimentares, pron-

tos a ser servidos ou não, sejam contaminados ou colhidos em qualquer das fases de processamento da produção, empacotamento, transporte, armazenamento, venda ou consumo.

3. É expressamente proibida a venda de produtos alimentares que não estejam em condições de consumo.

**SUBSECÇÃO II**  
**PROIBIÇÃO**  
**ARTIGO 25.º**  
**Proibição de poluir**

1. É proibido lançar, depositar ou, por qualquer outra forma, introduzir nas águas, no solo ou na atmosfera efluentes, resíduos radioactivos e outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar aqueles componentes ambientais e contribuam para a degradação do ambiente.

2. Legislação especial definirá os limites de tolerância admissível da presença de elementos poluentes na atmosfera, água, solo e seres vivos, bem como as proibições e condicionamentos necessários à defesa e melhoria da qualidade do ambiente.

**SECÇÃO IV**  
**OFENSAS ECOLÓGICAS**

**ARTIGO 26.º**  
**Elementos da Ofensa Ecológica**

Constituem, designadamente, os elementos das ofensas ecológicas:

- a) Poluição atmosférica;
- b) Poluição hídrica;
- c) Degradação do solo e de sub-solo;
- d) Degradação da flora e da fauna;
- e) Poluição química;
- f) Ofensa da paisagem;
- g) Poluição sonora;
- h) Perturbação dos níveis de luminosidade;
- i) Poluição industrial.

**ARTIGO 27.º**  
**Proibição de importação de resíduos ou lixos perigosos**

É expressamente proibida a importação de resíduos ou lixos perigosos no espaço sob a jurisdição nacional.

**CAPÍTULO III**  
**DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA E DA GESTÃO AMBIENTAL**

**ARTIGO 28.º**  
**Os Instrumentos**

São instrumentos da política e da gestão ambiental, designadamente os seguintes:

- a) Plano Nacional de Gestão Ambiental;
- b) Zonas de Protecção Especial;
- c) Detecção Remota e Sistema de Informação Geográfica (DT&SIG);
- d) Licenciamento Ambiental;
- e) Avaliação Ambiental;
- f) Auditoria Ambiental;
- g) Políticas e Planos de Ordenamento do Território, incluindo a classificação e criação de áreas, reservas ou paisagens protegidas com regimes especiais de conservação;
- h) A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza integrada na estratégia Africana e Mundial;
- i) Informação, Educação e Comunicação Ambiental;
- j) O Sistema Nacional de Protecção Civil e Prevenção dos Incêndios;
- k) Convenções, Tratados e Acordos Internacionais;
- l) Informações sobre os Dados Meteorológicos e Climáticos.

2. Lei especial definirá as áreas e zonas de maior "impacte" ambiental, onde se fará controlo e se tomarão medidas permanentes que normalizem a qualidade do ambiente.

**ARTIGO 29.º**  
**Fundo Ambiental**

1. É criado um Fundo Ambiental, cuja gestão, será objecto de um diploma próprio.

2. Integra designadamente o Fundo Ambiental as dotações do Orçamento Geral do Estado, as compensações, doações e valores provenientes de aplicação das multas e em consequência da violação das normas ambientais.

**ARTIGO 30.º**  
**Conservação da Natureza**

Para enquadramento e utilização das políticas globais do ambiente com as sectoriais será elaborada pelo organismo responsável pela área do ambiente, no prazo de um ano após a publicação do presente diploma, a estratégia nacional de conservação da natureza, que será submetida à autoridade competente para aprovação.

**ARTIGO 31.º**  
**Áreas Protegidas, Reservas, Sítios, Conjuntos e Objectos Classificados**

Legislação especial definirá a implementação e regulamentação de uma rede nacional contínua de áreas protegidas.



## ARTIGO 32.º

**Avaliação Ambiental**

1. Os planos, projectos, programas, trabalhos e acções que possam afectar o ambiente e a qualidade de vida das pessoas, quer sejam da responsabilidade e iniciativa de um organismo da administração central, regional ou local, quer de instituições públicas ou privadas, devem respeitar as preocupações e normas desta lei, bem como da lei de avaliação ambiental e terão de ser acompanhados de um estudo de "impacte" ambiental.

2. A avaliação ambiental e o conteúdo do seu procedimento será regulado pela legislação própria.

## ARTIGO 33.º

**Licenciamento Ambiental**

1. O licenciamento é o registo das actividades que pela sua natureza, localização ou dimensão sejam susceptíveis de provocar "impactes" ambientais e sociais significativos, são feitos de acordo com o regime a estabelecer pela administração, por regulamento específico.

2. A emissão da licença ambiental é baseada no resultado da avaliação de "impacte" Ambiental da proposta da actividade e precede a emissão de quaisquer outras licenças legalmente exigidas para cada caso.

## ARTIGO 34.º

**Auditoria Ambiental**

1. Estão sujeitas à auditoria ambiental, todas as actividades que, a data ou não da entrada em vigor da lei de avaliação ambiental se encontrem em execução sem aplicação de medidas de protecção ambiental e social, e das quais resulte o conhecimento de danos no meio ambiente.

2. Os custos decorrentes da reparação dos danos ambientais e sociais eventualmente constatados pela auditoria, são da responsabilidade dos empreendedores da actividade.

## CAPÍTULO IV

**DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO AMBIENTAL**

## ARTIGO 35.º

**Competência do Governo**

Compete ao Governo, através do organismo responsável pela área do ambiente, a definição e condução de uma política global no domínio do ambiente para desenvolvimento durável, bem como a implementação das medidas e adopção dos instrumentos necessários à aplicação da presente lei.

## ARTIGO 36.º

**Inspeção Ambiental**

1. O organismo responsável pela área do ambiente, através dos serviços competentes, deve ins-

tituir um sistema de inspecção ambiental para velar pela implementação da legislação ambiental.

2. A lei própria regulará a sua composição e funcionamento.

## ARTIGO 37.º

**Dever de Colaboração**

Todas as pessoas, independentemente das suas funções, estão sujeitas a fiscalização ambiental e devem colaborar com os agentes da inspecção do ambiente na realização das suas actividades profissionais.

## ARTIGO 38.º

**Participação das Comunidades**

Com vista a garantir a necessária participação das comunidades locais e a utilização adequada dos seus conhecimentos e capacidades humanas, o organismo responsável pela área do ambiente deve promover a criação de um corpo de agentes de inspecção comunitários e a participação efectiva das comunidades locais na definição das políticas e na gestão dos recursos naturais.

## ARTIGO 39.º

**Organizações não Governamentais**

As organizações não governamentais devidamente legalizadas, cujo conteúdo programático e objecto social seja da defesa do ambiente, do uso racional dos recursos naturais e da protecção dos direitos de qualidade de vida, têm o direito de participar e fazerem-se representar nos foros de gestão ambiental.

## CAPÍTULO V

**DOS DIREITOS E DEVERES DAS PESSOAS**

## ARTIGO 40.º

**Direito à Informação**

Todas as pessoas têm o direito de acesso à informação relacionada com a gestão do ambiente do país, sem prejuízo dos direitos de terceiros legalmente protegidos.

## ARTIGO 41.º

**Direito à Educação**

Todas as pessoas têm direito de acesso à educação ambiental com vista a assegurar uma eficaz participação na gestão do ambiente.

## ARTIGO 42.º

**Acesso à Justiça**

Qualquer pessoa que considere terem sido violados ou estarem em vias de violação dos seus direitos que lhe são conferidos pela presente lei, pode recorrer às instâncias judiciais, para pedir, nos termos gerais do direito, a cessação das causas de violação e a respectiva indemnização.

## ARTIGO 43.º

**Responsabilidade Objectiva**

1. Existe obrigação de indemnizar, independentemente de culpa, sempre que o agente tenha causado danos significativos ao ambiente, em virtude de uma acção ou omissão especialmente perigosa, sem prejuízo da lei especial aplicável.

2. O quantitativo de valor da indemnização a fixar por danos causados ao ambiente será estabelecido em legislação complementar.

## ARTIGO 44.º

**Embargo e demolição**

1. As actividades e os trabalhos efectuados com inobservância das proibições, ou pareceres decorrentes das medidas preventivas, ainda que licenciados ou autorizados pelas entidades competentes, podem ser embargados ou demolidos ou, sendo o caso, pode ser ordenada a reposição da configuração do terreno e a recuperação do coberto vegetal segundo o projecto a aprovar pela Administração.

2. A competência para ordenar o embargo, a demolição, a reposição da configuração do terreno ou a recuperação do coberto vegetal referidos no número anterior pertence ao organismo responsável pela área do Ambiente, quando esteja em causa a prossecução dos objectivos de interesse nacional, local ou municipal de preservação e conservação do ambiente.

3. As despesas com a demolição correm por conta do empreendedor da actividade a demolir e sempre que não forem pagas voluntariamente no prazo de trinta dias a contar da data de notificação para o efeito, são cobradas coercivamente, servindo de título executivo certidão passada pelo serviço competente donde constem, além dos demais requisitos exigidos, a identificação do empreendedor e o montante em dívida.

## ARTIGO 45.º

**Desobediência**

O prosseguimento de actividades embargadas nos termos do artigo anterior constitui crime de desobediência nos termos dos artigos 238.º e 239.º do Código Penal.

## ARTIGO 46.º

**Utilização Responsável dos Recursos**

É dever de qualquer pessoa, utilizar os recursos naturais de forma responsável e durável independentemente do fim a que se destinam e colaborar na melhoria progressiva de qualidade de vida.

## ARTIGO 47.º

**Participação de Infracções**

Todos têm dever de informar as autoridades competentes quando verificarem a prática de infracções as disposições desta lei ou qualquer outra legislação ambiental, ainda que presuma que tais estejam na eminência de ocorrer.

## ARTIGO 48.º

**Seguro de responsabilidade Civil**

Aqueles que exerçam actividades que envolvam alto grau de risco para o ambiente e como tal venham a ser classificados serão obrigados a assegurar a sua responsabilidade civil.

## CAPÍTULO VI

**DAS PENALIZAÇÕES**

## ARTIGO 49.º

**Tribunal Competente**

1. O conhecimento das acções a que se referem os artigos 43.º e 44.º da presente lei é da competência dos tribunais, conforme à lei de processo aplicável.

2. Nos termos do artigo 43.º da presente lei os lesados têm a legitimidade para demandar os infractores nos tribunais para obtenção das correspondentes indemnizações.

3. Sem prejuízo da legitimidade dos lesados para propor as acções, compete ao Ministério Público a defesa dos valores protegidos por esta lei através, nomeadamente, dos mecanismos previstos na presente lei e demais aplicável.

## ARTIGO 50.º

**Crimes Contra o Ambiente**

Além dos crimes previstos e punidos no Código Penal, serão ainda considerados crimes, as infracções que a legislação complementar vier a qualificar como tal de acordo com o disposto na presente lei.

## ARTIGO 51.º

**Crimes e Contravenções Ambientais**

As infracções de carácter criminal bem como as contravenções relativas ao ambiente, são objecto de regulamentação em legislação especial.

## ARTIGO 52.º

**Obrigatoriedade de Remoção das Causas da Infracção e da Reconstituição da Situação Anterior**

1. Os infractores são obrigados a remover as causas da infracção e a repor a situação anterior à mesma ou equivalente, salvo o disposto no n.º 3 deste artigo.



2. Se os infractores não cumprirem as obrigações acima referidas no prazo que lhes for indicado, as entidades competentes mandarão proceder às demolições das obras e acções necessárias à reposição da situação anterior à infracção, a expensas dos infractores.

3. Em caso de não ser possível a reposição da situação anterior à infracção, dos infractores ficam obrigados ao pagamento de uma indemnização nos termos gerais do direito e a realização das obras necessárias a minimização das consequências provocadas.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

#### ARTIGO 53.º

##### Desenvolvimento da Lei de Bases do Ambiente

O Governo deve mediante legislação especial, regulamentar a presente lei, no prazo de um ano após a data da sua publicação, nomeadamente nos seguintes domínios:

- a) Instituto Nacional do Ambiente;
- b) Fundo Ambiental;
- c) Inspecção Ambiental;
- d) Laboratório de Referência Ambiental;
- e) Organismos Vivos e Geneticamente Modificados/Biosecurança;
- f) Acesso Equitativo dos Recursos e Partilha dos Benefícios;
- g) Detecção Remota e Sistema de Informação Geográfica (DT&SIG);
- h) Propriedade intelectual na área do ambiente (Fauna e Flora).

#### ARTIGO 54.º

##### Incentivos

O Governo deve criar incentivos económicos ou de outra natureza com vista a encorajar a utilização de tecnologias, processos produtivos e recursos naturais de acordo com o espírito do desenvolvimento durável.

#### ARTIGO 55.º

##### Convenções, Tratados e Acordos Internacionais

A regulamentação e, de um modo geral, toda a matéria incluída na legislação complementar à presente lei deverá ter em conta as convenções, tratados e acordos internacionais assinados, e ratificados pela República da Guiné-Bissau no âmbito do ambiente e desenvolvimento durável.

#### ARTIGO 56.º

##### Legislação Sectorial

1. As legislações existentes que regem a gestão dos componentes ambientais devem ser ajustadas às disposições da presente lei.

2. Cabe ao Governo adoptar as medidas regulamentares necessárias à efectivação da presente lei.

#### ARTIGO 57.º

##### Revogação de Legislação

São revogadas todas as legislações que contrariem as disposições do presente diploma.

#### ARTIGO 58.º

##### Entrada em Vigor

A presente lei entra em vigor no prazo de noventa dias após a data da sua publicação no Boletim Oficial.

Aprovada em 14 de Dezembro de 2010. — O Presidente da Assembleia Nacional Popular, **Raimundo Pereira**.

Promulgado em 22 de Fevereiro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, **Malam Bacai Sahná**.

#### Resolução n.º 22/2010

de 2 de Março

A Assembleia Nacional Popular vota, nos termos da alínea h), do n.º 1 do Artigo 85.º conjugado com o n.º 2 do Artigo 91.º, ambos da Constituição da República, a seguinte Resolução:

1. Aprova a Convenção para a Cooperação em matéria de Protecção e Desenvolvimento do Meio Marítimo e da Zona Litoral da Região de África Ocidental e Central e Protocolo (1981), cujo conteúdo se anexa à presente.

Aprovada em Bissau, aos 21 dias do mês de Dezembro de 2010. — O Presidente da Assembleia Nacional Popular, **Raimundo Pereira**.

Ratificado em Bissau, aos 7 dias do mês de Fevereiro de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, **Malam Bacai Sahná**.

#### CONVENÇÃO PARA A COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO MEIO MARÍTIMO E LITORAL DA REGIÃO DA ÁFRICA OCIDENTAL E CENTRAL E PROTOCOLO (1981)

ENTRADA EM VIGOR: 5 de Agosto de 1984

As Partes contratantes,

Conscientes do valor económico e social do meio marítimo e litoral da região da África ocidental e central e da sua importância para a saúde,

# CARTA DE POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA GUINÉ-BISSAU



## DECRETO N° ...../2016

### PREÂMBULO

A gestão responsável e sustentável dos recursos naturais e o respeito a preservação da identidade cultural das populações nativas têm servido as vezes de instrumento de contenção dos anseios e necessidades de desenvolvimentos de muitos países.

A globalização suscita, mundialmente, discussões acerca da dicotomia que se traduz no embate travado entre o crescimento económico e a preservação do ambiente.

O turismo é a indústria de maior crescimento na actualidade, movimentando recursos vultosos, com o aproveitamento dos infindáveis recursos naturais que existem em nosso país.

Dados informam que, para cada emprego direto na indústria do turismo, criam-se nove empregos indiretos, o que traduz o seu efeito gerador e multiplicador de empregos, possibilitando uma melhor distribuição de renda e riqueza.

Assim, mostra-se imprescindível a implementação de ações do poder público, de todas as entidades da nação guineense, viabilizando investimentos públicos e privados, formulando-se uma política de ecoturismo, a fim de acelerar seu acesso ao desenvolvimento, obter harmonia entre o crescimento económico e o social, equilibrar os recursos entre a oferta e a procura e a promoção da qualidade de vida aliada à preservação dos ecossistemas.

A imperatividade do sucesso da Acção governativa no domínio do Turismo impõe que se adopte medidas estruturantes e disciplinares por forma a explicitar as atribuições, as competências e as actuações dos diferentes actores institucionais implicados no processo de planificação e de desenvolvimento desta actividade económica.

O Turismo constitui inequivocamente a base do progresso e da melhoria de vida das nossas populações, pois caracteriza-se por enormes potencialidades, que merecem ser aproveitadas em termos de realização de projectos de investimentos, tendo em conta que evidencia-se com um importante impacte no crescimento económico e na Balança de Pagamentos dos países que nele apostam como factor de desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Sendo a Guiné-Bissau, um dos países mais rico em termos de Biodiversidade da África Ocidental, cujos ecossistemas muito sensíveis e vulneráveis, portanto, cabe ao Governo,



definir políticas e estratégias no sector de modo a permitir a continuidade da produtividade dos mesmos ecossistemas e conservar a qualidade dos produtos turísticos.

Assim, o ecoturismo, como sendo um dos segmentos do turismo que reuniu um consenso abrangente de todos os conhecedores da matéria tanto no plano internacional como no plano nacional, como forma de turismo susceptível de conciliar os valores económicos, sociais e ecológicos relacionados com o desenvolvimento do Turismo, no país em geral, e nas áreas sensíveis e vulneráveis incluindo as Áreas Protegidas em particular.

Assim, o Governo decreta nos termos do n.º 2 do artigo 100º da Constituição, o seguinte:

**Artigo 1º**  
**Aprovação**

É aprovada a Carta da Política Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo na Guiné-Bissau que faz parte integrante deste decreto.

**Artigo 2º**  
**Norma Revogatória**

Este diploma revoga todos os diplomas semelhantes e contrários.

**Artigo 3º**  
**Entrada em Vigor**

O presente Decreto entra em vigor após a sua publicação no Boletim Oficial.

O Primeiro-Ministro,

---

**Dr. Baciro Djá**

O Ministro do Turismo

---

**Dr. Malam Djaura**

O Secretário de Estado do Ambiente,

---

**Eng. Bernardo Braima Mané**

Promulgado aos \_\_\_\_\_ dias do mes de \_\_\_\_\_ de 2016

Publique-se.

O Presidente da República,

---

**Dr. José Mário Vaz**

Bissau, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016

# **CARTA DE POLÍTICA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA GUINÉ-BISSAU**

## **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **Artigo 1º**

#### **Âmbito**

O presente diploma estabelece as bases do regime jurídico da política nacional do desenvolvimento do ecoturismo na Guiné-Bissau.

### **Artigo 2º**

#### **Objecto**

Define princípios, objetivos estratégicos, medidas e instrumentos de gestão dos recursos e estabelece regras a serem definidas em conjunto com os diversos sectores sociais, económicos e ambientais, para garantir a preservação dos recursos naturais, da biodiversidade, da identidade cultural das populações, do património histórico.

### **Artigo 3º**

#### **Objectivos da política**

Os objetivos básicos da Política Nacional de Desenvolvimento do Ecoturismo são definidos e visam, nomeadamente:

- a. Compatibilizar as actividades de ecoturismo com a conservação de patrimónios naturais;
- b. Fortalecer a cooperação inter-institucional;
- c. Possibilitar a participação efectiva de todos os segmentos actuantes no sector;
- d. Promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- e. Promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a actividade de ecoturismo; e
- f. Promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.



## **Artigo 4º**

### **Definições**

Pelo presente diploma entende-se como:

**Atractivo turístico:** É um lugar de interesse que turistas visitam geralmente o seu valor cultural inerente ou exibido, importância histórica, beleza natural ou artificial, ou para recreação e diversão.

**Ecossistema:** É o conjunto formado por plantas, animais, micro-organismos e outros elementos como a água e o solo. A forma como esses se organizam e dependem uns dos outros produz diferentes paisagens naturais.

**Ecoturismo:** É um ramo do turismo que utiliza de forma sustentável os recursos naturais e culturais de um determinado lugar e contribui para a sua conservação. Busca desenvolver o respeito pela natureza por meio do contacto com o ambiente natural e promove o bem-estar das comunidades locais envolvidas.

**Equipamento e serviço:** Compõem a estrutura de atendimento ao ecoturista, como pousadas, hotéis, restaurantes, operadores, empresas de transporte, guias de ecoturismo e intérpretes.

**Dono da Obra:** Pessoa individual ou colectiva, pública, ou privado, que pretende desenvolver um projecto e/ou formula um pedido de autoridade ou de licenciamento de um projecto.

**Identidade Cultural:** elemento do estilo de vida, a arte e o artesanato típicos da localidade, as festas populares, as crenças, os costumes e os valores que compõem os atractivos culturais de uma localidade.

**Infra-estrutura básica:** Reúne as condições mínimas que viabilizam a utilização dos recursos, como saneamento (rede de água, esgotos, recolha de lixo), energia, estradas, aeroportos, portos.

**Infra-estrutura turística:** Reúne as condições mínimas que viabilizam a realização do produto: sinalização turística, guias ecoturísticos, pontos ou centros de informações turísticas.

**Património Cultural** é o conjunto de todos os bens, manifestações populares, tradições tanto materiais quanto imateriais, que reconhecidos de acordo com sua ancestralidade, importância histórica e cultural do país, da comunidade ou da localidade que adquirem um valor único e de eternidade.

**Patrimónios Naturais:** Elemento do ambiente natural que desperta algum tipo de encantamento, interesse ou que é propício a diversão e lazer, como rio, lagoa e praia; caverna, gruta e penhasco; mata, mangal; espécie da fauna e flora e entre outros.

**Património Histórico:** É o conjunto de bem material colonial, ruínas, vestígios arqueológicos, objectos que representam hábitos antigos das populações, etc.

**Património turístico:** É o conjunto dos elementos naturais ou culturais transformados em atractivos turísticos mais os elementos da planta turística (equipamento e instalações) e serviços, capazes de motivar os deslocamentos de correntes turísticas para um determinado destino.

**Pacote turístico:** Roteiro de viagem que envolve um ou mais produtos ecoturísticos. Tem como característica principal proporcionar ao cliente a comodidade de comprar tudo o que necessita antes de sua viagem, (transporte, hospedagem, alimentação, excursões e guias de ecoturismo), devendo se preocupar apenas com despesas extras (bebidas, telefonemas e lavanderia).

**Turismo:** É o movimento temporário de pessoas para locais diferentes de suas residências e trabalhos habituais, as actividades realizadas durante sua permanência e as facilidades criadas para atender as necessidades dessas pessoas.

**Turismo Comunitário:** é a iniciativa e a actividade protagonizada pelas comunidades locais que, se ordenadas e bem estruturadas, representam importantes experiências capazes de agregar valor aos roteiros e gerar emprego e renda ao local.

**Turismo rural:** é uma modalidade do turismo que tem por objectivo permitir a todos um contato mais directo e genuíno com a natureza, a agricultura e as tradições locais, através da hospedagem domiciliar em ambiente rural e familiar.

## **Artigo 5º**

### **Princípios gerais do ecoturismo**

Princípios básicos para a concretização do Ecoturismo são os seguintes:

#### **1. Criação e respeito da legislação vigente**

O ecoturismo deve respeitar a legislação vigente, em todos os níveis, no país e as convenções internacionais das quais o país é signatário.

## **2. Proteção dos direitos das comunidades locais**

O turismo deve buscar e promover os mecanismos e ações de respeitabilidade social, ambiental e de equidade económica, inclusive a defesa dos direitos humanos e de uso da terra, mantendo ou ampliando, a médio e longo prazo, a dignidade dos trabalhadores e das comunidades envolvidas.

## **3. Conservação do ambiente natural e sua biodiversidade**

Em todas as fases de implementação e operação, o turismo deve adotar boas práticas de forma a minimizar os impactes nefastos sobre o ambiente natural, monitorando e mitigando efectivamente os impactes, de forma a contribuir para a manutenção das dinâmicas e processos naturais em seus aspetos paisagísticos, físicos e biológicos.

## **4. Consideração do património cultural e valores locais**

O turismo deve reconhecer e respeitar o património histórico-cultural das regiões e localidades receptoras e planear, implementar e gerir em harmonia com às tradições e valores culturais, colaborando para o seu desenvolvimento.

## **5. Promoção do desenvolvimento social e económico dos destinos turísticos**

O turismo deve contribuir para o fortalecimento das economias locais, a qualificação das pessoas, a geração crescente de trabalho, emprego, renda e o fomento da capacidade local de desenvolver empreendimentos turísticos.

## **6. Proteção a qualidade dos produtos, processos e atitudes**

O turismo deve avaliar a satisfação do turista e verificar a adoção de padrões de higiene, segurança, informação, educação ambiental e atendimento estabelecidos, documentados, divulgados e reconhecidos.

## **7. Planificação e gestão responsável**

O turismo deve estabelecer procedimentos éticos de negócio, visando engajar todos os integrantes da actividade na responsabilidade social, económica e ambiental, incrementando o comprometimento do seu pessoal, fornecedores e turistas em assuntos de sustentabilidade,



desde a elaboração de sua missão, objectivos e estratégias até a definição de metas, planos e processos de gestão.

## **CAPÍTULO II**

### **DOS FUNDAMENTOS DA POLÍTICA DO ECOTURISMO**

#### **Artigo 6 °**

##### **Potenciais locais ecoturísticos**

1. Os potenciais locais propícios para as atividades ecoturísticas são nomeadamente:
  - a) Estação ecológica;
  - b) Reserva biológica;
  - c) Parques;
  - d) Monumentos naturais;
  - e) Refúgio da vida silvestre;
  - f) Área de proteção ambiental;
  - g) Área de relevante interesse ecológico;
  - h) Florestas comunitárias;
  - i) Reserva de fauna;
  - j) Santuário ecológico;
  - k) Sítios de RAMSAR;
  - l) Reserva de biosfera;
  - m) Património cultural; e
  - n) Património histórico.
  
2. Todos os locais de interesse ecológico, cultural, histórica, religiosa, artística, documental ou estética que se constituam em unidades de conservação, são devidamente sinalizados pelo poder público

#### **Artigo 7°**

##### **Condições**

As condições básicas para o desenvolvimento ecoturismo são, nomeadamente:

- a) Criação de infra-estrutura de base;
- b) Criação de infra-estrutura turística; e
- c) Disponibilização de equipamentos e serviços.

## **Artigo 8º**

### **Critérios**

1. A avaliação da política de desenvolvimento do ecoturismo deve basear-se nos seguintes critérios, nomeadamente:
  - a) **Ambiental:** Significa criar a extensão da área e do espaço utilizável, fragilidade do ambiente, sensibilidade de espécies animais em relação à presença humana e recurso da biodiversidade;
  - b) **Socio-cultural:** Implica respeitar e apoiar a comunidade residente nos locais de desenvolvimento das actividades ecoturística no desenvolvimento do seu território, bem como sensibilizar e informar os turistas sobre o turismo responsável; e
  - c) **Económica:** Garante os benefícios tangíveis para as populações e os actores económicos locais.
  
2. Sem prejuízo dos parâmetros em anexo a este diploma, os indicadores são desenvolvidas por um diploma próprio.

## **Artigo 9º**

### **Ambiente**

Para o critério ambiental, segue nomeadamente, os parâmetros de avaliação de performance da política do ecoturismo:

- a) Avaliação ambiental (Estudo de Impacte Ambiental e Social, etc.) antes de começar qualquer projecto, com vista a limitar os possíveis impactes na biodiversidade e na paisagem;
- b) Introdução ou não das espécies vegetais ou animais que não sejam nativas das localidades de ecoturismo;
- c) Uso racional dos recursos naturais, tais como a água, os produtos da floresta ou do mar com vista a limitar o seu consumo;
- d) Comercialização ou não dos recursos naturais, para além dos serviços estritamente ligados a sua actividade turística;
- e) Valorização de preferência o uso de água potável local em detrimento das águas engarrafadas;
- f) Adoção de medidas de gestão dos resíduos (sólidos e líquidos) em conformidade com as normas definidas pela AAAC;

- g) Adoção de medidas de gestão das águas usadas em conformidade com as normas definidas pela AAAC;
- h) Utilização de preferência as fontes de energia renováveis, tais como a energia solar e eólica;
- i) Utilização de preferência os motores fora-de-bordo de 4 (quatro) tempos e banir a utilização de *Jet-ski* nos limites das zonas sensíveis e vulneráveis incluindo áreas protegidas;
- j) Promoção e apoio as acções de educação ambiental ou programas de pesquisa e de conservação da biodiversidade; e
- k) Respeito aos códigos de condutas elaborados pela instituição concernente e assegurar a sua aplicação no que concerne à observação da fauna selvagem e visitas aos locais de atractivo turístico.

#### **Artigo 10º**

##### **Económico**

Os parâmetros de avaliação de performance da política do ecoturismo na base do critério económico são, nomeadamente:

- a) Emprego aos residentes das comunidades locais;
- b) Respeito das regras administrativas e jurídicas relativas ao trabalho;
- c) Privilegio aos prestadores de serviço e os fornecedores locais (comida, materiais, mão de obra) de forma a dinamizar a economia local;
- d) Facilidade da disponibilidade dos produtos artesanais locais juntos aos turistas de forma a gerar fontes de recursos e receitas alternativas; e
- e) Adoção de uma abordagem transparente em relação à gestão da actividade ecoturística.

#### **Artigo 11º**

##### **Sócio-cultural**

No critério sócio-cultural, os parâmetros de avaliação de performance da política de ecoturismo são, nomeadamente:

- a) Privilegio aos empregados locais de competências iguais;
- b) Garantia de uma remuneração justa, em função das competências e da experiência;



- c) Promoção das formações a fim de melhorar as qualificações e a motivação do pessoal que trabalha no sector;
- d) Investimento de uma parte dos benefícios geridos pela actividade turística em favor de iniciativas colectivas de desenvolvimento local (criação de fundos comunitários);
- e) Garantia de uma comunicação regular junto aos turistas sobre as condições de vida das comunidades locais, bem como sobre as suas características culturais a fim de determinar uma actitude respeitosa no momento das visitas nos locais de atractivos turísticos;
- f) Eliminação, no seio dos acampamentos, todas as práticas ligadas a delinquência e a prostituição;
- g) Sensibilização dos turistas sobre a prática do turismo responsável, divulgar e assegurar a fiel aplicação dos códigos de conduta elaborados pela instituição concernente;
- h) Participação na salvaguarda e na promoção da identidade cultural das comunidades residentes nas áreas sensíveis e vulneráveis incluindo nas protegidas pondo a disposição dos turistas livros, documentários, conferências, exposições, etc;
- i) Implicação dos turistas na medida de possível a participar nos projetos comunitários através do seu apoio financeiro e técnico; e
- j) Encorajamento ou não da folclorização da cultura incitando as comunidades locais a reproduzir as suas cerimónias para fins comerciais.

## **Artigo 12º**

### **Medidas**

As medidas são, principalmente:

- a. Minimizar os impactes físicos, sociais e biológicos, comportamentais e psicológicas;
- b. Criar consciência ambiental, cultural e respeito;
- c. Proporcionar experiências positivas para os visitantes e anfitriões;
- d. Gerar os benefícios financeiros para as comunidades locais e empresa privadas; e
- e. Priorizar a eco-construção, ou seja, desenhar, construir e operar instalações ecológicas.

## **Artigo 13º**

### **Instrumentos do ecoturismo**

Os instrumentos de implementação da política de ecoturismo são, nomeadamente:

- a) Plano de desenvolvimento do ecoturismo;
- b) Estratégia nacional de ecoturismo;
- c) Zonagem de sítios ecoturísticos;
- d) Certificação de empreendimentos ecoturísticos; e
- e) Código de conduta.

## **Artigo 14º**

### **Actividades compatíveis com ecoturismo**

Possíveis actividades que poderão ser desenvolvidas em locais destinados ao ecoturismo são:

#### **1. Actividades aquáticas**

- a) **Canoagem** - realizada em rios ou oceano em barcos de pequeno porte, geralmente com capacidade para um a três passageiros, desporto destinado a observação de recursos naturais associada a actividades de recreação e lazer;
- b) **Mergulho livre ou *snorkeling* (lê-se *isnórquelin*)** - mergulho no mar, rio, lago e caverna com a utilização de máscara e nadadeiras, sem equipamento autónomo de respiração; e
- c) **Pesca desportiva** - actividade em que há soltura dos peixes, conhecida também como “pesque e solte”.

#### **2. Actividades terrestres**

- a) **Acampamentos ou *camping*** - realizados em áreas naturais públicas ou particulares com equipamentos especializados;
- b) **Caminhada com pernoite ou *trekking* (lê-se *tréquin*)** - caminhadas de dois ou mais dias em que os participantes precisam carregar parte dos equipamentos em mochilas, pernoitando em acampamentos ou utilizando meios de hospedagem, como pousadas e casas de famílias;
- c) **Caminhadas de um dia ou *hikking* (lê-se *ráiquin*)** - caminhadas curtas, realizadas sem o transporte de muito peso, com retorno ao ponto de partida antes do anoitecer;

- d) **Cavalgada ou equitação** - passeios a cavalo por ambientes naturais, em geral seguindo antigas trilhas de tropeiros. Pode ter a duração de vários dias;
- e) **Ciclismo ou biking (lê-se *báiquin*)** - exploração de trilhas em bicicletas especiais;
- f) **Observação de espécies da fauna e da flora** - em trilhas, passeios de barco ou com a utilização de mirantes. Um segmento de mercado muito importante para o ecoturismo é dos observadores de aves, conhecidos internacionalmente como *bird watching* (lê-se *bârd uótin*);
- g) **Visita a cavernas ou caving (lê-se *quêivin*)** - actividade recreativa derivada da ciência de explorar cavidades subterrâneas, denominada espeleologia;
- h) **Visitas às comunidades anfitriãs** - participação ou acompanhamento de actividades quotidianas da comunidade anfitriã; e
- i) **Visitas a sítios arqueológicos** - muitos estão inseridos em ambientes naturais e a visita pode estar associada à prática de actividades recreativas.

### **CAPÍTULO III**

## **AS PARTES ENVOLVIDAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DO ECOTURISMO**

#### **Artigo 15º**

##### **Poder Público**

Responsável pela criação das condições propícias para a implementação da política de desenvolvimento de ecoturismo, através da adoção das localidades de infra-estruturas mínima para receber o turista nos termos do artigo 7º.

#### **Artigo 16º**

##### **Comunidades Locais**

Que mostram o seu modo de vida, costumes, festas, por meio de produtos, serviços e educação ambiental; e estão organizadas para fazer com que os recursos e benefícios sociais gerados pelo ecoturismo sejam bem distribuídos.

#### **Artigo 17º**

##### **Sector Privado**

Sector privado compreende três categorias, principalmente:

- a) **Fornecedores:** Empresas e/ou pessoas que colocam à disposição dos visitantes serviços de hospedagem, alimentação, transportes, entretenimento, guias, comércio, entre outros;
- b) **Operadores de turismo:** Empresas que criam os pacotes turísticos, encarregando-se de promover e vender atrações locais por meio do agente de viagens ou diretamente ao consumidor nacional e internacional; e

- c) **Agentes de viagens:** Empresas que recebem dos operadores de turismo os pacotes ecoturísticos pronto para ser vendido, encarregando-se de vendê-lo ao consumidor.

## **CAPÍTULO IV DOS DOS DIREITOS E DEVERES DAS PARTES**

### **Artigo 18º**

#### **Direito à Informação**

Todas as pessoas têm o direito de acesso à informação relacionada com a gestão do ecoturismo do país, sem prejuízo dos direitos de terceiros legalmente protegidos.

### **Artigo 19º**

#### **Direito à Educação ambiental**

Todas as pessoas têm direito de acesso à educação ambiental com vista a assegurar uma eficaz participação na gestão do ecoturismo.

### **Artigo 20º**

#### **Utilização Responsável dos Recursos**

É dever de qualquer pessoa, utilizar os recursos naturais de forma responsável e durável independentemente do fim a que se destinam e colaborar na melhoria progressiva de qualidade de vida.

## **CAPÍTULO V DAS SANÇÕES**

### **Artigo 21º**

#### **Participação de infracções**

Qualquer pessoa que considere ter sido violados ou estar em vias de violação dos seus direitos que lhe são conferidos pelo presente diploma, pode recorrer às instâncias judiciais, para pedir, nos termos gerais do direito, a cessação das causas de violação e a respectiva indemnização.

### **Artigo 22º**

#### **Sanções**

1. A competência de fiscalização e as sanções são determinadas em diploma próprio.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a autoridade responsável, depois de receber os Autos de Notícias pela Inspeção-Geral ou outra entidades e, se assim julgar por conveniente, determinar por Auto de Infracção a apreensão de equipamentos, o encerramento de instalações, a interdição de exercer actividade, a privação do direito de participação em fornecimentos de serviços ou concessão de serviços, licenças ou alvarás.



3. Sem prejuízos do disposto no número 2 do mesmo artigo, as sanções são determinadas tendo em conta a gravidade da infracção, a condição económica e o grau de culpa do Dono obra

### **Artigo 23º**

#### **Multas**

1. As actividades e os trabalhos de desenvolvimento do ecoturismo efectuados com inobservância das medidas preventivas e/ou correctivas previstas no presente diploma e outros diplomas vigentes no país e que vier a ser estabelecido pelo diploma próprio, o Dono da Obra pode ser multados em função da gravidade do acto em diploma próprio tendo em conta a especificidade dos potenciais locais previstos nos termos do artigo 6º, número 1 do presente diploma.
2. A pena de multas a que se refere o número 1 deste artigo, definida em diploma próprio, aplica-se aos casos concretos tendo em conta a gravidade da infracção, a condição económica e o grau de culpa do Dono obra.

### **Artigo 24º**

#### **Embargo e demolição**

1. As actividades e os trabalhos efectuados com inobservância das proibições, ou pareceres decorrentes das medidas preventivas, ainda que licenciados ou autorizados pelas entidades competentes, podem ser embargados ou demolidos ou, sendo o caso, pode ser ordenada a reposição da configuração do terreno e a recuperação do coberto vegetal segundo o projecto a aprovar pela Administração.
2. A competência para ordenar o embargo, a demolição, a reposição da configuração do terreno ou a recuperação do coberto vegetal referidos no número anterior pertence ao organismo responsável pela área do turismo ou do ambiente ou outra instituição, quando esteja em causa a prossecução dos objectivos de interesse nacional, local ou municipal de preservação e conservação do património, nomeadamente natural, histórico, cultural.
3. As despesas com a demolição e/ou recuperação correm por conta do Dono da Obra a demolir e sempre que não forem pagas voluntariamente no prazo de trinta dias a contar da data de notificação para o efeito, são cobradas coercivamente, servindo de título executivo certidão passada pelo serviço competente donde constem, além dos demais requisitos exigidos, a identificação do Dono da Obra e o montante em dívida.

**Artigo 25º**  
**Desobediência**

O prosseguimento de actividades embargadas nos termos do artigo anterior constitui crime de desobediência nos termos dos artigos 238º e 239º do Código Penal.

**Artigo 26º**  
**Obrigaçãõ de indemnizar**

1. Existe obrigaçãõ de indemnizar, independentemente de culpa, sempre que o agente tenha causado danos significativos ao ambiente, em virtude de uma acçãõ ou omissãõ especialmente perigosa, sem prejuízo da lei especial aplicável.
2. O quantitativo de valor da indemnizaçãõ a fixar por danos causados ao ambiente é estabelecido em legislaçãõ complementar.

**CAPÍTULO VI**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Artigo 27º**  
**Regime transitório**

Todos os projetos no domínio de ecoturismo em curso antes de entrada em vigor do presente diploma dispõem do prazo máximo de um (01) ano para mecanismos da sua conformaçãõ com os ditames deste.

**Artigo 28º**  
**Casos omissos**

Para os casos não previstos ou especificados no presente diploma observar-se-á o disposto nos regulamentos de aplicaçãõ e demais diplomas de vocaçãõ ecoturística.

**Artigo 29º**  
**Entrada em Vigor**

O presente diploma entra em vigor logo após a sua publicaçãõ no Boletim Oficial.

Aprovado pelo Conselho de Ministros aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2016.

O Primeiro-Ministro,

---

**Dr. Baciro Djá**

O Ministro do Turismo

---

**Dr. Malam Djaura**

O Secretário de Estado do Ambiente,

---

**Bernardo Braima Mané**

Promulgado aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República,

---

**Dr. José Mário Vaz**

Bissau, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

## ANEXOS

### Grelha de Avaliação Social e Ambiental dos Empreendimentos Turísticos instalados nas Áreas Protegidas da Guiné-Bissau

Nº	Critérios	Parâmetros						Pontos
1	Construção ecológica	M. Local	5	Misto	3	importado	1	
2	Fontes de aprovisionamento de electricidade	Renovável	5	Misto	3	Gerador	1	
3	Fontes de aprovisionamento de água	Local	5	Misto	3	importado	1	
4	Paisagem visual do empreendimento	Bom	5	Médio	3	Mau	1	
5	Privilegiar empregados locais (jovens e mulheres)	100-80%	5	79-50%	3	49-0%	1	
6	Sistema de gestão de resíduos sólidos	Sim	2	Não	0			
7	Sistema de gestão de águas usadas e outros efluentes	Sim	2	Não	0			
8	Introduções de espécies animais e vegetais não nativos, sem respeitar as Melhores Práticas	Sim	0	Não	2			
9	Implementação de Plano de Gestão Ambiental e Social	Sim	2	Não	0			
10	Apoia iniciativas de Educação Ambiental	Sim	2	Não	0			
11	Incentiva iniciativas Geradoras de Ocupação e Renda nas Comunidades	Sim	2	Não	0			
12	Disponibilidade dos produtos artesanais locais aos visitantes	Sim	2	Não	0			
13	Incentiva e/ou respeita aspecto género	Sim	2	Não	0			
14	Proporciona Acções de formação a fim de melhorar qualidades e motivação do pessoal	Sim	2		0			
15	Aspecto decorativo valoriza produtos locais e ambientais	Sim	2	Não	0			
16	Folclorização das actividades culturais (pagamentos por prestação das cerimónias pseudo culturais)	Não	2	Sim	0			
Total			45		17		5	
<b>Total parcial</b>								
<b>Avaliação Precedente (precisar a data)</b>			<b>Pontos</b>					
<b>Total Geral</b>			<b>Pontos</b>					



<b>ATRIBUIÇÃO DO LABEL:</b>	<b>Sim</b>		<b>Não</b>				
-----------------------------	------------	--	------------	--	--	--	--

Um manual de utilização para apoiar na classificação dos estabelecimentos turísticos é apresentado na tabela que segue.

**A pontuação mínima para a atribuição do Certificado é de 17 pontos.**

- Um bônus de 2 pontos é concedido por cada aumento de 5 pontos em comparação com a primeira avaliação.

**Parâmetro para atribuição do *Label*:**

36 – 45 (Ouro) ⇒ Empreendimento com Elevada Eficiência Ambiental;

26 – 35 (Prata) ⇒ Empreendimento com Media Eficiência Ambiental; e

17 – 25 (Bronze) ⇒ Empreendimento com Baixa Eficiência Ambiental.

Duas (2) avaliações sucessivas sem progresso para **Bronze**; quatro (4) avaliações sucessivas sem progresso para **Prata** e Seis (6) avaliações sucessivas sem progresso para **Ouro**, o Promotor incorre as sanções previstas no artigo 22º da Carta Política, assim como as demais leis.

**Principais critérios referenciais para realização de auditoria e avaliação dos empreendimentos ecoturísticos**

Água, lixo, energia, emprego e atmosfera paisagístico / lugares sagrados

#### Manual de utilização da grelha dos critérios de avaliação dos estabelecimentos turísticos

1	A construção do empreendimento turístico deve ser feita de a forma a evitar grandes impactes ao ambiente. O máximo de pontos é obtido se o estabelecimento turístico for construído só com matéria-prima local. Se o empreendimento for construído com matéria-prima mista (por exemplo, matéria prima local e importado), o candidato ao certificado terá o direito à metade dos pontos. Se o empreendimento for construído só com matéria-prima importada o estabelecimento não receberá nenhum ponto para este critério.
2	O máximo de pontos é obtido se o estabelecimento turístico funciona apenas com energia solar (ou qualquer outra fonte de energia renovável). Se o estabelecimento funciona com o abastecimento de energia misto (por exemplo, energia solar e gerador), o candidato ao certificado terá o direito à metade dos pontos. Se o abastecimento de energia for apenas através do uso de energia fóssil (gerador), o estabelecimento não receberá nenhum ponto para este critério.

3	<p>Tendo em conta os impactos gerados no ambiente pelas garrafas de plástico, o empreendimento turístico deve evitar no máximo a sua utilização. O máximo de pontos é obtido se o estabelecimento turístico utiliza apenas fontes de aprovisionamento local.</p> <p>Se o estabelecimento utiliza meio de aprovisionamento misto (por exemplo, local e importado), o candidato ao certificado terá o direito à metade dos pontos.</p> <p>Se o aprovisionamento for apenas importado, o estabelecimento não receberá nenhum ponto para este critério.</p>
4	<p>Integração do estabelecimento ecoturístico no seu ambiente local (atmosfera paisagístico). O estabelecimento deve fundir-se no seu ambiente natural ou urbano. Por exemplo, os estabelecimentos que desfiguram o litoral terão 0 (zero) neste critério, especialmente se tiverem um impacto na erosão. Os estabelecimentos com uma cobertura vegetal significativa e uma boa integração no meio natural e cultural terão a pontuação máxima neste critério. O Orango Parque Hotel pode ser considerado um exemplo nesse critério, uma vez que é pouco visível e totalmente integrado no seu meio. E os caminhos foram construídos para minimizar a erosão.</p>
5	<p>Para emprego local deve-se priorizar o empregado de nacionalidade guineense / da zona de intervenção e deve-se ter em conta o aspeto género.</p>
6	<p>Considerando que o ecoturismo visa minimizar o impacto do turismo no ambiente, é importante que todos os empreendimentos que praticam esta actividade tenham implementado um sistema de gestão de resíduos.</p>
7	<p>Tanto as águas usadas como os diferentes efluentes líquidos são muitas das vezes considerados na indústria hoteleira como principais poluidores do ambiente, uma das formas de minimizar este impacto no ambiente é ter em cada empreendimento turístico um sistema de tratamentos de águas usadas e de efluentes líquidos.</p>
8	<p>A introdução de espécies animais e vegetais não-nativas pode ter consequências particularmente graves para o meio natural e este fenómeno é amplificado nos meios insulares. Exceto as seguintes espécies: (i) espécies animais: animais domésticos (galinhas (+ outros galináceos), porco, cabra, vaca, coelho); (ii) espécies vegetais: plantas de jardim, hibiscos, buganvílias.</p>
9	<p>Tendo em conta que os empreendimentos turísticos, são estabelecimentos que são sujeitas ao Licenciamento Ambiental e considerando que um dos produtos finais do processo de licenciamento Ambiental é o Plano de Gestão Ambiental e Social, os operadores turísticos devem implementar o PGAS.</p>
10	<p>Para obter pontuações neste critério, deve-se (i) apresentar provas da participação ou de apoio a uma acção de educação ambiental durante os 12 meses anteriores à auditoria ou (ii) participação do estabelecimento nos programas de pesquisa ou proteção do ambiente.</p>
11	<p>Existe uma implementação das ações de desenvolvimento económico ou social em benefício das comunidades locais com base nos benefícios gerados pelo estabelecimento turístico? Uma acção implementada permite a atribuição de pontos correspondentes ao critério.</p>
12	<p>Venda no estabelecimento de produtos de artesanato local? Se sim máximo de pontuação. Se trabalha com o artesão para a venda dentro do</p>

	estabelecimento, a metade dos pontos correspondentes ao critério será atribuído.
13	Em qualquer que seja actividade a realizar pelo empreendimento turístico, o operador turístico tem que ter em conta o aspecto género.
14	Pelo menos 10% dos funcionários beneficiaram de formação (interno ou externo) durante os últimos 12 meses.
15	A decoração do empreendimento turístico deve ser pensada em conformidade com as especificidades do ambiente socio cultural e paisagístico em que se encontra inserido, ou seja deve-se incluir na decoração aspectos ligados a cultura da comunidade local
16	Em nenhum momento deve-se incitar as celebrações religiosas fora do calendário cultural da comunidade, ou seja não se pode pagar as comunidades locais para realização de cerimónias culturais.

*Membership applications submitted by the deadline of 30 June 2018, which received objections from IUCN Members*

*Due diligence process feedback from IUCN Councillors, National Committees and Regional Offices*

---

## **Autoridade de Avaliação Ambiental Competente, Guinea Bissau**

[Feedback from Guinea Bissau National Committee is available below.](#)

---

## **NGO Forum Cambodia**

- [IUCN South and East Asia Regional Office:](#) Regional office supports the application from the NGO Forum given its track record of activities in the field of environment and sustainable development.

*(No feedback received from Regional Councillors – There's no National Committee in Cambodia)*

---

## **Saibaan Development organisation, Pakistan**

### **1) Are you aware of the existence of this organisation?**

- [Pakistan NC:](#) Yes, I am fully aware of the existence of Saibaan which is an active NGO in district Mansehra of Khyber Pakhtunkhwa Province.

### **2) What is your relation/interaction with applicant, including how long have you known the applicant and how familiar are you with the applicant's activities/objectives/policies?**

- [Pakistan NC:](#) Saibaan is an active member of the Human Resource Development Network (HRDN) whereas some other IUCN Members are also on the platform of HRDN and as such we do interact with the applicant organization.

### **3. Are you satisfied that the organisation complies with criteria listed in Article 7 of the Statutes?**

- **the organisation's activities to date embody the conservation of the integrity and diversity of nature;**
  - **they aim to ensure the equitable and ecologically sustainable use of natural resources**
  - **they aim to influence and encourage the meeting of IUCN objectives?**
  - **Are they involved in any activities that conflict with the objectives of IUCN?**
- [Pakistan NC:](#) The activities of Saibaan in the area of conservation and sustainable development are reasonably impressive. They are doing wonderful work towards conservation of the nature and sustainable development. I am satisfied with their work. Their interest is in enhancing their activities in the areas of environment and sustainable. Saibaan also falls in the jurisdiction of Mahsera district where the mega project A Billion Tree Tsunami has been implemented and now the target has been



set for 10 Billion Trees so they would be very instrumental in the new environmental momentum that has started in the country. In the light of above, I support their candidature for the IUCN membership.

**4. Can you provide the details of a/some project(s) this organisation was involved in (and to what extent) to support any of the above? (conservation track record)**

- [Pakistan NC](#): Details of the activities of Saibaan are available in part 3 of Annex III (p. 2) .

**5. How can the applicant contribute in advancing IUCN's Mission?**

- [Pakistan NC](#): They are committed and very much willing to be part of IUCN and join the other member organizations in advancing IUCN's Mission. They can be useful in Manseshra district which housed thick forests, but the area suffered badly during war on terror. Their role in awareness raising on the environmental issues can make a big difference in the area.

---

**Thinking Animals, United States of America**  
*Objections received*

**2) Are you aware of the existence of this organisation?**

- [S. Incháustegui](#): No. Up to now I was not aware of this organization.
- [R. Bates](#): No, Not until this moment.
- [J. Robinson](#): Yes. Thinking Animals has been quite active at the United Nations promoting the idea that the care, protection and conservation of (especially thinking) animals be incorporated within the SDGs.
- [USA NC](#): Yes, I'm very aware of this organisation.
- [IUCN Washington office](#): No

**2) What is your relation/interaction with applicant, including how long have you known the applicant and how familiar are you with the applicant's activities/objectives/policies?**

- [S. Incháustegui](#): Do not apply. As said above, I was not aware of the existence of this organization.
- [R. Bates](#): N/A
- [J. Robinson](#): I have known of this group for a couple of years, and am aware of some of its activities and policies.
- [USA NC](#): I have had no direct interaction; however, a fellow respected member of the IUCN National Committee for the USA has considerable experience and knowledge of Thinking Animals and has submitted a strong letter of support.
- [IUCN Washington office](#): Not familiar with the organisations activities. The objectives and policies listed on the website are insufficient to form an opinion.

**3. Are you satisfied that the organisation complies with criteria listed in Article 7 of the Statutes?**

- the organisation's activities to date embody the conservation of the integrity and diversity of nature;

- **they aim to ensure the equitable and ecologically sustainable use of natural resources**
  - **they aim to influence and encourage the meeting of IUCN objectives?**
  - **Are they involved in any activities that conflict with the objectives of IUCN?**
- S. Incháustegui: Both from the limited documentation that I have seen, and their information in their web page, the organization seems to comply with the above requirements.
  - R. Bates: Based on a review of their website, I did not see any statements opposed to sustainable use of nature. They are very animal rights oriented and do much work on domestic animals, which is all fine. I did not see anything indicating that they do any actual conservation, though.
  - J. Robinson: a) The organization seeks to include thinking animals as a critical component of an “integrated and diverse nature”;  
b) The response on the application makes it clear that the organization interprets ‘sustainable use’ in terms of minimizing impact of consumption of natural resource;  
c) The objectives of the organization are generally aligned with IUCN objectives but somewhat tangential to them;  
d) In terms of broad objectives, the organization is probably not in conflict with those of IUCN. However, the aim of the organization is less about conserving nature and more about caring for, protecting and conserving thinking animals. It is distinct from some other animal welfare organizations in that it seems implementation of its objectives very much through the policy framework of more traditional conservation and development.
  - USA NC: Based on my review of the organization’s application and supporting documentation, I am entirely satisfied on all counts.
  - IUCN Washington office: The mission and perspectives listed on the organisation’s website suggests that they are not aligned with the IUCN policy on sustainable use of natural resources. Their activities are not listed on the website other than an annual conference that doesn’t seem to conflict with IUCN objectives.

**4. Can you provide the details of a/some project(s) this organisation was involved in (and to what extent) to support any of the above? (conservation track record)**

- S. Incháustegui: No.
- R. Bates: I did not see anything on their website to indicate that they do any actual conservation.
- J. Robinson: No.
- USA NC: I refer you to the letter of support from the National Whistleblower Center.
- IUCN Washington office: As far as one can tell, they have no project-level involvement.

**5. How can the applicant contribute in advancing IUCN’s Mission?**

- S. Incháustegui: Based on the information provided, by advocacy, promotion and education related to IUCN mission and biodiversity conservation and sustainable development.
- R. Bates: They are a bit of a unique voice.
- J. Robinson: As part of a “big tent” of organizations supportive of the conservation of other species.
- USA NC: The applicant provides a reasoned voice for animal conservation and welfare. Their connections with other organizations, including the UN, will be a benefit.
- IUCN Washington office: By ensuring that debate within IUCN on issues of relevance to members, including whether animals are intelligent and sensitive and should be treated with the same rights as humans, is kept alive.

English google translation is available further down

Application from *Autoridade de Avaliação Ambiental Competente - AAAC*

Questions to/Answers from IUCN Councillor/National or Regional Committee,  
NAME: *National Committee of Guinea Bissau*

---

1) Are you aware of the existence of this organisation? / Êtes-vous au courant de l'existence de cette organisation? / Conoce la existencia de esta organización?

**R. : la CAIA, actuelle AAAC a été créée par arrêté gouvernemental datant 16 décembre 2004, publié au journal officiel n° 12 du 21 mars 2011. En 2010, la loi n° 10/2010 du 24 septembre 2010, publiée au journal officiel n° 38 du 24 septembre 2010, renforce l'AAAC en faisant d'elle une Autorité Compétente de plein pouvoir.**

2) What is your relation/interaction with applicant, including how long have you known the applicant and how familiar are you with the applicant's activities/objectives/policies? / Quelle est votre relation/interaction avec cette organisation et depuis quand la connaissez-vous? Est-ce que les activités / objectifs / politiques de cette organisation vous sont familiers? / Cuál es su relación / interacción con esta organización y desde cuando la conoce? Le son familiares sus actividades / objetivos / políticas?

**R. : en effet, l'UICN a contribué à la création d'AAAC en cofinçant avec la Banque Mondiale et union Européenne le Projet de Gestion des Zones Côtières et la Biodiversité en Guinée-Bissau, lequel projet a engendré l'AAAC et l'IBAP. Depuis lors l'UICN – Guinée- Bissau et le Comité National de l'UICN ont collaboré sur plusieurs dossiers environnementaux avec l'AAAC. On peut particulièrement signaler les synergies et complémentarités développées dans le cadre de la mise en œuvre des trois phases du projet GTP/IE conjointement exécuté par l'UICN et l'IBAP. En outre, l'AAAC participe à la mise en œuvre des projet UICN-Guinée-Bissau, comme le projet sur l'écotourisme, le projet GEF (riz et mangrove) etc.**

**L'UICN Guinée-Bissau a une fine connaissance les activités, objectifs et politiques de l'AAAC. Dans ce cas, l'AAAC partage la vision et la philosophie de l'UICN en sens qu'elle mène un plaidoyer auprès des décideurs pour adopter des lois a faveur de la conservation de la diversité de forme de vie et d'un développement durable et bénéfique au communauté.**

3) Are you satisfied that the organisation complies with criteria listed in Article 7 of the Statutes?  
• the organisation's activities to date embody the conservation of the integrity and diversity of nature;  
• they aim to ensure the equitable and ecologically sustainable use of natural resources;  
• they aim to influence and encourage the meeting of IUCN objectives?  
• Are they involved in any activities that conflict with the objectives of IUCN?

Estimez-vous que l'organisation est conforme aux critères énoncés par l'article 7 des Statuts de l'UICN ?

- les activités de l'organisation à ce jour incarnent la conservation de l'intégrité et la diversité de la nature;
- L'organisation a pour but de s'assurer de l'utilisation équitable et écologiquement durable des ressources naturelles;
- L'organisation a-t-elle pour but d'influencer et d'encourager l'atteinte des objectifs de l'UICN?
- L'organisation est-elle impliquée dans des activités qui entrent en conflit avec les objectifs de l'UICN? C'est-à-dire qui pourraient être vues comme étant en conflit avec la conservation de l'intégrité et de la diversité de la nature et de l'utilisation durable des ressources?

Cree que esta organización cumple con los criterios estipulados en el artículo 7 de los Estatutos de la UICN ?

- las actividades de la organización, a día de hoy, incorporan la conservación de la integridad y la diversidad de la naturaleza;
- La organización tiene como objetivo garantizar el uso equitativo y ecológicamente sostenible de los recursos naturales;
- La organización tiene como finalidad influenciar y promover la consecución de los objetivos de la UICN?
- La organización está implicada en actividades que entran en conflicto con los objetivos de la UICN? Es decir, actividades que podrían ser percibidas como incompatibles con la conservación de la integridad y diversidad de la naturaleza y el uso sostenible de los recursos naturales?

**R. : Oui: L'AAAC appuie le Gouvernement dans sa volonté de construire un développement durable au niveau national. Pour ce faire, l'AAAC veille à l'application de pratiques durables dans exploitation des ressources naturelles et processus de développement socio- économique.**

4) Can you provide the details of a/some project(s) this organisation was involved in (and to what extent) to support any of the above? (conservation track record) / Pouvez-vous donner les détails d'un ou plusieurs projet(s) dans lequel/lequels cette organisation a contribué (et dans quelle mesure) afin d'appuyer les points susmentionnés? (historique dans le domaine de la conservation) / Puede darnos detalles de uno o varios proyectos en los que esta organización ha contribuido (y en qué medida) a apoyar los puntos mencionados? (cronología en el ámbito de la conservación)

**R. : Dans le cadre de la mise en œuvre de projet GTP/IE, l'AAAC avec l'appui d'UICN a organisé plusieurs sessions des formations et informations pour les communautés, les décideurs (parlementaires) sur les questions liées à l'identification et gestions des risques et impacts environnementaux et sociaux des industries extractives. L'AAAC a aussi impliqué les communautés dans le processus de préparation de différents projets, la négociation, mise en œuvre et suivi de la mise en œuvre.**

**L'AAAC a influencé le gouvernement pour l'arrêt du projet d'exploitation de sables lourds de Varela pour non-conformité aux principes de meilleures pratiques environmental et social. Finalement le projet a été suspendu.**

**Aussi, l'AAAC a Coordonné l'équipe a établi le rapport de non-conformité de la localisation du projet de construction du central thermoélectrique dans le parc naturel des Lagunes de Cufada.**

**L'AAAC a contribué à la réduction de l'emprise spatiale du projet de la construction du port en eau profonde de Buba ainsi que la rectification du tracé de la route port - site minier, projet situé au cœur de l'Aire protégée des Lagunes de Cufada.**

**L'AAAC a coordonné l'élaboration de la Charte National de l'Écotourisme en Guinée- Bissau dans le cadre du projet écotourisme mis en œuvre par l'UICN et l'IBAP.**

**Aussi l'AAAC veille à l'intégration des questions environnementales et sociales dans les projets, programmes, plans et politiques sectoriels de développement.**

5) How can the applicant contribute to advancing IUCN's Mission? / Comment l'organisation peut-elle contribuer à l'avancement de la Mission de l'UICN? / Como puede contribuir esta organización en el avance de la Misión de la UICN?

**R. : en travaillant en synergies et complémentarités avec l'UICN et ses membres pour la promotion et l'adoption des bonnes pratiques dans la valorisation des ressources naturelles, le renforcement des capacités des acteurs et communautés, la législation environnementale sur la base des principes suivantes : précaution, préservation, participation, transparentes, responsabilité, solutions fondées sur la nature et partages équitables de bénéfiques, en vue de minimiser les risques et impacts environnementaux et sociaux afin d'éradiquer la pauvreté et promouvoir le développement durable.**



### Google-translation of answers:

1. A. The CAIA, current AAAC was created by government decree dated December 16, 2004, published in the Official Gazette No. 12 of March 21, 2011. In 2010, Law No. 10/2010 of September 24, 2010, published in the Official Gazette No. 38 of 24 September 2010, strengthens the AAAC by making it a Competent Authority with full power.
2. Indeed, IUCN has contributed to the creation of AAAC by co-financing with the World Bank and the European Union the Coastal Zone Management and Biodiversity Project in Guinea-Bissau, which has generated the AAAC and the IBAP. Since then, IUCN Guinea-Bissau and the IUCN National Committee have collaborated on several environmental issues with AAAC. Particularly noteworthy are the synergies and complementarities developed in the implementation of the three phases of the GTP / IE project jointly executed by IUCN and IBAP. In addition, the AAAC participates in the implementation of the IUCN-Guinea-Bissau project, such as the project on ecotourism, the GEF project (rice and mangrove), etc. IUCN Guinea-Bissau has a good knowledge of the activities, objectives and policies of the AAAC. In this case, AAAC shares IUCN's vision and philosophy in that it advocates with decision-makers to enact laws for the conservation of lifeform diversity and sustainable development. and beneficial to the community.
3. AAAC supports the Government in its desire to build sustainable development at the national level. To this end, AAAC ensures the application of sustainable practices in the exploitation of natural resources and socio-economic development processes.
4. As part of GTP / IE project implementation, AAAC with support from IUCN has organized several training and information sessions for communities, policy-makers (parliamentarians) on issues related to identification and management of environmental and social risks and impacts of extractive industries. AAAC has also involved communities in the process of preparing different projects, negotiation, implementation and monitoring of implementation.

AAAC has influenced the government in stopping Varela's heavy sands project for non-compliance with the principles of best environmental and social practices. Finally the project was suspended.

Also, the AAAC Coordinated team has established the report of nonconformity of the location of the construction project of the thermoelectric power plant in the Natural Park of Lagunes de Cufada.

The AAAC has contributed to the reduction of the spatial footprint of the Buba deepwater port construction project and the rectification of the harbor-mine route, a project located in the core of the Protected Area. Lagoons of Cufada.

AAAC coordinated the development of the National Ecotourism Charter in Guinea-Bissau as part of the Ecotourism Project implemented by IUCN and IBAP.

As a result, AAAC ensures the integration of environmental and social issues into sectoral development projects, programs

5. working in synergy and complementarity with IUCN and its members for the promotion and adoption of good practices in natural resource development, capacity building of actors and communities, environmental legislation on the basis of the following principles: precaution , preservation, participation, transparency, accountability, nature-based solutions and equitable sharing of benefits, with a view to minimizing environmental and social risks and impacts in order to eradicate poverty and promote sustainable development.

## Summary of documents – Association Française des Entreprises pour l'Environnement (French association of companies for the environment), France

*Click on document name for quick access.*

<b>Documents</b>	<b>Page No.</b>
1) Application form	2
2) Assessment form used by the Secretariat to review membership applications	5
3) Endorsement letters	7
4) Statutory documents	9
5) Report from due diligence process	21



# Applicant's Mission, Objectives and Activities

(for all categories)

**As per the Statutes**, “the applicant has as one of its central purposes the achievement of IUCN's objectives and a substantial record of activity in the conservation of nature and natural resources.

The objectives and track record of the applicant<sup>1</sup> embody to a substantial extent :

- (i) the conservation of the integrity and diversity of nature; and, either or both:
- (ii) the aim to ensure that any use of natural resources is equitable and ecologically sustainable;
- (iii) dedication to influencing, encouraging and assisting societies to meet the objectives of IUCN”

**[Statutes, Article 7 (b) and (c)]**

**IMPORTANT:** This section will be used to notify IUCN Members of your application and in the documentation submitted to IUCN Council without editing. Please stick to the maximum number of words indicated for each field otherwise part of your text will be cut.

<b>Name of organisation</b>	French Association of Companies for the Environment [Association Française des Entreprises pour l'Environnement, EpE]
<b>Country:</b>	France

**Description of your organisation/institution:**

*Maximum 100 words*

Established in 1992, the French Association of Companies for the Environment (EpE) brings together around 40 large French and international companies from all sectors of the economy, which want to take greater account of the environment in their strategic decisions and in their day-to-day management.

The members share the same vision of the environment as a source of progress and opportunities, in a broad sense of the term.

Biodiversity is one of the main topics that members of EpE reflect on and discuss. Climate change, health linked to the quality of the environment, and resource management are the other three permanent agenda items the association focuses on.

EpE is a not-for-profit association and is the French partner of the World Business Council for Sustainable Development (WBCSD).

**Mission/Vision of your organisation/institution:**

*Maximum 100 words*

EpE placed biodiversity on its agenda in 2006. It has a commission entirely devoted to this issue. Its members meet every two months and are in constant contact with one another. Nine publications in 11 years are proof of their pragmatic approach to ways of making the biosphere more sustainable.

In January 2017, the commission presided over by Nathalie Devulder, Director of Sustainable Development at RTE, started a new cycle of reflection on scaling up: on how to consolidate actions to protect biodiversity and integrate biodiversity into companies' strategic decisions.

The recent biodiversity law in France, the IUCN World Conservation Congress and the Sustainable Development Goals (SDG) highlight the role played by economic stakeholders in the preservation of biodiversity and ecosystem services, and the urgent need to change the current development models.

With the very principle of biodiversity itself being systemic, isolated solutions are insufficient. This is why EpE provides its members with a forum for discussions between companies and with NGOs, ministries, politicians, scientists and the academic sector.

<sup>1</sup> These can take many forms, including field action, community involvement, research in the natural and social sciences, policy development, advocacy, legal activities, education and public awareness, and fundraising where these are for purposes in line with the mission of IUCN. While determining the relative importance of an activity is necessarily to some extent subjective, it is here considered that “substantial” can be assessed in terms of the applicant's programme and projects, resource allocations, organisational structures and outputs.

**Summary of your organisation's/institution's objectives as they appear in your Statutes / Bylaws / Articles of Association / other statutory document:**

*Maximum 300 words*

The Association's aim is to develop effective approaches to environmental problems, to express the points of view of its members' companies on these subjects, whilst promoting their skills and their energy in the field of environmental protection.

And in particular to:

- Prioritise problems,
- Develop expertise in effective environmental management mechanisms for its members, and to promote dialogue among its members and between its members and their stakeholders on these subjects,
- Promote and facilitate the companies' initiatives related to the environment, notably for the recovery, recycling and treatment of waste,
- Encourage research and training,
- Provide support for the implementation of exemplary operations,
- Showcase companies' initiatives through communication activities.

(Extract from the statutes updated on 27 June 2016)

**Achievements:** Describe your organisation's/institution's main achievements from the last three years and indicate any IUCN projects in which your organisation has been involved (i.e. successful projects which have already been implemented, etc).:

*Maximum 500 words*

- Organisation of a biodiversity commission allowing members to discuss best practices and to listen to and debate with scientists and NGOs;
- Commitment to the National Biodiversity Strategy, which IUCN is a stakeholder in;
- Member of the Review Committee for the National Biodiversity Strategy's commitments;
- Member of the Foundation for Research on Biodiversity, which IUCN is also a member of;
- Publication of a brochure entitled, "Measuring and managing biodiversity" in 2013-2014 (English version)
- Publication of a brochure entitled "Biodiversity; managing impacts on the value chain" in October 2016;
- <http://www.epe-asso.org/biodiversite/>
- Debate with the France National Committee of IUCN Members on biodiversity indicators, due to similar publications in a similar timeframe;
- Participation in WBCSD's work on the Natural Capital Protocol and valuation of ecosystem services;

Map the activities of your organisation against the IUCN Programme 2017-2020<sup>2</sup> results that IUCN Programme Areas aim to have a positive impact on:



**1: Valuing and conserving nature**

*The activities of your organisation ensure that the conservation status of biodiversity is enhanced.*



**2: Promoting and supporting effective and equitable governance of natural resources**

*The activities of your organisation ensure that IUCN's work on people-nature relations, rights and responsibilities and the political economy of nature is consolidated.*



**3: Deploying nature-based solutions to address societal challenges**

*The activities of your organisation address the global challenges (climate change, food, development) through the use of nature-based solutions*

**Reason for joining IUCN**



**To share knowledge**



**To network/establish partnerships**



**To influence the environmental policy**



**Other:**

Maximum 50 words

- To help IUCN using the experiences of companies committed to biodiversity;
- To foster exchanges with companies using the expertise contained in the motions that come from IUCN's Resolutions, Recommendations and other decisions;
- To increase our collaboration with the France National Committee of IUCN Members;
- EpE and this IUCN committee are already associated with common biodiversity expertise and awareness-raising missions aimed at public and private stakeholders.

---

<sup>2</sup> The *IUCN Programme 2017-2020* identifies three Programme Areas (Valuing and Conserving Nature, Promoting and supporting effective and equitable governance of nature's use, Deploying nature-based solutions to address societal challenges in climate, food, development) and a related set of thematic results. These Areas target critical issues that need to be addressed to tackle the conservation challenges of today and tomorrow, and to reflect the lessons we have learned in the implementation of previous programmes of work. To read more about the IUCN Programme, please consult our website: <https://www.iucn.org/secretariat/about/programme-work-and-reporting/programme>



# Assessment form for membership applications

GA: Government agency

NG: National non-governmental organisation

IN: International non-governmental organisation

IP: Indigenous peoples' organisations

AF: Affiliates

<b>Applicant category and ID number:</b>	<b>Category B (c) NG/ 25751</b>
<b>Organisation name (original):</b>	<b>Association Française des Entreprises pour l'Environnement</b>
<b>Organisation name (in English<sup>1</sup>):</b>	<b>French association of companies for the environment</b>
<b>Country and Statutory Region:</b>	<b>France, West Europe</b>
<b>To be presented for admission on/in: (by MU)</b>	<b>May 2018</b>

Ref	Requirement / admission criteria	What needs to be checked by category						Does it comply?
		GA	IN	NG	Univ. <sup>2</sup>	IP	AF <sup>3</sup>	Yes –no - n/a
Art. 5b	Forms part of the State Machinery	x					x (for GA only)	N/A
Art. 5d/e	Incorporated within a State <i>[document of incorporation (not compulsory to send) OR applicant's statutes]</i>		x	x	x		x (for IN/NG/Univ. only)	YES
Art. 5f	Shall be institutions and associations established by indigenous peoples for the advancement of indigenous communities <i>[applicant's statutes/incorporation doc.]</i>					x	x (for IP only)	N/A
Art. 7a	Shares and supports IUCN objectives <i>[applicant's statutes]</i>	x	x	x	x	x	x	YES
Art. 7b	Has one of its central purposes to achieve IUCN's objectives (described in Art. 2) <i>[applicant's statutes]</i>	x	x	x	x	x	x	YES
Art. 7b	Has substantial record in conservation of nature <i>[Application Form &gt; Achievements]</i>	x	x	x	x	x	x	YES
Art. 7c	Objectives and track record embody: i) <i>conservation of the integrity and diversity of nature; and, either or both<sup>4</sup>:</i> ii) <i>aim to ensure that any use of natural resources is equitable and ecologically sustainable</i> iii) <i>dedication to influencing, encouraging and assisting societies to meet the objectives of IUCN</i>	x	x	x	x	x	x	YES
Art. 7d	Does not pursue activities that conflict with IUCN's objectives/activities <i>[applicant's statutes]</i>	x	x	x	x	x	x	YES
Reg. 5a(i) Reg. 5b(i) Reg. 5bis(i) Reg. 6a	Is Not-for-profit <i>[applicant's statutes]</i>		x	x	x	x	x (for IN/NG/Univ. only)	YES
Reg. 5a(ii) Reg. 5b(ii) Reg. 5bis(ii) Reg. 6b	Has been in existence for at least 3 years <i>[document of incorporation (not compulsory to send) OR applicant's statutes]</i>		x	x	x	x	x (for IN/NG/Univ. only)	YES
Reg. 5a(iii) Reg. 6f	Has a board that is autonomous and independent <sup>5</sup> <i>[applicant's statutes]</i>		x	x			x (for IN/NG only)	YES
Reg. 5b (iv) Reg. 5bis(iii)	Is autonomous in administration and governance <i>[applicant's statutes]</i>				x	x	x (for Univ. only)	N/A
Reg. 5a (iv) Reg. 6e	Has a transparent, accountable and representative governance structure <sup>6</sup> <i>[applicant's statutes]</i>		x	x			x (for IN/NG only)	YES
Reg. 5b (iii)	Is an academic or professional entity of high standing				x		x (for Univ. only)	N/A

<sup>1</sup> This should be the official existing translation or an agreed translation as provided by a reliable translator. MFPs should check that the translation is accurate. UDG can assist with the translation of the name if necessary.

<sup>2</sup> Universities are part of the NG category, but have to fulfil slightly different criteria.

<sup>3</sup> GA/IN/NG/IP wishing to apply as AF are still required to fulfil the basic requirements of GA/IN/NG/IP respectively. Indications are provided in the AF column accordingly. For example for a GA applying as AF, it is essential that this GA complies with Article 5(b) of the Statutes, being one of the criteria for admission of a GA. Whereas, an NG/IN would have to comply with Article 5 (d/e) of the Statutes but not 5 (b).

<sup>4</sup> Has to meet criterion (i) and at least one of the criteria (ii) or (iii).

<sup>5</sup> Is deemed to mean a board whose decision-making processes adhere to the provisions contained in the statutes/articles, regulations/bylaws and other constitutive institutional instruments, and are not controlled or unduly influenced through financial or other pressures exerted by government agencies or public or private entities.

<sup>6</sup> Is deemed to mean that the statutes/articles, regulations/bylaws and other constitutive institutional instruments provide for a governance structure that affords the members of the organisation fair and adequate participation in the business and governance of the organisation, that require the organisation to be transparent and accountable in its activities, finances and policies, and that such provisions are adhered to in the day-to-day business of the organisation.

		What needs to be checked by category						Does it comply?
Ref	Requirement / admission criteria	GA	IN	NG	Univ. <sup>7</sup>	IP	AF <sup>8</sup>	Yes –no - n/a
Reg. 5bis(iv)	Has, as its primary constituency, indigenous peoples <i>[applicant's statutes]</i> .					X	X (for IP only)	N/A
Reg. 6c	Has a substantial record of activity in two or more States and out posted or country offices <sup>9</sup> <i>[Application Form &gt; Mission, Objectives and Activities]</i>		X				X (for IN only)	N/A
Reg. 6d	Board is open to nationals from at least two States <sup>10</sup> <i>[applicant's statutes]</i>		X				X (for IN only)	N/A

		What documents need to be provided by category and what needs to be done by IUCN						Does it comply?
Ref	Requirement / admission criteria	GA	IN	NG (incl. Univ)	IP	AF	Yes –no - n/a	
Reg. 4	Authorization to adhere to IUCN Statutes, is signed by Head of the Organisation <i>[Application Form, page 14-15, signature page]</i>	X				X (for GA only)	N/A	
Reg. 7, 9	Application form and authorization, endorsing IUCN's objectives, is signed by Head of the Organisation <i>[Application Form, page 14-15, signature page]</i>	X	X	X	X	X	YES	
Reg. 8	Letters of endorsement (min. 2) from IUCN Members in good standing <sup>11</sup> or from IUCN National/Regional Committees or from IUCN Councillors or Honorary Members <i>(providing that there are no conflict of interest for the last two groups<sup>12</sup>)</i> : 1) Humanité et Biodiversité, NG/24'585, France 2) Noé Conservation, NG/24'938, France <b>(if letters come from IUCN Members, indicate Member ID, name of org, country)</b>		X	X	X	X (for NG/IN/IP only)	YES	
	Statutes/Bylaws/Constitution document(s) received		X	X	X	X (for NG/IN/IP only)	YES	
	Financial report validating operational expenditures of USD <sup>13</sup> <b>1.117.460</b> received		X	X	X		YES	
Reg. 10	Deposit of CHF <sup>14</sup> : <b>2,678</b> processed on by <b>credit card</b> <i>(by MFP)</i> Received at HQ on: <i>(by MU)</i>	X	X	X	X	X	YES	
<i>MU process</i>	Assessment form completed <i>(by MFP)</i>	X	X	X	X	X	YES	
<i>MU process</i>	Relevant IUCN Programme/country office staff do not have any particular issues with the applicant <i>(by MFP)</i>	X	X	X	X	X	YES	
<i>MU process</i>	Organisation, application form and documents entered in CRM <i>(by MFP)</i> <b>[!! CHECK: original and English name, website, text length for description, mission, objectives and achievements]</b>	X	X	X	X	X	YES	

MFP/UDG comments

Completed on: 10/01/2017

by: Constantine Makris

<sup>7</sup> Universities are part of the NG category, but have to fulfil slightly different criteria.

<sup>8</sup> GA/IN/NG/IP wishing to apply as AF are still required to fulfil the basic requirements of GA/IN/NG/IP respectively. Indications are provided in the AF column accordingly. For example for a GA applying as AF, it is essential that this GA complies with Article 5(b) of the Statutes, being one of the criteria for admission of a GA. Whereas, an NG/IN would have to comply with Article 5 (d/e) of the Statutes but not 5 (b).

<sup>9</sup> "Outposted or country offices" means that the organisation must have a registered office (legal seat) in at least two countries. Outposted staff based in partner organisations in other countries cannot be considered as "outposted or country offices".

<sup>10</sup> The Organisation's Statutes should state that their Board is open to nationals from other countries (if not, written confirmation is required). NB: If the current Board is composed of nationals from only one country, it does not necessarily imply that it is closed to other nationalities: check!!

<sup>11</sup> "In good standing" means that the Member has paid all of its outstanding membership dues up to and including the year preceding the date when Council considers the application. It is the responsibility of the applicant to find endorsers.

<sup>12</sup> When letters of endorsement are submitted by IUCN Councillors or Honorary Members, any formal or informal relationships with the applicant must be detailed and disclosed at the time of endorsement. Letters of endorsement shall indicate that the seconder knows well the applicant organisation and its activities and therefore can confirm to IUCN that the applicant meets all the requirements prescribed in the IUCN Statutes and Regulations to be accepted as an IUCN Member.

<sup>13</sup> Operational expenditure is considered as annual and recurring expenses (staff salaries, building rental, administration costs, etc).

<sup>14</sup> Deposit equals the first year of Membership dues. Once the applicant is admitted, the deposit will be re-calculated pro-rata based on the Member admission date, and the difference carried forward. If not admitted, the deposit will be refunded.

## Endorsement letters

Humanité et biodiversité  
94 rue La Fayette  
75010 Paris  
Tel. 01 43 36 04 72  
Fax. 01 43 36 06 18  
contact@humanite-biodiversite.fr  
www.humanite-biodiversite.fr



Sandrine BELIER  
Directrice  
Humanité et Biodiversité

Bernard CRESSENS  
Président  
UICN Comité français de  
l'Union internationale pour  
la conservation de la nature  
Musée de l'Homme  
17, Place du Trocadéro  
75016 PARIS - FRANCE

Paris, le 19 décembre 2017,

**Objet :** Soutien d' « Humanité et Biodiversité » à l'adhésion à l'UICN de l'association « Entreprises pour l'Environnement »

Monsieur le Président,

Par la présente, Humanité et Biodiversité apporte son soutien à l'adhésion à l'UICN de l'Association « Entreprises pour l'Environnement ». Depuis plusieurs années, cette association tente de promouvoir auprès de ses membres l'importance de la préservation de la biodiversité. Elle multiplie les actions pour à la fois valoriser les engagements de ses membres et renforcer ces engagements en faveur de la biodiversité.

Sa démarche de demande d'adhésion nous semble témoigner de sa volonté de renforcer ses actions auxquelles notre association est de longue date associée et nous espérons que vous l'accueillerez favorablement.

Je vous prie Monsieur le Président, de bien vouloir recevoir nos plus cordiales salutations.

Sandrine Bélier



**Comité français de l'Union internationale  
pour la conservation de la nature  
Musée de l'Homme  
17, Place du Trocadéro  
75016 PARIS**

Paris, le mercredi 20 décembre 2017

A l'attention de Monsieur Bernard CRESSENS, Président du Comité français de l'UICN

**Objet :** Soutien de Noé à l'adhésion à l'UICN de l'association Entreprises pour l'Environnement

Monsieur le Président,

Par la présente, Noé souhaite apporter son soutien à l'adhésion à l'UICN de l'Association Entreprises pour l'Environnement (EpE).

Depuis plusieurs années, EpE promeut auprès de sa quarantaine d'entreprises membres l'importance de la préservation de la biodiversité. Elle multiplie les actions pour à la fois valoriser les engagements de ses membres et renforcer l'intégration de la biodiversité dans les stratégies d'entreprises.

L'adhésion d'EpE à l'UICN leur permettrait de participer aux débats, de valoriser leurs retours d'expériences et de porter, au sein du Comité français, la voix des entreprises pour lesquelles l'environnement est source de progrès.

Nous connaissons depuis maintenant plusieurs années les actions d'EpE en matière d'accompagnement des entreprises, actions tout à fait cohérentes avec les objectifs visés par l'UICN. Cette démarche de demande d'adhésion nous semble témoigner de sa volonté de renforcer ses actions auxquelles notre association est de longue date associée, et nous espérons donc que vous l'accueillerez favorablement.

Je vous prie Monsieur le Président, de bien vouloir recevoir mes plus cordiales salutations.

Valérie COLLIN,  
Secrétaire Générale de Noé

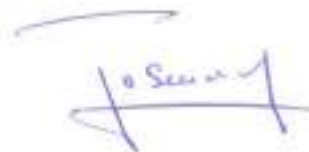
**ASSOCIATION FRANCAISE DES ENTREPRISES  
POUR L'ENVIRONNEMENT**

**50, rue de la Chaussée d'Antin**

**75009 PARIS**

**STATUTS**

**Mis à jour le 27 juin 2016**



**Jean-Dominique SENARD**  
Président



**ASSOCIATION FRANCAISE DES ENTREPRISES  
POUR L'ENVIRONNEMENT**

**STATUTS**

ENTRE :

**La Société L'AIR LIQUIDE, dont le siège social est 75 Quai d'Orsay 75007 PARIS, ,**

**Le GIE AXA, devenue la société AXA, dont le siège social est 25 Avenue de Matignon 75008 PARIS,**

**La CAISSE DES DEPOTS ET CONSIGNATIONS, dont le siège social est 56 Rue de Lille 75356 PARIS Cedex 07,**

**La COMPAGNIE GENERALE DES EAUX, devenue VEOLIA dont le siège social est 36-38, Avenue Kléber 75016 PARIS,**

**La Société E.D.F., dont le siège social est 22, Avenue de Wagram 75008 PARIS,**

**La Société E.M.C., dont le siège social est 62 rue Jeanne d'Arc, 75013 PARIS, aujourd'hui démissionnaire,**

**La Société GAZ DE FRANCE, devenue ENGIE, dont le siège est situé Tour T1 - 1 place Samuel de Champlain, Faubourg de l'Arche, 92930 Paris La Défense**

**La Société HYDRO AZOTE, dont le siège social est 46 rue J. Dulud, 92200 NEUILLY-SUR-SEINE, aujourd'hui démissionnaire,**

**La Société LAFARGE COPPEE, devenue LAFARGEHOLCIM, dont le siège social est 61 rue des Belles Feuilles, 75782 PARIS 16<sup>ème</sup>,**

**La Société LYONNAISE DES EAUX-DUMEZ, devenue SUEZ, dont le siège est situé Tour T1 - 1 place Samuel de Champlain, Faubourg de l'Arche, 92930 Paris La Défense**

La Société PECHINEY, devenue **RIO TINTO ALCAN**, aujourd'hui démissionnaire,

La Société **RENAULT**, dont le siège social est 34 Quai du Point du Jour, 92100 BOULOGNE-BILLANCOURT,

La Société RHONE-POULENC S.A., devenue **SOLVAY S.A.**,

La Société **SOLVAY S.A.**, dont la Direction Nationale pour la France est 25 Rue de Clichy 75442 PARIS Cedex 09,

La Société **TOTAL SA**, dont le siège social est 2 Place Jean Millier, La Défense 6, 92078 PARIS-LA DEFENSE Cedex,

La Société **USINOR-SACILOR**, devenue **ARCELORMITTAL France**, dont le siège français est 6 rue André Campra 93212 LA PLAINE SAINT-DENIS Cedex.

Ci-après dénommées «membres fondateurs»,

ET :

Toutes personnes qui auront adhéré aux présents statuts,

Il est formé, par les présentes, une Association, conformément aux dispositions de la loi du 1er Juillet 1901, dont les statuts sont les suivants :

### **Art. 1 - DENOMINATION**

La dénomination est :

**ASSOCIATION FRANCAISE DES ENTREPRISES POUR L'ENVIRONNEMENT**

L'Association pourra solliciter, le cas échéant, sa reconnaissance d'utilité publique.

### **Art. 2 - SIEGE**

Le siège social est fixé à PARIS.

Il pourra être transféré en tout autre lieu, par simple décision du Conseil d'Administration.

### **Art. 3 - OBJET**

L'Association a pour objet de développer des approches efficaces des problèmes d'environnement, d'exprimer les points de vue de ses membres sur ces sujets, tout en promouvant leur compétence et leur dynamisme dans le domaine de la protection de l'environnement.

Et en particulier de :

- hiérarchiser les problèmes,
- développer pour ses membres une expertise sur les mécanismes efficaces de gestion de l'environnement, et favoriser le dialogue entre ses membres, et entre ses membres et ces parties prenantes sur ces sujets,
- favoriser et faciliter les initiatives des Entreprises en matière d'environnement, notamment pour la récupération, le recyclage et le traitement des déchets,
- encourager la recherche et la formation,
- apporter un soutien à la réalisation d'opérations exemplaires,
- valoriser l'initiative des Entreprises par des actions de communication.

Pour ce faire, l'Association :

- mettra en œuvre tous moyens appropriés à son objet, ainsi que toutes activités et initiatives de nature à la favoriser,
- rassemblera les contributions financières des Entreprises nécessaires à la réalisation des actions qu'elle aura décidé de soutenir,

- développera des programmes spécifiques dans l'intérêt de tous ou d'une partie de ses membres.

Les activités de l'Association s'inscriront dans le cadre de la Charte pour le développement durable rédigée par la Chambre de Commerce Internationale.

#### **Art. 4 - COMPOSITION**

L'Association se compose de :

##### 1. Membres fondateurs

Les membres fondateurs sont :

- La Société ARCELORMITTAL,
- La Société AXA,
- La CAISSE DES DEPOTS ET CONSIGNATIONS,
- La Société E.D.F.,
- La Société ENGIE,
- La Société LAFARGE-HOLCIM,
- La Société RENAULT,
- La Société SOLVAY S.A.,
- La Société TOTAL,
- La Société VEOLIA.

##### 2. Membres d'honneur

Les membres d'honneur sont des personnalités qui ont rendu des services signalés à l'Association, ou dont le renom et la compétence peuvent contribuer au rayonnement de cette dernière.

Les membres d'honneur sont nommés par le Conseil d'Administration et sont dispensés de cotisations.

##### 3. Membres bienfaiteurs

Les membres bienfaiteurs sont les personnes physiques ou morales, de droit public ou privé, qui contribuent aux charges de l'Association par des versements au moins égaux au double du montant de la cotisation annuelle fixée chaque année par l'Assemblée Générale pour les membres de l'Association.

##### 4. Membres adhérents

Les membres adhérents sont des personnes physiques ou morales, de droit public ou privé, qui contribuent aux charges de l'Association par le versement d'une cotisation dont le montant est fixé par l'Assemblée Générale.



## 5. Membres 10+

Les membres 10+ sont des personnes physiques ou morales, de droit public ou privé, qui ont cotisé à l'association pendant une période continue de plus de dix ans.

Au 1<sup>er</sup> mars 2016, et à titre indicatif, les membres 10+ sont les sociétés suivantes :

- La Société AIR FRANCE
- La Société AIR LIQUIDE
- La Société BNP PARIBAS
- La Société CIMENTS CALCIA,
- Le groupe LA POSTE
- La Société MARSH SA
- La Société MICHELIN
- La Société SAINT-GOBAIN
- La Société SANOFI
- La Société SECHE-ENVIRONNEMENT
- La Société SNCF
- Le SOCIETE GENERALE
- La Société SUEZ
- Le groupe VINCI.

## 6. Perte de la qualité de membre

La qualité de membre se perd par :

- la démission,
- le décès ou la dissolution,
- la radiation prononcée par le Conseil d'Administration pour non règlement de la cotisation ou pour motif grave, l'intéressé ayant été préalablement invité, en ce dernier cas, à fournir des explications.

## **Art. 5 - DOTATIONS ET RESSOURCES ANNUELLES**

1. Les ressources de l'Association comprennent :

- les dotations des membres fondateurs,
- les cotisations annuelles des membres,
- les contributions des membres au financement des programmes spécifiques de l'Association,
- toutes autres ressources légales.

2. La cotisation annuelle des membres adhérents à l'Association est fixée annuellement par l'Assemblée Générale sur proposition du Conseil d'Administration.

3. Les modes de gestion de la dotation et des ressources annuelles seront déterminés par le Conseil.
4. Les membres intéressés par les programmes spécifiques de l'Association y contribuent par une souscription particulière fixée par le Conseil d'Administration pour assurer le financement de ce programme.

## **Art. 6 - ADMINISTRATION ET FONCTIONNEMENT**

### **Art. 6.1**

L'Association est administrée par un Conseil d'Administration d'au plus 25 membres, pouvant être des personnes physiques ou morales, composé de la façon suivante :

- le Président qui est une personne physique ;
- le Président de la Commission Environnement du Mouvement des Entreprises de France MEDEF, membre de droit du Conseil d'Administration de l'Association,
- au plus 23 membres adhérents élus par l'Assemblée Générale.

La majorité des sièges au Conseil d'Administration est réservée à des membres fondateurs ou des membres 10+.

Par ailleurs tout membre fondateur ou membre 10+ pourra assister aux Conseils d'Administration de l'Association et recevra les procès verbaux de ces Conseils.

Le Conseil comprendra en outre des membres adhérents élus par l'Assemblée Générale et pourra comprendre des personnalités scientifiques ou autres, cooptées par le Conseil, en raison de leur compétence.

Le mandat des membres du Conseil est de trois ans. Il est renouvelable.

En cas de décès ou de démission d'un membre du Conseil, ou lorsque celui-ci perd la qualité de représentant d'un membre fondateur, le Conseil d'Administration pourvoit provisoirement à son remplacement. La durée des fonctions de ce nouveau membre prend fin à l'époque où aurait normalement expiré le mandat de celui qu'il remplace.

### **Art. 6.2**

Le Conseil choisit comme Président un représentant d'un membre fondateur ou d'un membre 10+ ou le Président de la Commission Environnement du MEDEF et nomme un Bureau composé de ce Président, d'un ou plusieurs Vice-Présidents, d'un Secrétaire et d'un Trésorier. Il choisit également un successeur probable du Président qui fait partie du Bureau en tant que Vice-Président.

Le mandat du Président est de trois ans. Il n'est pas renouvelable.

Le mandat des autres membres du Bureau est renouvelable.

### **Art. 6.3.**



Le Bureau contribue à la préparation des décisions du Conseil d'Administration et veille à leur bonne exécution.

#### **Art. 6.4.**

Le Conseil se réunit au moins tous les six mois et chaque fois qu'il est convoqué par son Président ou sur demande du quart de ses membres.

La présence de la majorité des membres en exercice du Conseil est nécessaire pour la validité des délibérations. Si le quorum n'est pas atteint, il est procédé à une nouvelle convocation, sur le même ordre du jour, dans des conditions qui sont précisées par le règlement intérieur. Le Conseil peut alors valablement délibérer si le tiers au moins de ses membres sont présents.

Il est tenu un procès-verbal des séances, lequel est signé du Président et du Secrétaire.

#### **Art. 6.5.**

Toutes les fonctions de membre du Bureau, ou du Conseil, sont gratuites.

#### **Art. 6.6. - Délégué Général**

Sur proposition du Président, le Conseil peut nommer un Délégué Général.

Ce dernier aura pour fonction d'assurer la direction de l'Association, dans le cadre des délégations de pouvoirs lui ayant été consenties par le Président, et selon les directives de ce dernier.

#### **Art. 6.7. - Conseil Scientifique**

Afin d'assurer à l'Association un conseil et un patronage scientifique de nature à favoriser tant son action que son rayonnement, le Conseil d'Administration peut, sur proposition du Président, nommer un conseil scientifique dont il définira l'organisation et les attributions.

#### **Art. 6.8. - Comités spécifiques**

Si besoin est, le Président peut nommer tous comités spécifiques dont il désigne les membres et définit l'organisation ainsi que les attributions.

### **Art 7 - ATTRIBUTIONS**

#### **1. Le Conseil d'Administration**

Le Conseil d'Administration est investi des pouvoirs les plus étendus pour agir en toute circonstance au nom de l'Association ; il les exerce dans la limite de l'objet et sous réserve de ceux expressément attribués par la loi et les présents statuts à l'Assemblée des adhérents, et notamment :

- propose la nomination ou le renouvellement des Administrateurs élus par l'Assemblée,

- nomme les Présidents des Commissions permanentes de l'association,
- nomme le Délégué Général, sur proposition du Président,
- donne son agrément pour toute décision nouvelle,
- entend le rapport que le bureau doit présenter annuellement sur la situation financière de l'Association et son activité,
- approuve le programme d'activité de l'Association, notamment en matière de communication, les programmes spécifiques ainsi que leurs budgets,
- reçoit, discute et soumet à l'Assemblée Générale, les comptes de l'exercice clos qui lui sont présentés par le Trésorier,
- vote le budget de chaque exercice sur proposition du bureau et délibère sur toutes les questions à l'ordre du jour.

Sur toutes ces questions, le Conseil statue à la majorité simple des membres présents ou représentés.

En cas de partage des voix, la voix du Président est prépondérante.

## **2. Le Président**

- dispose de tous pouvoirs, dans le cadre de la loi et des statuts, pour la direction et la gestion de l'Association et, notamment, il fixe l'ordre du jour des réunions du Conseil d'Administration.
- peut déléguer sous sa propre responsabilité, partie de ses pouvoirs, au Délégué Général ou à des membres du bureau et / ou des différents comités.
- représente l'Association dans tous les actes de vie civile et vis-à-vis des tiers, avec faculté de délégation en faveur du délégué général.

## **3. Le Trésorier**

- tient les comptes de l'Association et les soumet chaque année à l'approbation du Conseil.

## **Art. 8 - ASSEMBLEE GENERALE ORDINAIRE**

1. L'Assemblée Générale comprend tous les membres de l'Association à quelque titre qu'ils y soient affiliés.
2. Elle se réunit au moins une fois par an, sur convocation du secrétaire du bureau du Conseil d'Administration, comportant indication de l'ordre du jour retenu par le Conseil d'Administration.

3. Le Président, assisté des membres du bureau, préside l'Assemblée et expose le rapport du Conseil sur la situation financière de l'Association et son activité.

4. L'Assemblée :

- approuve les comptes de l'exercice clos,
- délibère sur les seules questions mises à l'ordre du jour,
- pourvoit à l'élection et au renouvellement des mandats d'Administrateurs des membres adhérents,
- approuve le montant de la cotisation annuelle des membres adhérents, proposé par le Conseil d'Administration.

5. L'Assemblée ne peut se réunir valablement que si au moins le quart de ses membres sont présents et/ ou représentés. Si le quorum n'est pas atteint, il est procédé à une nouvelle convocation sur le même ordre du jour dans les conditions précisées dans le règlement intérieur. Sur deuxième convocation, aucun quorum n'est exigé.

Ses décisions sont prises à la majorité simple des voix exprimées, chaque membre présent et/ ou représenté disposant d'une voix.

Le vote par correspondance, sur l'ensemble des questions portées à l'ordre du jour, est autorisé.

Le nombre de pouvoirs entre membres n'est pas limité.

Ne peuvent participer à l'Assemblée que les membres ayant versé la cotisation annuelle.

#### **Art. 9 - ASSEMBLEE GENERALE EXTRAORDINAIRE**

L'Assemblée Générale a un caractère extraordinaire lorsqu'elle se prononce sur toutes questions entraînant une modification des présents statuts.

Il devra être statué à la majorité des deux tiers des voix des membres présents ou représentés. Elle ne peut valablement délibérer que si ces derniers représentent au moins le quart de l'ensemble de ses membres.

Sur deuxième convocation, aucun quorum n'est exigé.

Les membres empêchés pourront se faire représenter par un autre membre de l'Association, au moyen d'un pouvoir écrit.

Une feuille de présence sera émargée et certifiée par les membres du Bureau.

#### **Art. 10 - PROCES-VERBAUX**



Les procès-verbaux des Assemblées Générales sont transcrits par le secrétaire sur un registre coté et signé par le Président et le Secrétaire.

Le Secrétaire peut délivrer toutes copies certifiées conformes qui font foi vis-à-vis des tiers.

#### **Art. 11 - DISSOLUTION**

La dissolution de l'Association ne peut être prononcée que par l'Assemblée Générale, convoquée spécialement à cet effet, en statuant à la majorité des trois quarts.

L'Assemblée Générale désigne un ou plusieurs commissaires chargés de la liquidation des biens de l'association, dont elle déterminera les pouvoirs.

Elle attribue l'actif net à toutes associations déclarées ayant un sujet similaire ou à tous établissements publics ou privés reconnus d'utilité publique, de son choix.

#### **Art. 12 - REGLEMENT INTERIEUR**

Un règlement intérieur sera, si besoin est, établi par le Conseil d'Administration qui le fera alors approuver par l'Assemblée Générale.

Ce règlement est destiné à fixer les divers points non prévus par les statuts, notamment ceux ayant trait à l'administration interne de l'Association.

#### **Art. 13 - FORMALITES**

Le Président, au nom du Conseil d'Administration, est chargé de remplir toutes les formalités de déclaration et de publication prescrites par la législation en vigueur.

Tous pouvoirs sont donnés au porteur des présentes à l'effet d'effectuer ces formalités.

Fait en quatre originaux, dont un original pour l'Association et deux destinés au dépôt légal.

**A Paris**

**Le 27 juin 2016**







*Application from the Association Française des Entreprises pour l'Environnement (French association of companies for the environment)- EPE, France*

*Due diligence process feedback from IUCN Councillors, Hilde Eggermont, Jan Olov Westerberg and Jonathan Hughes<sup>1</sup>, Luc Bas, Director, IUCN European Regional office, Gerard Bos, Director, IUCN Business and Biodiversity Programme (BBP), the French National Committee of IUCN Members*

*(Clarification from the applicant, EPE, is available on pages 5-15)*

---

**1) Are you aware of the existence of this organisation?**

- *H. Eggermont*: I was not aware.
- *J. O. Westerberg*: No, I wasn't until their application.
- *Regional Office*: Yes
- *BBP*: BBP has known and interacted with EpE for many years. EpE is a recognized environmental organization in France (exist for 25 years) and more particular in the Business and Biodiversity arena as an influencer and driver for Change on the environmental topic working directly with large French companies and experts.
- *French NC*: Yes, we know the Association Française des Entreprises pour l'Environnement, EpE [French Association of Enterprises for the Environment], which was created in 1992. It is an association of around forty large French and international companies, 4 of which are partners of the IUCN French Committee: they are EDF, VEOLIA, ENGIE and CEMENTS CALCIA (HeidelbergCement France).

**2) What is your relation/interaction with applicant, including how long have you known the applicant and how familiar are you with the applicant's activities/objectives/policies?**

- *H. Eggermont*: I had no previous interaction with the applicant, nor I am aware of the applicant's activities/objectives/policies (other than those I read in the application and found on their website).
- *J. O. Westerberg*: None
- *Regional office*: I have worked with them on climate issues in my former job and they approached us for a European initiative but which has stalled over their global aspirations.
- *BBP*: As Director of BBP I was well aware of this organization for at least 10 years as they are the French arm of the WBCSD, who is a member of IUCN since 2015. The focus of EpE is to ensure companies do integrate environmental considerations in their strategies. This is well aligned with IUCN business engagement strategy. Their focus is in four main areas Climate change, Health and Environment, Environmental management and Biodiversity. The organization is small (5 FTE) and a lot of the work is driven by their members who are committing at CEO level. They have been very active in the business solution space for the Climate COP 21 in Paris and are often participating to CBD COP meetings.
- *French NC*: We have worked with EpE since 2006. In 2009, our collaborations became more regular with the creation of our Business & Biodiversity task force, which brings together members and experts of the French Committee who are interested in this issue, and our partner companies (the 4 companies mentioned above, EQIOM – ex Holcim France – and L'OCCITANE.

We regularly discuss the work that we carry out in this field at our two institutions. EpE formed a Biodiversity Commission (as well as a Climate Change Commission and another commission for resources) and, with its members, is carrying out work on this subject, which gives rise to publications. One of its publications was created in collaboration with us, and we have often proofread or contributed to others.

For example:

- COMPANIES AND BIODIVERSITY – MANAGING IMPACTS ON THE VALUE CHAIN – NOVEMBER 2016<sup>2</sup>
- ENVIRONMENT AND HEALTH: STAKEHOLDER DIALOGUE<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Jonathan Hughes also replied in his capacity of Chair of the Private Sector Task Force.

<sup>2</sup> <http://www.epe-asso.org/entreprises-et-biodiversite-gerer-les-impacts-sur-la-chaine-de-valeur-novembre-2016/>

- MEASURING AND MANAGING BIODIVERSITY – 2013<sup>4</sup>
- BIODIVERSITÉ – UN ATOUT POUR VOS SITES D'ENTREPRISES [BIODIVERSITY – AN ASSET FOR YOUR BUSINESS SITES] – 2006 (produced in collaboration with the French IUCN Committee)

The manager of EpE's Environment Division is often called on to present works within the IUCN French Committee's Business Group. It also participated in the last two IUCN World Conservation Congresses in Jeju in 2012 and Hawai'i in 2016. At this last congress, we worked with EpE and WBCSD on the organisation of workshops and the preparation of motions, which were adopted by the Members' Assembly.

### 3) Are you satisfied that the organisation complies with criteria listed in Article 7 of the Statutes?

- **the organisation's activities to date embody the conservation of the integrity and diversity of nature;**

- *H. Eggermont*: Judging from their application and website: YES
- *J. O. Westerberg*: Since I don't know about the organisation I can't answer.
- *Regional office*: in principle yes

- **they aim to ensure the equitable and ecologically sustainable use of natural resources**

- *H. Eggermont*: Judging from their application and website: YES
- *J. O Westerberg*: see above.
- *Regional office*: in principle yes

- **they aim to influence and encourage the meeting of IUCN objectives?**

- *H. Eggermont*: Judging from their application and website: YES. It seems they are also interacting with the French IUCN National Committee. They are the french partner to the WBCSD; and under the new governance framework it adopted in 2014, WBCSD made EpE coordinator of its European network. WBCSD is also an IUCN Member, and IUCN & WBCSD have agreed on a 5-yr partnership (starting dec 2015; <https://www.iucn.org/theme/business-and-biodiversity/our-work/business-platforms/world-business-council-sustainable-development>) so I think these are all good reasons to believe that EpE could add value and advance IUCN's mission.
- *J. O Westerberg*: see above.
- *Regional office*: in principle yes

**Are they involved in any activities that conflict with the objectives of IUCN?**

- *H. Eggermont*: Judging from their application and website: NO
- *J. O Westerberg*: I have absolutely no idea, which shouldn't be interpreted other pro or con.
- *Regional office*: not that I know of
- *BBP*: Yes to 3 points above. I am not aware of activities conflicting with the objectives of IUCN.

- *French NC*: The association's aim is to help companies make progress in environmental matters, and biodiversity in particular, mainly by informing them and raising awareness about current issues and sharing best practices and experience. In that sense, it takes part in IUCN's mission. However, it should be noted that activities or projects carried out by some EpE member companies are probably, or may be, incompatible with IUCN's objectives. This is also the case for WBCSD, which has been a member of IUCN since 2016, knowing that WBCSD instructed EpE to coordinate its network in France.

### 4) Can you provide the details of a/some project(s) this organisation was involved in (and to what extent) to support any of the above? (conservation track record)

- *H. Eggermont*: I don't have any information on this myself - but some good examples are listed on the website, and in the application. Though none of the publication dates from 2018, I still believe the organisation is on good track and active.
- *J. O Westerberg*: see above.
- *Regional office*: no

<sup>3</sup> <http://www.epe-asso.org/environnement-et-sante-dialoguer-avec-les-parties-prenantes/>

<sup>4</sup> <http://www.epe-asso.org/mesurer-et-piloter-la-biodiversite-2013/>

- BBP: EpE has a special focus on biodiversity which is not always common for large company CEO member led organization and should be applauded for that. There is coordination between the French national Committee "Entreprise et Biodiversité" platform , as well as OREE and EpE as the CBD has asked all three to be collaborative when representing business and biodiversity activities to the CBD. Please find below two specific publications that attest how EpE is driving the Biodiversity agenda with companies.  
<http://www.epe-asso.org/en/companies-and-biodiversity-managing-impacts-on-the-value-chain-march-2017/>  
<http://www.epe-asso.org/en/measuring-and-managing-biodiversity-october-2014/>
- French NC: In addition to the collaboration indicated in point 2, EpE launched an initiative aimed at raising the awareness of the CEOs of companies, carried out in collaboration with the French IUCN Committee and nature conservation associations. Thus, since July 2017, we have worked with EpE and several of our members such as WWF France, Humanité & Biodiversité, Noé, the Fondation Nicolas Hulot and the Ligue pour la Protection des Oiseaux (Birdlife France) to launch an initiative entitled, "Act4nature", which aims to encourage companies to commit to protecting biodiversity, with a focus on meeting their 2020 targets.

Over 60 companies have already committed to this. Further information is available here: <http://www.act4nature.com>. The Director of the IUCN Global Business and Biodiversity Programme (Gerard Bos) is also involved in this initiative, and the IUCN Director General, Inger Andersen, should be present at the launch event on 10 July.

#### 5) How can the applicant contribute in advancing IUCN's Mission?

- H. Eggemont: The EpE provides a platform for companies to explore sustainable development, share knowledge, experiences and best practices, and to advocate business positions on these issues in a variety of forums, working with governments and non-governmental and intergovernmental organizations. I feel these are crucial elements to enhance IUCN's interaction with the Private Sector and to transform business practices to generate benefits for biodiversity & natural resource-dependent livelihoods.
- J. O Westerberg: Since I do lack a more in-depth knowledge about this particular organisation more than that I've seen when going through their website, I really cannot say. In principle though, one of the work to support sustainability and more responsible enterprises, is the inclusion, not the exclusion, of organisations and enterprises who have an interest in adopting their work toward the global goals as expressed in the SDGs. We are a Union and a Union has many voices.
- Regional office: BBP to provide
- BBP: In the run up of World Conservation Congress in 2020 in France, the upcoming discussion on biodiversity post 2020 target commitment, the fact the French President Macron expressed his interest in driving the biodiversity agenda more strongly: EpE is currently driving an effort to mobilize commitment from companies (initial stage focused on large French multinationals and WBCSD members) to commit to biodiversity goals. They have collaborated with IUCN, the IUCN French committee for drafting the biodiversity pledge as well as involved well know experts and IUN members such as WWF France. See more details [Act4Nature](#).

From a BBP perspective we strongly recommend to accept EpE's application. This would further strengthen the links with private sector through organizations that have been able to influence and drive the biodiversity agenda at the highest level of large multinationals. EpE could be a key partner for the preparation of Congress in 2020 and ensuring business is part of the solutions and not excluded from the debates. This will contribute to advance IUCN's mission to influence society for a just World that values and conserves nature.

- French NC: The private sector is a key stakeholder that needs to be mobilised in order to make biodiversity conservation work progress. Companies undertake activities that help erode biodiversity and are thus among the stakeholders that must change and improve their practices in order to limit their impacts as far as possible and participate more in the safeguarding or restoration of biodiversity. This requires a clear commitment on behalf of the company and the implementation of a multiannual action strategy providing long-term, tangible results. This must be based on reliable knowledge and partnerships with the biodiversity stakeholders. So, we think that if EpE becomes a member of IUCN it will allow it to gain access to the network's knowledge and expertise and to be able to establish relationships and collaborations with the members of the Union. Thanks to IUCN's network, EpE will be able to strengthen the support for its corporate members and make them more

aware of biodiversity issues and, more specifically, to set up actions to promote the protection and sustainable use of the latter.

#### **Other comments**

- [Jonathan Hughes](#):  
My answers are pretty much identical to Jan Olov's. In principle I'm struggling to see how we could welcome WBCSD and not such an organisation but would need to investigate more for a definitive opinion.  
Nothing more to add as Chair of the Private Sector Task Force. I really don't know them, sorry.
  
- [Regional office](#): I cannot answer all the questions but most info should come from B&B program given the scope of the organisation.  
They are active in the environment field which indirectly supports biodiversity conservation and they now recently have launched a campaign actfornature which is a good outreach in the business community I feel.  
The main point here is that with WBCSD as a member we have a precedent(a good one in my view) to have business associations as members of IUCN.  
I am sure that some of the members of EPE may not fully comply with what IUCN expects but that is also the case for WBCSD.  
In short I am supportive of the application as it helps us reach the non-covered and that is crucial.
  
- [BBP](#): Several other organizations are currently members of IUCN such as WBCSD, [Keidanren Nature Conservation](#) Fund (Japanese arm of WBCSD, [World Economic Center](#) , [Asahi Foundation](#) (A foundation of an individual Glass manufacturer), [Elion](#) Foundation ( a foundation of major renewable energy company in China). I did not go through the whole list of national NGO's. These are examples of existing members with a strong link or membership with Corporate entities. The Membership by corporates is any case on the agenda of the new incoming chair of PSTF and will be discussed at the next PSTF meeting.

**Letter with clarification from EPE is available on next pages.**



Paris, 31 May 2018

Sender: Sylvie GILLET

Ref.: 18-122

## Additional information required for the Association Française des Entreprises pour l'Environnement [French Association of Enterprises for the Environment] to become a member of the International Union for Conservation of Nature

### 1. Presentation of the association: reminder

Created in 1992, the French Association of Enterprises for the Environment is a non-profit organisation of around forty large French and international companies, from all sectors of the economy, **industry and services: steel, agri-food, insurance, automobile, bank, construction and civil engineering, chemicals, energy, construction materials, health, transport services, and environmental services**. They share a vision of the environment as a source of progress and opportunities, and work together to take better account of it in their strategies and operations. This work concerns all aspects of the environment: climate change, natural resources, biodiversity, water, pollution, health, environmental management and economics. Just as no stakeholder can develop sustainably in a degraded environment, a better awareness of the environment is a lasting source of value for businesses.

### 2. Links between EpE and WBCSD, membership charter for EpE members

EpE is the French partner of the **World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)**. WBCSD is an association of 200 international companies across the globe, united by a shared commitment to sustainable development based on the three pillars of economic growth, ecological balance and social progress. EpE publicises **WBCSD's work** in France, for example by translating the biodiversity training tools created by WBCSD.

This partnership also raises the **international profile of some of EpE's work**. EpE's general delegate takes part in WBCSD's annual congresses. WBCSD was



also a key partner in the success of the Business & Climate Summit in 2015, in preparation for COP21 and the Paris Agreement.

Fifteen of EpE's member companies are also members of WBCSD, and ensure the proper complementarity of the work carried out by the two associations (Cf. Appendix 1). This avoids the contents of the two associations' work being duplicated.

Unlike WBCSD, EpE decided not to have a charter that its members have to sign; indeed, on the one hand, some of its members have already signed the WBCSD charter, on the other, French legislation obliges them to report their impacts (including international impacts) and to accept the consequences of their actions on the environment. Signing WBCSD's charter or a similar charter would not contribute a great deal more with regard to WBCSD's charter, and simply risk generating confusion and discrepancies.

The articles of association (revised in 2016) stipulate that: "The Association's objective is to develop efficient approaches to environmental problems, to express its members' points of view on these subjects, whilst promoting their competence and dynamism in the field of environmental protection." Becoming a member of EpE means endorsing these statutes and demonstrating a desire for continuous progress.

More specifically, by becoming a member of EpE, companies commit not only financially (EpE is only funded by its members' fees), but above all by dedicating human resources to task forces and to the sharing of best practices. Taking part in EpE thus shows a company's desire to make progress and to improve continuously in favour of the environment in general and nature conservation in particular.

A number of initiatives reveal this continuous progress. In particular, beyond its publications, EpE members take part in numerous progress initiatives: they started to take on voluntary commitments in 2002 with AERES; the French Climate Pledge marked their ambition to reduce greenhouse gas emissions, a number of them committed to the Commitments to the Circular Economy initiated by the French Association of Private Companies (AFEP) and the Movement of French Enterprises (MEDEF) in 2016.

EpE is a key player in the French public debate on the environment and plays a role that is recognised as constructive by several stakeholders.

### **3. Organisation of EpE's activities**

EpE is first of all a neutral and constructive **forum for exchange and dialogue** between business managers, directors or environmental leaders, who share their best practices and work together to create efficient methods for managing these issues. The commissions' work also provides the opportunity for exchanges with experts from academia, NGOs and sometimes also public authorities.

This shared work allows members of EpE to **predict the expectations** civil society has of them in terms of the environment. Thus, these companies form a pioneer group in taking the environment into account in their activities.

EpE's work and reflections lead to the expression of ideas and basic messages on environmental issues, and to the creation and dissemination of methods and tools that can be used to integrate the environment into business management; the dissemination of these ideas within members companies and outside of the association is an essential element of EpE's activity; it is assured by the members themselves and organised by the association's team.

The work takes the form of publications available free of cost on its website, and of speeches given at conferences.

All the association's messages are validated by its members, within Commissions and task forces, and as a last resort by the Executive Committee and the Board of Directors. The association does not represent its members for the adoption of positions on public policies, unlike most professional federations or MEDEF.

#### **The Members of the EpE Executive Committee:**

Chair	Jean-Dominique <b>SENARD</b> (MICHELIN)
Vice-Chairs	Jean-Laurent <b>BONNAFE</b> (BNP PARIBAS) Pierre-André <b>de CHALENDAR</b> (SAINT-GOBAIN) Jean-Bernard <b>LEVY</b> (EDF) Isabelle <b>KOCHER</b> (ENGIE) Patrick <b>POUYANNE</b> (TOTAL) Antoine <b>FREROT</b> (VEOLIA)
Treasurer	Laurent <b>BEUSELINCK</b> (ERM)
Secretary	Pierre <b>VICTORIA</b> (VEOLIA)
General Delegate	Claire <b>TUTENUIT</b> <sup>1</sup>

EpE facilitates **several think tanks divided into four Commissions**: Biodiversity, Climate change, Resources, Health/Environment, and two task forces that are currently preparing major events on biodiversity and climate: act4nature for biodiversity and Vision Zen 2050 (exploration of the ways France can become carbon neutral by 2050) for the climate.

More specifically, around 50 meetings of commissions are organised each year, each of them bringing together 20 people on average. Thus, this year, the Resources Commission is working on the indicators used by companies to represent their circular economy activity; in the spring the Water Task Force published the ABC of Water, a collection of the members' best practices, a good

---

<sup>1</sup> Cf. CV in Appendix 2

number of which were described in detail in a meeting. The Biodiversity Commission works on how companies can change the scale of their actions for biodiversity...

Minutes are recorded for each meeting and they are sent out to all EpE member companies, in order to capitalise on their experiences. Publications in French and English close the commissions' thematic cycles. Two or three publications are produced each year. The most recent publications are:

- *Water from A to W. Water Stewardship*, English version, March 2018
- *Avoided emissions. Companies assess their climate solutions*, English version, March 2018
  
- *ABC d'Eau. Ménager l'eau*, French version, April 2018
  
- *L'environnement dans le dialogue avec les consommateurs*, French version, December 2017, English version available in June 2018
  
- *Emissions évitées. Les entreprises évaluent leurs solutions pour le climat*, French version, September 2017
  
- *Companies and Biodiversity – Managing impacts on the value chain, a guide for companies to manage their indirect impacts on biodiversity*, March 2017
  
- *Entreprise et biodiversité: gérer les impacts de la chaîne de valeur*, November 2016

These brochures can be downloaded free of charge from EpE's website:

<http://www.epe-asso.org/publications-rapports/>

Beyond the technical work, EpE is working actively to **mobilise business leaders** on environmental issues, with different events organised for them: an annual dinner for dialogue with scientists and NGOs, a lunch for Presidents, breakfasts where they discuss their policies in this area, etc. The mobilisation of leaders is indeed, in France at least, a powerful internal lever for collaborators and internal operational hierarchies. This mobilisation is however only possible with solid arguments.

Finally, EpE organises **conferences** and **seminars** on all its working topics, aimed at members of the association and a broader public. This is notably the case with the launching of publications.

<http://www.epe-asso.org/evenements-publics/>

#### **4. EpE's activities in the field of nature conservation**

EpE member companies have direct (energy, mines and quarries, infrastructures, etc.) or indirect impacts (finance, transport, materials, etc.) on nature, in

accordance with their activities. Some (papermaking, timber users, pharmacy, quarries, chemicals, agriculture) depend on nature directly for their resources. Thus, the subject has been integrated into the association's activities for over 10 years.

#### 4.1 Past activities

A number of EpE's member companies are committed, each at their own pace and in accordance with their own priorities, to preserving and/or restoring the integrity and diversity of nature through their activities. Most ensure that the natural resources they use are produced and/or exploited in a sustainable manner. The exchange of best practices has resulted in a number of actions, but often on a pilot scale. EpE's publications reflect this progression, basing themselves on numerous specific examples presented by companies:

- 2009: publication of "Biodiversité: quelles valeurs pour quelles décisions?" ["Biodiversity: which values for which decisions?"]. The start of an awareness of biodiversity as an economic issue;- 2010: organisation of a Business & Biodiversity conference in the Museum – increasing awareness, essentially for companies making direct impacts – 300 participants;
- 2013: publication on the indicators used by companies: "Mesurer et piloter la biodiversité" ["To measure and pilot biodiversity"] – with a public lecture on the subject
- 2016: publication on the management of indirect impacts: "Biodiversité: gérer les impacts à travers sa chaîne de valeur" ["Biodiversity – managing impacts through their value chain"] – with a public lecture on the subject;

They have gradually become aware that a **change in scale** is required in everyone's action in order to slow down or stop the current collapse of ecosystems.

To bring about such a change in scale, it seemed necessary for the leaders of large companies and their teams to promote a stronger dynamic.

Therefore, the association decided to use COP15's perspective for\*\*\* 2020 and the French President's commitment to the success of this COP for mobilising the leaders and proposing that they make a specific commitment for their group. It was the act4nature initiative that was created, by associating numerous partners in order to bring about the desired acceleration.

## 4.2 Act for Nature: Companies are taking steps to promote biodiversity

<http://www.act4nature.com/>



Whilst the French environment minister Nicolas Hulot has just announced the drawing up of an interministerial plan for biodiversity, whilst international deadlines regarding biodiversity are looming and the general public expects specific measures, along with numerous partners of act4nature, EpE has taken the initiative to organise a high-level event to present companies' commitment to biodiversity and nature conservation.

The partners taking part in this initiative are from different backgrounds:

- business networks AFEP, MEDEF, AFHPD, C3D, Finance for Tomorrow, Global Compact France, Orée, Orse,
- public authorities through the Agence Française pour la Biodiversité [French Biodiversity Agency].
- scientific partners: FRB and MNHN
- NGOs and associations specialising in nature including the Good Planet Foundation, the Fondation pour la Nature et l'Homme [Foundation for Nature and Mankind], Humanité et Biodiversité [Humanity and Biodiversity], the French IUCN Committee, the LPO, Noé and WWF-France.

The role of these partners is to work together to prepare the collective commitments that the companies are required to make, to find out which partner companies are ready to commit to the approach, and to prepare an individual commitment specifying their undertaking.

The result of this initiative should be positive: over 60 companies from all sectors, over half of which are listed on the CAC40, adhered to the collective commitments co-authored by the event's partners and made precise, real and significant commitments to biodiversity; these commitments will be published during the event on 10 July. A number of leaders are to meet on 10 July to present these commitments to the press and the public authorities.

By making these commitments, each company commits above all to assessing impacts using numerical indicators, and to reporting and transparency in terms of messages to the public authorities. This should engage companies in ways of making specific, continuous progress and fuel dialogue between the NGOs.

EpE's aim is for this phase to be the start of an international initiative that culminates in a "Business & Nature Summit" in June 2020, promoting the



mobilisation of civil society called on by IUCN to facilitate the success and goal of the agreement referred to in

COP15 to the CBD in Beijing. Contact has been established with IUCN on this subject (Gerard Bos in particular).

### **4.3 Other EpE partnerships in favour of biodiversity**

One of the main difficulties of mobilisation remains the hard realisation of the risks facing businesses due to biodiversity loss: the impacts are often diffuse, the effects for humanity are negative and a fortiori for a given company are viewed negatively. In order to ensure that the business world has a greater understanding of the **economic materiality of biodiversity loss**, EpE builds partnerships with the scientific community and NGOs.

Formerly a member of the expanded Stakeholders' Advisory Board (SAB) of the Foundation for Research on Biodiversity (FRB), which brings together stakeholders concerned by biodiversity issues, since 2016 EpE has been a member of the "SAB 40" as a representative of the "Economic and industrial activities" college. EpE suggests that researchers from the organisations involved should focus more on the real economic impacts of biodiversity loss, in order to increase the materiality of this subject in companies' CSR and environmental policies, and encourages companies to finance work on these subjects.

EpE has been an observer member of the European Business & Biodiversity platform since the end of 2014, as well as of the Natural Capital Coalition.

Moreover, EpE shares its actions on the platform of the French "Entreprises et biodiversité" ["Businesses and Biodiversity"] initiative. This platform is integrated into the approach of the "Global Partnership for Business and Biodiversity" launched by the Secretariat of the Convention on Biological Diversity.

Finally, before the successive COP to the CBD, EpE has organised discussions for its members between the head of the French delegation (France's Ambassador to the CBD) and members companies in order to share the issues.

## **5. Conclusion: why join IUCN?**

The EpE association would like to forge a stronger partnership with IUCN, and that is why it is has applied to join the latter as a full member.

By becoming a member of IUCN, EpE would gain:

- A greater understanding of the progress in knowledge and innovations regarding biodiversity;
- Greater access to international initiatives taken by different structures, both public and private, with regard to biodiversity, initiatives that EpE members could be associated with more regularly;
- Recognition for the quality of its work;

- A forum for publicising some of its members' initiatives, for example regarding economic models that promote biodiversity or the more sustainable use of natural resources thanks to the circular economy.

In parallel with this, welcoming EpE as one of its members could provide IUCN with:

- A greater knowledge of the reasons companies make commitments and the correct methods possible for these commitments; the drawing up of act4nature commitments is thus as much a part of the detailed knowledge of the management of large and small companies as biodiversity issues;
- Specific experiences on which certain initiatives can be based;
- Possible joint work on the tools that could improve nature conservation.

**If IUCN approves its membership application, as an association EpE commits to working in a respectful and collegial manner with the other IUCN members, and with its French Committee in particular. In particular, we undertake to inform the French IUCN Committee of any risk of conflict of interest we know of between our activities and those of IUCN.**

## Appendix 1

EpE and WBCSD members		WBCSD Member	Non-member
1	<b>ADP Groupe</b>		<b>1</b>
1	AIR FRANCE KLM		<b>1</b>
1	AIR LIQUIDE		<b>1</b>
1	AIRBUS GROUP		<b>1</b>
1	AXA		
1	<b>BASF FRANCE*</b>	<b>1</b>	
1	<b>BAYER SAS*</b>	<b>1</b>	
1	BNP Paribas		<b>1</b>
1	CAISSE DES DEPOTS Group		<b>1</b>
1	<b>DELOITTE*</b>	<b>1</b>	
1	ECONOMIE D'ENERGIE SAS		<b>1</b>
1	<b>EDF</b>	<b>1</b>	
1	ENGIE		<b>1</b>
1	<b>ERM France*</b>	<b>1</b>	
1	<b>HEDELBERGCEMENT France*</b>	<b>1</b>	
1	HUMANIS Group		<b>1</b>
1	InVivo Group		<b>1</b>
1	<b>KERING</b>	<b>1</b>	
1	LA POSTE Group		<b>1</b>
1	<b>LAFARGEHOLCIM France*</b>	<b>1</b>	
1	MARSH		<b>1</b>
1	<b>MICHELIN</b>	<b>1</b>	
1	PAPREC Group		<b>1</b>
1	PRIMAGAZ		<b>1</b>
1	RENAULT Group		<b>1</b>
1	REXEL		<b>1</b>
1	RTE		<b>1</b>
1	<b>SAINT-GOBAIN</b>	<b>1</b>	
1	SANOFI		<b>1</b>
1	<b>SCHNEIDER ELECTRIC</b>	<b>1</b>	
1	SEB Group		<b>1</b>
1	SECHE ENVRIONNEMENT		<b>1</b>
1	SEQUANA		<b>1</b>
1	SIACI SAINT HONORE		<b>1</b>
1	SNCF		<b>1</b>
1	SNCF Network		<b>1</b>
1	SOCIETE GENERALE		<b>1</b>

1	<b>SOLVAY*</b>	<b>1</b>	
1	<b>SUEZ</b>	<b>1</b>	
1	<b>TOTAL S.A.</b>	<b>1</b>	
1	VALLOUREC		<b>1</b>
1	<b>VEOLIA</b>	<b>1</b>	
1	VESUVIUS PLC		<b>1</b>
1	VINCI		<b>1</b>
45		<b>15</b>	<b>30</b>

\*The group is a member of WBCSD, with EpE being the French partner of the latter

9

## **Appendix 2**

### **Biography of Claire Tutenuit**

A graduate in maths (Ecole Normale Supérieure) and political sciences (Institut d'Études Politiques de Paris), Claire Tutenuit is a Corps des Mines engineer.

She spent 5 years at the Ministry of Industry and 15 years in a company in the environment and energy sector (Veolia) and later worked in the high-tech sector (Matra-Défense-Espace, now Airbus). Since 2001, she has been an independent consultant in strategy, organisation and the environment in these same sectors.

Since 2006, she has been the General Secretary of Entreprises pour l'Environnement (EpE), an association of large companies that share a common vision of the environment as a source of progress and opportunities, and work together to improve the way it is taken into account in their everyday management and strategies ([www.epe-asso.org](http://www.epe-asso.org)), whilst also carrying out advisory activities. EpE is the French partner of the World Business Council for Sustainable Development (WBCSD).

Claire Tutenuit has written various articles. She is a member of the Board of the Fondation pour la Nature et l'Homme and of Ineris. She presides over the local association, Le Ruban Vert, which promotes biodiversity in a section of the green and blue belt in the Yonne Department.



epe  
entreprises pour l'environnement

act4nature  
Companies for Biodiversity

# act4nature

Companies for Biodiversity

## Who are we ?

Act4nature is an initiative launched by EPE (Entreprises pour l'Environnement) and a number of partners with the aim of mobilising companies to protect, promote and restore biodiversity.

Scientists, economists and public authorities agree that there is urgent need to act by leveraging the resources commanded by key players to deliver concrete solutions now and in the medium and longer terms.

This initiative aims to develop international collective momentum, driven by committed CEOs in all industries, followed by their colleagues and the public at large.

In joining act4nature, businesses undertake to include biodiversity in their global development strategies so as to help achieve the biodiversity targets set by the international community.

These undertakings will be published on 10 July to conclude the Act4nature kick-off event.

act4nature  
Companies for Biodiversity



- **Spring 2018 : 5 regional reports from IPBES, one on soil degradation**
- **July 17, 2018: HLPF** in NY on SDGs; **Biodiversity on land** in agenda
- **November 2018 : COP 14 in Sharm-el-Cheikh**
- 2019: a new European biodiversity strategy in view of 2020
  - **April 2019: IPBES 7 meeting in Paris** : synthesis IPBES report published
  - **G7** French presidency; biodiversity on the agenda
- **June 2020 : IUCN World Forum**, in France
- **November 2020 : CBD COP15 in Beijing, China**

**A world ambitious biodiversity agreement is more likely  
with civil society mobilisation,  
incl business bringing solutions and dialogue**

- **Mobilise business** to protect, restore and recreate biodiversity;
- Change scale of action thanks to **CEO involvement** in all sectors;
- Show **concrete commitments, at large scale**;
- Build an **alliance with policymakers** in favour of biodiversity and its insertion in all policies;
- Initiate a voluntary international dynamics until 2020.

**A successful launch event in Paris on 10 July 2018  
serves these objectives  
and can feed an international dynamics**

## Partenaires de l'initiative

### Réseaux d'entreprises



### Pouvoirs publics



### Partenaires scientifiques



### Associations pour l'environnement





- Mostly French at this stage;
- High-level event, not a wide mobilisation –300 persons;
- **65 committed companies**; 40 committed CEOs (including Michelin, Total, BNPParibas, Vinci,...), all partners and the Minister were present; good media visibility;
- Some international presence: Executive Secretary of IPBES, IUCN;
- Concrete deliverables: pledge, individual company actions, an alliance with French policy makers in view of 2019-20 events.





# First international visibility

Cristiana Paça Palmer  
10 jul 2018 · G

English follows!  
La réponse extraordinaire des sociétés françaises à #act4nature démontre bien que les entreprises profitent de plus en plus des occasions que leur offrent des consommateurs plus sensibilisés que jamais de contribuer à un monde où les gens, le secteur des affaires et la biodiversité sont en plein essor. Leurs gestes confirment que la conservation et la durabilité, basées sur la diversité biologique sont rentables. Les efforts que nous avons entrepris avec des partenaires multiples, les gouvernements, le secteur privé, la société civile et ses citoyens feront de la vision 2050 pour la biodiversité une REALITÉ.

The tremendous response by French companies to #act4nature demonstrates that businesses increasingly seize the opportunities offered by growing consumer awareness to contribute to a world in which people, business and biodiversity thrive. Their actions also show that conserving and sustainably using biodiversity is smart business. Working together among multiple partners- governments, the private sector, civil society and citizens - we WILL make the 2050 Vision for biodiversity a reality.  
<http://www.act4nature.com>



IPBES  
@IPBES

Anne Larigauderie, Exec Sec of @IPBES, addressing the #Act4Nature event in Paris: 65 major #French companies launching new #biodiversity charter. Action by these companies = part of both International and French priorities, therefore of particular importance.



22 Jul - 10 Jul 2018  
14 Retweets · 19 Likes  
View, MUTE, MUTE @ Replies

WBCSD @wbcswd · 10 Jul  
Congratulations to the 65 signatory companies of #Act4Nature in #France an initiative designed to protect #biodiversity and the signature of collective and individual commitments. @epe\_esco #act4nature act4nature.com

7



View, MUTE, MUTE @ Replies

Gerard Bee @gerardbee2004 · 10 Jul  
#act4nature @IPBES suggesting all companies to measure and report their biodiversity footprint @iucn congress in 2020



View, MUTE, MUTE @ Replies





<http://www.act4nature.com/>

engagement@act4nature.com

## Summary of documents – Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales del Cantón de San José (Association for the Welfare and Protection of Animals of the Canton of San Jose), ABAANIMAL, Costa Rica

*Click on document name for quick access.*

<b>Documents</b>	<b>Page No.</b>
1) Application form	2
2) Assessment form used by the Secretariat to review membership applications	5
3) Statutory documents	7
4) Endorsement letters	40
5) Objections received from IUCN Members (other concerns/p.46)	42
6) Reply from ABAANIMAL to objections received	43
7) Report from due diligence process	47





# Applicant's Mission, Objectives and Activities

(for all categories)

**As per the Statutes**, "the applicant has as one of its central purposes the achievement of IUCN's objectives and a substantial record of activity in the conservation of nature and natural resources.

The objectives and track record of the applicant<sup>1</sup> embody to a substantial extent :

- (i) the conservation of the integrity and diversity of nature; and, either or both:
- (ii) the aim to ensure that any use of natural resources is equitable and ecologically sustainable;
- (iii) dedication to influencing, encouraging and assisting societies to meet the objectives of IUCN"

**[Statutes, Article 7 (b) and (c)]**

**IMPORTANT:** This section will be used to notify IUCN Members of your application and in the documentation submitted to IUCN Council without editing. Please stick to the maximum number of words indicated for each field otherwise part of your text will be cut.

**Name of organisation** Association for the Welfare and Protection of Animals of the Canton of San José [Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales del Cantón de San José, ABAANIMAL]

**Country:** Costa Rica

**Description of your organisation/institution:**

*Maximum 100 words*

ABAANIMAL is a non-profit organisation, founded on 16 January 1999 and included in the Register of Associations, with Legal Identification No. 3-002-248601. At present, it is made up of 23 members and around 40 volunteers in Costa Rica. We are registered for Direct Taxation and included in the Court Register to represent the undefined interests of animals that are victims of abuse. We organise Animal Health Days at which we provide basic veterinary animal health outpatient services (spaying, vaccinating and de-worming animals)

We coordinate our action with government institutions in order to defend animal rights.

**Mission/Vision of your organisation/institution:**

*Maximum 100 words*

**Mission:** To provide high-quality and low-cost sustainable veterinary services without depending on donations, and to raise the awareness of the public taking part in our campaigns, of their responsibility for public health and their obligation to ensure animal welfare.

**Vision:** To act as a standard model for the quality of veterinary services for all of Costa Rica's animal protection organisations, showing that it is possible to provide a high-quality, low-cost, integrated service in our campaigns, which guarantees WELFARE.

<sup>1</sup> These can take many forms, including field action, community involvement, research in the natural and social sciences, policy development, advocacy, legal activities, education and public awareness, and fundraising where these are for purposes in line with the mission of IUCN. While determining the relative importance of an activity is necessarily to some extent subjective, it is here considered that "substantial" can be assessed in terms of the applicant's programme and projects, resource allocations, organisational structures and outputs.

**Summary of your organisation's/institution's objectives as they appear in your Statutes / Bylaws / Articles of Association / other statutory document:**

*Maximum 300 words*

Objective The Association's objective is to protect and defend Costa Rica's fauna, placing particular emphasis on pets and stray, abandoned, ill, mistreated or abused animals. We pay particular attention to these animals and try to find them a suitable home. Moreover, the Association aims to ensure compliance with existing laws and any future laws that are passed regarding the defence of animals, reporting any violation of these laws and regulations to the corresponding authorities. Furthermore, the Association also reports to the relevant authorities any institutions or organised companies that keep animals in laboratories or vivariums and do not comply with the provisions set out in Law No. 7451 and its Regulation, in other words the "Animal Welfare Law", and any other law, regulation or rule that is passed in the future, as long as they benefit animals. All the above, notwithstanding the protection of wild animals in coordination with state, private, national and international bodies. Therefore, for humanitarian, educational and cultural purposes, it will try to attract as many members as possible, both individuals and/or organised groups that share the same goals. It will not pursue profit and, as a body, it will not participate in any political, religious or sect activities. Irrespective of their colour, creed or religion, economic and social status, nationality, sex, political position, any individual can form part of this association, as long as they collaborate in attaining the goals that constitute the association's *raison d'être*, in other words the protection of abandoned and mistreated animals.

Aims: Likewise, in pursuit of its aims and purposes, the Association can join or work with any other similar organisation, public or private, as long as it is a non-profit association and has similar objectives to the Association for the Welfare and Protection of Animals.

**Achievements:** Describe your organisation's/institution's main achievements from the last three years and indicate any IUCN projects in which your organisation has been involved (i.e. successful projects which have already been implemented, etc.):

*Maximum 500 words*

- Animals treated between 2009 and 2017 in our health campaigns: 57,056
- Organiser of 7 of the 9 national marches against animal cruelty in Costa Rica
- Member of the drafting committee for the bills for penalising animal cruelty presented at the Legislative Assembly under file number 18298 by legislative initiative and file number 18625 by popular initiative, which is now Law of the Republic No. 9458, in force since 26 June 2017.
- Driver and coordinator of the negotiations for the approval of this law.
- Manager of a citizen initiative for a referendum to penalise animal cruelty through a popular election, collecting the signatures of 5% of the electoral roll in three months
- Member of the bloc of pro-environment and animal welfare organisations, an initiative that promoted and carried out the first citizen debate with presidential candidates for 2018 on environmental and animal welfare issues, which is fighting hard to stop the use of wild animals in public performances, in compliance with the wildlife law and its regulations.
- Founder member of Costa Rica's first National Animal Welfare Advisory Committee [Consejo Nacional Asesor de Bienestar Animal, CONABA], created in 2015.
- Coordinator and participant, along with the Comisión de Familia [Family Commission], the Departamento de Prensa del Poder Judicial [Judiciary Press Department] and the Asociación de Empleadas y Empleados Judiciales pro Bienestar Animal [Association of Court Employees in favour of Animal Welfare] in carrying out exhibitions on the subject of "Animal Cruelty": "First Demonstration against Social Violence" in the Supreme Court of Justice, the Judicial Complex and the Provincial Law Courts and workshops to train judicial officers and raise their awareness about this subject, in 2013 and 2016.
- First organisation included in the Judicial Register to defend the undefined rights of animals within the framework of Law 9458.
- Organiser of 12 training sessions in the application of the new Law No. 9458, carried out in San José, Cartago (Paraíso and Turrialba), San Carlos, Puntarenas, Heredia (Centro and Santo Domingo).
- Part of the Romeritos 2017 operation, along with organisations, groups and independent rescuers in Cartago and the veterinary surgeon Dr. Echandi.
- Manager of other bills in the current legislation to strengthen or fill in the gaps in the Wildlife Conservation Law (Dossier 20551) and the Forestry Law, (Dossier 20552) and a bill for the Ethical Control of Urban Wildlife (Record 19837) through municipal health centres.
- Collaborator in the preparation of the bill for the recognition of animals' capacity to feel (Dossier 19884).
- Consultancy organisation for bills on issues related to animals for the Legislative Assembly's Special Environmental Permanent Committee.
- Participation in the creation of the documentary produced by "Animal Planet" in 2016 and entitled "Toucan Nation", on the toucan called Grecia who lost half his beak after he was attacked.
- Participation in the Ley de Mierda [Shit Law] campaign, designed by the advertising agency Garnier BBDO in 2016, winner of a Volcán de Oro award.
- Since it was established, it has fought to stop projects that try to make the use of microchips to register animals obligatory, something that is promoted by private, profit-oriented initiatives.
- Promoter of different NGOs, groups and rescuers focusing on its main objective, to consolidate a united front to deal with environmental and animal welfare issues, managing and incubating the establishment of new formal associations.
- First organisation to comply with the spaying model in line with the regulations set out by the College of Veterinarians.
- Creation of a group that collected signatures as passive popular cooperation in favour of the Wildlife Law Regulation and against the unconstitutional actions that were presented to the Constitutional Chamber.



Map the activities of your organisation against the IUCN Programme 2017-2020<sup>2</sup> results that IUCN Programme Areas aim to have a positive impact on:



**1: Valuing and conserving nature**

*The activities of your organisation ensure that the conservation status of biodiversity is enhanced.*



**2: Promoting and supporting effective and equitable governance of natural resources**

*The activities of your organisation ensure that IUCN's work on people-nature relations, rights and responsibilities and the political economy of nature is consolidated.*



**3: Deploying nature-based solutions to address societal challenges**

*The activities of your organisation address the global challenges (climate change, food, development) through the use of nature-based solutions*

**Reason for joining IUCN**



**To share knowledge**



**To network/establish partnerships**



**To influence the environmental policy**



**Other:**

Maximum 50 words

---

<sup>2</sup> The IUCN Programme 2017-2020 identifies three Programme Areas (Valuing and Conserving Nature, Promoting and supporting effective and equitable governance of nature's use, Deploying nature-based solutions to address societal challenges in climate, food, development) and a related set of thematic results. These Areas target critical issues that need to be addressed to tackle the conservation challenges of today and tomorrow, and to reflect the lessons we have learned in the implementation of previous programmes of work. To read more about the IUCN Programme, please consult our website: <https://www.iucn.org/secretariat/about/programme-work-and-reporting/programme>

# Assessment form for membership applications

GA: Government agency

NG: National non-governmental organisation

IN: International non-governmental organisation

IP: Indigenous peoples' organisations

AF: Affiliates

<b>Applicant category and ID number:</b>	<b>National non-governmental organisation/NG_25756</b>
<b>Organisation name (original):</b>	<b>Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales del Cantón de San José</b>
<b>Organisation name (in English<sup>1</sup>):</b>	<b>Association for the Welfare and Protection of Animals of the Canton of San Jose</b>
<b>Country and Statutory Region:</b>	<b>Costa Rica /Meso and South America</b>
<b>To be presented for admission on/in: (by MU)</b>	<b>July 2018</b>

Ref	Requirement / admission criteria	What needs to be checked by category						Does it comply?
		GA	IN	NG	Univ. <sup>2</sup>	IP	AF <sup>3</sup>	Yes –no - n/a
Art. 5b	Forms part of the State Machinery	x					x (for GA only)	n/a
Art. 5d/e	Incorporated within a State <i>[document of incorporation (not compulsory to send) OR applicant's statutes]</i>		x	x	x		x (for IN/NG/Univ. only)	Yes
Art. 5f	Shall be institutions and associations established by indigenous peoples for the advancement of indigenous communities <i>[applicant's statutes/incorporation doc.]</i>					x	x (for IP only)	n/a
Art. 7a	Shares and supports IUCN objectives <i>[applicant's statutes]</i>	x	x	x	x	x	x	Yes
Art. 7b	Has one of its central purposes to achieve IUCN's objectives (described in Art. 2) <i>[applicant's statutes]</i>	x	x	x	x	x	x	
Art. 7b	Has substantial record in conservation of nature <i>[Application Form &gt; Achievements]</i>	x	x	x	x	x	x	Yes
Art. 7c	Objectives and track record embody: i) <i>conservation of the integrity and diversity of nature; and, either or both<sup>4</sup>:</i> ii) <i>aim to ensure that any use of natural resources is equitable and ecologically sustainable</i> iii) <i>dedication to influencing, encouraging and assisting societies to meet the objectives of IUCN</i>	x	x	x	x	x	x	Yes
Art. 7d	Does not pursue activities that conflict with IUCN's objectives/activities <i>[applicant's statutes]</i>	x	x	x	x	x	x	Yes
Reg. 5a(i) Reg. 5b(i) Reg. 5bis(i) Reg. 6a	Is Not-for-profit <i>[applicant's statutes]</i>		x	x	x	x	x (for IN/NG/Univ. only)	Yes
Reg. 5a(ii) Reg. 5b(ii) Reg. 5bis(ii) Reg. 6b	Has been in existence for at least 3 years <i>[document of incorporation (not compulsory to send) OR applicant's statutes]</i>		x	x	x	x	x (for IN/NG/Univ. only)	Yes
Reg. 5a(iii) Reg. 6f	Has a board that is autonomous and independent <sup>5</sup> <i>[applicant's statutes]</i>		x	x			x (for IN/NG only)	Yes
Reg. 5b (iv) Reg. 5bis(iii)	Is autonomous in administration and governance <i>[applicant's statutes]</i>				x	x	x (for Univ. only)	n/a
Reg. 5a (iv) Reg. 6e	Has a transparent, accountable and representative governance structure <sup>6</sup> <i>[applicant's statutes]</i>		x	x			x (for IN/NG only)	Yes
Reg. 5b (iii)	Is an academic or professional entity of high standing				x		x (for Univ. only)	n/a

<sup>1</sup> This should be the official existing translation or an agreed translation as provided by a reliable translator. MFPs should check that the translation is accurate. UDG can assist with the translation of the name if necessary.

<sup>2</sup> Universities are part of the NG category, but have to fulfil slightly different criteria.

<sup>3</sup> GA/IN/NG/IP wishing to apply as AF are still required to fulfil the basic requirements of GA/IN/NG/IP respectively. Indications are provided in the AF column accordingly. For example for a GA applying as AF, it is essential that this GA complies with Article 5(b) of the Statutes, being one of the criteria for admission of a GA. Whereas, an NG/IN would have to comply with Article 5 (d/e) of the Statutes but not 5 (b).

<sup>4</sup> Has to meet criterion (i) and at least one of the criteria (ii) or (iii).

<sup>5</sup> Is deemed to mean a board whose decision-making processes adhere to the provisions contained in the statutes/articles, regulations/bylaws and other constitutive institutional instruments, and are not controlled or unduly influenced through financial or other pressures exerted by government agencies or public or private entities.

<sup>6</sup> Is deemed to mean that the statutes/articles, regulations/bylaws and other constitutive institutional instruments provide for a governance structure that affords the members of the organisation fair and adequate participation in the business and governance of the organisation, that require the organisation to be transparent and accountable in its activities, finances and policies, and that such provisions are adhered to in the day-to-day business of the organisation.

		What needs to be checked by category						Does it comply?
Ref	Requirement / admission criteria	GA	IN	NG	Univ. <sup>7</sup>	IP	AF <sup>8</sup>	Yes –no - n/a
Reg. 5bis(iv)	Has, as its primary constituency, indigenous peoples <i>[applicant's statutes]</i> .					x		n/a
Reg. 6c	Has a substantial record of activity in two or more States and out posted or country offices <sup>9</sup> <i>[Application Form &gt; Mission, Objectives and Activities]</i>		x				x (for IN only)	n/a
Reg. 6d	Board is open to nationals from at least two States <sup>10</sup> <i>[applicant's statutes]</i>		x				x (for IN only)	n/a

What documents need to be provided by category and what needs to be done by IUCN								Does it comply?
Ref	Requirement / admission criteria	GA	IN	NG (incl. Univ)	IP	AF	Yes –no - n/a	
Reg. 4	Authorization to adhere to IUCN Statutes, is signed by Head of the Organisation <i>[Application Form, page 14-15, signature page]</i>	x				x (for GA only)	n/a	
Reg. 7, 9	Application form and authorization, endorsing IUCN's objectives, is signed by Head of the Organisation <i>[Application Form, page 14-15, signature page]</i>	x	x	x	x	x	Yes	
Reg. 8	Letters of endorsement (min. 2) from IUCN Members in good standing <sup>11</sup> or from IUCN National/Regional Committees or from IUCN Councillors or Honorary Members ( <i>providing that there are no conflict of interest for the last two groups</i> <sup>12</sup> ): <b>1) COSTA RICA: PRESERVE PLANET - NG_25217</b> <b>2) COSTA RICA: SMBC- IN_25238</b> (if letters come from IUCN Members, indicate Member ID, name of org, country)		x	x	x	x (for NG/IN/IP only)	Yes	
	Statutes/Bylaws/Constitution document(s) received		x	x	x	x (for NG/IN/IP only)	Yes	
	Financial report validating operational expenditures of USD <sup>13</sup> 37,500 received		x	x	x		Yes	
Reg. 10	Deposit of CHF <sup>14</sup> : <b>US\$450</b> processed on <b>2/05/2018</b> via <b>bank transfer / cheque / through Regional office</b> (by MFP) Received at HQ on: In process (by MU)	x	x	x	x	x	Yes	
MU process	Assessment form completed (by MFP)	x	x	x	x	x	Yes	
MU process	Relevant IUCN Programme/country office staff do not have any particular issues with the applicant (by MFP)	x	x	x	x	x	Yes	
MU process	Organisation, application form and documents entered in CRM (by MFP) <i>[!! CHECK: original and English name, website, text length for description, mission, objectives and achievements]</i>	x	x	x	x	x	Yes	

#### MFP/UDG comments

Completed on: May 2<sup>nd</sup>, 2018

by: Ana I. Estrada, Membership Coordinator/IUCN-ORMACC

<sup>7</sup> Universities are part of the NG category, but have to fulfil slightly different criteria.

<sup>8</sup> GA/IN/NG/IP wishing to apply as AF are still required to fulfil the basic requirements of GA/IN/NG/IP respectively. Indications are provided in the AF column accordingly. For example for a GA applying as AF, it is essential that this GA complies with Article 5(b) of the Statutes, being one of the criteria for admission of a GA. Whereas, an NG/IN would have to comply with Article 5 (d/e) of the Statutes but not 5 (b).

<sup>9</sup> "Outposted or country offices" means that the organisation must have a registered office (legal seat) in at least two countries. Outposted staff based in partner organisations in other countries cannot be considered as "outposted or country offices".

<sup>10</sup> The Organisation's Statutes should state that their Board is open to nationals from other countries (if not, written confirmation is required). NB: If the current Board is composed of nationals from only one country, it does not necessarily imply that it is closed to other nationalities: check!!

<sup>11</sup> "In good standing" means that the Member has paid all of its outstanding membership dues up to and including the year preceding the date when Council considers the application. It is the responsibility of the applicant to find endorsers.

<sup>12</sup> When letters of endorsement are submitted by IUCN Councillors or Honorary Members, any formal or informal relationships with the applicant must be detailed and disclosed at the time of endorsement. Letters of endorsement shall indicate that the seconder knows well the applicant organisation and its activities and therefore can confirm to IUCN that the applicant meets all the requirements prescribed in the IUCN Statutes and Regulations to be accepted as an IUCN Member.

<sup>13</sup> Operational expenditure is considered as annual and recurring expenses (staff salaries, building rental, administration costs, etc).

<sup>14</sup> Deposit equals the first year of Membership dues. Once the applicant is admitted, the deposit will be re-calculated pro-rata based on the Member admission date, and the difference carried forward. If not admitted, the deposit will be refunded.

## ESTATUTOS

- I. **DEL NOMBRE:** La asociación se denominará “Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales del Cantón de San José “, pudiendo abreviarse como "Asociación para el Bienestar y Amparo Animal" utilizando las siguientes siglas “A.B.A.A.”, por ser una asociación de bienestar social de carácter privado no lucrativo y por su naturaleza será de duración indefinida.
- II. **DEL DOMICILIO:** Su domicilio lo será en San José, Cantón Primero, Distrito Primero, Barrio Escalante del Puente de Incurables ciento setenta y cinco metros este, número dos mil trescientos cincuenta. Podrá establecer filiales en cualquier lugar de la República. Las filiales serán creadas por votación no menor de dos tercios de los asistentes a la Asamblea General convocada al efecto, en el propio acuerdo de su creación se determinará si ellas tendrán o no estatutos propios y personería jurídica distinta de la Asociación principal.
- III. **DEL OBJETO:** Su objeto será la protección y defensa de la Fauna Nacional, con especial énfasis en los animales domésticos, desvalidos, abandonados, enfermos, maltratados o abusados, a los cuales les brindará especial atención y buscará un hogar adecuado. Además, velará por el fiel cumplimiento de las leyes existentes o que en el futuro se dicten en defensa de los animales denunciando ante las autoridades correspondientes cualquier violación a dichas leyes y normas. Además de igual manera denunciará ante las autoridades competentes a aquellas instituciones y empresas organizadas que mantengan animales en laboratorio y/o bioterios sin cumplir con las normas contempladas en la ley número siete mil cuatrocientos cincuenta y uno y su Reglamento a saber “Ley de Bienestar de los Animales” y cualquier otra ley, o reglamento o normativa que a futuro se promulgue siempre y cuando sea para beneficio de los animales. Todo lo anterior sin perjuicio de proteger también a los animales silvestres en coordinación con entidades estatales y privadas, nacionales e internacionales. Consecuentemente con propósitos humanitarios, educativos y culturales, buscará la adhesión del mayor número de personas y/o grupos organizados que tengan los mismos o similares fines con esta asociación. De ninguna manera tendrá fines de lucro, y como entidad estará inhibida de participar en actividades políticas, religiosas o sectaristas. Independientemente de su color, credo o religión condición económica y social, nacionalidad, sexo, posición política, cualquier persona podría llegar a ser parte de esta asociación siempre y cuando colaboren con la finalidad que es la razón de ser de la asociación, a saber la protección de los animales tanto abandonados como los maltratados.
- IV. **FINES:** Asimismo, en la búsqueda de sus fines y propósitos, la Asociación podrá afiliarse o trabajar junto con cualquier organización similar ya sea estatal o privada, siempre y cuando no tengan fines de lucro y persigan objetivos similares a “Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales

del Cantón de San José.” Además, podrá establecer toda clase de acciones legales en contra de aquellas personas ya sea físicas o jurídicas que cometan violaciones a cualquiera de la normativa costarricense que contempla la protección o bienestar de los animales.

V. **MIEMBROS:** Puede ser miembro de la Asociación toda persona mayor de dieciséis años de edad.

VI. **TIPOS DE MIEMBROS:** La asamblea se compondrá de la siguiente categoría de miembros:

A) **FUNDADORES:** Todas aquellas personas que firman y han quedado anotadas en esta Acta Constitutiva, adhiriéndose a sus normas.

B) **ACTIVOS:** Serán los asociados que hayan ingresado posteriormente a la Asamblea Constitutiva y que estén en pleno uso y goce de sus derechos como asociados, además, se incluye en esta categoría a las personas que en el futuro soliciten su ingreso a esta Asociación por escrito respetando el procedimiento establecido una vez que la Junta Directiva haya aprobado su respectiva solicitud.

C) **HONORARIOS:** Serán aquellas personas que hayan colaborado efectivamente al desarrollo y consolidación de la Asociación de manera ininterrumpida, serán elegidos por votación de la Junta Directiva. Este tipo de asociado tiene voz pero no voto en las Asambleas Generales.

D) **INACTIVOS:** Serán aquellas personas que se han separado de la asociación por alguna causa justificada, sin causa de justificación o que se encuentran suspendidas temporalmente por incumplimiento de sus obligaciones.

VII. **DE LA AFILIACION:** Para la afiliación de los asociados, se observarán las siguientes reglas y se deberá cumplir con el siguiente procedimiento:

A) Deberá presentar a la Junta Directiva una solicitud por escrito, indicando sus calidades, y las razones por las cuales desea afiliarse, y sus propuestas de colaboración para con la Asociación.

B) Dicha solicitud debe ser adjuntada con una carta de recomendación de un miembro Fundador o miembro activo de la Asociación.

C) La afiliación deberá ser conocida y aprobada por la Junta Directiva.

D) La comunicación de la aprobación de dicha solicitud será informada al interesado mediante carta, fax o vía telefónica por parte del secretario de la Junta Directiva en un plazo que no podrá exceder de dos meses, así mismo

en el caso de rechazarse la solicitud se le comunicará mediante escrito fundamentado por parte de este funcionario y en el mismo plazo.

VIII. **DE LA TARIFA:** Cada asociado deberá cancelar una cuota anual la cual será fijada por la Junta Directiva del respectivo período, esta cuota se incrementará proporcionalmente cada año según el costo de la vida o situación económica de nuestro país, los miembros activos y los miembros Fundadores deberán cancelar su cuota anual dentro de la segunda quincena de enero de cada año, o en doce cuotas mensuales iguales de una décima parte de la cuota anual. Los nuevos asociados deberán cancelar su cuota en el plazo de una semana a partir del día siguiente de serles notificada su aceptación en la Asociación.

IX. **DERECHOS DE LOS ASOCIADOS:** Son derechos de los asociados:

A) Asistir a las asambleas generales y tener voz y voto en las mismas.

B) Recibir a precio especial en comparación al de venta, las publicaciones que efectúe esta asociación.

C) Elegir y desempeñar cargos en la Junta Directiva y en la Fiscalía, siempre y cuando sean mayores de edad.

D) Participar en comisiones de trabajo.

E) Divulgar el material humanitario, cultural, científico y educativo distribuido por la Asociación, siempre que se señale su origen de acuerdo con la ley de Derechos de Autor y leyes conexas.

F) Solicitar información a la Junta Directiva y a la Fiscalía en cualquier momento sobre el funcionamiento de la Asociación.

G) Recibir una copia de los estatutos al ser aprobado su ingreso como asociado.

X. **OBLIGACIONES DE LOS ASOCIADOS:** Son obligaciones de los asociados:

A) Cumplir con los deberes y acatar las instrucciones que le señalen los estatutos, los reglamentos y las decisiones tanto de la Asamblea General como de la Junta Directiva.

B) Someter a estudio de la Junta Directiva las ideas o proyectos que se consideren convenientes para el mejor desenvolvimiento de la Asociación.

C) Toda recaudación que el asociado efectúe deberá necesariamente entregar al contribuyente, un recibo de los autorizados por la Junta Directiva, como prueba de su contribución.



D) Los asociados no tendrán poder de decisión sobre las sumas que cada cual recaude, sino deberán entregarlas a la Tesorería de la Asociación contra recibo de dinero.

E) Los asociados no podrán distribuir ni firmar ninguna de las publicaciones de esta Asociación, sin la debida autorización por parte de la Junta Directiva.

F) Los asociados no podrán publicar por ningún medio de circulación nacional, artículos que involucren a la Asociación sino han obtenido el visto bueno de la Junta Directiva salvo los derechos a los que constitucionalmente tenga derecho cada persona en su libre expresión siempre y cuando lo hagan en calidad y responsabilidad personal y en ningún momento involucren en sus opiniones y comentarios a la Asociación, por lo tanto la Asociación no tiene responsabilidad alguna por opiniones expresadas por sus asociados en forma individual y en calidad personal.

G) Deberán participar en todas las actividades de la asociación, ya sea con trabajo o con aporte de materiales.

H) Pagar la cuota anual que establezca la asamblea para sus miembros activos. En caso contrario, quedará inactivo hasta que la próxima Asamblea General Ordinaria analice el caso. En casos calificados, se le podrá exonerar del pago de la cuota anual.

XI. **PERDIDA DE LA CALIDAD DE ASOCIADO:** La calidad de asociado se pierde por fallecimiento, renuncia voluntaria dirigida mediante escrito fundamentado a la Junta Directiva, expulsión acordada por la Junta Directiva cuando concurren las siguientes causales:

A) Incumplimiento reincidente de al menos dos veces con respecto a lo estipulado en el artículo diez de los estatutos o por cualquiera de las causas que señale la ley, lo cual se comunicará por escrito al afectado.

B) Cuando el asociado faltare sin justificación a una Asamblea General Ordinaria y/o Extraordinaria, se le considerará excluido de la asociación. Las razones válidas para justificar la inasistencia a una Asamblea General, estarán estipuladas en el Reglamento Interno de la Asociación.

C) Cuando no acate las decisiones que ya han sido tomadas por votación en Junta Directiva cuando a esta le compete la toma de decisiones y aquellas ya aprobadas por la Asamblea cuando sean de su competencia.

D) Si sus actividades van reiteradamente en contra de la buena relación del grupo o entran en conflicto de intereses que perjudique las actividades de la asociación.

E) Cuando se ofenda gravemente el honor de otro asociado.

F) Cuando se sustraigan bienes de la Asociación.

Previo a la expulsión del asociado, la Junta Directiva notificará por escrito al asociado los motivos que inspiran su expulsión, el asociado tendrá ocho días naturales para presentar su defensa, una vez cumplido este plazo, la Junta Directiva, siguiendo el debido proceso según lo establecido en el Reglamento Interno, convocará al asociado acusado que podrá estar presente y acordará afirmativamente o negativamente la expulsión del asociado por mayoría simple de votos. La expulsión será ratificada por la Asamblea General quien conocerá el caso en la próxima reunión Ordinaria o Extraordinaria que se convoque. El asociado podrá apelar su expulsión ante la Asamblea.

XII. **PERDIDA DE DERECHOS DEL ASOCIADO:** El asociado que sin causa de justificación se separe de la asociación o haya sido suspendido por incumplimiento de sus obligaciones y se encuentre en condición de inactivo, perderá sus derechos derivados de la misma.

XIII. **DE LOS MIEMBROS HONORARIOS:** Los miembros honorarios serán elegidos en la forma establecida por los presentes estatutos.

XIV. **ORGANOS DE LA ASOCIACION:** Son órganos de la asociación:

A) La Asamblea General.

B) La Junta Directiva.

C) La Fiscalía.

XV. **LA ASAMBLEA:** La asamblea es la autoridad máxima de la Asociación; sus decisiones obligan a todos los asociados y a todo el personal que labora en la misma, siempre que ellas se ajusten al marco de la ley y a las atribuciones que les confieren estos estatutos y los reglamentos.

XVI. **ATRIBUCIONES DE LA ASAMBLEA:** Son atribuciones de la Asamblea General Ordinaria:

A) Elegir a los miembros de la Junta Directiva y el Fiscal.

B) Conocer y pronunciarse sobre los informes anuales de actividades que debe presentar el presidente de la Junta Directiva, el Tesorero y el Fiscal.

C) Aprobar los ingresos y egresos del año inmediato anterior y votar el presupuesto para el año siguiente propuesto por la Junta Directiva saliente.

Son atribuciones de la Asamblea Extraordinaria:

- A) Llenar las vacantes ocurridas por ausencias definitivas de la Junta Directiva o en la Fiscalía.
- B) Reformar el estatuto y el reglamento.
- C) Ratificar la expulsión de los asociados acordada por la Junta Directiva y conocer las apelaciones de asociados expulsados.
- D) Acordar la disolución de la Asociación.
- E) Las demás que le señalen la ley, los estatutos y los reglamentos.
- XVII. **LA ASAMBLEA GENERAL ORDINARIA** se reunirá cada año en la segunda quincena del mes de enero y las extraordinarias cuando sean convocadas al efecto, y ellas se efectuarán en el lugar que designen la convocatoria.
- XVIII. Las Asambleas Generales Ordinarias serán convocadas por la Junta Directiva con la debida anticipación, si a la hora fijada no estuviese la mitad más uno de los asociados, la Asamblea podrá celebrarse una hora después con un mínimo de siete asistentes y en este caso las decisiones se tomarán por mayoría simple. En la convocatoria se señalará el día y la hora en que la misma se llevará acabo, el lugar, así como el orden del día respectivo a los asuntos a tratar, se hará por medio de publicación en la Gaceta, por lo menos con ocho días naturales de anticipación. La Asamblea extraordinaria será convocada por medio de circular enviada a sus asociados con ocho días de anticipación, el quórum para la primera convocatoria será la mitad más uno de sus asociados, caso de no contar con este quórum, se reunirá una hora después con la presencia de siete asociados y sus acuerdos se tomarán por mayoría simple.
- XIX. Los asuntos que han de considerarse en la Asamblea General Ordinaria, además de los previstos por ley, deben ser presentados a la Junta Directiva por los asociados proponentes, con la debida anticipación para que puedan ser incluidos en la agenda. Cuando esta formalidad no fuere cumplida, los asuntos que se presenten serán incluidos en el orden del día siempre que estuvieren respaldadas por la mayoría de los asistentes a la Asamblea.
- XX. **LA JUNTA DIRECTIVA** estará integrada por los siguientes miembros: Presidente, Vicepresidente, Secretario de actas y correspondencia, Tesorero, Vocal Primero, Vocal Segundo, Vocal Tercero.
- XXI. **ELECCION DE LA JUNTA DIRECTIVA:** La Junta Directiva será elegida anualmente por la Asamblea General; los asociados elegidos tomarán posesión de sus cargos el primero de febrero correspondiente.

XXII. **ATRIBUCIONES DE LA JUNTA DIRECTIVA:** Son atribuciones de la Junta Directiva:

- A) Dirigir los destinos de la Asociación y coordinar sus actividades.
- B) Redactar el Reglamento Interno de la Asociación y someterlo a consideración de la Asamblea General.
- C) Cumplir y hacer cumplir los estatutos y el Reglamento Interno de la Asociación.
- D) Nombrar comisiones de trabajo cuando sea necesario, así como comités, para cumplir a cabalidad con los fines de la asociación.
- E) Convocar las Asambleas Ordinarias y Extraordinarias.
- F) Presentar a consideración de la Asamblea General Ordinaria el informe anual de labores.
- G) Conocer y resolver de las solicitudes de afiliación de nuevos asociados.
- H) Informar a los asociados sobre la marcha de los acuerdos tomados durante las sesiones, y en general, sobre el Funcionamiento de la Asociación.
- I) Acordar la exclusión y/o expulsión de los asociados que no cumplen con lo establecido en los Estatutos ni con el Reglamento Interno de la Asociación y presentar a la Asamblea General estos casos para su ratificación.
- J) Conocer de las renunciaciones de los asociados, las que deberán hacerse por escrito ante la Junta Directiva.
- K) Elegir a los miembros honorarios con el voto afirmativo de los asistentes a la reunión en que el asunto sea tratado.
- L) Contratar, nombrar y remover el personal que fuere necesario para cumplir con los fines de la Asociación.
- M) Convocar a la Asamblea General Extraordinaria cuando un tercio de los asociados así lo solicite.
- N) Desestimar los acuerdos que al ser llevados a votación, resultaren empatados dos veces.
- O) Autorizar las publicaciones de la Asociación ya sea boletines, avisos, llamadas de atención, cartas pidiendo donaciones, campañas educativas, etc

P) Someter a votación acerca de la publicación de artículos, avisos y anuncios en los diferentes medios de circulación nacional aquellos comentarios y opiniones que involucren a la Asociación.

Q) Someter a votación las ideas o proyectos que se consideren convenientes para el mejor desenvolvimiento de la Asociación.

R) Someter a aprobación de la Asamblea General Ordinaria los ingresos y egresos del año inmediato anterior.

S) Someter a votación de la Asamblea General Ordinaria el presupuesto para el año siguiente.

T) Las demás que establezcan la ley los estatutos y los reglamentos.

XXIII. La Junta Directiva deberá reunirse como mínimo una vez al mes ordinariamente y pondrá en conocimiento de los asociados el calendario de sesiones. Tendrá derecho a elaborar su reglamento de sesiones y a llevar su propio libro de actas. En caso de ausencia del secretario, actuará como tal otro miembro de la Junta Directiva a discreción de ésta. Sus acuerdos se tomarán por mayoría simple de los votos. Será convocada por medio de fax u otro tipo de aviso a cada uno de sus miembros, con un mínimo de tres días de anticipación. Formarán quórum la mitad más uno de sus miembros. Las ausencias temporales serán suplidas por la misma Junta y las definitivas serán también suplidas por la misma Junta mientras se convoca a Asamblea Extraordinaria para que llene la vacante por el resto del período. Cualquier asociado tendrá derecho a hacerse presente en las sesiones de la Junta Directiva para mantenerse informado de sus acuerdos y podrá presentar mociones cuando se conozca el punto de asuntos varios de la agenda.

XXIV. Los miembros de la Junta Directiva están obligados a exigir el cumplimiento de los deberes y requisitos señalados en la ley a los Funcionarios de la Asociación, y serán considerados como coautores sino consta en el libro de actas que han pedido en sesión el cumplimiento de tales deberes y requisitos, y si en caso de no haber sido atendido, no consta denuncia a la Asamblea General de los procederes incorrectos o indebidos de tales funcionarios. Quedarán exentos de responsabilidades si pusieren los hechos en conocimiento del Gobernador de la Provincia, una vez que el órgano directivo haya desconocido sus quejas. Los Funcionarios de la Asociación que sufrieran alguna condenatoria por faltas o delitos, quedarán de hecho expulsados de la Asociación desde el momento en que por sentencia firme de los Tribunales sean tenidos por responsables de tales violaciones legales.

XXV. **ATRIBUCIONES DEL PRESIDENTE:** Son atribuciones del presidente:

A) Representar judicial y extrajudicialmente a la Asociación, con facultades de apoderado generalísimo sin limitación de suma.

B) Presidir las reuniones de la Asamblea General de la Junta Directiva.

C) Realizar las visitas internacionales que fueren del caso para que la Asociación cumpla con sus fines, pudiendo delegar esta función en otro miembro de la Junta Directiva, o en algún otro asociado.

D) Firmar los nombramientos de los miembros honorarios, las credenciales de los asociados y todos los demás documentos que deben oficializar la Asociación.

E) Controlar la labor de los funcionarios y empleados de la Asociación, cuando los hubiere, y el adecuado Funcionamiento de la misma.

F) Convocar a reunión extraordinaria de la Junta Directiva cuando lo estime conveniente y a las asambleas ordinarias y extraordinarias de asociados en nombre de la Junta Directiva.

G) Será el encargado de todas las labores administrativas.

XXVI. **ATRIBUCIONES DEL VICEPRESIDENTE:** En ausencia temporal del Presidente, el Vicepresidente asumirá sus funciones, con sus mismas facultades y atribuciones.

XXVII. **ATRIBUCIONES DEL SECRETARIO DE ACTAS Y DE CORRESPONDENCIA:**

A) Levantar las actas de las sesiones de la Asamblea General y de la Junta Directiva.

B) Firmar con el Presidente las actas de la Asamblea General y de la Junta Directiva, así como los demás documentos y acuerdos cuando fuere ello necesario.

C) Llevar con el debido esmero y aseo el libro de actas.

D) Llevar el libro de registros de Asociados que concurran y firmen el Acta de Constitución de la Asociación y de quienes sean admitidos posteriormente conforme a los Estatutos. El registro llevará un fichero por orden especialmente bajo la denominación "Solicitud de Ingreso", con la firma del solicitante y las razones por las cuales desea ingresar a la Asociación. Las solicitudes serán conocidas por la Junta Directiva y llevarán su aprobación; Las admisiones se anotarán en el libro de actas, en la respectiva sesión en



que fueron conocidas. La cancelación de inscripciones será hecha de acuerdo y en la forma que indican los estatutos y se anotarán en el libro de actas, consignándose asimismo el asiento que indique el asociado ha perdido sus derechos.

E) Llevar la lista de asociados y los archivos.

F) Confeccionar los boletines de la Asociación.

G) Dar contestación a la correspondencia en general.

XXVIII. **ATRIBUCIONES DEL TESORERO:** Son atribuciones del tesorero:

A) Tener a su cargo los fondos de la Asociación.

B) Llevar el inventario de los bienes de la Asociación.

C) Realizar los pagos previstos, previa emisión de boletines de contabilidad. El boletín y los cheques llevarán la firma del Presidente de la Junta Directiva y del Tesorero.

D) Tener bajo su responsabilidad los libros Mayor, Diario, Inventario y Balances debidamente autorizados.

E) Cumplir las normas legales sobre la materia a su cargo.

F) Ser responsable de las finanzas de la Asociación.

G) Elaborar el presupuesto anual de ingresos y gastos para el año siguiente.

H) Coordinar y revisar los cierres contables y el cumplimiento de la ejecución presupuestaria del período para el cual ha sido nombrado, acorde al procedimiento que establece el Reglamento Interno.

El Tesorero, antes de registrar su firma en los Bancos, deberá presentar una póliza de fidelidad por el monto que sea fijado por la Junta Directiva.

XXIX. **ATRIBUCIONES DE LOS VOCALES:** Son atribuciones de los vocales primero, segundo y tercero:

A) Desempeñar temporalmente las funciones de Presidente, a falta del Vicepresidente, Secretario y del Tesorero, en ausencia de ellos y conforme lo determine la Junta Directiva.

B) Colaborar ampliamente en las funciones de la Junta Directiva.

C) Dirigir una de las tres Secretarías Permanentes que coordinan las áreas funcionales de la asociación.

XXX. **DEL CAPITAL:** Son bienes de la Asociación:

A) Las contribuciones y donaciones de particulares y del Estado y sus Instituciones.

B) Los bienes muebles e inmuebles adquiridos por la Asociación para sus propios fines dentro de las limitaciones que consigna el artículo cuarenta y tres del Código Civil.

C) Los legados, que deben ser recibidos a beneficio de inventario.

D) Los ingresos por concepto de prestación de servicios a entidades públicas o privadas dentro del radio de sus actividades.

E) Los demás que llegare a adquirir por cualquier otro concepto.

XXXI. El ejercicio administrativo y fiscal tendrá la duración de un año, del primero de enero al treinta y uno de diciembre.

XXXII. **DE LA EXTINCION DE LA ASOCIACION:** La asociación sé extinguirá:

A) Cuando el número de asociados elegibles sea inferior al necesario para integrar la Junta Directiva.

B) Cuando fuere disuelta de conformidad con el artículo veintisiete de la ley de Asociaciones.

C) Cuando los fines de la misma sean imposibles de alcanzar legal o materialmente.

D) Cuando pierda su capacidad jurídica como consecuencia de su declaración de disolución.

E) Cuando ocurriere alguno de los eventos contemplados en los artículos veintisiete y treinta y cuatro de la Ley de los Asociados.

XXXIII. En caso de extinción los bienes de la Asociación pasarán a una institución similar y la Junta Directiva saliente decidirá a cual institución se le donarán los activos de la misma, tomando en consideración la que tenga actividades y filosofía afines y procediéndose de conformidad con el artículo catorce de la Ley de Asociaciones.

XXXIV. **DEL FISCAL:** Por votación y acuerdo de la Asamblea general se hará el nombramiento de un fiscal por un período de un año, quien habrá de

presentar un informe anual a la propia Asamblea, y tendrá las siguientes atribuciones:

A) Velar porque los órganos de la Asociación observen estrictamente las disposiciones de la ley y de los estatutos.

B) Recibir cualquier queja de los Asociados por el mal funcionamiento de la Asociación y esforzarse por corregir lo que fuere necesario.

C) Revisar cuando lo considere conveniente el libro de actas de la Asamblea General y de la Junta Directiva, el libro o libros de la tesorería, el archivo y la correspondencia.

D) Convocar asamblea extraordinaria cuando lo considere necesario.

XXXV. **DE LA REFORMA DE LOS ESTATUTOS:** Las reformas totales o parciales de los estatutos deberán aprobarse en la Asamblea Ordinaria o Extraordinaria por las dos terceras partes de los asociados presentes en la asamblea y su inscripción se hará conforme a los trámites de aprobación e inscripción indicados en los artículos dieciocho, diecinueve y veinte de la ley de Asociados. Las mismas no serán efectivas sino a partir de su aprobación e inscripción.

XXXVI. **DE LAS SECRETARIAS PERMANENTES:** Se establecen tres secretarías permanentes dirigidas por cada uno de los vocales de la Junta Directiva, quienes estarán a cargo de coordinar los campos de acción a los que se orientan las actividades de la Asociación:

A) Secretaría de Adopciones y Atención Veterinaria.

B) Secretaría de Actividades.

C) Secretaría de Divulgación y Educación.

# REGLAMENTO INTERNO

## I- PROCEDIMIENTO DE AFILIACION

- A) Integrarse como voluntario por un periodo de prueba mínimo de tres meses participando activamente al menos en una actividad.
- B) Al cabo del periodo de prueba, si siente que la asociación llena sus expectativas puede solicitar ser asociado llenando una boleta de afiliación.
- C) La Junta Directiva convocará al aspirante a la próxima sesión ordinaria donde se conocerá su **SOLICITUD DE AFILIACIÓN**.
- D) El aspirante será presentado a los asistentes a la sesión, el podrá dirigirse al público para explicar sus motivos para asociarse.
- E) Se abrirá audiencia para escuchar oposiciones de los presentes, a las que el aspirante tendrá derecho a réplica.
- F) Se votará la aceptación del asociado y se aprobará por mayoría simple de votos.

## II-PROCEDIMIENTO DE ACTUALIZACION

- A) El asociado deberá mantener sus datos actualizados y notificar a la Junta Directiva cualquier cambio de dirección o teléfono.
- B) Caso contrario, si no fuera posible volver a localizarlo se le dará por notificado de cualquier mensaje que se le pretenda hacer llegar.

## III-PROCEDIMIENTO DE DESAFILIACION

- A) El asociado deberá externar su deseo de salir de la asociación, poniéndolo en conocimiento de la Junta Directiva por alguno de los siguientes medios:
  - 1. Llenar una **SOLICITUD DE DESAFILIACIÓN**.
  - 2. Redactar una carta de renuncia dirigida a la Junta Directiva.
  - 3. Presentar personalmente su renuncia verbal ante la Junta Directiva en sesión ordinaria en el punto de agenda que corresponde a Asuntos Varios.
- B) La Junta Directiva conocerá la solicitud de desafiliación o renuncia en la próxima sesión ordinaria y dará al asociado la oportunidad de reconsiderar y revocarla siempre que este se encuentra presente en la sesión que se conoce su caso.
- C) Se hará constar en actas la desafiliación o renuncia del asociado y se registrará el respectivo asiento en el libro de asociados.
- D) Si el asociado no se encuentra presente en la sesión, se le enviará una carta indicándole la sesión en que se conoció su solicitud y a partir de cuya fecha queda excluido de la asociación.

#### **IV- PROCEDIMIENTO DISCIPLINARIO**

A) Cuando llegue a conocimiento de la Fiscalía o de la Junta Directiva cualquier queja escrita o informe relativo a violación de la ley, los estatutos o el reglamento por parte de un asociado, la Junta Directiva procederá a convocar a una sesión extraordinaria especialmente convocada para que instruya la causa respectiva dentro de un plazo no mayor de diez días hábiles a partir del día en que se conoció el asunto.

B) La Junta Directiva citará por escrito a las partes con un mínimo de tres días de anticipación. La cita se les enviará por correo certificado, por fax o se entregará personalmente recogiendo el acuse de recibo.

C) Los implicados podrán aportar testigos. También podrán asesorarse y hacerse acompañar por un abogado, quien los asesorará en privado y quien podrá presentar un alegato oral o escrito. No obstante no se permitirá al abogado contestar las preguntas en vez del implicado ni contradecir lo que este haya manifestado.

D) En dicha sesión estarán presentes como representantes de la asociación únicamente los miembros de la Junta Directiva y el Fiscal a fin de guardar la confidencialidad y discrecionalidad del caso.

E) La Junta Directiva le impondrá al asociado con todo detalle de la queja que se le imputa, dará lectura a la queja y a todos los documentos relacionados con el asunto, y se escuchará tanto al ofendido como al asociado en cuestión, recibiendo todas las pruebas que ofrezcan las partes en conflicto. Se les podrán hacer cuantas preguntas se consideren necesarias para esclarecer los hechos, de lo cual se levantará un acta.

F) En caso que el asociado no se presente a la hora y fecha señaladas, se guardará en un expediente la prueba escrita de su citación y se hará constar su rebeldía, lo cual no impedirá la continuación del trabajo y el pronunciamiento de la Junta Directiva, que resolverá con los elementos de juicio que tenga disponibles.

G) Una vez terminada la instrucción, la Junta Directiva resolverá el asunto por votación secreta.

H) Si la Junta Directiva estimare procedente la queja, impondrá al culpable alguna de las siguientes sanciones:

1. Amonestación escrita u oral
2. Inactivación hasta por un año con suspensión temporal de los derechos del asociado.
3. Expulsión definitiva

I) El fallo de la Junta Directiva será apelable únicamente ante la Asamblea General.

#### **V- PROCEDIMIENTO DE EXPULSION**

A) La Junta Directiva estudiará el caso e investigará si el asociado ha incumplido sus obligaciones y ha incurrido en causal de expulsión según lo establecido en los Estatutos y el Reglamento Interno de la Asociación

B) De comprobarse los cargos, la Junta Directiva votará el inicio del proceso de expulsión del asociado, que se aprobará por mayoría simple de votos.

C) A partir de este momento, el asociado perderá sus derechos y permanecerá inactivo hasta tanto se resuelva su caso.

- D) La Junta Directiva notificará por escrito al asociado su decisión y los motivos que inspiran su expulsión, detallando uno a uno los cargos.
- E) El asociado tendrá ocho días naturales para presentar su defensa por escrito.
- F) Una vez cumplido este plazo, si no se obtiene respuesta por parte del asociado, la Junta Directiva considerará que hay falta de interés de su parte y dejará en firme su expulsión. En este caso el asociado perderá su derecho a apelación ante la Asamblea.
- G) Si el asociado acusado responde a los cargos dentro del plazo establecido, la Junta Directiva le convocará a la próxima sesión ordinaria a la que podrá apersonarse para presentar su descargo.
- H) Una vez escuchada su defensa, la Junta Directiva acordará afirmativamente o negativamente la expulsión del asociado por mayoría simple de votos.
- I) La expulsión será ratificada por la Asamblea General quien conocerá el caso en la próxima reunión Ordinaria o Extraordinaria que se convoque.
- J) El asociado podrá apelar su expulsión ante la Asamblea y se le dará oportunidad de dirigirse a los presentes para argumentar su defensa. La Asamblea decidirá por mayoría simple de votos si acepta su apelación.

## **VI- PROCEDIMIENTO DE JUSTIFICACION DE INASISTENCIA A ASAMBLEAS**

- A) El asociado deberá excusarse previamente por escrito, detallando los motivos por los cuales no podrá asistir a la reunión y presentando la respectiva constancia.
- B) Son motivos válidos para no asistir: trabajo, estudio, incapacidad, accidente, cita médica, enfermedad de un familiar, duelo, bloqueo o cierre de vías y viaje.
- C) Las justificaciones anticipadas se conocerán al inicio de la Asamblea cuando se levante el registro de asistencia y constarán en acta.
- D) Los asociados que justifiquen anticipadamente su ausencia podrán extender un poder a otro asociado para que vote en su nombre los acuerdos que se tomen en la Asamblea.
- E) Si por motivos de fuerza mayor no pudiese hacer llegar su justificación antes de la reunión, se dará un plazo de ocho días a los ausentes para que la presenten posteriormente.
- J) Pasado este período, se asumirá falta de interés y se les considerará excluidos de la asociación y la Junta Directiva iniciará el procedimiento de expulsión.

## **VII- PROCEDIMIENTO DE SESIONES DE JUNTA DIRECTIVA**

- A) En la Asamblea General Ordinaria la Junta Directiva Electa dejará establecido el calendario de sesiones para el primer semestre, del cual tomarán nota los asociados presentes. Dicho calendario se hará llegar por escrito vía fax, correo certificado o correo electrónico a los asociados ausentes que justificaron su inasistencia.
- B) En la última sesión programada del primer semestre, la Junta Directiva establecerá el calendario de sesiones ordinarias para el segundo semestre y lo hará llegar por escrito vía fax, correo certificado o correo electrónico a todos los asociados.



- C) Las sesiones serán convocadas oficialmente por el Presidente por medio de teléfono, fax u otro tipo de aviso a cada uno de los miembros de Junta Directiva y al Fiscal, con un mínimo de tres días de anticipación.
- D) Al ser convocado, cada miembro de la Junta Directiva le indicará al Presidente si desea que se incluya algún punto en la Agenda.
- E) El Presidente preparará los puntos de Agenda, dentro de los que incluirá siempre un Informe Económico y un último punto de Asuntos Varios para conocer las mociones de los asociados presentes o de invitados que hayan pedido audiencia.
- F) El Tesorero preparará el Informe Económico del mes detallando ingresos, gastos y el saldo en caja.
- G) La Agenda y el Informe Económico se entregarán por escrito a cada miembro convocado al entrar a la reunión.
- H) Se llevará un registro de asistencia donde firmarán todos los presentes,
- I) Al inicio de cada sesión el Presidente someterá la agenda a aprobación.
- J) Acto seguido el Secretario dará lectura al acta de la sesión anterior para su aprobación y transcripción al libro de actas.
- K) A continuación el Presidente procederá con la Agenda y dará seguimiento a los acuerdos de la sesión anterior. Los asociados presentes podrán intervenir y tendrán voz en la discusión de los puntos y en la toma de decisiones.
- L) Al final de la sesión, en Asuntos Varios, cualquiera de los presentes podrá exponer sus mociones y someterlas a votación, y los aspirantes a nuevos asociados podrán presentar sus solicitudes de afiliación a aprobación. También se analizarán los casos de expulsión.
- M) El Secretario tomará nota de todos los acuerdos y redactará el acta de la sesión. Reunirá toda la documentación y correspondencia vista en la sesión que será archivada en la carpeta correspondiente del mes. .

## **VIII- PROCEDIMIENTO DE CONVOCATORIA A ASAMBLEA GENERAL**

- A) La Junta Directiva, en sesión ordinaria y por mayoría simple de votos, podrá decidir hacer una convocatoria estableciendo fecha para Asamblea General Extraordinaria, siempre que las circunstancias y los asuntos a tratar así lo ameriten.
- B) Del mismo modo, en la última sesión programada del segundo semestre establecerá la fecha de la Asamblea General Ordinaria.
- C) La Agenda de la Asamblea General se establecerá en la misma sesión y en el momento que se tome dicho acuerdo de convocatoria.
- D) El Presidente será el encargado de hacer la respectiva publicación de las convocatorias en La Gaceta y de notificar por medio de teléfono, fax u otro tipo de aviso a cada uno de los asociados para que asistan a la misma.

## **IX- PROCEDIMIENTO DE ADOPCIONES**

- A) Se llenará una **BOLETA DE ADOPCIÓN** para cada animal que se entregue, la cual estará redactada en forma de contrato y deberá ser firmada por la persona que adopta.

Dicha boleta tendrá numeración consecutiva con original y copia. La copia se le entregará al adopta y el original se quedará en la asociación.

B) Se llevará una bitácora en un libro de actas con páginas numeradas para controlar las adopciones y cada boleta que se use se registrará dicho libro.

C) Se entregarán animales solo a mayores de edad contra presentación de su cédula para verificación de identidad, que den dirección exacta, un teléfono y lugar de trabajo. En caso de tratarse de amas de casa cuyo trabajo se realiza en el hogar, registrar el trabajo del jefe de familia que mantiene el hogar.

E) No se entregarán animales a personas que hayan ingerido bebidas alcohólicas o consumido drogas.

F) No se entregarán animales a personas indigentes que no tengan trabajo.

G) No se entregarán animales a personas que muestren signos externos que los relacionen al satanismo.

## **X- PROCEDIMIENTO DE ENTREGA DE CAMADAS A TRAVES DE VETERINARIAS**

A) Se solicitará a la veterinaria que llene nuestra **BOLETA DE ADOPCIÓN** donde firme el que adopta, o en su defecto, que al menos lleven y nos permitan el acceso a su propio registro y a los datos de las personas que adoptan.

B) Se solicitará a la veterinaria que vele porque las personas que adopten los animales cumplan con los requisitos que establece la asociación.

C) Se pagará la cuota que cobren, sea voluntaria o establecida, por la alimentación y desparasitación del animal.

D) Se pagará la castración cuando sean mayores de tres meses.

E) Se exigirá a la veterinaria el comprobante del pago efectuado.

## **XI- PROCEDIMIENTO DE ATENCION DE CASOS**

A) Se procurará encuestar exhaustivamente a la persona que solicita el servicio durante la atención de la llamada de emergencia.

B) La aprobación del gasto se hará tratando de discriminar que efectivamente sea de escasos registros y merecedora de un subsidio.

C) Se remitirá a la veterinaria más cercana al sitio donde se encuentra el caso.

D) Si el animal tiene dueño, se financiará hasta un máximo de un 50% de la cuenta siempre que no sobrepase el monto máximo que establezca la Junta Directiva.

E) Se confeccionará una Orden de Compra para el veterinario detallando el servicio que se contrata.

F) Se solicitará a la veterinaria que nos llenen el **BONO MCKEE** o la **BOLETA DE ATENCIÓN DE CASOS** donde firme el beneficiario y el médico.

G) Se practicará eutanasia sólo en casos terminales con informe del veterinario o placa de rayos X

H) El pago del gasto se hará sólo contra la presentación una **ORDEN DE COMPRA** enviada por la asociación al veterinario y una **BOLETA DE ATENCIÓN DE CASOS** debidamente llena por él.

I) Se exigirá al veterinario un recibo o comprobante de pago.

J) Se regulará el envío de casos a las facultades de veterinaria de universidades para evitar el uso de los mismos en experimentación.

K) Se regulará el envío de casos a los albergues limitándose a los casos en que el maltrato sea evidente.

L) Se procurará el regreso de los animales, una vez restablecidos y castrados, al sitio del que se rescataron, siempre y cuando este no represente un alto riesgo de muerte para el animal y sea apto para sobrevivir acorde a la selección natural.

## **XII- PROCEDIMIENTO DE TRAMITE DE DENUNCIAS**

A) Se recibirán denuncias sólo por escrito, y con firma responsable, copia de la cédula, dirección para notificaciones y teléfono del denunciante.

B) Se verificará de identidad del denunciante vía telefónica.

C) Se enviará una **CARTA DE AMONESTACION** por maltrato a animales al denunciado.

D) Se tramitarán las denuncias que se consideren pertinentes ante el Juzgado Contravencional o ante Ministerio de Salud

E) Se realizará el decomiso de animales sólo con la compañía de una autoridad que realice el levantamiento de un acta.

F) Caso contrario, se procurará que el denunciado entregue voluntariamente el animal y firme un documento aceptando que se le quite el animal.

## **XIII- PROCEDIMIENTO DE INGRESO DE DINERO**

A) Se entregará al donante un **RECIBO** de la asociación siempre que se reciba una donación

B) Se confeccionará un **RECIBO** contra el informe de ingresos de cada actividad, contando el efectivo por al menos tres personas.

C) Se abrirán alcancías y se contará el dinero en presencia de la persona que las tiene en custodia, extendiéndole un **RECIBO**.

## **XIX- PROCEDIMIENTO DE CONTROL DE ACTIVOS**

A) El tesorero levantará un inventario de activos y abrirá una ficha para cada uno, que detallará las condiciones del activo, responsable, localización y uso que se está dando al activo en las diferentes fechas.

B) Los asociados podrán solicitar el préstamo de cualquiera de los activos de la asociación mediante una **BOLETA DE TRASLADO DE ACTIVOS** diseñada para este efecto, detallando el uso que dará al mismo y el lugar donde se localizará.

- C) El nombre del asociado responsable, uso, lugar y fecha del préstamo se transcribirán a la ficha.
- D) Al entregarle el activo, el responsable firmará en la ficha aceptándolo en buen estado.
- E) Al devolver el activo, se registrará la fecha de devolución abriendo una nueva línea en que se detallarán la nueva condición y localización del activo, con el nombre y firma del encargado que lo recibe en custodia.
- F) Los activos que no estén en uso se mantendrán en el lugar que para estos efectos defina la junta directiva.

## **XX- PROCEDIMIENTO DE REQUISICION DE MATERIALES E INSUMOS**

- A) El tesorero levantará un inventario de insumos y materiales abriendo una ficha para cada uno. Este no requerirá ser detallado necesariamente por marca o calidad, sino que podrá llevarse por grupo o categorías de producto.
- B) Los asociados podrán solicitar insumos y materiales para la atención de casos de la asociación mediante una **REQUISICIÓN DE MATERIALES E INSUMOS** diseñada para este efecto, detallando el uso que dará a los mismos.
- C) Al entregarle el insumo o material, el encargado del inventario hará el correspondiente rebajo del inventario en la ficha.
- D) El responsable del gasto firmará en la ficha aceptando el insumo o material.
- E) Los insumos y materiales se mantendrán en el lugar que para estos efectos defina la Junta Directiva.

## **XXI- PROCEDIMIENTO DE CONTROL DE GASTOS**

- A) Todo gasto que se realice deberá estar dentro del presupuesto aprobado por la Junta Directiva y la partida deberá tener contenido económico.
- B) Los miembros de la Junta Directiva podrán realizar los gastos necesarios para el desenvolvimiento normal de las actividades de la asociación que están bajo su cargo, disponiendo de estos dineros siempre que cumplan con los fines específicos para los que están destinados esos dineros según el presupuesto.
- C) Los asociados podrán solicitar por anticipado la autorización para realizar un gasto al miembro de Junta Directiva encargado de la actividad a la que se destinará.
- D) Los asociados podrán solicitar a la Junta Directiva el reintegro de los gastos en que hayan incurrido para la atención de casos o para la realización de actividades mediante una **SOLICITUD DE PAGO** diseñada para este efecto, detallando en qué consistió el gasto y a qué se destinó.
- E) La Junta Directiva aprobará el reintegro del gasto por mayoría simple de votos.
- F) El Tesorero pagará el gasto al asociado única y exclusivamente contra la presentación y entrega por parte asociado de un comprobante del pago original válido.
- G) Son comprobantes de pago válidos:
  - 1. Factura Timbrada
  - 2. Recibo Profesional

3. Comprobante de Pago donde el beneficiario detalle el bien o servicio prestado y firme recibo de dinero detallando su nombre completo y número de cédula.
4. Contrato de monto establecido

## **XXII- PROCEDIMIENTO DE ELABORACION DE PRESUPUESTO**

- A) El presupuesto se realizará en forma general o global por la Junta Directiva en pleno.
- B) La Junta Directiva, al elaborar el presupuesto de gastos de operación, destinará una partida para cada una de las Secretarías permanentes que controlan las áreas funcionales de la asociación y cuyo control estará a cargo de la respectiva vocalía que la comanda
- C) El control del presupuesto de gastos de administración estará a cargo del Secretario.
- D) La Junta Directiva decidirá también si invertirá parte del dinero en la adquisición de los activos que se requieran. El control del presupuesto para compra de activos e inventarios estará a cargo del Tesorero.
- E) El Presidente será el encargado de velar porque el presupuesto de ingresos se cumpla y de programar las actividades necesarias para generarlos.
- F) El Vicepresidente será el encargado de gestionar los ingresos por donación.
- G) Cada uno de los encargados de una partida presupuestaria, deberá elaborar un presupuesto detallado por sub-partida.
- H) La Junta Directiva se reunirá para analizar conjuntamente los presupuestos detallados por cada encargado y una vez aceptados por mayoría simple de votos, el Tesorero los integrará en uno sólo presupuesto consolidado, dándole el formato para presentarlo a aprobación de la Asamblea.

## **XXIII- PROCEDIMIENTO DE CONTROL DE PRESUPUESTO**

- A) El control de cada partida del presupuesto estará a cargo de un único miembro de la Junta Directiva, quien velará porque el gasto total nunca se exceda de lo presupuestado.
- B) Si una subpartida se queda sin contenido económico, podrá utilizar dineros de una subpartida afín del mismo grupo de actividades sin necesidad de solicitar una modificación del presupuesto.
- C) Si la partida correspondiente a un área funcional se queda sin contenido económico y esto pone en peligro el cumplimiento de los objetivos o metas anuales de una de las áreas funcionales de la asociación, la Junta Directiva deberá convocar a una Asamblea General Extraordinaria para la modificación del presupuesto.
- D) Del mismo modo, si los ingresos exceden a lo presupuestado y se genera superavit, la Junta Directiva deberá convocar a una Asamblea General Extraordinaria que decidirá a qué área funcional se destinarán esos recursos, modificando el presupuesto.

## **XXIV- PROCEDIMIENTO DE CAMPAÑAS DE VACUNACION CONTRA RABIA**

- A) Toda campaña de vacunación contra rabia se realizará bajo el amparo del Programa Nacional de Prevención contra la Rabia y se reportará a las autoridades correspondientes para efectos estadísticos y medición de cobertura.

- B) Se llenará el **CERTIFICADO DE VACUNACION** y el **BONO MC KEE** establecido por el programa y se entregará una tarjeta al dueño del perro para que coloque en su ventana indicando que su perro está vacunado contra la rabia.
- C) Se cobrará la tarifa de interés social establecida para campañas.
- D) Serán realizadas únicamente por profesionales veterinarios.
- E) Si se obtienen vacunas donadas se buscará un veterinario que nos preste el servicio gratuitamente o que nos cobre una módica suma por animal, y la ganancia será en su totalidad de la asociación.
- F) Si no se consiguen vacunas, se le solicitará al veterinario que supla las vacunas y la ganancia se repartirá equitativamente entre él y la asociación.

## **XXV- PROCEDIMIENTO DE CAMPAÑAS DE CASTRACION**

- A) Toda campaña de castración se realizará bajo el amparo del Programa Mc Kee del Colegio de Médicos Veterinarios y se reportará a las autoridades del Colegio para efectos estadísticos y medición de cobertura.
- B) Se llenará el **BONO MC KEE** establecido por el programa y se solicitará al dueño del perro que firme el comprobante de que se le prestó el servicio subsidiado a la tarifa de interés social que se declare en el bono.
- C) Se cobrará la tarifa de interés social establecida para campañas.
- D) Se clasificará a los beneficiarios según su condición social con la ayuda de la comunidad, para que todos los que puedan paguen la tarifa completa y así subsidien a los de menores recursos y a los animales callejeros.
- E) Se buscará una persona proactiva en la comunidad para que realice las gestiones, busque un local adecuado y organice a los vecinos.
- F) Se hará la divulgación por afiches, volantes y medios de comunicación locales, dando un número para solicitar información. Se levantarán listas de llamadas y se darán citas previas a los interesados en recibir el servicio.
- G) Se seleccionará a dos vecinos para que uno se encargue de la alimentación de los médicos y asociados que asistan y otro se encarguen de la limpieza del sitio antes y después del evento. A cambio, se les dará una castración gratuita a cada uno.
- H) Serán realizadas únicamente por profesionales veterinarios, bajo anestesia, con administración de analgésico y antibiótico de larga duración.
- I) Se esperará hasta que los animales despierten para entregárselos a los dueños. Los animales callejeros se mantendrán en reposo y observación por un mínimo de 24 horas para después liberarlos.
- J) Se encargará a una persona de dar seguimiento a estos animales durante la semana siguiente a la operación y se le dejará el número del veterinario para que le evacúe cualquier consulta y le atienda si se suscita una emergencia.
- K) Se cumplirán las normas del manual para la prevención de infecciones.

## **XXVI- PROCEDIMIENTO DE CAMPAÑAS DE ADOPCION**



- A) Los cachorros se entregarán desparasitados y en buenas condiciones de salud. Idealmente y hasta donde los recursos lo permitan, con una primer vacuna y las hembras castradas.
- B) Los cachorros se acopiarán al menos cinco días antes de la actividad a fin de limpiarlos, desparasitarlos y recuperar cualquier déficit nutricional que presenten. Cada asociado deberá hacerse cargo de cuidar al menos una camada.
- C) Los cachorros se entregarán cumpliendo con el procedimiento de adopciones. Se entregarán con información sobre los cuidados que requieren.
- D) Se hará énfasis en la importancia de esterilizar las mascotas y se tratará de obtener un compromiso de que quienes adoptan las lleven a castrar antes de su primer celo.
- E) Se procurará que las actividades coincidan con festividades religiosas para divulgar aspectos teológicos y fomentar el respeto a los animales como criaturas de Dios.
- F) Se buscarán patrocinadores que paguen la papelería, el show recreativo, y los insumos para las comidas, procurando que los gastos de la actividad queden cubiertos.
- G) Se invitará a otras asociaciones para que traigan sus cachorros a nuestras actividades, a fin de salvar sus vidas y evitar que vayan a morir a albergues.





(K) / 11365

RO CUATRO: Anta mí María Alejandra

Sáenz Notaria Pública con oficina abierta

en San José comparece la señorita Diana

Fernández Barrantes, mayor, soltera, abogada,

cédula de identidad número uno ochocientos

setenta y nueve, cero cincuenta y uno, vecina de

Barrio Córdoba del Salón Comunal diez metros al

norte Y DICE: Que viene a protocolizar los

siguientes Estatutos de la Asociación (UNIDOS EN

DEFENSA DE LOS ANIMALES) que literalmente

dicen: \*ACTA. En San José a las dieciocho horas

del veintitres de diciembre de milnovecientos

noventa y <sup>ocho y un</sup> ~~nueve~~ reunidos los señores en calidad

de asociados fundadores, todos de nacionalidad

costarricense y por orden alfabético MARTA

ARGUEDAS MORA, menor de edad, soltera,

estudiante, vecina de San Francisco de Dos Ríos de la farmacia La Pacífica doscientos

metros al este, doscientos metros al norte y cien al este, apartamento número dos,

EUGENIO BADILLA QUESADA, mayor de edad, cédula de identidad número uno

quinientos cinco-doscientos cuarenta y siete, locutor de radio, soltero, vecino de Moravia

de Romanas Ballar en Los Colegios doscientos metros al oeste, OLGA NURIE

BARRANTES ROMERO, Mayor de edad, casada en primeras nupcias, psicóloga, cédula

de identidad número uno-cuatrocientos cincuenta y tres, ciento sesenta y uno, vecina de

Barrio Córdoba del Salón Comunal diez metros al norte, KARLA VANESSA CORRALES

ULATE, mayor de edad, soltera, abogada, cédula de identidad número uno-ochocientos

setenta y uno novecientos veinte, vecina de Desamparados del Centro Médico

Veterinario cien metros al este, cien metros al norte y setenta y cinco metros al sur,

DIANA FERNANDEZ BARRANTES, mayor de edad, soltera, abogada, cédula de

identidad número uno-ochocientos setenta y nueve, cero cincuenta y uno, vecina de

Barrio Córdoba del Salón Comunal diez metros al norte, VICTOR ANDRES GOMEZ

HERTZ, mayor de edad, soltero, estudiante, cédula de identidad número uno-

ochocientos ochenta y uno ochocientos seis, vecino de Cedros de San Pedro de

Montes de Oca, Urbanización El Cedral casa número setenta, LISSY RANDEL FAITH,

mayor de edad, soltera, secretaria, cédula de identidad número uno- cuatrocientos

treinta y cinco quinientos cincuenta y dos, vecina de Tres Ríos del Cementerio

cuatrocientos metros al sur y cien metros al oeste, LOTTI RANDEL FAITH, mayor de

edad, soltera, secretaria, cédula de identidad número uno-cuatrocientos treinta y tres

...

DEFENSA DE LOS ANIMALES

Presidente Diana Fernández

Barrantes. Escritura otorgada en

San José a las dieciséis horas del

dieciséis de enero de mil

novecientos noventa y nueve, ante

la Notaria: María Alejandra Méndez

Sáenz

SECCION DE PERSONAS



23-12-98

Antea mí María Alejandra Sáenz



T: 462 A: 10783  
 F: 02-02-99  
 11238-01138

53

Registrador 34



# REGISTRO NACIONAL

vecina de Barrio Escalante de la Pulpería La Luz cien metros al norte y cincuenta al sur, MARTIN SALAS VARGAS, mayor de edad, soltero, oficinista, cédula de identidad número uno-cuatrocientos ochenta y siete setecientos treinta y uno, vecino de San Gerónimo de Desamparados, Urbanización Loma Linda casa número ciento dos, YURIE VARGAS CAMPOS, mayor de edad, soltera, vecina de Guadalupe centro, del almacén El Guadalupeño ciento cincuenta metros al oeste, telefonista, cédula de identidad número uno-setecientos ochenta y tres setecientos cuarenta y dos, han convenido en constituir una asociación de acuerdo con la Ley de Asociaciones número doscientos dieciocho, que se registrará por las siguientes bases: I. DEL NOMBRE: La Asociación se denominará **(ASOCIACION UNIDOS EN DEFENSA DE LOS ANIMALES)** (cuyo nombre en inglés no varía siendo "UNITED IN DEFENSE OF ANIMALS", pudiendo abreviarse utilizando las siguientes siglas "U.D.A.") por se una asociación de bienestar social de carácter privado no lucrativo y por su naturaleza será de duración indefinida. II. DEL DOMICILIO: Su domicilio lo será en forma provisional y hasta tanto no pueda disponer de oficinas propias San José Barrio Escalante de la pulperia La Luz cien metros al norte y cincuenta al sur. Podrá establecer filiales en cualquier lugar de la República. Las filiales serán creadas por votación no menor de dos tercios de votos de los asistentes a la Asamblea General convocada al efecto, en el propio acuerdo de su creación se determinará si ellas tendrán o no estatutos propios y personería jurídica distinta de la Asociación principal. III. DEL OBJETO: Su objeto será la protección y defensa de la fauna nacional, con especial énfasis en los animales domésticos desvalidos, abandonados, enfermos, maltratados o abusados, a los cuales les brindará especial atención y buscará un hogar adecuado. Además velará por el fiel cumplimiento de las leyes existentes o que en el futuro se dicten en defensa de los animales denunciando ante las autoridades correspondientes cualquier violación a dichas leyes y normas. Además de igual manera denunciará ante las autoridades competentes a aquellas instituciones y empresas u organizaciones que mantengan animales en laboratorios y/o bioterios sin cumplir con las normas contempladas en la Ley N.7451 y su Reglamento a saber "Ley de bienestar de los animales" y cualquier otra ley, o reglamento o normativa que a futuro se promulgue siempre y cuando sea para beneficio de los animales. Todo lo anterior sin perjuicio de proteger también a los animales silvestres en coordinación con entidades estatales y privadas nacionales e internacionales. Consecuentemente con propósitos humanitarios, educativos y culturales, buscará la adhesión del mayor número de personas y/o grupos organizados que tengan los mismos o similares fines con esta asociación. De ninguna manera tendrá fines de lucro, y como entidad estará inhibida de participar en actividades políticas, religiosas o sectaristas. Independientemente de su color, credo o religión,

Nombre  
U.D.A.

San

Final

U.D.A.

condición  
podría lle  
finalidad  
tanto abt  
sus finet  
cualquier  
fines de  
ANIMAL  
aquellas  
normati  
MIEMBI  
de eda  
categor  
quedad  
ACTIV  
Consti  
ademá  
ingres  
que li  
Serán  
conso  
de la  
Gene  
las si  
prest  
razot  
Asoc  
un n  
cont  
dich  
part  
met  
esc  
TAI  
Din  
soj  
los



podrá llegar a ser parte de esta asociación siempre y cuando colaboren con la finalidad que es la razón de ser de la asociación, a saber la protección de los animales tanto abandonados como los maltratados. IV. **FINES:** Asimismo, en la búsqueda de sus fines y propósitos, la Asociación podrá afiliarse o trabajar conjuntamente con cualquier organización similar ya sea estatal o privada, siempre y cuando no tengan fines de lucro y persigan objetivos similares a "UNIDOS EN DEFENSA DE LOS ANIMALES". Además podrá establecer toda clase de acciones legales en contra de aquellas personas ya sea físicas o jurídicas que cometan violaciones a cualquiera de la normativa costarricense que contempla la protección o bienestar de los animales. V. **MIEMBROS:** Puede ser miembro de la Asociación toda persona mayor de dieciséis años de edad. VI **TIPOS DE MIEMBROS:** La Asociación se compondrá de la siguiente categoría de miembros: A-) **FUNDADORES:** Todas aquellas personas que firman y han quedado anotadas en esta Acta Constitutiva, adhiriéndose a sus normas. B-) **ACTIVOS:** Serán los asociados que hayan ingresado posteriormente a la Asamblea Constitutiva y que estén en pleno uso y goce de sus derechos como asociados, además se incluye en esta categoría a las personas que en el futuro soliciten su ingreso a esta Asociación por escrito respetando el procedimiento establecido una vez que la Junta Directiva haya aprobado su respectiva solicitud. C-) **HONORARIOS:** Serán aquellas personas que hayan colaborado efectivamente al desarrollo y consolidación de la Asociación de manera ininterrumpida, serán elegidos por votación de la Junta Directiva. Este tipo de asociado tiene voz pero no voto en las Asambleas Generales. VII **DE LA AFILIACION:** Para la afiliación de los asociados, se observarán las siguientes reglas y se deberá cumplir con el siguiente procedimiento: A-) Deberá presentar a la Junta Directiva una solicitud por escrito, indicando sus calidades, y las razones por las cuales desea afiliarse, y sus propuestas de colaboración para con la Asociación B-) Dicha solicitud debe ser adjuntada con una carta de recomendación de un miembro fundador o miembro activo de la Asociación. C-) La afiliación deberá ser conocida y aprobada por la Junta Directiva. D-) La comunicación de la aprobación de dicha solicitud será informada al interesado mediante carta, fax o vía telefónica por parte del Secretario de la Junta Directiva en un plazo que no podrá exceder de dos meses, así mismo en el caso de rechazarse la solicitud se le comunicará mediante escrito fundamentado por parte de este funcionario y en el mismo plazo. VIII **DE LA TARIFA:** Cada asociado deberá cancelar una cuota anual la cual será fijada por la Junta Directiva del respectivo período, esta cuota se incrementará proporcionalmente cada año según el costo de la vida o situación económica de nuestro país, los miembros activos y los miembros fundadores deberá cancelar su cuota anual dentro de la primera quincena

*miembros*

*afiliación*

*u/n*

*2*



Los nuevos asociados deberá cancelar su cuota en el plazo de una semana a partir del día siguiente de serles notificada su aceptación en la Asociación.

**D. DERECHOS DE LOS ASOCIADOS:** Son derechos de los asociados:

- A-) Asistir a las Asambleas Generales y tener voz y voto en las mismas.
- B-) Recibir a precio especial en comparación al de venta, las publicaciones que efectúe esta Asociación.
- C-) Desempeñar cargos en la Junta Directiva y en la Fiscalía, siempre y cuando sean mayores de edad.
- D-) Participar en Comisiones de Trabajo.
- E-) Divulgar el material humanitario, cultural, científico y educativo distribuido por la Asociación, siempre que se señale su origen de acuerdo con la Ley de Derechos de Autor y leyes conexas.
- F-) Solicitar información a la Junta Directiva y a la Fiscalía en cualquier momento sobre el funcionamiento de la Asociación.

**X/ OBLIGACIONES DE LOS ASOCIADOS:** Son obligaciones de los asociados:

- A-) Cumplir con los deberes y acatar las instrucciones que le señalen los estatutos, los reglamentos y las decisiones tanto de la Asamblea General como de la Junta Directiva.
- B-) Someter a estudio de la Junta Directiva las ideas o proyectos que se consideren convenientes para el mejor desenvolvimiento de la Asociación.
- C-) Toda recaudación que el asociado efectúe deberá necesariamente entregar al contribuyente, un recibo de los autorizados por la Junta Directiva, como prueba de su contribución.
- D-) Los asociados no tendrán poder de decisión sobre las sumas que cada quien recaude, sino deberán entregarlas a la Tesorería de la Asociación contra recibo de dinero.
- E-) Los asociados no podrán distribuir ni firmar ninguna de las publicaciones de esta Asociación, sin la debida autorización por parte de la Junta Directiva.
- F-) Los asociados no podrán publicar por ningún medio de circulación nacional, artículos que involucren a la Asociación si no han obtenido el visto bueno de la Junta Directiva. Salvo los derechos a los que constitucionalmente tenga derecho cada persona en su libre expresión siempre y cuando lo hagan en calidad y responsabilidad personal y en ningún momento involucren en sus opiniones y comentarios a la Asociación, por lo tanto la Asociación no tiene responsabilidad alguna por opiniones expresadas por sus asociados en forma individual y en calidad personal.

**XI PERDIDA DE LA CALIDAD DE ASOCIADO:** La calidad de asociado se pierde por fallecimiento, renuncia voluntaria dirigida mediante escrito fundamentado a la Junta Directiva, expulsión acordada por la Asamblea General cuando concurren las siguientes causales:

- A-) Incumplimiento reincidente de al menos dos veces con respecto a lo estipulado en el artículo diez de los estatutos o por cualquiera de las causas que señale la ley, lo cual se comunicará por escrito al afectado.
- B-) Cuando por razones injustificadas, el asociado faltare consecutivamente a cuatro reuniones generales, se le considerará excluido de la asociación, previo procedimiento seguido por la Asamblea General.
- C-) Por el no pago de la cuota anual.

D-) Cuando la Directiva de la Asamta ASOCIAL perderá HONORU los prest asociaci ASAMBI obligan que ella estatuto atribuc el Fisco debe pr los ingn siguiend Asociat respect F-) Co asociat asociat deberá con tal nomin Asamt o trabi estata ley, lo cada convc XVIII con li asoci de lo convc así c

de

debe

debe

U/M



Si el Director no acata las decisiones que ya han sido tomadas por votación en Junta Directiva cuando a ésta le compete la toma de decisiones y aquellas ya aprobadas por la Asamblea cuando sean de su competencia.

**XII PERDIDA DE DERECHOS DEL ASOCIADO:** El asociado que sin causa de justificación se separe de la asociación, perderá sus derechos derivados de la misma.

**XIII DE LOS MIEMBROS HONORARIOS:** Los miembros honorarios serán elegidos en la forma establecida por los presentes estatutos.

**XIV. ORGANOS DE LA ASOCIACION:** Son órganos de la asociación: A-) La Asamblea General, B-) La Junta Directiva, C-) La Fiscalía.

**XV. LA ASAMBLEA:** La Asamblea es la autoridad máxima de la Asociación; sus decisiones obligan a todos los asociados y a todo el personal que labora en la misma, siempre que ellas se ajusten al marco de la ley y a las atribuciones que les confieren estos estatutos y los reglamentos.

**XVI. ATRIBUCIONES DE LA ASAMBLEA:** Son atribuciones de la Asamblea General: A-) Elegir a los miembros de la Junta Directiva y el Fiscal. B-) Conocer y pronunciarse sobre los informes anuales de actividades que debe presentar el Presidente de la Junta Directiva, el Tesorero y el Fiscal. C-) Aprobar los ingresos y los egresos del año inmediato anterior y votar el presupuesto para el año siguiente.

D-) Acordar las reformas a los estatutos, al Reglamento Interno de la Asociación, con el voto no menor de las dos terceras partes de los asistentes a la respectiva asamblea.

E-) Creación de nuevos reglamentos y aplicación de los mismos.

F-) Conocer las recomendaciones de la Junta Directiva respecto a la exclusión de asociados, así mismo como los informes de la Junta Directiva respecto a la renuncia de asociados.

G-) Tomar la decisión con respecto a la exclusión de asociados lo cual deberá ser claramente manifiesto y en todo momento debe seguirse el debido proceso, con tal de no violentar los derechos constitucionales.

H-) Sugerir a la Junta Directiva la nominación de miembros honorarios, quienes una vez aceptados por esta, en las Asambleas Generales tendrán voz pero no voto.

I-) Decidir si la Asociación se integrará o trabajará conjuntamente de manera temporal con miembros de otras organizaciones estatales o privadas, para la consecución de sus fines.

J-) Las demás que le señalen la ley, los estatutos y los reglamentos.

**XVII.** La Asamblea General ordinaria se reunirá cada año en la primera quincena del mes de enero y las extraordinarias cuando sean convocadas al efecto, y ellas se efectuarán en el lugar que designen la convocatoria.

**XVIII.** Las Asambleas Generales Ordinarias serán convocadas por la Junta Directiva con la debida anticipación. Si a la hora fijada no estuviese la mitad más uno de los asociados, la Asamblea podrá celebrarse una hora después sea cual fuere el número de los asistentes y en este caso las decisiones se tomarán por simple mayoría. En la convocatoria se señalará el día y la hora en que la misma se llevará a cabo, el lugar, así como el orden del día respectivo a los asuntos a tratar, se hará por medio de

AD

CIN

Asamblea  
En

una

3



Los asuntos que han de considerarse en la Asamblea General Ordinaria, además de los previstos por la ley, deben ser presentados a la Junta Directiva por los asociados proponentes, con la debida anticipación, para que puedan ser incluidos en la agenda. Cuando esta formalidad no fuere cumplida, los asuntos que se presenten serán incluidos en el orden del día siempre que estuvieren respaldados por la mayoría de los asistentes a la Asamblea. XX. La Junta Directiva estará integrada por los siguientes miembros: Presidente, Vicepresidente, Secretario de Actas y de Correspondencia, Tesorero, Vocal (Primero.) XXI. ELECCION DE LA JUNTA DIRECTIVA: La Junta Directiva será elegida anualmente por la Asamblea General; los asociados elegidos tomarán posesión de sus cargos antes de levantarse la sesión respectiva, pero si algún asociado resultare electo sin hallarse presente, por medio de la Secretaría se le hará saber su designación. En este caso, el miembro reemplazado continuará desempeñando la función hasta que conozca la decisión del nuevo miembro de la Junta Directiva, y en su caso, se haga nueva designación. XXII. ATRIBUCIONES DE LA JUNTA DIRECTIVA: Son atribuciones de la Junta Directiva: A-) Dirigir los destinos de la Asociación y coordinar sus actividades. B-) Redactar el Reglamento Interno de la Asociación y someterlo a consideración de la Asamblea General. C-) Cumplir y hacer cumplir los estatutos y el Reglamento Interno de la Asociación. D-) Nombrar comisiones de trabajo cuando sea necesario, así como comités, para cumplir a cabalidad con los fines de la Asociación. E-) Convocar las Asambleas Ordinarias y Extraordinarias. F-) Presentar a consideración de la Asamblea General ordinaria el informe anual de labores. G-) Conocer y resolver de las solicitudes de afiliación de nuevos asociados. H-) Informar a los asociados sobre la marcha de los acuerdos tomados durante las sesiones, y en general, sobre el funcionamiento de la Asociación. I-) Presentar recomendaciones a la Asamblea General acerca de la exclusión y/o expulsión de asociados que no cumplen con lo establecido en los Estatutos ni con el Reglamento Interno de la Asociación. J-) Conocer de las renunciaciones de los asociados, las que deberán hacerse por escrito ante la Junta Directiva. K-) Elegir a los miembros honorarios con el voto afirmativo de los asistentes a la reunión en que el asunto sea tratado. L-) Contratar, nombrar y remover el personal que fuere necesario para cumplir con los fines de la Asociación. M-) Convocar a la Asamblea General Extraordinaria cuando un tercio de los asociados así lo solicite. N-) Desestimar los acuerdos que al ser llevados a votación, resultaren empatados dos veces. Autorizar las publicaciones de la Asociación ya sea boletines, avisos, llamadas de atención, cartas pidiendo donaciones, campañas educativas, etc. Ñ-) Someter a votación acerca de la publicación de artículos, avisos y anuncios en los diferentes medios de (circulación)

Junta  
5M  
1600  
1400

51)

WIN

cional aqu  
votación I  
desemvolvim  
y los Reglan  
por trimestr  
propio libro  
miembro de  
mayoría sin  
de aviso y  
anticipación  
exigir el cui  
de la Asoc  
actas que  
peso de n  
procederet  
responsab  
Provincia,  
funcionari  
quedarán  
sentencia  
legales. )  
A-) Repr  
apoderac  
Asamblea  
fueren d  
función e  
nombrar  
los dom  
funcione  
funcion  
Directiv  
de aso  
empate  
del Pre  
atribuci  
actas d  
Presidi



In. XXX  
más de  
ociados  
agenda.  
serán  
de los  
uientes  
dencia,  
Junta  
legidos  
algún  
hará  
lnuará  
de la  
ES DE  
stinos  
de la  
hacer  
embrar  
plir a  
rias y  
ria el  
ón de  
ordos  
lación  
n y/o  
on el  
ados,  
nbros  
sea  
mplir  
naria  
ue al  
is de  
endo  
e la  
ción)

...equitos comentarios y opiniones que involucren a la Asociación. O-) Someter a votación las ideas o proyectos que se consideren convenientes para el mejor desenvolvimiento de la Asociación. P-) Las demás que establezcan la ley, los Estatutos y los Reglamentos. XXIII. La Junta Directiva deberá reunirse como mínimo dos veces por trimestre. Tendrá derecho a elaborar su reglamento de sesiones y a llevar su propio libro de actas. En caso de ausencia del Secretario, actuará como tal otro miembro de la Junta Directiva a discreción de ésta. Sus acuerdos se tomarán por mayoría simple de votos. Será convocada por medio (llamada telefónica) fax u otro tipo de aviso (ya sea) escrito (o verbal) a cada uno de sus miembros, con un mínimo de anticipación de tres días/XXIV. Los miembros de la Junta Directiva están obligados a exigir el cumplimiento de los deberes y requisitos señalados en la ley a los funcionarios de la Asociación, y serán considerados como co-autores si no consta en el libro de actas que han pedido en sesión el cumplimiento de tales deberes y requisitos, y si en caso de no haber sido atendido, no consta denuncia a la Asamblea General de los procederes incorrectos o indebidos de tales funcionarios. Quedarán exentos de responsabilidades si pusieren los hechos en conocimiento del Gobernador de la Provincia, una vez que el órgano directivo haya desconocido sus quejas. Los funcionarios de la Asociación que sufrieran alguna condenatoria por faltas o delitos, quedarán de hecho expulsados de la Asociación desde el momento en que por sentencia firme de los Tribunales sean tenidos por responsables de tales violaciones legales. XXV. ATRIBUCIONES DEL PRESIDENTE: Son atribuciones del Presidente: A-) Representar judicial y extrajudicialmente a la Asociación, con facultades de apoderado generalísimo sin limitación de suma. B-) Presidir las reuniones de la Asamblea General de la Junta Directiva. C-) Realizar las visitas internacionales que fueren del caso para que la Asociación cumpla con sus fines, pudiendo delegar esta función en otro miembro de la Junta Directiva, o en algún otro asociado. D-) Firmar los nombramientos de los miembros honorarios, las credenciales de los asociados y todos los demás documentos que debe oficializar la Asociación. E-) Controlar la labor de los funcionarios y empleados de la Asociación, cuando los hubiere, y el adecuado funcionamiento de la misma. F-) Convocar a reunión extraordinaria de la Junta Directiva cuando lo estime conveniente y a las asambleas ordinarias y extraordinarias de asociados en nombre de la Junta Directiva. (G-) Dirimir con voto de calidad los empates que se presenten en las Asambleas Generales. XXVI. En ausencia temporal del Presidente, el Vicepresidente asumirá sus funciones, con sus mismas facultades y atribuciones. XXVII. ATRIBUCIONES DEL SECRETARIO DE ACTAS: A-) Levantar las actas de las sesiones de la Asamblea General y de la Junta Directiva. B-) Firmar con el Presidente las actas de la Asamblea General y de la Junta Directiva, así como los

+

rep

vlt

(H)



... y acuerdos cuando fuere ello necesario. C-) Llevar con el debido orden especialmente bajo la denominación "Solicitud de Ingreso", con la firma del solicitante y las razones por las cuales desea ingresar a la Asociación. Las solicitudes serán conocidas por la Junta Directiva y llevarán su aprobación; las admisiones se anotarán en el libro de actas, en la respectiva sesión en que fueron conocidas. La cancelación de inscripciones será hecha de acuerdo y en la forma que indican los estatutos y se anotarán en el libro de actas, consignándose asimismo el asiento que indique que el asociado ha perdido sus derechos.

**XXVIII. ATRIBUCIONES DEL SECRETARIO DE CORRESPONDENCIA:** Son atribuciones del Secretario de Correspondencia:

A-) Llevar la lista de asociados y los archivos. B-) Confeccionar los boletines de la Asociación. C-) Dar contestación a la correspondencia en general.

**XXIX. ATRIBUCIONES DEL TESORERO:** Son atribuciones del Tesorero:

A-) Tener a su cargo los fondos de la Asociación. B-) Llevar el inventario de los bienes de la Asociación. C-) Realizar los pagos previstos, previa emisión de boletines de Contabilidad. El Boletín y los cheques llevarán la firma del Presidente de la Junta Directiva y del Tesorero. D-) Tener bajo su responsabilidad los libros Mayor (y Caja) debidamente autorizados. E-) Cumplir las normas legales sobre la materia a su cargo. F-) Ser responsable de las finanzas de la Asociación. El Tesorero, antes de registrar su firma en los Bancos, deberá presentar una póliza de fidelidad por el monto que será fijado por la Junta Directiva.

**XXX. ATRIBUCIONES (DE LOS VOCALES)** Son atribuciones (de los vocales):

A-) Desempeñar temporalmente las funciones de Presidente, a falta del Vicepresidente, de Secretario y del Tesorero, en ausencia de ellos y conforme lo determine la Junta Directiva. B-) Colaborar ampliamente en las funciones de la Junta Directiva.

**XXXI. DEL CAPITAL:** Son bienes de la Asociación:

A-) Las contribuciones y donaciones de particulares y del Estado y sus Instituciones. B-) Los bienes muebles e inmuebles adquiridos por la Asociación para sus propios fines, dentro de las limitaciones que consigna el artículo 25 del Código Civil. C-) Los legados, que deben ser recibidos a beneficio de inventario. D-) Los ingresos por concepto de prestación de servicios a entidades públicas o privadas dentro del radio de sus actividades. E-) Los demás que llegare a adquirir por cualquier otro concepto.

El ejercicio administrativo y fiscal tendrá la duración de un año, del primero de enero al treinta y uno de diciembre.

**XXXII. DE LA EXTINCION DE LA ASOCIACION:** La Asociación se extinguirá:

A-) Cuando el número de asociados elegibles sea inferior al

... con el ... imposi ... como ... los ev ... En ca ... que li ... cator ... Asem ... quien ... siguio ... estrict ... de los ... lo que ... de la ... y la o ... totale ... Extra ... su int ... los a ... serár ... vez ... Asan ... que ... del ... pens ... VICE ... COR

Revisión  
J/r



do  
ue  
an  
or  
el  
se  
se  
a  
e  
e  
L  
s  
L  
s

*asda*

*Fiscalia  
10/1  
12/10*

*refor*

*Hasta  
15-1-00*

*5*

necesario para integrar la Junta Directiva. B-) Cuando fuere disuelta de conformidad con el artículo 27 de la Ley de Asociaciones. C-) Cuando los fines de la misma sean imposibles de alcanzar legal o materialmente. D-) Cuando pierda su capacidad jurídica como consecuencia de su declaración de insolvencia. E-) Cuando ocurriere alguno de los eventos contemplados en los artículos 27 y 34 de la Ley de Asociaciones. XXXIV.

En caso de extinción los bienes de la Asociación pasarán a una institución similar a la que llegare a sustituir a la Asociación, procediéndose de conformidad con el artículo catorce de la Ley de Asociaciones. XXXV. DEL FISCAL: Por votación y acuerdo de la Asamblea General se hará el nombramiento de un Fiscal por un periodo de un año, quien habrá de presentar un informe anual a la propia Asamblea, y tendrá las siguientes atribuciones: A-) Velar porque los órganos de la Asociación observen estrictamente las disposiciones de la ley y de los estatutos. B-) Recibir cualquier queja de los Asociados por el mal funcionamiento de la Asociación y esforzarse por corregir lo que fuere necesario. C-) Revisar cuando lo considere conveniente, el libro de actas de la Asamblea General y de la Junta Directiva, el libro o libros de tesorería, el archivo y la correspondencia. *2) Convenio U/R*

XXXVI. DE LA REFORMA DE LOS ESTATUTOS: Las reformas totales o parciales de los estatutos deberán aprobarse en la Asamblea *U/R* (Ordinaria o Extraordinaria por las dos terceras partes de los asociados presentes en la asamblea y su inscripción se hará conforme a los trámites de aprobación e inscripción indicados en los artículos dieciocho, diecinueve y veinte de la Ley de Asociaciones. Las mismas no serán efectivas sino a partir de su aprobación e inscripción. *en un*

En este mismo acto, una vez aprobados los anteriores estatutos y constituidos todos los otorgantes en la

Asamblea General proceden a elegir la primera Junta Directiva y Fiscal, para el periodo *23 de diciembre de 1998 U/R al 15 U/R* que va del (catorce de enero de mil novecientos noventa y nueve al catorce) de enero del año dosmil, recayendo el nombramiento en forma definitiva en las siguientes

personas: En la Junta Directiva: **PRESIDENTE:** Diana Fernández Barrantes,

**VICEPRESIDENTE:** Victor Andrés Gómez Hertz, **SECRETARIA DE ACTAS Y**

**CORRESPONDENCIA:** Karla Vanessa Corrales Ulate, **TESORERA:** Lottí Ileana



# REGISTRO NACIONAL

Randel Faith, <sup>(5)</sup> VOCAL; Eugenio Badilla Quesada  
COSTA RICA

Faith, todos de calidades antes indicadas. Todos los  
y entran en posesión de los mismos en forma inmi-  
testimonio para la Asociación. Leído lo escrito a la  
firmamos en la ciudad de San José, a las dieciséis  
novecientos noventa y nueve. **LO ANTERIOR**  
**ESCRITURA NUMERO CUATRO, INICIADA AL**  
**PRIMERO DE MI PROTOCOLO. CONFRONTADA**  
**CONFORME Y LA EXPIDO COMO UN PRIMER**  
**DEL OTORGAMIENTO DE LA MATRIZ.**

Stigma del Funcionario  
 NOMBRE: *[Handwritten]*  
 CARGO: *[Handwritten]*  
 FECHA: *[Handwritten]*  
 CÉDULA: *[Handwritten]*  
 BLANCO: *[Handwritten]*

#####  
 BANCO DE COSTA RICA  
 AGENCIA : REGISTRO NACIONAL  
 ENTERO : 01291945-9 29/01/99 14:52:42  
 REGISTRO NACIONAL 442042,000.00  
 COLECCION DE APOYADOS 220000000.00  
 SUB-TOTAL 662042,000.00  
 DESCUENTO: 000.00 220000000.00  
 FORMAS TOTAL 442042,000.00

29/01/99  
 BANCO DE COSTA RICA  
 Agencia Registro Nacional  
 20 ENE 1999  
 SELLO CAJERO

Registro de Bienes Inmuebles	
Departamento de Diario	
Nombre:	<i>Randel Faith</i>
Nº de cédula:	<i>1.421.470</i>
Firma:	<i>[Handwritten Signature]</i>

*162*  
*10783*

#####  
 BANCO DE COSTA RICA  
 AGENCIA : REGISTRO NACIONAL  
 ENTERO : 01291945-6 29/01/99 14:52:30  
 REGISTRO NACIONAL 442042,000.00  
 FISCAL 220000000.00  
 ARCHIVO NACIONAL 220000000.00  
 COLECCION DE APOYADOS 220000000.00  
 MUNICIPALIDAD DE SAN JOSE 220000000.00  
 SUB-TOTAL : 662042,000.00  
 DESCUENTO: 000.00 220000000.00  
 FORMAS TOTAL : 442042,000.00

SELETA:  
 MIERO:  
 FECHA:  
 CÉDULA:  
 BLANCO: *[Handwritten]*  
 BANCO DE COSTA RICA  
 Agencia Registro Nacional  
 20 ENE 1999  
 SELLO CAJERO



San José, Costa Rica  
12 marzo 2018

Unión Mundial para la Naturaleza - UICN  
Unidad de Membresía

Estimados Señores,

Reciban un cordial saludo de parte de la Asociación Mesoamericana para la Biología y la Conservación (SMBC).

Nos dirigimos a ustedes para avalar y recomendar la solicitud de admisión como miembro activo de la UICN, por el capítulo de Costa Rica, de la **Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales (ABAA)**.

Nuestra organización considera satisfactorio avalar y recomendar a esta asociación que trabaja en la conservación de todas las especies.

Por ello, aprobamos su afiliación, consientes del gran aporte que harán en el desarrollo de los objetivos de la Unión.

Sinceramente,

Zaida Piedra Cerdas  
Vice-Presidenta, SMBC  
San José, Costa Rica

Tel. +506-8463-4664  
E-mail: zaidapiedra@yahoo.es





[Facebook.com/preserveplanet](https://www.facebook.com/preserveplanet) [info@preserveplanet.org](mailto:info@preserveplanet.org)  
APARTADO POSTAL # 142- CARTAGO (7050), COSTA RICA, CENTROAMÉRICA.  
TEL: (506) 2574-6816. FAX: (506) 2574-6010

EL PODER DE UNO  
EL PODER DE UNO<sup>®</sup>

Misiva # 010-18/CG.

San José, Febrero 16 del 2018.

Señores  
**Unión Mundial para la Naturaleza – UICN.**  
**Unidad de Membresía.**

Reciban un cordial saludo de parte de nuestra organización.

Atentamente nos dirigimos a ustedes para avalar y recomendar la solicitud de admisión como miembro activo de la UICN, por el capítulo de Costa Rica, de la **Asociación para el bienestar y amparo de los animales (ABAA).**

Nuestra organización considera satisfactorio avalar y recomendar a esta asociación que realiza un extraordinario trabajo en la conservación de todas las especies.

Por ello, aprobamos su afiliación, consientes del gran aporte que harán en el desarrollo de los objetivos de la Unión.

Sin más por el momento, me despido quedando atentamente.

**Luis Diego Marin Schumacher**  
Coordinador regional de Preserve Planet  
Presidente / Comité de miembros UICN-Costa Rica

C.c.  
Sra. Grethel Aguilar (Directora UICN-ORMAC)  
Sra. Ana Isabel Estrada (Enlace con la membresía).  
ABAA  
Comité costarricense de miembros de la UICN.



## OBJECTIONS RECEIVED FROM IUCN MEMBERS

### **Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales del Cantón de San José (Association for the Welfare and Protection of Animals of the Canton of San Jose), ABAANIMAL, Costa Rica (applying as NGO)**

#### **2 objections received from:**

- 1. NGO Namibia Nature Foundation, Namibia, on 28 May 2018;**
- 2. NGO Synchronicity Earth, United Kingdom on 26 May 2018.**

1) Dear Sir or Madam,

With respect to the Membership Applications I would, on behalf of The Namibia Nature Foundation, like to register objections to the following applications:

**Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales del Cantón de San José**, this organisation is an animal welfare organisation and whilst this is perfectly legitimate the campaign record and objectives of the organisation do not speak to article 7 of the IUCN statutes, it is not apparent to me that they do not share and support the objectives of the IUCN and in particular article 7 (c) as most of their environmental work appears to hinge around animal rights petitions and within that context largely related to domestic cases. I therefore object to their Membership.

Kind regards  
Angus

---

**Angus Middleton**  
**Executive Director, Namibia Nature Foundation**  
**P. O. Box 245 Windhoek, Namibia, 76 & 78 Frans Indongo Street, Windhoek, Namibia**  
**Tel: +264 (0)61 248345 Fax: +264 (0)61 248344, [www.nnf.org.na](http://www.nnf.org.na)**

2) Dear Membership Unit,

We couldn't find much evidence of ABAANIMAL doing conservation work in line with IUCN's mission. From their website they look very welfare and domestic focused. Presumably the Membership Unit and Constituency Committee will look into this.

SE has decided that we will make a formal objection to ABAANIMAL's application to join IUCN. We want the GCC to investigate whether or not ABAANIMAL meets the requirements for IUCN Membership, and specifically Article 7 of the Statutes.

Yours sincerely,

Simon N. Stuart PhD

#### **Director of Strategic Conservation**

Synchronicity Earth c/o Biocensus  
The Malthouse, 17-20 Sydney Buildings  
Bath, BA2 6BZ, UK  
Phone: +44 7833 492 634 , [www.synchronicityearth.org](http://www.synchronicityearth.org)

## REPLY FROM ABAANIMAL TO THE OBJECTIONS RECEIVED

Our association is clearly focused on animal rights, defending the rights of all animals. "Its objective is the protection and defence of the national fauna". The fact that its main focus is "on helpless, abandoned, ill, mistreated or abused domestic animals, which it pays particular attention to" does not exclude wild animals. On the contrary, since the latter are the ones most often subject to abuse in our country.

[https://www.facebook.com/pg/MarchaNoMaltratoAnimalCostaRica/photos/?tab=album&album\\_id=388961514648283](https://www.facebook.com/pg/MarchaNoMaltratoAnimalCostaRica/photos/?tab=album&album_id=388961514648283)



[March against Animal Cruelty in Costa Rica](#)

We support the enactment of the new Wildlife Law:

[https://www.facebook.com/profile.php?id=650247503&sk=photos&collection\\_token=650247503%3A2305272732%3A69&set=a.10150999552287504.400374.650247503&type=3](https://www.facebook.com/profile.php?id=650247503&sk=photos&collection_token=650247503%3A2305272732%3A69&set=a.10150999552287504.400374.650247503&type=3)

Moreover, for nine years we led actions to ensure the enactment of a law against animal cruelty in Costa Rica, participating in the drafting of the bill, promoting initiatives and carrying out campaigns to ensure it was approved. These included the collection of the signatures from 5% of the electoral register on two occasions, in order to present a popular initiative and then a citizen referendum initiative, as well as the organisation of nine mass marches against animal cruelty, which raised the population's awareness.

The project included wild animals, and we fought hard to ensure they continued to be protected by law:

[https://www.facebook.com/pg/AsociacionABAA/photos/?tab=album&album\\_id=1338843982815940](https://www.facebook.com/pg/AsociacionABAA/photos/?tab=album&album_id=1338843982815940)



[ABAA Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales \[ABAA Association for Animal Welfare and Protection\]](#)

[https://www.facebook.com/pg/AsociacionABAA/photos/?tab=album&album\\_id=1338843982815940](https://www.facebook.com/pg/AsociacionABAA/photos/?tab=album&album_id=1338843982815940)

[https://www.facebook.com/pg/MarchaNoMaltratoAnimalCostaRica/photos/?tab=album&album\\_id=637478546463244](https://www.facebook.com/pg/MarchaNoMaltratoAnimalCostaRica/photos/?tab=album&album_id=637478546463244)

<https://www.facebook.com/notes/marcha-contra-el-maltrato-animal-en-costa-rica/comunicado-de-prensa/631702710374161/>

WILDLIFE SPECIES IN COSTA RICA PROTECTED BY THE LAW ON VIDA SILVESTRE :

<https://www.facebook.com/notes/marcha-contra-el-maltrato-animal-en-costa-rica/especies-silvestres-protegidas-en-costa-rica-por-la-ley-de-vida-silvestre/641502709394161/>

However, we secured the support of several MPs and managed to put two bills on the current legislative agenda: 20551, which protects wild animals against cruelty and mistreatment, and 20552 to prevent illegal logging.



We took part in the filming of the Discovery Channel documentary, Toucan Nation:



<https://youtu.be/ydlumAwY5s4>

Documentary: Grecia Tucán de Costa Rica [The Toucan Grecia from Costa Rica]

Today, we continue to fight for the rights of wild animals and their habitats.

[https://www.facebook.com/pg/MarchaNoMaltratoAnimalCostaRica/photos/?tab=album&album\\_id=660929937451438](https://www.facebook.com/pg/MarchaNoMaltratoAnimalCostaRica/photos/?tab=album&album_id=660929937451438)

[https://www.facebook.com/pg/AsociacionABAA/photos/?tab=album&album\\_id=1861861333847533](https://www.facebook.com/pg/AsociacionABAA/photos/?tab=album&album_id=1861861333847533)

[https://www.facebook.com/pg/AsociacionABAA/photos/?tab=album&album\\_id=1873046852728981](https://www.facebook.com/pg/AsociacionABAA/photos/?tab=album&album_id=1873046852728981)

<https://www.facebook.com/notes/abaa-asociacion-para-el-bienestar-y-amparo-de-los-animales/un%C3%A1monos-para-pedir-la-firma-de-apoyo-a-los-ciudadanos-a-favor-del-reglamento-a-/1864932106873789/>

<https://www.facebook.com/notes/abaa-asociacion-para-el-bienestar-y-amparo-de-los-animales/sab%C3%ADn-ustedes-que-otra-vez-fundazoo-demand%C3%B3-al-estado-esta-vez-por-haberle-quit/1866004720099861/>

<https://www.facebook.com/notes/abaa-asociacion-para-el-bienestar-y-amparo-de-los-animales/c%C3%B3mo-puede-la-ciudadan%C3%ADa-coadyuvar-a-favor-del-reglamento-a-la-ley-de-vida-silve/1863651137001886/>

<https://www.facebook.com/notes/abaa-asociacion-para-el-bienestar-y-amparo-de-los-animales/ejercemos-coadyuvancia-pasiva-a-favor-del-reglamento-a-la-ley-de-vida-silvestre/1861894400510893/>

<https://www.facebook.com/notes/marcha-contra-el-maltrato-animal-en-costa-rica/aguatazo-vulgar-negocio-al-mejor-estilo-del-cementazo-/750200211857743/>

Including participating in the organisation and coordination of the first political citizen debate on the environment and wildlife

*We invite you to watch the debate with Costa Rica's presidential candidates for 2018 :*



<https://www.facebook.com/AsociacionABAA/videos/1746936028673398/>

<https://www.youtube.com/watch?v=wBBZ19eYdtk&feature=youtu.be>

and to guide voters in their analysis of the candidates' proposals.

[Reinforce the protection of protected areas and forests. To ensure the equitable and fair sharing of the resources that they collect for the enjoyment of protected areas and National Parks, which allow these resources to be invested in improvements and accessibility for these areas and the promotion of forest recovery and conservation programmes.](#)

We form part of the Frente por la Vida and the emerging Frente por las Áreas Silvestres Protegidas.



<https://youtu.be/-CAqAtBLAY>

Finally, we carry out training sessions on an ongoing basis on the use and application of the new legislation against animal cruelty and the new wildlife law, aimed at civil servants and communities:

[https://www.facebook.com/pg/AsociacionABAA/photos/?tab=album&album\\_id=1696730383693963](https://www.facebook.com/pg/AsociacionABAA/photos/?tab=album&album_id=1696730383693963)

Our organisation has been characterised by its tireless action to benefit all animals, persevering in meeting its objective over the years until it achieved positive results or at least raised awareness and influenced people at institutional and political levels.

We don't just talk, WE ACT.

If this does not comply with Article 7, and our curriculum is not sufficient to become a member of IUCN, we will accept your decision.

Yours faithfully,

Juan Carlos Peralta Viquez

President of ABAAnimal

Tel: 8849-0592 8383-7037

Website: [www.abaanimal.org](http://www.abaanimal.org), E-mail: [info@abaanimal.org](mailto:info@abaanimal.org); [aba\\_animal@hotmail.com](mailto:aba_animal@hotmail.com)

## OTHER CONCERNS RECEIVED FROM IUCN MEMBERS

*Received from the Game Rangers Association, South Africa (IN/1567)*

The Game Rangers Association of Africa is concerned that the applications from Costa Rica and Honduras<sup>1</sup> are animal welfare (with domestic pets as focus) and social focus projects that do not fit well with natural resource management and conservation mandates that should be the concern of IUCN members.

We will not file an objection but are curious as to why an organisation not directly involved with the management of the natural world will even be considered for membership. It is no secret that animal rights/welfare groups are often in conflict with wildlife management organisations, often resulting in negative impacts on projects, especially in Africa. Our Association is concerned with the shift in Eurocentric views and funding that is driving wildlife decisions within the IUCN Membership that may get not be appropriate for African communities.

Our Association has no issues with the other 9 applicants.

Please convey these thoughts to the GCC.

---

<sup>1</sup> The application from Honduras relates to Fundación Chito y Nena Kafie which is handled through a separate document.

*Application from the Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales del Cantón de San José, Costa Rica (Association for the Welfare and Protection of Animals of the Canton of San Jose)- ABAANIMAL*

*Due diligence process feedback from IUCN Councillor, Jenny Gruenberger, Grethel Aguilar, Director & Ana Isabel Estrada, Membership Focal Point, IUCN Regional Office for Mexico, Central America and the Caribbean and the Costa Rica National Committee of IUCN Members*

*(Clarification from the applicant, ABAANIMAL, is available on pages 48-49)*

---

**1) Are you aware of the existence of this organisation?**

- J. Gruenberger: No
- Costa Rica NC: Yes, we have been carrying out joint actions with this organisation for several years now.
- Regional Office: Yes, ORMACC is aware about the existence of ABAANIMAL in Costa Rica.

**2) What is your relation/interaction with applicant, including how long have you known the applicant and how familiar are you with the applicant's activities/objectives/policies?**

- J. Gruenberger: None
- Costa Rica NC: We have worked with this organisation intensely on several environmental protection and animal welfare projects. We are very familiar with this organisation's activities.
- Regional Office: We have been informed by the Chair of the National Committee of IUCN Members in Costa Rica about the interest of ABAANIMAL to apply for IUCN Membership.

ABAANIMAL has special emphasis on domestic animals, helpless, abandoned, treated or abused. The organization has also led advocacy activities in favour of approving laws for the welfare of animals in Costa Rica.

ABAANIMAL is a non-profit association dedicated to providing welfare and animal protection through activities of castration and vaccination of animals. In addition to that the organization has promoted the union of the different NGOs, groups and rescuers around their common objective, to consolidate a block of struggle in environment and animal life issues.

**3) Are you satisfied that the organisation complies with criteria listed in Article 7 of the Statutes?**

- **the organisation's activities to date embody the conservation of the integrity and diversity of nature;**
- **they aim to ensure the equitable and ecologically sustainable use of natural resources**
- **they aim to influence and encourage the meeting of IUCN objectives?**
- **Are they involved in any activities that conflict with the objectives of IUCN?**
- J. Gruenberger: It would appear that it does not, and that it is an animal welfare organisation, not an organisation devoted to conservation or sustainable development.
- Costa Rica NC: I am completely sure that this organisation complies with the criteria listed in Article 7 of IUCN's Statutes.
- Regional office: In addition to the management of animal welfare, ABAANIMAL has a different approach with regards to the management and conservation of wildlife. For example, according to the available information, ABAANIMAL has distinguished itself among other related aspects, for having organized the first citizen debate with candidates for the 2018 presidency of Costa Rica, on issues of environment and animal life, and is promoting the non-use of wild animals in public spectacles, in compliance with the Wildlife Law of Costa Rica and its

regulations. Based on the information available, its activities are developed in a particular area of action which does not conflict with the objectives of IUCN.

**4) Can you provide the details of a/some project(s) this organisation was involved in (and to what extent) to support any of the above? (conservation track record)**

- J. Gruenberger: The information provided does not give any details about these subjects.
- Costa Rica NC: ABAANIMAL has promoted the creation of Laws in the Republic of Costa Rica, for example the "Animal Welfare Law". It has also carried out successful animal welfare projects.
- Regional Office: Some examples of the projects and initiatives lead by ABAANIMAL are listed below:
  - The organization was one of the Members of the drafting committee of bills to penalize animal abuse presented to the Costa Rica National Congress 18298 files by legislative initiative and 18625 by popular initiative, which became a Republic Law No. 9458, in force since June 26, 2017. Promoter and coordinator of the negotiations for the approval of this law.
  - Advocacy actions in relation to other legislative bills such as Wildlife Conservation Law (File 20551) and the Forestry Law (File 20552) and a draft Law for the Ethical Control of Urban Fauna (File 19837) through municipal health clinics.
  - The organization was consulted by the Permanent Special Commission for the Environment of the Costa Rica National Congress on bills related to animal welfare.
  - Promoter of the union of the different NGOs, groups and rescuers around their common objective, to consolidate their struggle in environment and animal life issues.

**5) How can the applicant contribute in advancing IUCN's Mission?**

- J. Gruenberger: Not very much, because it appears to be an animal welfare organisation and not one devoted to conservation or sustainable development.
- Costa Rica NC: Thanks to its objectives and its background, there is no doubt that it will contribute greatly to advancing IUCN's mission.
- Regional Office: According to the information obtained, ABAANIMAL is a non-profit association dedicated to providing welfare and animal protection through activities of castration and vaccination of animals in Costa Rica. Its object is the protection and defence of the national (Costa Rica) Fauna, with special emphasis on domestic animals, helpless, abandoned, treated or abused.

According to the information obtained the organization emphasis is the welfare of domestic animals, nevertheless this organization has an active role in advocacy and lobbying related activities in favour of animal protection that could include wildlife.

**Letter with clarification from ABAANIMAL is available on next pages.**



**Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales (A.B.A.A.) [Association for Animal Welfare and Protection A.B.A.A.]**



Corporate Identification No.: 3-002-248601 Bank Account No.: 100-01-149-004158-0 BNCR Customer Account: 15114920010041585 P.O. Box: 4623-1000, San José E-mail: [ABA\\_Animal@Hotmail.com](mailto:ABA_Animal@Hotmail.com)  
[info@abaanimal.org](mailto:info@abaanimal.org)

San Jose. 28 May 2018

Dear Ana Isabel,

This is our organisation's position.

[IUCN's Sustainable Use Policy](#)

[Does your organisation have a position regarding the sustainable use axiom?](#)

The concept of sustainability in our organisation goes hand in hand with a relationship based on harmony and respect, avoiding any negative impact on the environment, in accordance with the biocentric approach.

For example, the use of water is a basic right for all species, but without this having a negative impact on other species. No species should adopt the view that they are superior to others and have the right to use water. We must draw upon all resources to guarantee their proper use, always taking into account the fact that they are not infinite and that we must make use of them whilst ensuring that future generations will be able to benefit from these resources too.

In the case of our organisation, we promote a healthy coexistence between humans, domestic and domesticated animals, taking into account the fact that it is our obligation to meet the conditions for allowing life to develop in accordance with the requirements of each individual species, since, by turning animals into pets, we change many of their basic needs. We promote legislation to guarantee the right to a harmonious life with human beings.

Is your organisation committed to a respectful relationship and to working collectively with other Members of IUCN?

Yes, we are committed.

Yours sincerely,



JUAN CARLOS PERALTA VICE- PRESIDENT OF A.B.A.A. ASOCIACION PARA EL BIENESTAR Y AMPARO ANIMAL [ASSOCIATION FOR ANIMAL WELFARE AND PROTECTION, A.B.A.A.]

[WWW.ABAANIMAL.ORG](http://WWW.ABAANIMAL.ORG)

19th ANNIVERSARY

**Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales (A.B.A.A.) [Association for Animal Welfare and Protection, A.B.A.A.]**

Corporate Identification No.: 3-002-248601 Bank Account No.: 100-01-149-004158-0 BNCR Customer Account: 15114920010041585 P.O. Box: 4623-1000, San José E-mail: [ABA\\_Animal@Hotmail.com](mailto:ABA_Animal@Hotmail.com)  
[info@abaanimal.org](mailto:info@abaanimal.org)

TEL. (506) 8849-0592 8383-7037

P.O. Box No. 4623-1000

WEBSITE [WWW.ABAANIMAL.ORG](http://WWW.ABAANIMAL.ORG)

E-MAIL [INFO@ABAANIMAL.ORG](mailto:INFO@ABAANIMAL.ORG)

FB <http://www.facebook.com/pages/ABAA-Asociacion-para-el-Bienestar-y-Amparo-de-los-Animales/166836930016657?ref=sgm>

[WWW.ABAANIMAL.ORG](http://WWW.ABAANIMAL.ORG)

---

19th ANNIVERSARY

## Summary of documents – Fundación Chito y Nena Kafie, Honduras

*Click on document name for quick access.*

<b>Documents</b>	<b>Page No.</b>
1) Application form	2
2) Assessment form used by the Secretariat to review membership applications	5
3) Statutory documents	7
4) Endorsement letters	11
5) Report from due diligence process (including concerns received)	14



# Applicant's Mission, Objectives and Activities

(for all categories)

**As per the Statutes**, "the applicant has as one of its central purposes the achievement of IUCN's objectives and a substantial record of activity in the conservation of nature and natural resources.

The objectives and track record of the applicant<sup>1</sup> embody to a substantial extent :

- (i) the conservation of the integrity and diversity of nature; and, either or both:
- (ii) the aim to ensure that any use of natural resources is equitable and ecologically sustainable;
- (iii) dedication to influencing, encouraging and assisting societies to meet the objectives of IUCN"

[Statutes, Article 7 (b) and (c)]

**IMPORTANT:** This section will be used to notify IUCN Members of your application and in the documentation submitted to IUCN Council without editing. Please stick to the maximum number of words indicated for each field otherwise part of your text will be cut.

**Name of organisation**                      Fundación Chito y Nena Kafie [Chito and Nena Kafie Foundation]

---

**Country:**                                      Honduras

---

**Description of your organisation/institution:**

*Maximum 100 words*

In order to help the people most in need, in 2006 we created the Chito and Nena Kafie Social Fund, which has now been established as a Foundation. The Chito and Nena Kafie Foundation was created in memory of our beloved parents. The Foundation focuses on three main areas: Health, Education and Community, since they represent the main pillars of development. Our commitment is to continue carrying out these projects, which benefit a large percentage of the population, because we believe in Honduras and know that investing in its people will allow us to generate progress.

**Mission/Vision of your organisation/institution:**

*Maximum 100 words*

Mission: We are a Foundation committed to the promotion of a more just and sustainable society. We focus on community development projects in the areas of health and education as well as the recovery of Christian values.  
Vision: To be an active, innovative Foundation, which responds with pro-activity to the challenges it faces, and develops cutting-edge projects that help the people who are most in need. It stands out above all because of the dedication, capacity and altruism of its members, who are committed to social and moral values, and to the development of the community and the country.

---

<sup>1</sup> These can take many forms, including field action, community involvement, research in the natural and social sciences, policy development, advocacy, legal activities, education and public awareness, and fundraising where these are for purposes in line with the mission of IUCN. While determining the relative importance of an activity is necessarily to some extent subjective, it is here considered that "substantial" can be assessed in terms of the applicant's programme and projects, resource allocations, organisational structures and outputs.

**Summary of your organisation's/institution's objectives as they appear in your Statutes / Bylaws / Articles of Association / other statutory document:**

*Maximum 300 words*

To manage and channel resources aimed at addressing needs through programmes and projects that promote the improvement of the quality of life of the stakeholders in favour of community, regional, and consequently national, development.

To carry out social projects focusing on our 3 fundamental pillars: Education, Health and Community, contributing to Honduras' society.

To contribute to the educational sector through the awarding of "PROGRESA" grants to 187 children of collaborators, the presentation of rucksacks and school kits to children from poor families in the communities where we work and the development of the educational programme for students at the Taular Technological Institute.

To contribute to the health sector with the presentation of 800 "baby boxes" to mothers in need at the Hospital Escuela and the Hospital San Felipe, in order to provide newborn babies and their mothers with the necessary supplies.

To contribute to wellness by carrying out 3 high-risk prevention campaigns (breast cancer, prostate cancer and the Zika virus).

The supply of drinking water to 5 poor communities through the "Water for my community" project.

To build a children's canteen in Ciudad Guzmán in order to provide the school in this community with an infrastructure. At a later date, an agreement will be signed with the World Food Programme (WFP) to provide school meals for 100 malnourished children.

To contribute to environmental conservation by carrying out projects such as: Artificial Reefs, the Release of the Pacific Ridley turtle, Let's Plant, and Houses made out of Environmentally Friendly Blocks.

To promote religious values in society by building Catholic churches in the centre of the country.

**Achievements:** Describe your organisation's/institution's main achievements from the last three years and indicate any IUCN projects in which your organisation has been involved (i.e. successful projects which have already been implemented, etc).:

*Maximum 500 words*

- **Artificial reef project** Since 2016, we have been pioneers in this ambitious project that consists of the creation and the launching of **60 domes (6 artificial reefs)** in the Gulf of Fonseca, in order to help conserve marine species in the area, also to help eliminate rapid depredation, increase the fish and shellfish populations by causing the sector's economic potential to grow. The beneficiary communities were: Playa Grande, Playa del Pescozon, Playa La Menjuga, Bahía de Chismuyo and Playa el Caracol.

- **Pacific Ridley Turtle Release Project** For nine consecutive years, the Foundation has supported the conservation of the Pacific Ridley turtle in the south of Honduras, helping to save this Vulnerable marine species by releasing over **400,000 hatchlings** during this period in the south of the country.

-**"Vamos a plantar" ["Let's plant"]** ~~Project~~ "Vamos a Plantar" was created as part of the "*Honduras siembra vida*" [*"Honduras plants life"*] initiative project promoted by the Government of Honduras. In this project, the Foundation managed to plant 500,000 trees: 400,000 trees in the Misoco Biological Reserve in Guaimaca and the El Chile Reserve in the departments of El Paraiso and Olancho, and 100,000 in areas affected by weevils in the Distrito Central. This project aimed to offset the carbon footprint, helping reforest the forest areas most affected.

- **The signing of an agreement with SAG y MIAMBIENTE for the launching of artificial reefs in the Gulf of Fonseca.** On 22 June 2017, we signed an important agreement with SAG and MIAMBIENTE thereby joining forces in the artificial reef project in the Gulf of Fonseca. Within the framework of this agreement, the Chito and Nena Kafie Foundation undertook to build the four reefs that were launched in the Pacific Ocean in the Gulf of Fonseca, and MiAmbiente contributed with the coordination of the municipalities and authorities that benefited from this project.

-**The signing of an agreement with ICF and the City Hall for planting trees.** In April 2017, an agreement was signed with the Forest Conservation Institute [Instituto de Conservación Forestal, ICF] and the City Hall, thereby joining forces to help plant 200,000 trees to reforest 13 hectares affected in 5 municipalities of the capital, as well as protected areas and some micro-basins supplying water to these municipalities.

- **The signature of an agreement with MiAmbiente and CVCGOLF for the release of the Pacific Riley turtle.** In August 2017, an agreement was signed with MiAmbiente and CVCGOLF, thereby joining forces to conserve and increase the population of the Pacific Riley turtle in the Gulf of Fonseca.

**-Earth Blocks Project**

In 2017, we started working on the project involving the building of houses with environmentally friendly blocks, in which 96% of the bricks are made up of, thereby reducing the environmental impact. In 2018, we shall complete/open/inaugurate\*\*\* 5 houses built using this concept in the south of Honduras.



Map the activities of your organisation against the IUCN Programme 2017-2020<sup>2</sup> results that IUCN Programme Areas aim to have a positive impact on:



**1: Valuing and conserving nature**

*The activities of your organisation ensure that the conservation status of biodiversity is enhanced.*



**2: Promoting and supporting effective and equitable governance of natural resources**

*The activities of your organisation ensure that IUCN's work on people-nature relations, rights and responsibilities and the political economy of nature is consolidated.*



**3: Deploying nature-based solutions to address societal challenges**

*The activities of your organisation address the global challenges (climate change, food, development) through the use of nature-based solutions*

**Reason for joining IUCN**



To share knowledge



To network/establish partnerships



To influence the environmental policy



Other:

Maximum 50 words

---

<sup>2</sup> The IUCN Programme 2017-2020 identifies three Programme Areas (Valuing and Conserving Nature, Promoting and supporting effective and equitable governance of nature's use, Deploying nature-based solutions to address societal challenges in climate, food, development) and a related set of thematic results. These Areas target critical issues that need to be addressed to tackle the conservation challenges of today and tomorrow, and to reflect the lessons we have learned in the implementation of previous programmes of work. To read more about the IUCN Programme, please consult our website: <https://www.iucn.org/secretariat/about/programme-work-and-reporting/programme>

# Assessment form for membership applications

GA: Government agency

NG: National non-governmental organisation

IN: International non-governmental organisation

IP: Indigenous peoples' organisations

AF: Affiliates

<b>Applicant category and ID number:</b>	<b>National non-governmental organisation/NG_ 25760</b>
<b>Organisation name (original):</b>	<b>Fundación Chito y Nena Kafie</b>
<b>Organisation name (in English<sup>1</sup>):</b>	<b>Chito and Nena Kafie Foundation</b>
<b>Country and Statutory Region:</b>	<b>Honduras /Meso and South America</b>
<b>To be presented for admission on/in: (by MU)</b>	<b>July 2018</b>

Ref	Requirement / admission criteria	What needs to be checked by category						Does it comply?
		GA	IN	NG	Univ. <sup>2</sup>	IP	AF <sup>3</sup>	Yes –no - n/a
Art. 5b	Forms part of the State Machinery	x					x (for GA only)	n/a
Art. 5d/e	Incorporated within a State <i>[document of incorporation (not compulsory to send) OR applicant's statutes]</i>		x	x	x		x (for IN/NG/Univ. only)	Yes
Art. 5f	Shall be institutions and associations established by indigenous peoples for the advancement of indigenous communities <i>[applicant's statutes/incorporation doc.]</i>					x	x (for IP only)	n/a
Art. 7a	Shares and supports IUCN objectives <i>[applicant's statutes]</i>	x	x	x	x	x	x	Yes
Art. 7b	Has one of its central purposes to achieve IUCN's objectives (described in Art. 2) <i>[applicant's statutes]</i>	x	x	x	x	x	x	
Art. 7b	Has substantial record in conservation of nature <i>[Application Form &gt; Achievements]</i>	x	x	x	x	x	x	Yes
Art. 7c	Objectives and track record embody: i) <i>conservation of the integrity and diversity of nature; and, either or both<sup>4</sup>:</i> ii) <i>aim to ensure that any use of natural resources is equitable and ecologically sustainable</i> iii) <i>dedication to influencing, encouraging and assisting societies to meet the objectives of IUCN</i>	x	x	x	x	x	x	Yes
Art. 7d	Does not pursue activities that conflict with IUCN's objectives/activities <i>[applicant's statutes]</i>	x	x	x	x	x	x	Yes
Reg. 5a(i) Reg. 5b(i) Reg. 5bis(i) Reg. 6a	Is Not-for-profit <i>[applicant's statutes]</i>		x	x	x	x	x (for IN/NG/Univ. only)	Yes
Reg. 5a(ii) Reg. 5b(ii) Reg. 5bis(ii) Reg. 6b	Has been in existence for at least 3 years <i>[document of incorporation (not compulsory to send) OR applicant's statutes]</i>		x	x	x	x	x (for IN/NG/Univ. only)	Yes
Reg. 5a(iii) Reg. 6f	Has a board that is autonomous and independent <sup>5</sup> <i>[applicant's statutes]</i>		x	x			x (for IN/NG only)	Yes
Reg. 5b (iv) Reg. 5bis(iii)	Is autonomous in administration and governance <i>[applicant's statutes]</i>				x	x	x (for Univ. only)	n/a
Reg. 5a (iv) Reg. 6e	Has a transparent, accountable and representative governance structure <sup>6</sup> <i>[applicant's statutes]</i>		x	x			x (for IN/NG only)	Yes
Reg. 5b (iii)	Is an academic or professional entity of high standing				x		x (for Univ. only)	n/a

<sup>1</sup> This should be the official existing translation or an agreed translation as provided by a reliable translator. MFPs should check that the translation is accurate. UDG can assist with the translation of the name if necessary.

<sup>2</sup> Universities are part of the NG category, but have to fulfil slightly different criteria.

<sup>3</sup> GA/IN/NG/IP wishing to apply as AF are still required to fulfil the basic requirements of GA/IN/NG/IP respectively. Indications are provided in the AF column accordingly. For example for a GA applying as AF, it is essential that this GA complies with Article 5(b) of the Statutes, being one of the criteria for admission of a GA. Whereas, an NG/IN would have to comply with Article 5 (d/e) of the Statutes but not 5 (b).

<sup>4</sup> Has to meet criterion (i) and at least one of the criteria (ii) or (iii).

<sup>5</sup> Is deemed to mean a board whose decision-making processes adhere to the provisions contained in the statutes/articles, regulations/bylaws and other constitutive institutional instruments, and are not controlled or unduly influenced through financial or other pressures exerted by government agencies or public or private entities.

<sup>6</sup> Is deemed to mean that the statutes/articles, regulations/bylaws and other constitutive institutional instruments provide for a governance structure that affords the members of the organisation fair and adequate participation in the business and governance of the organisation, that require the organisation to be transparent and accountable in its activities, finances and policies, and that such provisions are adhered to in the day-to-day business of the organisation.

Ref	Requirement / admission criteria	What needs to be checked by category						Does it comply?
		GA	IN	NG	Univ. <sup>7</sup>	IP	AF <sup>8</sup>	Yes –no - n/a
Reg. 5bis(iv)	Has, as its primary constituency, indigenous peoples <i>[applicant's statutes]</i> .					x		n/a
Reg. 6c	Has a substantial record of activity in two or more States and out posted or country offices <sup>9</sup> <i>[Application Form &gt; Mission, Objectives and Activities]</i>		x				x (for IN only)	n/a
Reg. 6d	Board is open to nationals from at least two States <sup>10</sup> <i>[applicant's statutes]</i>		x				x (for IN only)	n/a

Ref	Requirement / admission criteria	What documents need to be provided by category and what needs to be done by IUCN					Does it comply?
		GA	IN	NG (incl. Univ)	IP	AF	Yes –no - n/a
Reg. 4	Authorization to adhere to IUCN Statutes, is signed by Head of the Organisation <i>[Application Form, page 14-15, signature page]</i>	x				x (for GA only)	n/a
Reg. 7, 9	Application form and authorization, endorsing IUCN's objectives, is signed by Head of the Organisation <i>[Application Form, page 14-15, signature page]</i>	x	x	x	x	x	Yes
Reg. 8	Letters of endorsement (min. 2) from IUCN Members in good standing <sup>11</sup> or from IUCN National/Regional Committees or from IUCN Councillors or Honorary Members <i>(providing that there are no conflict of interest for the last two groups<sup>12</sup>)</i> : <b>1) HONDURAS: MOPAWI - IP_24707</b> <b>2) HONDURAS: MIAMBIENTE - GA_25551</b> (if letters come from IUCN Members, indicate Member ID, name of org, country)		x	x	x	x (for NG/IN/IP only)	Yes
	Statutes/Bylaws/Constitution document(s) received		x	x	x	x (for NG/IN/IP only)	Yes
	Financial report validating operational expenditures of USD <sup>13</sup> 111,300 received		x	x	x		Yes
Reg. 10	Deposit of CHF <sup>14</sup> : <b>CHF 687</b> processed by <b>through Regional office</b> <i>(by MFP)</i> Received at HQ on: <b>7/11/2017</b> <i>(by MU)</i>	x	x	x	x	x	Yes
<i>MU process</i>	Assessment form completed <i>(by MFP)</i>	x	x	x	x	x	Yes
<i>MU process</i>	Relevant IUCN Programme/country office staff do not have any particular issues with the applicant <i>(by MFP)</i>	x	x	x	x	x	Yes
<i>MU process</i>	Organisation, application form and documents entered in CRM <i>(by MFP)</i> <b>[!! CHECK: original and English name, website, text length for description, mission, objectives and achievements]</b>	x	x	x	x	x	Yes

MFP/UDG comments

Completed on: 3 May 2018

by: Ana Isabel ESTRADA

<sup>7</sup> Universities are part of the NG category, but have to fulfil slightly different criteria.

<sup>8</sup> GA/IN/NG/IP wishing to apply as AF are still required to fulfil the basic requirements of GA/IN/NG/IP respectively. Indications are provided in the AF column accordingly. For example for a GA applying as AF, it is essential that this GA complies with Article 5(b) of the Statutes, being one of the criteria for admission of a GA. Whereas, an NG/IN would have to comply with Article 5 (d/e) of the Statutes but not 5 (b).

<sup>9</sup> "Outposted or country offices" means that the organisation must have a registered office (legal seat) in at least two countries. Outposted staff based in partner organisations in other countries cannot be considered as "outposted or country offices".

<sup>10</sup> The Organisation's Statutes should state that their Board is open to nationals from other countries (if not, written confirmation is required). NB: If the current Board is composed of nationals from only one country, it does not necessarily imply that it is closed to other nationalities: check!!

<sup>11</sup> "In good standing" means that the Member has paid all of its outstanding membership dues up to and including the year preceding the date when Council considers the application. It is the responsibility of the applicant to find endorsers.

<sup>12</sup> When letters of endorsement are submitted by IUCN Councillors or Honorary Members, any formal or informal relationships with the applicant must be detailed and disclosed at the time of endorsement. Letters of endorsement shall indicate that the seconder knows well the applicant organisation and its activities and therefore can confirm to IUCN that the applicant meets all the requirements prescribed in the IUCN Statutes and Regulations to be accepted as an IUCN Member.

<sup>13</sup> Operational expenditure is considered as annual and recurring expenses (staff salaries, building rental, administration costs, etc).

<sup>14</sup> Deposit equals the first year of Membership dues. Once the applicant is admitted, the deposit will be re-calculated pro-rata based on the Member admission date, and the difference carried forward. If not admitted, the deposit will be refunded.

## Secretaría de Gobernación y Justicia

### CERTIFICACIÓN

El infrascrito, Secretario General de la Secretaría de Estado en los Despachos de Gobernación y Justicia, **CERTIFICA** la Resolución que literalmente dice: "**RESOLUCIÓN No. 641-2010. SECRETARÍA DE ESTADO EN LOS DESPACHOS DE GOBERNACIÓN Y JUSTICIA**", Tegucigalpa, municipio del Distrito Central, veintidós de julio de dos mil diez.

**VISTA:** Para resolver la solicitud presentada al Poder Ejecutivo, por medio de la Secretaría de Estado en los Despachos de Gobernación y Justicia, con fecha diecinueve de febrero de dos mil diez, misma que corre a Expediente no. PJ-19022010-338, por el Abogado **CARLOS REYNEL KIEFFER MEDAL**, en su carácter de Apoderado Legal de la "**FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE**", con domicilio en el edificio comercial Los Próceres, No. 3917, final avenida Los Próceres, en la ciudad de Tegucigalpa, municipio del Distrito Central, departamento de Francisco Morazán; contraída a pedir el otorgamiento de la Personalidad Jurídica y aprobación de sus estatutos.

**RESULTA:** Que el peticionario acompañó a su solicitud los documentos correspondientes.

**RESULTA:** Que a la solicitud se le dio el trámite de ley habiéndose mandado ir a la Unidad de Servicios Legales de esta Secretaría de Estado quien emitió dictamen favorable No. U.S.L. 1401-2010 de fecha 9 de junio de 2010.

**CONSIDERANDO:** Que la "**FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE**", se crea como asociación civil, cuyas disposiciones estatutarias no contrarían las leyes del país, el orden público, la moral y las buenas costumbres por lo que es procedente acceder a lo solicitado.

**CONSIDERANDO:** Que el Presidente de la República emitió el Decreto Ejecutivo No. 002-2002 de fecha veintiocho de enero del año dos mil dos, por el que delega al Secretario de Estado en los Despachos de Gobernación y Justicia; competencia específica para la emisión de este acto administrativo de conformidad con los Artículos 11, 16, 116, 117, 119 y 122 de la Ley General de la Administración Pública, Artículos 4 y 5 de la Ley de Procedimiento Administrativo.

**CONSIDERANDO:** Que el Señor Secretario de Estado en los Despachos de Gobernación y Justicia, mediante Acuerdo Ministerial No. 84-2010 de fecha 10 de febrero de 2010, delegó en el ciudadano, **JOSÉ FRANCISCO ZELAYA**, Subsecretario de Estado en el Despacho de Gobernación y Territorio, la facultad de firmar Resoluciones de Extranjería, trámites varios, Personalidad Jurídica y de Naturalización.

**POR TANTO:** EL SECRETARIO DE ESTADO EN LOS DESPACHOS DE GOBERNACIÓN Y JUSTICIA, en uso de la atribución constitucional establecida en el Artículo 245 numeral 40 de la Constitución de la República, y en aplicación de los Artículos 29 reformado mediante decreto 06-98, 116 y 120 de la Ley General de la Administración Pública, 44 número 6 del Decreto

PCM-008-97 contenido del Reglamento de Organización, Funcionamiento y Competencias del Poder Ejecutivo, 120 de la Ley General de la Administración Pública y 83 de la Ley de Procedimientos Administrativos.

### RESUELVE:

**PRIMERO:** Conceder Personalidad Jurídica a la "**FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE**" con domicilio en el edificio comercial Los Próceres, No. 3917, final avenida Los Próceres, en la ciudad de Tegucigalpa, municipio del Distrito Central, departamento de Francisco Morazán, y aprobar sus estatutos en la forma siguiente:

### ESTATUTOS FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE

#### CAPÍTULO I DE LA CONSTITUCIÓN, DENOMINACIÓN SOCIAL, DURACIÓN Y DOMICILIO

**ARTÍCULO 1.-** Créase la organización civil denominada "**FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE**", con personería jurídica y patrimonio propio, apolítico, de duración indefinida, enfocando la realización de su trabajo en el marco de los presentes Estatutos y sus Reglamentos, Leyes de la República de Honduras y disposiciones que emanen de la autoridad competente.

**ARTÍCULO 2.** La duración de la Asociación será por tiempo indefinido, para lo cual se seguirá por el procedimiento que la ley determina.

**ARTÍCULO 3.** El domicilio legal de la "**FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE**", edificio comercial Los Próceres No. 3917, final avenida Los Próceres, Tegucigalpa, Honduras, Centroamérica, pudiendo realizar todo tipo de actividades de acuerdo con sus objetivos y con la facultad de establecer oficinas y sedes regionales en cualquier lugar del territorio nacional, para el cumplimiento de sus cometidos.

#### CAPÍTULO II DE LA FINALIDAD, OBJETIVOS Y ACTIVIDADES

**ARTÍCULO 4:** La finalidad de la "**FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE**", será brindar atención médica ambulatoria gratis en zonas marginales en cualquier región del país, para lo cual deberá gestionarse las autorizaciones correspondientes por parte de la Secretaría de Salud y trabajar coordinadamente con dicha entidad.

**ARTÍCULO 5.** Tendrá como objetivos: a) Contar con profesionales en medicina interna que brinden servicios médicos generales sin costo alguno. b) Derivaciones a centros médicos permanentes y de confianza. c) Realizar campañas de información en salud preventiva. d) Construcción de salones de usos múltiples en comunidades. e) Apoyo económico y alimenticio a personas de escasos recursos. f) Gestionar y canalizar recursos destinados a atender necesidades a través de programas y proyectos que propicien el mejoramiento de la calidad de vida de los actores en pro del desarrollo comunal, regional y por ende de la nación. g) Representar a organizaciones gremiales y comunes sin fines de lucro, para canalizar programas y/o proyectos que soliciten o elaboren, ante organismos Nacionales e Internacionales de desarrollo, y todo lo relacionado con los objetivos de la organización y toda actividad lícita permitida por las leyes del país.

**ARTÍCULO 6.** Para el logro de los objetivos propuestos la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE", podrá realizar actividades tales como: a) Gestionar y canalizar recursos financieros de personas naturales y jurídicas, nacionales y extranjeras. b) Promover y financiar proyectos de desarrollo comunitario. c) Contratar el personal necesario para la ejecución de programas y proyectos de desarrollo comunitario y social. d) Capacitar en forma gratuita y sistemáticamente a través del diseño y ejecución de proyectos de desarrollo integral en coordinación con las Instituciones establecidas para tal fin. e) Luchar por el mejoramiento constante de las comunidades de sus condiciones socioeconómicas y culturales.

### CAPÍTULO III DE LOS MIEMBROS

**ARTÍCULO 7.** De los Miembros. Está formada por los miembros que están suscritos en el Acta de Constitución, miembros fundadores activos, honorarios según el caso, asimismo los que posteriormente se incorporen a ella, en ambos casos deberán ser personas de buenos testimonios comprometidos en la labor social y municipal asimismo podrán ser miembros de la organización las personas o instituciones que inspirados en el servicio de los demás, en el principio de la solidaridad, convivencia humana promuevan el mejoramiento individual y colectivo aquellas que con sus aportaciones contribuyan al mejoramiento socioeconómico de los grupos, comunidades y municipalidades o que contribuyan a solventar situaciones de emergencia individual o colectiva.

**ARTÍCULO 8.** Para obtener la calidad de miembro la persona o institución interesada deberá presentar solicitud por escrito de acuerdo a los requisitos establecidos por la organización.

**ARTÍCULO 9.** Son derechos y obligaciones de los miembros fundadores y miembros activos. a) Tener derecho a elegir y ser electo. b) Ser convocado a Asamblea General Ordinaria y Extraordinaria. c) Solicitar informes en Asamblea General Ordinaria y Extraordinaria. d) Participar con voz y voto en las Asambleas Generales. e) Participar en las actividades de la Fundación. f) Cumplir y velar por el cumplimiento de los presentes estatutos, acuerdos y las resoluciones que sean emitidas por la Asamblea y Junta Directiva. g) Asistir puntualmente a las sesiones Ordinarias y Extraordinarias a las cuales sean convocados. h) Poner en práctica los principios estipulados por los estatutos, reglamentos y demás leyes, para alcanzar una mayor madurez y por ende el logro de los objetivos en que se sustenta la Asociación nacional para la Promoción Humana.

### CAPÍTULO IV DE LA ESTRUCTURA ORGANIZATIVA DE LOS ORGANOS

**ARTÍCULO 10.** Estará dirigida y administrada por los órganos siguientes: a) Asamblea General, b) Junta Directiva, c) Director, d) Administrador.

#### SECCION PRIMERA

**ARTÍCULO 11.** Asamblea General: Es la máxima autoridad de la Asociación, podrá ser Ordinaria y Extraordinaria. Asamblea General Ordinaria: se reunirá una vez al año y la Asamblea General Extraordinaria cuantas veces sea necesario. El quórum de asistencia

requerido para llevar a cabo la Asamblea General Ordinaria será la mitad más uno de los miembros inscritos como tales y sus Resoluciones serán aprobadas con el voto favorable de la mitad más uno de los miembros asistentes. El quórum de asistencia requerido para llevar a cabo la Asamblea General Extraordinaria serán las 2/3 partes del total de los miembros inscritos como tales y sus resoluciones serán aprobadas por el voto favorable de las 2/3 partes de los miembros asistentes.

**ARTÍCULO 12. ATRIBUCIONES DE LA ASAMBLEA GENERAL ORDINARIA.** a) Elección de la Junta Directiva. b) Aprobar los informes presentados por la Junta Directiva y de cada una de los miembros de la Junta Directiva. c) Definir la política de la fundación.

**ARTÍCULO 13. ATRIBUCIONES DE LA ASAMBLEA GENERAL EXTRAORDINARIA.** a) Aprobar la reforma, enmiendas o modificaciones de los presentes Estatutos. b) Acordar la disolución y liquidación de la fundación. c) Cualquier situación que requiera ser resuelta con urgencia.

#### SECCION SEGUNDA DE LA JUNTA DIRECTIVA

**ARTÍCULO 14.** La Junta Directiva estará conformada por: a) Presidente, b) Vicepresidente, c) Secretario, d) Tesorero, e) Fiscal, f) Vocal I, g) Vocal II.

**ARTÍCULO 15.** La Junta Directiva es el órgano ejecutivo de la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE" y tomará decisiones aprobadas por la Asamblea General.

**ARTÍCULO 16.** La Junta Directiva durará en funciones por un período de dos años, pudiendo ser reelectos por un año periodo más pudiendo ser removidos de sus cargos por los siguientes motivos: a) Actuar en desacuerdo con los principios de La "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE", b) Indisciplina e irrespeto a la autoridad, a los presentes Estatutos y reglamentos. c) Incumplimiento de las obligaciones asignadas a su cargo.

**ARTÍCULO 17.** La Junta Directiva sesionará Ordinariamente una vez al mes y Extraordinario siempre que sea necesario, debiendo asistir por lo menos la mitad más uno de los miembros para que exista quórum, siendo tomadas las decisiones por mayoría simple.

**ARTÍCULO 18.** Son atribuciones de la Junta Directiva: a) Conocer y Legalizar las políticas y reglamentos de la Fundación. b) Elaborar junto al Director el Plan Operativo Anual. c) Elaborar junto al Director el Presupuesto Anual. d) Emitir el Reglamento Interno que regulará La "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE". e) Conocer y resolver las solicitudes de ingreso que se presenten. f) Hacer y legalizar la celebración de convenios. g) cumplir y velar por el cumplimiento de los presentes Estatutos y Reglamentos. h) Reconocer el nombramiento del Administrador previa aprobación de la asamblea. i) Coordinar acciones con organismos e instituciones públicas y privadas, nacionales e internacionales, que persigan fines similares. j) Definir áreas prioritarias de trabajo. k) Convocar a sesiones. l) Conocer el proceso para gestionar la obtención de financiamiento para el desarrollo y ejecución de los proyectos. m) Conocer y nombrar la apertura de oficinas en los diferentes lugares del país previa participación de la Asamblea General. n) Autorizar las aperturas y cierres de cuentas bancarias previa autorización de la Asamblea General. o) Conocer el nombramiento de un auditor cuando sea necesaria una Auditoría.



**ATRIBUCIONES DE LOS MIEMBROS DE LA JUNTA DIRECTIVA**

**ARTÍCULO 19.** Son atribuciones del Presidente de la Junta Directiva: a) Representar legalmente a la Fundación. b) Presidir las sesiones. c) Velar por el cumplimiento de los fines, objetivos, programas y proyectos que realice la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE". d) Firmar con el tesorero todos los documentos relativos al ejercicio económico, correspondencia, publicaciones, comunicados y otros inherentes a su cargo. e) En caso de empate del voto de calidad. f) Firmar actas, acuerdos y resoluciones junto con el secretario. g) Firmar de manera conjunta con el tesorero las cuentas bancarias existentes, y toda erogación.

**ARTÍCULO 20.** Atribuciones del Vicepresidente: a) Colaborar con el Presidente en el desempeño de sus funciones. b) Sustituir al Presidente en ausencia de éste, con las mismas facultades presentadas legalmente. c) Otras que sean asignadas.

**ARTÍCULO 21.** Atribuciones del Secretario: a) Librar convocatoria para sesiones Ordinarias y Extranordinarias de la Asamblea y Junta Directiva. b) Redactar actas de sesiones celebradas por la Junta Directiva. Librar y recibir correspondencia. d) Firmar documentos y demás atribuciones inherentes a su cargo. e) Elaborar la agenda de las sesiones en firma conjunta con el presidente. f) Llevar al día el libro de actas y registro de los miembros, controlando la asistencia a sesiones de los mismos. g) Refrendar con su firma la del presidente en los documentos correspondientes.

**ARTÍCULO 22.** Atribuciones del Tesorero: a) Controlar los ingresos y egresos de la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE". b) Firmar con el presidente los recibos y demás documentos del movimiento económico. c) Presentar informes financieros a la Asamblea General y Junta Directiva mensualmente, anualmente o cuando le sean requeridos. d) Llevar libros de inventario y de contabilidad debidamente Organizados. e) Conservar en su poder toda la documentación que sirva de soporte a la contabilidad. f) Firmar de manera conjunta con el presidente las cuentas bancarias existentes.

**ARTÍCULO 23.** Atribuciones del Fiscal: a) Vigilar porque los fondos activos y pasivos de la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE", se manejen correctamente. b) Velar porque se apliquen y se cumplan correctamente los presentes Estatutos, las Resoluciones, Acuerdos y el Reglamento Interno. c) Velar porque cada miembro cumpla con las obligaciones señaladas en los presentes Estatutos. d) Supervisar proyectos y hacer observaciones por escrito de la Junta Directiva. e) Certificar los estados financieros.

**ARTÍCULO 24.** Las atribuciones de los vocales serán: a) Cubrir las ausencias de los otros miembros de la Junta Directiva por su orden y otras responsabilidades delegadas por este órgano. b) Participar y coordinar las comisiones y comité que se formen. c) Serán responsables por el manejo de las relaciones públicas de la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE".

**SECCIÓN TERCERA  
DEL DIRECTOR**

**ARTÍCULO 25.** El Director General y el Sub-Director fungirán como tal, por la aprobación y el consentimiento de los miembros.

**ARTÍCULO 26.** El ejercicio del Director General en sus funciones será de carácter permanente siempre y cuando se mantenga

fiel a la Constitución de la República y demás disposiciones legales, en pro del cumplimiento de los presentes Estatutos y reglamentos; caso contrario podrá ser removido de su cargo si así lo acordaren las dos terceras partes de los miembros, debiendo estar incluidos dentro de estos dos tercios, los miembros que formen la Junta Directiva.

**ARTÍCULO 27.** El Director General asesorará a la Junta Directiva, pudiendo presentar los proyectos que estime conveniente para mantener y ampliar la proyección social, los que serán aprobados por la Asamblea General.

**ARTÍCULO 28.** El Director General tendrá la obligación de incorporarse en todos los grupos de trabajo que se organicen en la Asociación Nacional para la Promoción Humana.

**ARTÍCULO 29.** La administración operativa y funcional de la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE" estará bajo la responsabilidad del Director General.

**ARTÍCULO 30.** El Director tendrá entre otras las siguientes funciones: a) Elaborar en colaboración con la Junta Directiva el Plan Operativo Anual. b) Elaborar en colaboración con la Junta Directiva el presupuesto anual. c) Fijar la Política General. d) Planificar, Coordinar, Supervisar y Evaluar las actividades y proyectos que promueve la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE". e) Adquirir y aceptar en nombre de la denominada "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE" cualquier bien, fondo, donación, legado, herencia y demás facultades inherentes al representante legal.

**SECCIÓN CUARTA  
DE LA ADMINISTRACIÓN**

**ARTÍCULO 31.** La Administración es una instancia de apoyo para facilitar y racionalizar los recursos materiales y financieros con que cuenta la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE" para su funcionamiento estableciendo lineamientos generales y de asistencia al Director General.

**ARTÍCULO 32.** Son atribuciones del Administrador: a) Será responsable del buen funcionamiento de todas y cada una de las unidades y departamentos que forman parte de la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE". b) Será el encargado de reclutar y contratar, previo visto bueno de la Junta Directiva, el personal técnico, de servicio y especial que requiera para el cumplimiento de sus objetivos. c) Será el responsable del manejo y distribución racional de los recursos económicos. d) Brindará el apoyo logístico necesario a todas las unidades y departamentos de trabajos para lograr eficazmente los fines que persigue. e) Supervisar los diferentes programas y proyectos que fueron ejecutados. f) Elaborar el Plan Operativo Anual de su área con la aprobación de la Junta Directiva y la Asamblea General. g) Elaborar el Presupuesto Anual de la Asamblea juntamente con el Director. h) Y otras responsabilidades inherentes al cargo que desempeña.

**SECCIÓN QUINTA  
DE LAS UNIDADES Y DEPARTAMENTOS DE TRABAJO**

**ARTÍCULO 33.** Para un funcionamiento más efectivo la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE" contará con cuatro unidades de trabajo que a continuación se describen: a) Unidad de Desarrollo Socioeconómico y de Investigación. b) Unidad de Desarrollo Municipal, Recursos Naturales y Ambiente. c) Unidad de Gestión Administrativa y Finanzas. d) Unidad de Coordinación de

Proyectos Específicos. e) Otras unidades o departamentos que considere pertinentes crear la Asamblea General.

**ARTÍCULO 34.** Las unidades mencionadas en el artículo anterior estarán bajo el régimen de una jefatura y serán coordinadas, quien a su vez contará con el apoyo de la Junta Directiva y de la administración.

**ARTÍCULO 35.** Las funciones de cada una de las unidades y departamentos, serán establecidas en el Reglamento correspondiente y deberán responder a la dinámica de crecimiento de la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE".

#### CAPÍTULO V DEL PATRIMONIO

**ARTÍCULO 36.** El Patrimonio de la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE" estará constituido por: las compras, aportes, donaciones de los miembros de la organización o de otras personas e instituciones nacionales y extranjeras que conforme a la ley se adquirieran de personas naturales o jurídicas, nacionales y extranjeras.

#### CAPÍTULO VI PRIMERO DE LA DISOLUCIÓN O LIQUIDACIÓN

**ARTÍCULO 37.** "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE" podrá disolverse por las causas siguientes: a) Por acuerdo de las dos terceras partes de sus miembros reunidos en Asamblea General Extraordinaria. b) Por apartarse de los fines y objetivos de una asociación civil y tomarlos de una mercantil, c) Por sentencia judicial o resolución del Poder Ejecutivo.

**ARTÍCULO 38.** En caso de disolverse la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE", La liquidación de los bienes estará a cargo de una junta liquidadora nombrada en Asamblea General Extraordinaria. Debiendo cubrir las obligaciones contraídas con terceros y el remanente donarlo o transferirlo a una Asociación con fines similares o benéficos que decida la Asamblea General Extraordinaria.

#### CAPÍTULO VII DISPOSICIONES GENERALES

**ARTÍCULO 39.** En todas las situaciones y casos no previstos en los presentes Estatutos se someterá lo que dispongan las Leyes, Reglamentos y Decretos de la República de Honduras.

**ARTÍCULO 40.** Los presentes Estatutos, podrán ser reformados por decisión de las dos terceras partes de los miembros legalmente inscritos en la "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE", en la convocatoria respectiva deberá especificarse el o los artículos que serán sujetos de reformas.

**ARTÍCULO 41.** La "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE" podrá afiliarse o asociarse con semejantes sin perder por ello la individualidad y autonomía.

**SEGUNDO:** La "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE", presentará anualmente ante la Secretaría de Estado en los Despachos de Gobernación y Justicia, los estados financieros auditados que reflejen los ingresos, egresos y todo movimiento económico y contable, indicando su patrimonio actual así como las modificaciones y variaciones del mismo, incluyendo herencias, legados y donaciones a través de un sistema contable legalizado. Las herencias, legados y donaciones provenientes del extranjero, se sujetarán a la normativa jurídica imperante en el país, aplicable

según sea el caso, a través de los Órganos Estatales constituidos para verificar la transparencia de los mismos.

**TERCERO:** La "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE", se inscribirá en la Secretaría de Estado en los Despachos de Gobernación y Justicia, indicando nombre completo, dirección exacta, así como los nombres de sus representantes y demás integrantes de la Junta Directiva; asimismo, se sujetará a las disposiciones que dentro su marco jurídico le corresponden a esta Secretaría de Estado, a través del respectivo órgano interno verificando el cumplimiento de los objetivos para los cuales fue constituida.

**CUARTO:** La "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE", se somete a las disposiciones legales y políticas establecidas por la Secretaría de Estado en los Despachos de Gobernación y Justicia y demás entes controladores del Estado, facilitando cuanto documento sea requerido para garantizar la transparencia de la administración, quedando obligada, además, a presentar informes periódicos anuales de las actividades que realice con instituciones u organismos con los que se relacionen en el ejercicio de sus objetivos y fines para lo cual fue autorizada.

**QUINTO:** La disolución y liquidación de "FUNDACIÓN CHITO Y NENA KAFIE", se hará de conformidad a sus estatutos y las leyes vigentes en el país, de la que una vez canceladas las obligaciones contraídas, el excedente pasará a formar parte de una organización legalmente constituida en Honduras que reúna objetivos similares o una de beneficencia. Dicho trámite se hará bajo la supervisión de esta Secretaría de Estado, a efecto de garantizar el cumplimiento de las obligaciones y transparencia del remanente de los bienes a que hace referencia el párrafo primero de este mismo artículo.

**SEXTO:** Los presentes Estatutos entrarán en vigencia luego de ser aprobados por el Poder Ejecutivo, publicados en el Diario Oficial LA GACETA con las limitaciones establecidas en la Constitución de la República y las Leyes; sus reformas o modificaciones se someterán al mismo procedimiento de su aprobación.

**SÉPTIMO:** La presente resolución deberá inscribirse en el Registro Especial del Instituto de la Propiedad de conformidad con el artículo 28 de la Ley de Propiedad.

**OCTAVO:** Para los efectos legales consiguientes y previo a emitir la certificación de la presente resolución, el interesado, deberá cancelar al Estado de Honduras, la cantidad de doscientos Lempiras (Lps. 200.00) de conformidad con lo establecido en el Artículo 49 de la Ley de Fortalecimiento de los Ingresos Equidad Social y Racionalización del Gasto Público, creado mediante Decreto Legislativo No.-17-2010 de fecha 21 de abril de 2010.

**NOVENO:** Instruir a la Secretaría General para que de Oficio proceda a remitir el expediente a la Unidad de Registro y Seguimiento de Asociaciones Civiles (U.R.S.A.C.) para que emita la correspondiente inscripción. NOTIFIQUESE. (f) JOSÉ FRANCISCO ZELAYA, SUBSECRETARIO DE ESTADO EN EL DESPACHO DE GOBERNACIÓN Y TERRITORIO. (f) PASTOR AGUILAR MALDONADO, SECRETARIO GENERAL".

Extendida en la ciudad de Tegucigalpa, municipio del Distrito Central a los diez días del mes de agosto del dos mil diez.

PASTOR AGUILAR MALDONADO  
SECRETARIO GENERAL

13 O. 2010

## Endorsement letters



Tegucigalpa, F.M., Febrero 19, 2018

**OFICIO No.DMA-0149-2018**

Señores  
**UNION INTERNACIONAL PARA LA CONSERVACION**  
**UICN**  
Presente

Estimados Señores:

Es de nuestro conocimiento el interés que la **Fundación Chito y Nena Kafie** tiene en el sentido de formar parte como Miembro de la Unión Internacional para la Conservación (UICN).

Por lo antes expuesto, y considerando la excelente relación de trabajo entre la Secretaría de Recursos Naturales, Ambiente y Minas (MiAmbiente+) y la Fundación Chito y Nena Kafie; la cual data desde el año 2009, donde esta Fundación ha contribuido en gran manera en pro del medio ambiente a través de los siguientes proyectos ambientales:

- a) Vamos a Plantar
- b) Conservación de la Tortuga Golfina
- c) Arrecifes Artificiales en el Golfo de Fonseca

El Proyecto "**Vamos a Plantar**", consiste en la reforestación de áreas protegidas para conservar la naturaleza, con una meta de plantar 1 millón de árboles; asimismo, la firma de un Convenio con el Instituto Nacional de Conservación Forestal, Areas Protegidas y Vida Silvestre (ICF) con el objetivo de rescatar las microcuencas afectadas por el gorgojo de pino.

Asimismo, con el Programa de Conservación de la Tortuga Golfina, se suscribió un Convenio en el año 2017 en conjunto con la CVC-GOLF, a fin de contribuir a la conservación de esta especie en peligro de extinción, lográndose hasta la fecha la liberación de más de 400 mil tortugas.

Finalmente con el Proyecto de Arrecifes Artificiales, también se suscribió un Convenio conjuntamente con la Secretaría de Agricultura y Ganadería (SAG) con el propósito de contribuir con la repoblación de peces y vida marina; alcanzando con ello una mejor producción, por ende mejoras económicas para los pobladores de la zona. Hasta la fecha se han lanzado 60 domos en el Golfo de Fonseca y considerando los excelentes resultados que la Fundación ha obtenido en esta zona; esta Secretaría de Estado decidió replicar este proyecto en la Zona Norte del país, el cual está dando buenos resultados.

*OFICIO No.DMA-0149-2018*

*2/2*

Además, de todos es conocido el apoyo de esta Fundación en los siguientes pilares: Educación, Salud y Comunidad, en donde se han beneficiado más de 128,000 compatriotas a través de 230 proyectos sociales en sus 11 años de constitución como Fundación.

Por lo antes expuesto, esta Secretaría de Estado no duda en recomendar que la Fundación Chito y Nena Kafie sea considerada para integrar ese importante organismo internacional.

Quedamos a sus órdenes para ampliar cualquier información adicional que al respecto consideren necesaria.

Sin otro particular, nos es grato saludarle con las muestras de la más alta y distinguida consideración y estima.

  
ING. JOSE ANTONIO GALDAMES  
SECRETARIO DE ESTADO



*JAG/BMP*  
*Cc: Archivo*



Tegucigalpa 2 de Marzo de 2018

**Dra. GRETHEL AGUILAR**

Directora Regional

Oficina Regional para México América Central y El Caribe (ORMACC)

Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN)

San José, Costa Rica

Su Despacho

**Re: Respaldo a Membresía de Fundación Chito y Nena KAFIE**

Distinguida Sra. Directora Regional,

Reciba cordiales saludos nuestros, esperando que esta carta le encuentre bien y con éxitos en sus delicadas funciones por la defensa de nuestro Planeta en la Encrucijada, como lo caracterizó el Congreso Mundial de la Unión en Hawái 2016.

En mi condición de representante legal de la Asociación para el Desarrollo Integral de La Mosquitia (MOPAWI); Miembro activo de UICN bajo el Registro 24707, Presidente del Comité Nacional UICN-HN; y Vicepresidente para Meso y Sur América de la Comisión de Políticas Económicas, Sociales y Ambientales (CEESP) de UICN, es grato presentar y recomendar la membresía de la **Fundación Chito y Nena Kafie**, para que sea admitida como miembro de la Unión Internacional para la Conservación de la Naturaleza (UICN), con todos los derechos y deberes que estipulan los Estatutos y Reglamentos de la Unión.

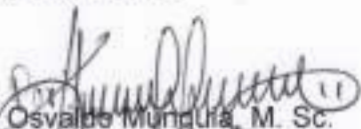
**La Fundación Chito y Nena Kafie**, fue fundada en el año 2006 y desde entonces ha contribuido con mas de doscientos proyectos beneficiando a miles de personas, la conservación del ambiente y la protección de especies en peligro.

Considero que la participación de **La Fundación** antes mencionada, en la membresía de la Unión, traerá una nueva y abundante "Canasta de conocimiento" en bien del uso sostenible y conservación de los recursos naturales. Así, como nuevos contactos en el ámbito comunitario, gubernamental y empresarial.

De requerir información adicional, no dude en avisarnos.

Con toda consideración y estima, de Usted.

Atentamente,



Osvaldo Munguía, M. Sc.

Director Ejecutivo MOPAWI - 24707

3514, Calle 4, Tres Caminos, Tegucigalpa, Honduras

+504 2235 8659

[oemunguia22@yahoo.com](mailto:oemunguia22@yahoo.com) | [Mopawi@mopawi.org](mailto:Mopawi@mopawi.org) | [www.mopawi.org](http://www.mopawi.org)





## *Application from Fundación Chito y Nena Kafie, Honduras*

### *Due diligence process feedback from IUCN Councillor, Jenny Gruenberger, IUCN Regional Office for Mexico, Central America and the Caribbean and Osvaldo Munguía, Chair of the Honduras National Committee of IUCN Members*

*(Clarification from the applicant, concerns from IUCN Members and from IUCN Councillors are available on page 3)*

---

#### **1) Are you aware of the existence of this organisation?**

- J. Gruenberger: No
- Honduras NC: Yes
- Regional office: Yes, this Foundation was created by a family of Honduran businessmen dedicated to the energy business (thermal and solar), Food, Agriculture, Health, Retail, Services and Real Estate. The operations of this business group are focused not only in Honduras but also in other Central American countries. The Foundation fulfills a role of channeling the goods and services that this business group offers to the community, in line with its corporate social responsibility policy.

#### **2) What is your relation/interaction with applicant, including how long have you known the applicant and how familiar are you with the applicant's activities/objectives/policies?**

- J. Gruenberger: None
- Honduras NC: We provided a letter of support for this Foundation's application to become an IUCN Member. We have known them for about a year.
- Regional office: The work of the Chito and Nena Kafie Foundation is widely known through the media. The activities that it carries are focused on social aid for health services and education in the areas or communities where they operate the companies of its business group, especially in the Gulf of Fonseca Region of Honduras.

#### **3) Are you satisfied that the organisation complies with criteria listed in Article 7 of the Statutes?**

- **the organisation's activities to date embody the conservation of the integrity and diversity of nature;**
- **they aim to ensure the equitable and ecologically sustainable use of natural resources**
- **they aim to influence and encourage the meeting of IUCN objectives?**
- **Are they involved in any activities that conflict with the objectives of IUCN?**
  
- J. Gruenberger: Conservation and sustainability do not form part of this organisation's vision. Although it is characterised by being an organisation that focuses on local development, in 2016 it carried out conservation initiatives and promoted sustainability.
- Honduras NC: Yes; Yes; Yes; Yes; No.
- Regional office: In the last three years, the Kafie Foundation jointly with the Ministry of Natural Resources and Environment of Honduras (MiAmbiente +) has promoted and supported environmental issues and biodiversity conservation, especially related to the restoration of fishing ecosystems (artificial reefs) and protection of sea turtles (Golfina) in the Gulf of Fonseca, as well as some reforestation actions.

The Chito and Nena Kafie Foundation is committed to the promotion of a more equitable and sustainable society, through the promotion of three strategic pillars: health, education and community. In this last pillar, it incorporates work on environmental issues and conservation of biodiversity. It is of the interest of the Chito and Nena Kafie Foundation to manage and channel resources to meet needs through programs and projects that promote the improvement of the quality of life of the actors in favor of community, regional and national development. In its operational structure, it has a Municipal Development, Natural Resources and Environment Unit to carry out its actions on environmental matters.

According to the references and their own interest in being a Member of IUCN, they demonstrate their affinity with the objectives, mission and vision of IUCN.

In addition, as indicated previously the Chito and Nena Kafie Foundation is part of a family that owns one of the main business groups in Honduras, with various activities in the primary, secondary and tertiary sectors of the Honduran economy. In the opinion of the Ministry of Natural Resources and Environment of Honduras ( MiAmbiente+), expressed in the endorsement letter, the support provided by this foundation in the areas of education, health and community, have benefited more than 128,000 Hondurans through 230 social projects in its 11 years as a Foundation.

**4) Can you provide the details of a/some project(s) this organisation was involved in (and to what extent) to support any of the above? (conservation track record)**

- *J. Gruenberger*: I do not have details about the organisation's activities. However, in their form they mention projects focusing on artificial reefs, the release of olive ridley sea turtles, and plantations, all carried out in 2016.
- *Honduras NC*: Yes, sea turtle conservation on the gulf of Fonseca, Honduras.
- *Regional office*: Construction of domes (artificial reefs) to restore degraded ecosystems that are part of the habitat of fish species in the Gulf of Fonseca.

<https://fundacionchitoynenakafie.org/convenio-ecosistema-golfo-de-fonseca>

*Support for the conservation efforts of sea turtles (Golfina) in the Gulf of Fonseca.*

<https://fundacionchitoynenakafie.org/liberacion-miles-tortugas-golfinas>

*Support for reforestation initiatives in communities of the Gulf of Fonseca and the Department of Francisco Morazán.*

**5) How can the applicant contribute in advancing IUCN's Mission?**

- *J. Gruenberger*: I think that, before becoming part of the Union, it should demonstrate that conservation and sustainability are an integral part of its mission, vision and actions on an ongoing basis and not just temporarily.
- *Honduras NC*: Networking with other IUCN or non IUCN Members doing conservation of endangered species.
- *Regional office*: The Chito and Nena Kafie Foundation is recognized for its work in Region 13 of Honduras known as the Gulf of Fonseca, as well as in other parts of the country. Maintains relationships with other business groups that can open spaces to promote new initiatives that allow improving the integration of more sustainable practices and promote the conservation and sustainable use of biodiversity.

## *Clarification from applicant Fundación Chito y Nena Kafie*

- 1) **IUCN's Sustainable Use Policy** is central to the achievement of its objectives. This policy requires that all use of natural resources be sustainable, but does not suggest that every species or ecosystems should be used. Does your organisation have a position about sustainable use? If so, please give details. If available in your organization, please provide concrete examples of how your organisation advances the sustainable and equitable use of resources.

Yes, our organisation adopts a favourable position regarding the declaration of sustainable use, such as for example our artificial reef project, which focuses on and covers human needs. In this case, it involves the needs of the fishermen and their families in the southern part of Honduras on an ongoing basis, and we also contribute to the conservation of biological diversity in the Fonseca Gulf through an increase in the number of fish as a result of the launching of artificial reefs in strategic locations, which benefits both the environment and the local fishermen.

- 2) **Is your organisation committed to engage in a respectful and collegial way with other Members of IUCN?**

Yes, our organisation believes that strategic alliances with environmentally responsible companies achieve better results in terms of environmental conservation and biological diversity.

## *Concerns received from IUCN Members during the consultation process in June 2018*

*Received from the Game Rangers Association, South Africa (IN/1567)*

The Game Rangers Association of Africa is concerned that the applications from Costa Rica<sup>1</sup> and Honduras are animal welfare (with domestic pets as focus) and social focus projects that do not fit well with natural resource management and conservation mandates that should be the concern of IUCN members.

We will not file an objection but are curious as to why an organisation not directly involved with the management of the natural world will even be considered for membership. It is no secret that animal rights/welfare groups are often in conflict with wildlife management organisations, often resulting in negative impacts on projects, especially in Africa. Our Association is concerned with the shift in Eurocentric views and funding that is driving wildlife decisions within the IUCN Membership that may get not be appropriate for African communities.

Our Association has no issues with the other 9 applicants.  
Please convey these thoughts to the GCC.

## *Concerns received from IUCN Councillors by e-mail correspondence in July 2018*

- H. Eggermont: As regards the membership applications, all look fine to me except Fundación Chito y Nena Kafie (Chito and Nena Kafie Foundation). Although the organisation has realized a few conservation-oriented projects since 2016 - the vision & mission of the organisation is very much centered on community development projects in the areas of health and education as well as the recovery of Christian values. This also shows from their website. Conservation and sustainable management of natural resources do not seem to be an integral part of the organisation's objectives. I noticed a similar concern in the due diligence feedback from Jenny Gruenberger - so I would propose to defer this application to the 95th Council in October, so that we can further discuss within GCC.
- S. Incháustegui: Also, have no objections in relation to the membership applications with the exception of Fundación Chito y Nena Kafie, and thus, also agree to defer this application to the 95<sup>th</sup> Council in October.

---

<sup>1</sup> The application from Costa Rica relates to Asociación para el Bienestar y Amparo de los Animales del Cantón de San José (ABAANIMAL), which received objections and will be handled through a separate document.

## Legal Opinion

### Definition and qualification criteria to be admitted as Affiliate Member in Category D as per Stat. 5 (g) – Distinction with Category A and B

Addressed to: Jennifer Mohamed-Katerere, Chair of GCC;  
 Origin: Sandrine Friedli Cela, Legal Adviser, with contribution from Luc De Wever, Carla Duarte, Fleurange Gilmour-Bieri and Enrique Lahmann  
 Date: 30 July 2018

#### Question from the Chair of the GCC:

//

An increasing number of applicants are applying to be recognized as Affiliates while they would seem to qualify as Government agencies (GA) in Cat. A or National or International Non-Governmental Organization (NGO/INGO) in Cat. B.

a) What is the meaning attributed to affiliates and the circumstances under which Government Agency can be admitted as affiliates?

b) Could the Council (through the GCC) recommend to an applicant that they apply under a different category?

//

#### A. Legal background

The IUCN Statutes and Regulations state the following in terms of definition, application and admission criteria for Affiliate Members (emphasis added):

#### **Article 5 (g) of the IUCN Statutes**

**Affiliate Members** shall be government agencies, national and international non-governmental organizations, **which are not in Categories A, B or C.**

#### **Article 7(a-e) of the IUCN Statutes**

Government agencies, national and international non-governmental organizations, indigenous peoples' organisations and **affiliates** shall become Members of IUCN when the Council has determined that:

- (a) the applicant shares and supports the objectives of IUCN;
- (b) the applicant has as one of its central purposes the achievement of IUCN's objectives and a substantial record of activity in the conservation of nature and natural resources;
- (c) the objectives and track record of the applicant embody to a substantial extent:
  - (i) the conservation of the integrity and diversity of nature; and, either or both:
    - (ii) the aim to ensure that any use of natural resources is equitable and ecologically sustainable;
    - (iii) dedication to influencing, encouraging and assisting societies to meet the objectives of IUCN;
- (d) the applicant does not pursue objectives or carry out activities that conflict with the objectives or activities of IUCN; and

(e) the applicant meets the other qualifications for membership as prescribed in the Regulations (Regulations 4-6).

### **Article 7 of the Regulations**

Government agencies, national and international non-governmental organisations, indigenous peoples' organisations and **affiliates** shall submit an application to the Director General **using the application form** provided by the Secretariat and **stating the Category of membership sought**. The application shall be signed by the duly authorized head of the agency or organisation.

### **B. Conditions/qualification criteria to be admitted as an Affiliate in Category D**

In order to know, whether an applicant can apply and be admitted in the Category D Affiliates, one should distinguish between (i) the definition of what an Affiliate is (in other words the nature of the applicant) and (ii) the qualification criteria to be admitted as an Affiliate (in other words the admission criteria). For me, the definition of the term Affiliate is linked to the definition of what is a GA or what is a NGO/INGO (as stated in Stat. 5 (b), and Stat. 5 (d) and (e)), while the admission criteria for an Affiliate should be the one stated in Stat. 7 and Reg. 4 to 6. Analysis of those two aspects will be made to conclude what is finally the key difference between a GA or NGO/INGO requesting to be admitted in the Category D as Affiliates and a GA or NGO/INGO requesting to be admitted in the Category A or B respectively (iii).

#### **i) Who can be an Affiliate (meaning/definition of affiliate)**

There is no specific definition of the term Affiliate in the Statutes, since the notion of Affiliate is explained in relation with other type of membership defined in Stat. 5. To be considered as Affiliate an applicant must fulfil two conditions:

1. Be a government agency (GA) or a national and international non-governmental organization (NGO/INGO)<sup>1</sup> in accordance which the definition set forth in Stat. 5 for each (positive condition stated in the 1<sup>st</sup> part of the sentence);
2. Not be in Category A, B and C (negative condition stated in the 2<sup>nd</sup> part of the sentence).

This first condition is in my sense, linked to the nature of the applicant (one has to be a GA as defined in Stat. 5 (b) or an NGO/INGO as defined in Stat. (d) and (e) to apply to this category). So in relation to a GA as per your request, it means that it has to be an "organisations, institutions and, when applicable government departments, which form part of the machinery of government in a State, including those agencies of the components of federal States or of States having an analogous structure" (Stat. 5 (b)).

While the second condition is a fact: one cannot apply and be admitted at the same time in two categories of membership.

---

<sup>1</sup> Note that Stat. 5 (g) does not refer to the notion of Indigenous People in the definition (1<sup>st</sup> part of the sentence), while it does refer to it as a negative condition (2<sup>nd</sup> part of the sentence: "which are not in Categories A, B **or C**"). This seems to be an error and would require to be changed at the occasion of new amendment proposed to the Statutes, either to suppress the C in the 2<sup>nd</sup> sentence or to add the term Indigenous People in the 1<sup>st</sup> sentence.



ii) In which circumstances can a GA or NGO/INGO be admitted as an Affiliate (Admission criteria)

In my sense, one could consider that the Statutes and Regulations provide for two types of qualification criteria for membership. The Statutes (Stat. 7 (a) to (c)) provide for the *general qualification criteria*, which are required to all types of IUCN membership application while the Regulations are meant to clarify *the additional specific qualification criteria*, which are required for each category of Members (Stat. 7 e)).

This means that, in theory, the admission criteria for Affiliates could be different than the admission criteria for GA and NGO/INGO. However, the Regulations do not prescribe any specific qualification criteria for the affiliate membership category as it does for the other membership categories. This is in my sense missing and in absence of *specific qualification criteria* for affiliates, we have to conclude that the same *specific admission criteria* apply for GA or NGO/INGO applying for the affiliate category D as for the GA or NGO/INGO applying for category A or B respectively.

This is the same interpretation as the one from my predecessors, which recommended that if a GA or NGO/INGO applicant did not fulfil the *specific qualification criteria* specified in the Regulations for their type of organization (namely “GA” or “NGO/INGO”), then they did not qualify to be an Affiliate either. This reading of the Statutes and Regulations was also followed by the Council, when it approved the membership application and assessment forms in their original version in 2014 and their revised version in 2018.

In my sense, a different interpretation, ruling that GA or NGO/INGO could apply for admission as affiliates if they do not meet one or the other criteria for Category A or B respectively, would not be acceptable as it would mean deciding on new specific qualification criteria without an express disposition in the Regulations. This would not be good in terms of transparency and predictability and could raise questions in terms of equality of treatment between the applicants if the admission criteria would vary over time depending on the interpretation made by Council and GCC. Such uncertainty about the applicable criteria would also make it difficult for Members eligible to vote to exercise their rights to object to an application if the applicant does not meet the requirements for membership (Stat. 16).

iii) Conclusion: Difference between category A and B and category D

Based on the above, one can conclude that both the *definition* and the *specific qualification criteria* for GA and NGO/INGO are applicable to a GA or NGO/INGO requesting to be admitted in the Category D as Affiliates. This means that the key factor determining in which Category an applicant wants to be admitted is related to the type of rights it is seeking to obtain (in particular the right to vote) and the amount of the membership dues it is ready to pay.

This shows therefore that the applicant is the one deciding in which category it wants to apply and what type of benefits it wants to get out of its membership.

This interpretation is also confirmed by the wording of Reg. 7 on the admission process (established by Council based on Stat. 8 (b)), which states that the **applicant**, when submitting its application, must use the application form and “**state the category of membership sought**” (Reg. 7). It is also the applicant, having to make at the same time a deposit equal to the first year’s dues in the category it has decided to apply for (Reg. 10).

### **C. Can the Council recommend to the applicant to apply to a different category of membership?**

It is the prerogative of the Council to decide on admission and on transfer from one category to another (Stat. 9, Reg. 18 and 21).

I would therefore consider it acceptable that Council (through the GCC) suggests to the applicant to apply for admission to a different category if it deems it more appropriate. It would be advisable in this case, that the applicant be properly informed about the differences between the category for which it has applied for and the other category proposed so that it can decide if it wants to change its request in full knowledge of the implications. However, it would not be acceptable that the Council (through the GCC) imposes to the applicant an admission in another category that the one it has applied for as this would have an impact on its rights and obligations. So if the Council (through the GCC) has proposed to the applicant, who would be for example a GA, to apply for Category A instead of Category D and the applicant refuses, then the Council would have as only possibility, either to accept the applicant in Category D as requested (if it fulfils all the admission criteria) or the refuse the applicant's application (if it does not fulfil all the admission criteria) but it could not accept it in Category A against its wish.

#### **I. Conclusion**

The Statutes and Regulations are not clear about the specific qualification criteria applicable to the affiliate category. The current practice, which was adopted by Council through the approval of the membership application and assessment forms, is in conformity with the Statutes and Regulations. It is therefore acceptable to consider that the applicant can chose in which category it wants to be admitted as IUCN Member as long as it fulfils all the criteria for this Category. It is also acceptable that the GCC draws the applicant's attention to the possibility to apply into another category of membership and the related consequences on its membership rights and obligations, but it cannot impose a admission in a different category than the one the applicant has applied for.

If the Council (through the GCC) would like to restrict the access to the Affiliate Category to applicant not fulfilling certain specific admission criteria set forth for GA, NGO/INGO in Reg. 4 to 6, I recommend that this be achieved through a statutory and/or regulation changes taking into consideration the new requirement of Stat. 101 (b) (see footnote 1).

Application from Agence Française pour la Biodiversité (French Agency for Biodiversity), France

Questions to/Answers from the French National Committee

---

1) Are you aware of the existence of this organisation?

Yes

2) What is your relation/interaction with applicant, including how long have you known the applicant and how familiar are you with the applicant's activities/objectives/policies?

The IUCN French Committee supported the creation of the Agence Française pour la Biodiversité [French Agency for Biodiversity], which was established officially by law on 1 January 2017. It is the result of the merger of 4 public organisations including 2 that are already IUCN members (Agence des Aires Marines Protégées [Agency for Marine Protected Areas] and Parcs Nationaux de France [French National Parks]), in addition to the Office National de l'Eau et des Milieux Aquatiques [French National Agency for Water and Aquatic Environments] and the Atelier Technique des Espaces Naturels [Technical Workshop for Natural Areas]. The Agence Française pour la Biodiversité (AFB) is a very important partner of the IUCN French Committee as well as of numerous IUCN members in France. AFB supports several of our activities and the IUCN French Committee's sits on two of AFB's steering committees, the sea and the overseas committees, in order to provide advice on its actions. Several IUCN French members also participate in these steering committees or sit on its Board of Directors. The IUCN French Committee is very familiar with AFB's activities, objectives and policies through our partnership.

3) Are you satisfied that the organisation complies with criteria listed in Article 7 of the Statutes?

- the organisation's activities to date embody the conservation of the integrity and diversity of nature;
- they aim to ensure the equitable and ecologically sustainable use of natural resources;
- they aim to influence and encourage the meeting of IUCN objectives?
- Are they involved in any activities that conflict with the objectives of IUCN? /

AFB's mission and activities are entirely devoted to biodiversity conservation and are thus fully in line with IUCN's mission.

4) Can you provide the details of a/some project(s) this organisation was involved in (and to what extent) to support any of the above? (conservation track record) /

AFB supports several of the IUCN French Committee's projects such as those of the Red List of Endangered Species in France, the Red List of Ecosystems in France, the Green List of Protected Areas in France, nature-based solutions, wetlands and invasive exotic species: In 2019, AFB and the IUCN French Committee are going to organise jointly the 4<sup>th</sup> National Marine Protected Areas Congress and we are going to work together to mobilise citizens and civil society in France for the World Conservation Congress in Marseille.

5) How can the applicant contribute to advancing IUCN's Mission?

AFB is a large public agency that contributes directly to advancing biodiversity conservation in France. It has experience and expertise that will be of great value within IUCN's network.



**95<sup>th</sup> Meeting of the IUCN Council, Jeju (Republic of Korea), 6-8 October 2018**

**16<sup>th</sup> Meeting of the Governance and Constituency Committee**

*Agenda Item GCC16/2.5*

***Change of category or name of IUCN Members***

Origin: Director General

**REQUIRED ACTION:**

The Governance and Constituency Committee is invited to:

1. **Make a recommendation to Council regarding the request from the IUCN Member, the Julie Ann Wrigley Global Institute of Sustainability in USA, to change its membership category from NGO to Affiliate.**
2. Take note of the change of name of four current Member organisations and inform the Council of these name changes.

**Background**

**1. Change of membership category of one current Member organisation**

The Julie Ann Wrigley Global Institute of Sustainability in USA has requested to move from the NGO to the Affiliate category. The organisation has grown over the years; they still want to participate in IUCN activities but without being a voting Member.

**2. Change of name of four current IUCN Member organisations**

The Governance and Constituency Committee is requested to take note of the recent change of name of the following four current IUCN Member organisations and to inform Council accordingly:

Member ID	Country	Previous name	New name
ST/7672	Tunisia	Ministère du Développement Local et de l'Environnement (Ministry of Local Development and Environment)	Ministère des Affaires Locales et de l'Environnement (Ministry of Local Affairs and Environment)
GA/25551	Honduras	Secretaría de Energía, Recursos Naturales, Ambiente y Minas (Ministry of Energy, Natural Resources and Environment and Mining)	Secretaría de Recursos Naturales y Ambiente (Ministry of Natural Resources and Environment)
ST/25228	Rwanda	Ministry of Natural Resources*	Ministry of Lands and Forestry*
NG/1314	France	Fondation Nicolas Hulot pour la Nature et l'Homme (Foundation Nicolas Hulot for Nature and Humankind)	Foundation pour la Nature et l'Homme (Foundation for Nature and Humankind)
IN/780	United Kingdom	International Fur Trade Federation	International Fur Federation

\* the Former Ministry of Natural resources has been restructured into two new Ministries: Ministry of Environment and the Ministry of Lands and Forestry, and the last one is representing Rwanda in IUCN.



**95<sup>th</sup> Meeting of the IUCN Council, Jeju (Republic of Korea), 6-8 October 2018**

16<sup>th</sup> Meeting of the Governance and Constituency Committee

*Agenda Item GCC16/2.6*

***Revised bylaws from the Caribbean Regional Committee***

Origin: Director General

**REQUIRED ACTION:**

The Governance and Constituency Committee is invited to:

1. TAKE NOTE of the revised Bylaws of the Caribbean Regional Committee of IUCN Members

**Background**

The Governance and Constituency Committee (GCC) is requested to take note and inform Council of the revised Bylaws of the Caribbean Regional Committee of IUCN Members.

According to Regulation 67 (f), *Committees recognized by Council have or adopt their own constitution and by-laws.*

The Caribbean Regional Committee was established and recognized in 2010. The revised bylaws were submitted to GCC at its 13<sup>th</sup> meeting in April 2018 but following comments received by the Legal Adviser, the Regional Committee was requested to update its Bylaws accordingly and to resubmit them to the 95<sup>th</sup> Council in October 2018. The revised version, available as Annex I, has been reviewed and endorsed by the Legal Adviser.



# **By-Laws of the International Union for the Conservation of Nature (IUCN) Caribbean Regional Committee**

## **Preamble**

*Whereas,*

Regional and national committees of IUCN Members are core components of IUCN facilitating cooperation among members and coordination with IUCN programmes and Commissions,

*Whereas,*

Participation of the members in their regional and national programmes and in the governance of IUCN is essential for programme growth and development,

*Whereas,*

Members are enabled to participate in the preparation and evaluation of IUCN programmes and strategies and to prepare to actively participate in each World Conservation Congress;

the IUCN Members of the insular Caribbean established an IUCN Regional Committee of Members **for part of the North America and the Caribbean Region**, as authorised under Part VII of the Statutes of IUCN.

**The IUCN Caribbean Regional Committee, hereinafter the “Regional Committee”, is open to IUCN Members from the insular Caribbean as listed in the Region “North America and the Caribbean” in the Annex of the IUCN Statutes [Antigua and Barbuda, Bahamas, Barbados, Cuba, Dominica, Dominican Republic, Grenada, Haiti, Jamaica, Saint Kitts and Nevis, Saint Lucia, Saint Vincent and the Grenadines and Trinidad and Tobago] and, as authorised by Article 70 of the IUCN Statutes (as amended in 2016), IUCN Members from overseas territories geographically located in the insular Caribbean [Puerto Rico (US), Virgin Islands (US), Guadeloupe (France), Martinique (France), Curaçao (Netherlands), Aruba (Netherlands), Cayman Islands (UK), Sint Maarten (Netherlands), Saint Martin (France), Turks and Caicos Islands (UK), British Virgin Islands (UK), Caribbean Netherlands (Kingdom of the Netherlands), Anguilla (UK), Saint Barthélemy (France), Montserrat (UK)].**

**The members hereby agree to operate the Regional Committee in accordance with these By-Laws and the official IUCN Operational Guide for IUCN National and Regional Committees (approved by the 76th meeting of the IUCN Council, May 2011).**

## **1. Duties and Functions of the Regional Committee**

### **1.1. The Regional Committee shall:**

- a) Be self-governing and autonomous and shall not undertake or impose financial obligations or liabilities upon IUCN, which is not responsible for commitments entered into by the Regional Committee;
- b) Adopt its own by-laws;
- c) Adopt and pursue its own policies as long as they remain consistent with the policies and objectives of IUCN;
- d) Elect its own Executive Committee and establish its own operating procedures;

- e) Inform its members and the Director General well in advance of the dates and venue of its meetings;
- f) Issue statements relevant to the objectives of IUCN, provided that such statements or actions taken shall be solely on behalf of the Regional Committee and shall not commit IUCN to any financial, legal or policy obligations;
- g) Use the name and logo of IUCN as authorised by the IUCN Council;
- h) Send an annual report on its activities to the Director General and to the Regional Committee members;
- i) Participate in the formulation of the IUCN programme for the region;

**1.2. The functions of the Regional Committee are to:**

- a) Encourage suitable organisations to become or remain members of IUCN;
- b) Take positions on issues of interest and concern to IUCN members in the insular Caribbean;
- c) Undertake advocacy and awareness-raising activities on behalf of IUCN members in the insular Caribbean;
- d) Facilitate the development of common activities, awareness processes, education and training to strengthen the skills and expertise of IUCN members;
- e) Encourage actions for the conservation and sustainable management of nature, and for the wellbeing of present and future generations in the insular Caribbean;
- f) Facilitate and promote discussion, communication and exchange of information on the environment through forums, networks or other channels, among the members;
- g) Follow up on the decisions reached at the World Conservation Congress and applicable to the insular Caribbean;
- h) Make necessary arrangements with the IUCN Secretariat for the implementation of decisions reached by the Regional Committee;
- i) Support the membership and their national committees in the accomplishment of objectives;
- j) Promote communication and cooperation among members and good governance in IUCN operations and programmes;
- k) Grant appropriate honours and awards to members or persons for outstanding performance in the insular Caribbean;
- l) Prepare and review motions for discussion at IUCN's World Conservation Congress;
- m) Support the regional programme and facilitate the work of IUCN Commissions, whilst also promoting communication between Commissions and members in the region;
- n) Strengthen the debate and decision-making processes on the regional agenda for sustainable development, and develop and advocate common positions on issues of conservation and sustainable development in the Caribbean based on IUCN programme outcomes and lessons learned;

- o) Build consensus within the Regional Committee including for the nomination of candidates and policy positions of IUCN governance;
- p) Represent members at relevant regional and international forums;
- q) Carry out other activities as decided by the Regional Committee.

## **2. Membership and Rights of the Regional Committee Members**

- 2.1** All IUCN members in the insular Caribbean in good financial standing (as per IUCN Statutes) shall be eligible for membership on the Regional Committee including members from overseas territories as long as they are not members of another Regional Committee.
- 2.2** IUCN members in the insular Caribbean must confirm their membership in the Regional Committee by writing a letter or email to the Executive Committee. Members will be requested to validate their membership every four years prior to the World Conservation Congress.
- 2.3** Each member of the Regional Committee shall have the right to vote in accordance with IUCN Statutes and Regulations. This includes, electing executive committee members and nominating candidates for election as Regional Councillors . Each member is accorded one vote (independent of the IUCN membership category it belongs to).
- 2.4** IUCN Affiliates in the insular Caribbean are eligible to become members of the Regional Committee, without voting rights.

## **3. Observers and other participants**

- 3.1.** IUCN Members from international non-governmental organisations with operations/offices in the insular Caribbean may be invited to participate as observers in order to achieve the IUCN’s “One Programme” objectives for the region.
- 3.2.** Individuals who have been appointed as a member of an IUCN Commission who reside in one of the Caribbean nations or territories may request participation in the Regional Committee or be invited to participate in the Regional Committee as observer, without voting rights.
- 3.3.** The Regional Committee may co-opt additional individuals without voting rights to fulfil functions within sub-committees or task forces created as needed.
- 3.4.** Government agencies or non-governmental organisations that are not members of IUCN may be invited by the Regional Committee to attend its meetings but without the right to vote or use of the name or logo of IUCN, which are rights reserved solely for IUCN Members.

## **4. Voting and Elections**

### **4.1 Voting**

- a) Decisions of the Regional Committee shall be adopted by consensus. If consensus cannot be reached, adoption shall be by majority vote of the members present or represented.
- b) Each member entitled to vote shall be entitled to one (1) vote on all matters submitted by the Regional Committee.
- c) A member can delegate her/his vote to another member of the Regional Committee

present by providing a formal proxy to the Chair of the Executive Committee in advance of the meeting.

- d) The Executive Committee must receive a ballot or other requested electronic vote at the mailing address, electronic address, or facsimile number or through such electronic voting system designated in the written notice upon or prior to the effective voting date from a simple majority (50% + 1) of Regional Committee members entitled to vote. A majority of the members casting votes must vote in favour of a proposed action to approve the action.
- e) The Chair of the Executive Committee shall hold a casting vote in the event of a tied vote.
- f) **Voting by Mail or Electronic Means.** Any action including but not limited to the election of members of the Executive Committee, amendment of the Regional Committee's By-Laws or the approval of a proposed plan, consolidation or dissolution, upon which members are entitled to vote, shall be voted upon at a meeting in person, by mail (including electronic mail, facsimile or similar transmission or other electronic voting system) and written notice of the proposed action shall be sent to each person entitled to vote on such action as a member of the Regional Committee. Said written notice shall state the name of the member, the nature of the proposed action which is to be voted upon, the mailing address, electronic address or facsimile number to which the ballot is to be returned or the electronic voting system through which a vote must be processed in order to register such vote. The effective voting date shall be a date no less than five (5) days and no more than forty-five (45) days following the date upon which said written notice is delivered or mailed to the members.

**4.2. Biennial Elections of the Executive Committee** - The Regional Committee shall hold elections every two years to elect executive positions. Elections shall be held on a date of convenience as may be determined by the members, but before the end of the term of office of effective members of the Executive Committee. Appointed members to the Executive Committee shall serve two-year terms, and may serve up to two consecutive terms, subject to renewed appointment.

## 5. Meetings

- 5.1.** The Regional Committee shall endeavour to meet at least once a year. Extraordinary meetings may be called by the Chair or a consortium of three members of the Executive Committee.
- 5.2. Meetings by Electronic Means.** Members of the Regional Committee may participate in a meeting by means of conference telephone, audible electronic transmission, or similar communications equipment by which all persons participating in the meeting can hear each other at the same time.
- 5.3. Quorum.** A quorum will consist of a simple majority (50% + 1) of Regional Committee members.
- 5.4. Subcommittees / Task Forces.** The Regional Committee, at its discretion, may establish subcommittees/task forces on specific issues or for special purposes.

## 6. Executive Committee

- 6.1. The Executive Committee shall consist of:**

- a) A Chair, a Deputy Chair, a Treasurer, a Secretary, and six additional member organizations serving as officers of the Regional Committee;
- b) The IUCN Councillor for the insular Caribbean without voting rights; and
- c) One representative from the IUCN Secretariat to be determined by the relevant IUCN Regional Director, without voting rights.
- d) No more than two Executive Committee members, may come from the same state or overseas territory.

## **7. Functions of the Executive Committee:**

### **7.1. The functions and responsibilities of the Chair of the Executive Committee shall be to:**

- a) Represent the Regional Committee and implement its decisions;
- b) Convene and preside over the affairs of and sign agreements on behalf of the Regional Committee;
- c) Approve the minutes of ordinary and extraordinary meetings of the Regional Committee;
- d) Maintain contact with the members, national committees, the IUCN Secretariat in the Region, the Regional Councillor, Commissions, and IUCN Secretariat;
- e) Act as mediator in the resolution of conflicts between members, where necessary;
- f) Disseminate official communications on behalf of the Regional Committee and serve as the liaison between the Regional Committee and the Director General of IUCN, or their designated nominee responsible for liaising with the Regional Committee;
- g) Ensure preparation and presentation of an annual report covering the activities of the Regional Committee and disseminate to Regional Committee members, the Director General and the IUCN Council;
- h) Establish contacts with potential donors and with IUCN to make funds available for the Regional Committee.

### **7.2. The functions and responsibilities of the Deputy Chair shall be to:**

- a) Represent the Chair in his/her absence;
- b) Support the functions of the Chair.

### **7.3. The functions and responsibilities of the Secretary shall be to:**

- a) Keep records of and co-sign minutes and resolutions of ordinary and extraordinary meetings of the Regional Committee and transmit copies of said minutes to all IUCN Members in the region and to the Director General of IUCN on a timely basis;
- b) Facilitate nomination and voting processes, including the election of the Executive Committee and for the Regional Councillor candidate, in accordance with these By-Laws and IUCN Statutes and Regulations;
- c) Prepare and transmit the annual report of the Regional Committee to the Director General of IUCN in at least one of IUCN's official languages.

### **7.4. The functions and responsibilities of the Treasurer shall be to:**



- a) Maintain control of and keep up-to-date records of the Regional Committee's income and expenditure receipts;
- b) Provide financial statements and reports to the Regional Committee, the Director General, the IUCN Council and to the Committee's donors, as required; and
- c) Be accountable for the proper use of the Regional Committee's funds as per decisions of the Regional Committee.

**7.5. Authorisation** - Members of the Executive Committee may not assume commitments on behalf of the Regional Committee without the appropriate authorisation by the Regional Committee.

**7.6. Resignation** - Any member of the Executive Committee may resign at any time by giving written notice to the Chair of the Executive Committee. Such resignation shall take effect at the time specified therein or immediately if no time is specified. The acceptance of such resignation shall not be necessary to make it effective. Any unfilled position or vacancy occurring in the Executive Committee for any reason may be filled by the affirmative vote of a majority of the remaining members. Any member elected to fill a vacancy shall be elected for the unexpired term of his or her predecessor in office or until his or her death, resignation or removal.

**7.7. Removal of an Executive Member** - Unless otherwise restricted by these By-Laws, any or all members of the Executive Committee elected by the members may be removed with good cause by the affirmative vote of a simple majority of the members of the Regional Committee at a meeting of the members of the Regional Committee or by written ballot.

## **8. Amendments**

8.1 These By-Laws may be amended by an affirmative vote of two-thirds (2/3) of the Regional Committee members.

8.2 Any member may propose an amendment to the By-Laws, and the Chair of the Executive Committee shall circulate the proposed amendment to all the members and to the Director General of IUCN.

8.3 A vote of the members of the Regional Committee shall be held three months from the date of circulation of the proposed amendment.

8.4 Where an amendment fundamentally changes the By-Laws, the Chair shall also communicate the fact of the amendment to the Council of IUCN, to the Secretariat of IUCN in the Region and to the IUCN Director General. The IUCN Council reserves the right to withdraw its recognition of the Regional Committee if the amended by-laws are inconsistent with the IUCN Statutes and Regulations.

**9. Adoption** - These By-Laws shall enter into force from the date of their adoption by the members of the Regional Committee and endorsement by the IUCN Council.



**95<sup>th</sup> Meeting of the IUCN Council, Jeju (Republic of Korea), 6-8 October 2018**

**16<sup>th</sup> Meeting of the Governance and Constituency Committee**

*Agenda Item GCC16/2.7*

***Regional Conservation Fora (RCFs)***

Origin: Director General

**REQUIRED ACTION:**

The Governance and Constituency Committee is invited to endorse the eligibility criteria for supporting the Regional Conservation Fora and the formula to calculate the distribution of the IUCN Membership Fund presented in this document.

**Background**

**The IUCN Membership Fund  
(October 2018)**

**Preparing IUCN constituents to participate meaningfully in the  
2020 World Conservation Congress through support for the  
Regional Conservation Fora**

The IUCN Membership Fund provides support to all IUCN Regional Offices, the Centre for Mediterranean Cooperation and the Washington DC office to engage with IUCN Members and selected representatives<sup>1</sup> from IUCN Commissions in the preparation of the 2020 IUCN World Conservation Congress in the following manner:

**IUCN Programme:**

Regional Conservation Fora (RCF) are a unique opportunity to discuss early drafts of the IUCN Programme with Members and partners before the formal approval of the document at the IUCN Congress. In this regard, RCF should:

- Disseminate knowledge on the science, policy and practice of conservation, and the equitable and ecologically sustainable and equitable use of natural resources.
- Discuss and obtain inputs and feedback from Members and Commissions on the draft IUCN Programme 2021-2024 to be submitted for approval to the 2020 Congress.
- Identify mechanisms and make concrete arrangements for Members' and Commissions' involvement in the implementation of the IUCN Programme at the global, regional, national and sub-national levels (the 'One Programme Charter'). Possibly discuss and agree a regional implement plan.

<sup>1</sup> To be decided between the Commission Chairs and the respective Regional Director.

- Identify key global biodiversity issues that warrant in-depth debate during the Members' Assembly at the 2020 Congress.

### **IUCN Governance:**

The Members' Assembly at Congress is the highest decision making body of IUCN. The RCF not only provide an opportunity for Members to familiarize themselves with the preparations for and the rules for the conduct of the Members' Assembly. They must also be adequately informed and prepared in order to decisions on any reform of the governance of IUCN. In this sense, RCF should:

- Discuss and obtain inputs and feedback from Members on the proposals from Council or Members for governance improvements and reforms and other possible amendments to the Statutes.
- Discuss which candidates to nominate for election as Regional Councillors.

### **Motions Process:**

- Discuss and possibly draft or negotiate proposals for motions to be presented by Members in the region to the 2020 Congress motions process, in particular the proposals concerning issues that warrant a discussion at a regional level with the purpose of assessing the degree of support for such proposals during the Forum and/or to identify solutions that might address the underlying issues thereby removing the need for them to be submitted as a Congress motion.

### **Overall preparation for Congress:**

- Provide general Congress information including key deadlines and procedures, and the criteria and process for sponsored delegates.
- Promote the various ways Members can actively engage in the Congress, including (but not limited to) the types of events, the call for contributions, selection criteria for the Forum events; the online consultations and discussions to prepare proposals and motions for approval by e-vote and the Members' Assembly etc.
- Better understand Member expectations of Congress.
- Prepare the ground for a World Conservation Congress to showcase the power of the Union.

### **Regional aspects:**

- Discuss and define what Members from each region want to get out of the Congress as a region and how they can use the different opportunities provided by the Forum/Congress to achieve this.
- Discuss and provide inputs for the agenda of the Regional Member Meeting to be held on the day prior to the opening of the 2020 Congress.
- Disseminate knowledge on the science, policy and practice of conservation, and the equitable and ecologically sustainable and equitable use of natural resources.

- Discuss any other issues that Members consider relevant.

## Eligibility for Support

The Membership Fund is to be used exclusively for supporting RCF to be held between May and end of August 2019. No other activities are eligible for resources from the Membership Fund. The exact allocation per Regional Office and other eligible offices will be communicated to the Regional Director/Head of the relevant Office/Unit by the Global Director, Union Development Group, on an individual basis.

The allocation will depend primarily on a combination of:

- The number of Members in good standing<sup>2</sup> associated to the specific Regional /eligible IUCN office minus the number of Members that did not comply with requirements of the 2016 Sponsored Delegates Programme<sup>3</sup>.
- The number of Members in good standing from countries with low, middle and high income economies as classified by the World Bank. <http://iccmoot.com/wp-content/uploads/2017/07/World-Bank-List-of-Economies.pdf>  
A value of 1 is assigned for Members in good standing from low and mid-income and 0.5 for high-income.

In summary, the following formula will be used to distribute the Membership Fund to the different offices:

$$\frac{(a*1) + (b*0.5) - c}{d - (e*0.5) - f}$$

Where:

- a: Number of Members in the region from low and middle income economies that are current in the payment of their dues (up to and including 2017)
- b: Number of Members in the region from high income economies that are current in the payment of their dues (up to and including 2017)
- c: Number of Sponsored delegates in the region that did not comply with one of the two following requirements: voting in at least 75% of the decisions at the 2016 Congress or submitting a post-Congress report.
- d: Total number of Members worldwide that are current in the payment of their dues (up to and including 2017).
- e: Number of Members worldwide from high income economies that are current in the payment of their dues (up to and including 2017).
- f: Number of Sponsored delegates worldwide that did not comply with one of the two requirements mentioned in “c” (above).

---

<sup>2</sup> Cut-off date is 30 November 2018

<sup>3</sup> Members that did not comply in 2016 will not be eligible to receive funds to attend the RCFs, as agreed by CPC at 84<sup>th</sup> Council. The requirements were: 1.) to participate in the e-vote on Motions prior to Congress, 2.) to vote in at least 75% of the decisions at the 2016 Congress and 3.) to submit a post-Congress report. For the purpose of the current allocation, non-participation in the e-vote will not be taken into account and compliance with one of the two remaining criteria would be enough.

The resulting number will be multiplied by the total amount in the Membership Fund allocated for the Regional conservation Fora

It is expected that all offices will seek co-financing for their respective Regional Conservation

## **Application and implementation Procedure**

### **1. Submit a proposal by 15 February 2019**

Regional Directors and Heads of eligible Offices/Units shall submit a funding proposal (maximum 4 pages) outlining the following:

- Proposed agenda for the RCF, indicating how the five main elements detailed above will be dealt with and how time will be allocated.
- Expected results and outputs, and their strategic use including but not limited to plans for how to capture and disseminate these results.
- RCF date and location, or proposals received if the location is not yet confirmed.
- Expected participation numbers of Members and Commission members. Full budget, including expected additional funds and information about any agreement negotiated with meeting hosts/sponsors.
- How the RCF will be organized in line with the gender strategy and the draft policy on gender responsive events<sup>4</sup>.
- Written endorsement by Regional or National Committee(s) concerned.
- Written endorsement by IUCN Councillors within the respective Statutory Region(s).

### **2. Grant Approval**

Grant applications will be evaluated on a case by case basis and as soon as they are received, based on the clarity and comprehensiveness of the proposal to address the five main subjects listed above (IUCN Programme, IUCN Governance, Motions Process, Overall preparation for Congress and Regional aspects. The proposal may be returned if further clarification and/or modifications of the proposed agenda and time allocations are required. The final decision on the grant will be taken by the Global Director, Union Development Group, the Global Director, Policy and Programme Group and the Head of the Planning, Monitoring, Evaluation and Risk Unit. Grant approvals should be communicated within two weeks of reception of the final funding proposal.

### **3. Financial Management**

The Global Finance Unit will be notified upon approval of the grant and will inform the Regional Director or Head of Office/Unit concerned of where to book the expenditure incurred in an Internal Agreement.

### **4. The following are the conditions for the use of the allocation for the Regional Conservation Forum:**

---

<sup>4</sup> Currently under development. It will be available before these guidelines are issued.



1. The Membership Fund should be used exclusively for supporting and facilitating participation of IUCN Members to the RCF. An amount not exceeding 10% of the allocation could be used for professional facilitation of the Forum. The Membership Fund is not to be used to cover time, travel or expenses of IUCN staff.
2. Expenditure has to be entered into the accounting system no later than 60 days after the end of the RCF. Any amounts not entered within 60 days will automatically be cancelled.
3. Any expenditure over and above the allocation, or not meeting the first criterion noted above, will be borne by the Regional Office concerned. Over expenditure on or misuse of the granted allocation is not acceptable.

## **5. Evaluation Report**

The recipient Office/Unit shall provide the Union Development Group, the Policy and Programme Group and the Planning, Monitoring, Evaluation and Risk Unit with a short narrative report, including a synopsis of the outcomes, further actions, a list of participants and feedback from the participants, based on a standard evaluation form prepared by the Planning, Monitoring, Evaluation and Risk Unit. This report must also be posted in the Union Portal and the link to the report made available to all Members in the respective Region. A financial report of expenditure is also required by 31 December 2019 at the latest. Participants' data must be provided to the Union Development Group by 31 December 2019, for input into the CRM.

## Statistics of Members by Regional Office

Operational regional	Total # Members	Members dues in order (20.09.18)	# Current Members eligible low-middle income countries as per World Bank and in order with 2017 dues	# Current Members eligible high income countries as per World Bank and in order with 2017 dues	Total Sponsored Members at 2016 WCC	Sponsored Members who didn't comply at 2016 WCC (not considering Members who didn't participate in e-vote)
Asia Regional Office	260	220	186	34	166	79
Centre for Mediterranean Cooperation (North Africa)	33	28	28	0	21	5
Eastern and Southern Africa Regional Office	101	70	65	5	64	21
Eastern Europe and Central Asia Regional Office	32	27	27	0	20	8
European Regional Office	329	302	14	288	14	4
IUCN Washington DC Office	142	133	0	133	0	0
Oceania Regional Office	56	45	7	38	9	4
Regional Office for Mexico, Central America and the Caribbean	107	87	80	7	79	21
Regional Office for South America	106	95	85	10	67	5
Regional Office for West Asia	74	63	52	11	43	17
West and Central Africa Regional Office	100	55	55	0	65	36
<b>TOTALS</b>	<b>1340</b>	<b>1125</b>	<b>599</b>	<b>526</b>	<b>548</b>	<b>200</b>

September 27, 2018

Dear Madam Chair of the Governance and Constituency Committee,  
Dear Mister Chair of the Finance and Audit Committee,

Greetings from IUCN's Indigenous Peoples Member Organisations (IPOs). We write in relation to a previous request made to President Xinsheng and Madam Chair Mohamed-Katerere for a review of membership dues for IPOs. Our request was made in a letter dated July 30, 2018, where we also formally requested that Councillor Ramiro Batzin be included in a working group established to analyse membership dues and prepare a proposal for the 2021-2024 period to be presented at the next World Conservation Congress.

As noted in our letter from July, we have found that, as they currently stand, membership dues are hindering a number of organisations from applying for IUCN membership as they are too high. This follows a review of the IPO membership category requirements where we looked at membership admission criteria and membership dues in particular.

Therefore, in advance of the upcoming IUCN Council meeting we would like to present the following option for amended Membership dues for the working group's consideration. We hope that this proposed option can be included in the working group's discussion as inputs for what we, as IPO Members of IUCN, consider appropriate revisions of the membership dues structure.

Our proposal for consideration include the following:

1. **Creation of a "Group 0"**. This is because IPOs tend to have smaller operating expenditures as compared to other Members. We find that the dues for Group 1 still do not fairly accommodate for these smaller operating expenditures. Indeed, a number of IPOs have an expenditure less than CHF 50,000. We therefore propose that another Group could be created to reflect this.
2. **Revision of the operating expenditure brackets to reflect IPO expenditure reality**. The expenditure brackets should reflect the reality of a Member's operating expenditure and as they are, they do not reflect the lower range of IPO operating expenditures. We therefore propose that operating expenditures for IPOs be reviewed by the working group and considered in determining appropriate expenditure brackets for IPOs.

With the above as reference, below is our proposal for amending current dues:

Revision of the percentage of operating expenditure to be 0.14%-0.16% for all Groups

Currently, the dues obligation for those in Group 1 is more than twice as high (0.45% of operating expenditure) than the highest operating expenditure (Group 9 with 0.21% of operating expenditure) - see attached Table 1.

Thus, we propose that:

- i) The percentage of operating expenditure for Group 1 should be reduced to 0.14% like all the other groups. The more heavily weighted percentage could be shifted to the higher operating expenditure groups instead of the lower groups.
- ii) One possible scenario following the above logic is in Table 2, attached, where Groups 0, 1, 2 and 3 pay 0.14% of the operating expenditure, Groups 4, 5 and 6 pay 0.15% and Groups

6 and 7 pay 0.16% and Groups 8 and above pay existing 0.21% of the maximum expenditure.

We thank you for your consideration of this important matter and hope that our contributions as IUCN IPO Members will be considered in your processes to revise membership dues.

Signed,

### **IUCN Indigenous Peoples Organisations (IPO) Members**

**Ricky ARCHER**, North Australia Land and Sea Management Alliance, *Australia*

**Ramiro BATZIN CHOJOJ**, Asociación SOTZ'IL, *Guatemala*

**Dolores CABNAL COC**, Asociación Ak'Tenamit, *Guatemala*

**Kevin CHANG**, Kua`aina Ulu `Auamo, *Hawaii (USA)*

**Jimmy CHUB LEAL**, Fundación Laguna Lachua, *Guatemala*

**Julio CUSURICHI PALACIOS and Daniel RODRIGUEZ FERNANDEZ**, Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes (FENAMAD), *Peru*

**Huihui KANAHELE---MOSSMAN**, Edith Kanakaole Foundation, *Hawaii (USA)*

**Natalie KURASHIMA**, Kamehameha Schools, *Hawaii (USA)*

**Juan Carlos JINTIACH**, Coordinator of Indigenous Organizations of the Amazon River Basin, *Ecuador*

**Onel MASARDULE**, Fundación para la Promoción del Conocimiento Indígena, *Panama*

**Joanna MACDONALD**, Inuit Issittormiut Siunnersuisoqatigiifiat (ICC), *Greenland, Denmark*

**Chaing Seing MOUNG**, Gram Unnayon Sangathon, *Bangladesh*

**Oswaldo MUNGUIA SIERRA**, Agencia para el Desarrollo de la Mosquitia, *Honduras*

**Hla Shing NUE**, Bolipara Women's Welfare Association, *Bangladesh*

**Luis TAYORI**, Reserva Comunal Amarakaeri, *Peru*

**Wallican SATAU**, Indigenous Peoples of Africa Coordinating Committee, *South Africa*

**TABLE 1 – Current IUCN Membership dues structure**

<b>Group #</b>	<b>Minimum</b>	<b>Maximum</b>	<b>% of Operating Expenditure</b>	<b>Due Amt</b>
1	0	99999	0.45%	445
2	100000	499999	0.14%	713
3	500000	999999	0.13%	1338
4	1000000	1999999	0.13%	2678
5	2000000	3999999	0.13%	5353
6	4000000	5999999	0.15%	8922
7	6000000	7999999	0.16%	12490
8	8000000	9999999	0.16%	16059
9	10000000	>	0.21%	21412

**TABLE 2 – PROPOSAL 1: Based on percentage of operating expenditure**

<b>Group #</b>	<b>Minimum</b>	<b>Maximum</b>	<b>% of Operating Expenditure</b>	<b>Due Amt</b>
0	0	<50,000	0.14%	70
1	50,000	<100,000	0.14%	140
2	100,000	<250,000	0.14%	350
3	250,000	<500,000	0.15%	750
4	500,000	<1M	0.15%	1500
5	1M	<2M	0.15%	3000
6	2M	<3M	0.16%	4800
7	3M	<5M	0.16%	8000
8	5M	<7M	0.21%	14700
9	7M	<9 M	0.21%	18900
10	>9M		0.21%	21000





**95<sup>th</sup> Meeting of the IUCN Council**  
**Jeju (Republic of Korea), 6-8 October 2018**

*Agenda Item 2.9*

16<sup>th</sup> Meeting of the Governance and Constituency Committee

***Issues regarding the membership admission criteria for International NGOs***

Origin: Director General

**REQUIRED ACTION:**

The Governance and Constituency Committee is invited to:

1. Discuss the findings by the Secretariat following implementation of Council decision C/93/15.
2. Provide guidance regarding the current International NGO Members.

**Background**

At the 93<sup>rd</sup> meeting of Council, the Secretariat prepared a Council paper ([C/93/GCC/2.3](#)) to ask the Governance and Constituency Committee for guidance with regards to the following two issues related to International NGOs:

1. Membership application from International NGOs
2. International NGO Members of IUCN and their participation in National and Regional Committees

At its 93<sup>rd</sup> meeting, the Council adopted the following decision C/93/15

The IUCN Council,  
*on the recommendation of the Governance and Constituency Committee (GCC),*

1. Agrees that Membership applications for International Non-Governmental Organisations (INGO) must be received from the organisation's Headquarters;
2. Agrees that, if admitted as an IUCN Member, the organisation will be registered in the country in which the Headquarters is based;
3. Requests the Secretariat to undertake a review of current INGOs and make the necessary changes to the membership data base;
4. Agrees that INGO Members of IUCN may participate in National/Regional Committees of the countries/regions in which they are present, as observers with speaking rights, where invited by the National/Regional Committee, but may only vote in the National/Regional Committee in which their Headquarters is located.

Following this decision by Council, the Membership Focal Points were asked to review the status of the International NGOs in the regions to ensure that their seat is registered correctly in the membership database.

This review revealed that, as per the current wording of the Statutes, a number of International NGOs that are IUCN members, if they applied today for membership they would fall in the National NGO- category (eg.; International Association of Fish and Wildlife Agencies, USA, admitted in 1989; National Geographic Society, USA, admitted in 2005; International Primate Protection League, USA, admitted in 1982; Rainforest Alliance, USA, admitted in 2008).

The reason behind this is that statutory requirements and interpretation of the Regulations have changed over the years. For example:

Regulations revised on 22 October 1996, amended on 16 November 2004 and amended on 13 October 2008 read as follows:

6. International Non-Governmental Organizations

Any international non-governmental organization seeking admission as a Member of IUCN shall, in addition to the requirements of the Statutes:

- (a) be a not-for-profit entity which conforms with the laws of the State where its seat is located;
- (b) have been in existence for at least three years;
- (c) have as members duly constituted organizations or individuals, or a combination of organizations and individuals, with defined rules governing the admission of such members, and shall include members from at least two States;
- (d) have a substantial record of activities in two or more States;
- (e) if an organization consisting of organizational members, function in two or more States and have not less than five members;
- (f) if an organization consisting of individual members, have functioning branches or significant programmes in two or more States;
- (g) have a governing body open to nationals from at least two States; and
- (h) have a legal structure which requires periodic election or appointment of its officers.

Based on this wording, for admission and classification purposes as an INGO, it was considered that the organisation must have legally registered offices (legal seats) in **at least one State/country, which is different from where the main office or headquarters is located.**

Regulation 6(c) of IUCN Statutes (amended at the 2012 World Conservation Congress, reads as follows:

*“Any International non-governmental organisation seeking admission as a Member of IUCN shall, have a substantial record of activity in two or more States and out posted or country offices reporting back to Headquarters”.* (underline is our to highlight the word offices, in plural).

At the recent request of the Membership Unit, the IUCN Legal Advisor provided the following interpretation to Regulation 6(c):

*Means that the organisation must operate and have activities (i.e. concrete projects) in two or more States. The organisation must have a Headquarter and two or more out posted countries offices reporting back to it. Out posted staff based or hosted in partner organisations in other countries cannot be considered as out posted offices.*

One consequence of the amendments to Regulation 6 is that a number of International NGOs admitted in the past have been admitted on the grounds that **only one out posted office is enough to qualify as International NGO and, therefore**, do no longer comply with Regulation 6(c), i.e. currently have only one out posted office or none.

### **Summary:**

From at least 1996 until 2012, the requirements were to have offices, including Headquarters, in two or more States, i.e. a minimum of 2 offices. From September 2012, the requirements were to have offices (meaning at least 2) reporting to Headquarters, i.e. a minimum of 3 offices.

Statutes requirements have changed over the years, but no review was undertaken of the International NGO Members which have remained in the same category.

### **Next steps and consequences**

The Secretariat is seeking GCC's guidance on how to proceed. As a suggestion, the Secretariat proposes to "grandfather" the current Members that have been admitted as INGOs and to apply to any new applications the rule of a minimum of 2 offices in addition to Headquarters, located in other States. States as defined in Article 5 of the IUCN Statutes.

**95<sup>th</sup> Meeting of the IUCN Council, Jeju (Republic of Korea), 6-8 October 2018****16<sup>th</sup> Meeting of the Governance and Constituency Committee***Agenda Item GCC16/3.1***Proposal 2020 Congress registration fees**

Origin: Global Director Union Development Group

**REQUIRED ACTION:**

The Governance and Constituency Committee is invited to **MAKE A RECOMMENDATION** to Council on the registration fee schedule (Table 1) for the IUCN World Conservation Congress 2020.

**DRAFT COUNCIL DECISION:**

Council, on the recommendation of the Governance and Constituency Committee, **APPROVES** the registration fee schedule (Table 1) for the IUCN World Conservation Congress 2020.

**Background**

As per statutes Art. 47 and Rules of Procedure Art. 30, Council is responsible for establishing the registration fees for the World Conservation Congress. The Rules of Procedure of the Congress, Articles 2 and 8-10, provide the following:

2. *[...] Some sittings on major issues related to the conservation of nature and natural resources may be open to the public.*
8. *Non-member States and organisations with which IUCN has formal working relationships may be represented at the World Congress by observers at the invitation of the Council.*
9. *Members of Commissions, Honorary Members and Patrons may attend the World Congress as observers.*
10. *Members of formally-established working groups of IUCN, and other persons having similar working relationships with IUCN who are not members of a delegation, may attend the World Congress as observers at the invitation of the Director General.*

For the past Congresses Council ruled that it was preferable that both the Forum and the Members' Assembly be open to as wide an audience as possible and that the invitation to register through the IUCN website/registration system provider was sufficient to be granted the status of observer<sup>1</sup>. This decision was mainly based on the fact that open participation fosters an understanding of the work of the Union, builds strong relationships with new constituencies and increases the transparency of IUCN's business operations.

Registration fees for IUCN World Conservation Congresses have been established by Council basically following the criteria of "what people would be willing to pay to attend the Congress". Consequently, registration fees have been considerably lower than fees at other international Congresses<sup>2</sup> and far from being able to cover the cost of organizing the Congress<sup>3</sup>.

The registration fees provide an important source of income to cover part of the costs associated with organising the World Conservation Congress. In 2008, IUCN was able to realise CHF 2m as income from registration fees. In 2012, only about CHF 1 million was realized which was mostly related to the fact that sponsored delegates were not paying

<sup>1</sup> Observer status does not give organizations the right to speak. Such decision will be taken by Council under Rule 40 at a later point as it is not linked to registration but the accreditation process.

<sup>2</sup> E.g. ICLEI Resilient Cities 2018 in Bonn, charged between [180€ \(Member\) and 330€ \(General\) per day](#) and the [2018 World Water Forum](#) in Brazil between 71€ (non-OECD countries) and 142€ (OECD) per day (compared to IUCN Congress with 67€ (Members) to 117€ (General) per day. See Annex II for more detailed examples from other Congresses. 1EUR equals about 1.13 CHF.

<sup>3</sup> Based on the 2016 Congress expenditures, the average actual cost per delegate is around 2000CHF for the 10-day event.

21 September 2018

registration fees, registration fees were lower than in 2008 and there were lower participation numbers in the categories registering for the entire Congress or Forum overall (vs. local daily passes). In 2016, income from registration fees amounted to CHF 2.6m.

A decision on registration fees is required at the 95<sup>th</sup> Council meeting as the Host Country will contract a registration company at the beginning of 2019 who will then need to program a registration system between quarter 1 and 3 of 2019 in order to be able to launch registration nine months before Congress (mid-September 2019).

## Issues and considerations

To establish the registration fees for the Congress 2020, it is proposed to balance IUCN's need to serve its constituencies while recognizing that registration fees are essential to contribute to meet IUCN's cost. The total costs of the Congress 2020 are currently estimated at CHF 34 million out of which CHF 23m are kindly covered by the Host Country and CHF 4.6 million are covered by IUCN (this includes an estimated staff time contribution of CHF 3.1 million). The gap of CHF 6.4 million needs to be covered through income from registration, exhibition fees and sponsorships.

The following considerations have been taken into account in proposing the fees for 2020:

1. The number and type of registration categories should be maintained in order to keep the simplified structure that was introduced for 2016. The Secretariat will however identify a way to visually identify staff of Member organisations on their registration badges to address concerns raised at the 2016 Congress that in contact groups it needs to be possible to easily identify who is representing a Member organisation.
2. In 2008 and 2012 a low number of participants registered for the Assembly only<sup>4</sup>. Most participants came either for the Forum only or for the entire Congress and there were several complaints from participants who wanted to stay an additional day during the Assembly and had to register and pay for the full Assembly. It is therefore suggested to continue practice introduced in 2016 and not to charge a separate registration fee for the Assembly but to only charge a fee for the full Congress. Members (Commissions, Member organisations and National and Regional Committee representatives) who would be interested to exclusively participate in the Members' Assembly would be allowed to do so at no charge. However, a tracking mechanism will be established through the registration system to gauge the length for which participants plan to attend the Congress in order to better plan daily material and food required for each day of the Congress.
3. An early bird fee shall be maintained in order to encourage participants to sign up as early as possible, particularly as it will be necessary to get guaranteed reservations for the hotels. In accordance with other major events, the early bird (up to 11 March 2020) is set to be 25% lower than the standard fee (12 March to 11 May 2020). Given that in the past only about 30% of the participants did register before the early bird deadline, it is suggested to introduce a late registration fee (12 May up to and including Congress) as an additional incentive starting 1 month before Congress to obtain better planning security. That fee is suggested to be set 15% higher than the standard fee. That same late fee would be charged to participants registering onsite. Youth and accompanying persons will have one standard fee should they register early or late.
4. For previous Congresses, day passes were only offered to speakers and local participants. Unlike Honolulu and Jeju, Marseille is a location which is easy to access for participants based in Europe and the Mediterranean. It is therefore suggested to open the day passes to the general public. This had been a request prior to the Barcelona Congress in 2008 in particular from participants from academia. The price should be set at a level to make day passes only an economic option for participants attending less than two days.
5. Similar to the practice introduced for the 2016 Congress, a 15% discount on all fees shall be granted to local participants. For 2020, it is suggested to apply this local fee to all residents of France<sup>5</sup>. As the exhibit hall and Espace Génération Nature of the Congress will be open to the general public at no cost, the Secretariat suggests not adding a special local day pass but instead offer the same discount of 15% on the general day pass. In doing that, the time needed to manage requests for exemption (i.e. from people wanting to add a third day at the local fee, non-locals arguing that they should benefit from the local fee because of recent move, etc.) would be substantially reduced.

<sup>4</sup> 98 out of 6568 in 2012 and 103 out of 6698 in 2008.

<sup>5</sup> Because of the size and good accessibility of Marseille, it is expected that participation rate from France would be similar to the 2008 and 2004 Congress where national participation was between 25-32% and not as high as in 2012 and 2016 where it was around 60%.



21 September 2018

6. As in 2016, it is suggested to add a category for accompanying persons that would allow them access to the Opening and Closing Ceremonies, the Welcome reception as well as access to the Convention Centre in the evenings (after 7pm) for the social events. There will be only one standard fee should they register early or late.
7. It is suggested to set the registration fees in Euros as a significant percentage of participants will come from countries with € currency. From a budget percentage, it is estimated that about 40% of the Congress cash budget will be in CHF and 60% in EUR or other currencies. IUCN therefore needs to make sure to receive adequate income in both currencies and this will be taken into account in fundraising efforts.
8. To reinforce the value and benefit of Membership to IUCN, the registration fees for Members (institutional and Commissions as well as members of National and Regional Committees) should be less than those for non-Members (suggested to be 30% lower).
9. For the level of the fees, the Secretariat suggests to slightly increase the fees by about 10% compared to 2016 by using the 2016 registration fees and changing the currency to EUR. The new proposed fees would position the IUCN Congress still as one of the most competitive environmental events in terms of registration fees. A comparison of registration fees of other events can be seen in Annex II.

Based on this fee proposal and assuming similar or slightly increased participation figures, registration fee income could be as much as CHF 2.7 million<sup>6</sup>. However, there are many factors that will affect this estimate, including general economic climate and the attractiveness of the Congress programme. Therefore only 60% of this projected income will be included in the budget forecast.

The Congress Preparatory Committee is requested to discuss and, if necessary, amend the registration fee proposal below and to recommend a decision to Council.

**Table 1 - 2020 registration fees in EUR**

FEE in EUR	Early bird (up to 11 Mar 2020)	Standard (from 12 Mar and up to 11 May 2020)	Late (from 12 May 2020)
<b>Members*</b>	540	680	780
<b>General*</b>	840	1'050	1'200
<b>Youth*</b>	290	290	290
<b>Accompanying persons*</b>	190	190	190
<b>Day Pass</b>			
1 day*	190	235	270
2 days*	380	470	540

#### Categories definition

1. **Members:** All participants who are staff of IUCN Member organizations, IUCN Commission members or staff of IUCN National or Regional Committees. Members registering only for the Assembly would be entitled to register free of charge.
2. **General:** Any participant who is not affiliated to IUCN under category 1.
3. **Youth:** Any participant born after 19 June 1993. Participants registering as youth will be required to present an ID onsite to prove their age.
4. **Day Pass:** Any individual who wishes to participate in only one or two days of the Congress.

<sup>6</sup> This represents about 8% of the total estimated cost of the Congress and therefore 92% would be subsidized by the Host Country and IUCN.

21 September 2018

5. **Accompanying persons:** registration that must be linked to a full Congress registration and which will only give restricted access to the following parts: Opening ceremony, reception, closing ceremony, exhibition, social evening events (after 7:00 pm)

\* **Discount for locals:** 15% discount will be applied on all fees for residents of France. A proof of residence will be requested onsite.

## I. Annex I: Background information from previous Congresses

Table 2 - comparison of IUCN registration fees (in CHF)<sup>7</sup>

Fees in CHF	BARCELONA		JEJU		SYDNEY <sup>8</sup>		HONOLULU	
	Early bird	onsite	Early Bird	Standard	Early Bird	Standard	Early Bird	Standard
IUCN Members Organization								
Members' Assembly & Forum	450	600	450	600	654.5	841.5	540*	680*
Members assembly only	150	200	150	200				
Forum only	300	375	300	400				
IUCN Commission Member or National /Regional Committee								
Members' Assembly & Forum	450	600	450	600	654.5	841.5	540*	680*
Members assembly only	150	225	150	200				
Forum only	300	375	300	400				
Other Participants (Barcelona except Private sector)								
Members' Assembly & Forum	825	1125	750	1000	935	1028.5	840*	1050*
Members assembly only	225	300	250	330				
Forum only	600	825	500	670				
Other Participants From Private sector								
Members' Assembly & Forum	1200	1650						
Members assembly only	300	450						
Forum only	900	1200						
Youth / Student								
Forum only	150	187.5	150	200	327	327	290	290
Accompanying person								
Special events during Full Congress					280.5	280.5	190	190
Day Pass for Forum Only (max 2 days)								
Speakers - 1 day forum			125	167			190	190
Speakers - 2 days forum			250	334			380	380
Local participant - 1 day		112.5		50			75	75
Local participant - 2 days		225		100			150	150
Local Youth - 1 day forum		37.5		30				
Local Youth - 2 days forum		75		60				
IUCN / Commission - 1 day					187	187		
Other persons - 1 day					225	225		
Developing Countries - 1 day					85	85		

\* Local residents got a 15% discount on General and Member registration fees in 2016.

<sup>7</sup> 1 CHF equals 0.89€.

<sup>8</sup> Note that the World Parks Congress was only 7 days long compared to the Congress which lasted 10 days until 2016, and 9 days for 2020.

## II. Annex II : Registration fees of international events

The following table compares the proposed registration fees for the Congress per day with other international civil society events. The calculation has been done using the standard price of the full registration pass divided by the number of days.

**Table 3 - Comparison of registration fees per day**

Event	Location	Member (EUR) <sup>9</sup>	Non Member (EUR)
<a href="#">World Ocean Congress 2018</a> (3 days)	China	-	489
<a href="#">Global Public Health Congress 2018</a> (2 days) <sup>10</sup>	France		401
<a href="#">ICLEI Resilient Cities 2018</a> (3 days)	Germany	180	330
<a href="#">AIDS 2018</a> <sup>11</sup> (5 days)	Netherlands	-	168
<a href="#">Colloque international en évaluation environnementale</a> (3 days)	France	117	150
<a href="#">IUCN World Parks Congress 2014</a>	Sydney	95	124
<a href="#">IMPAC 3</a> (5 days)	France		123
<b>IUCN World Conservation Congress 2020 (9 days)*</b>	<b>France</b>	<b>76</b>	<b>117</b>
<a href="#">World Water Forum 2018</a> <sup>12</sup> (6 days)	Brazil		106
IUCN World Conservation Congress 2016 (10 days)*	Hawai'i	60	93

<sup>9</sup> 1EUR equals about 1.13CHF.

<sup>10</sup> Fee indicated is the midpoint of their fees indicated for Academia and Business.

<sup>11</sup> Fee indicated is the midpoint of their fees indicated for high-income countries and low income countries.

<sup>12</sup> Fee indicated is the midpoint of their fees indicated for between fee for OECD country participants and non-OECD country participants.



**95<sup>th</sup> Meeting of the IUCN Council, Jeju (Republic of Korea), 6-8 October 2018**

**16<sup>th</sup> Meeting of the Governance and Constituency Committee**

*Agenda Item GCC16/2.5*

***Sponsored Members***

Origin: Director General

**Background**

**1. Minutes from GCC call on 11 June 2018**

**Update on the implementation of the Guidelines for Sponsored Delegates at the 2016 Congress (item 3.1 of the 13<sup>th</sup> Meeting of GCC Agenda)**

Presentation of the Sponsored Members Programme (SMP), which allows for organisations from low and middle income countries to attend the Congress and exercise their voting rights.

Last Congress, IUCN raised CHF 2m providing for the highest number of sponsored Members to a World Conservation Congress to date (513 Members and 539 delegates in total). Statistics were presented to GCC including voting behaviour from sponsored Members at the Congress and the number of Members who complied with their various obligations. Secretariat was asked to provide the details of the Sponsored Members who did not comply.

At the last World Congress, the CPC Steering Committee formulated a number of criteria and GCC was asked to decide on them (confirm or modify) for the process for the 2020 Congress.

The GCC discussed the possibility of approving the criteria but suggested coming up with a matrix where exceptions could be made, subject to availability of funds. One proposal was that the GCC support the decision by the 2016 CPC to delineate criteria for eligibility and also invite the CPC to develop a set of guidelines for considering additional case in the event that there is sufficient funding available.

Since the criteria will need to be communicated to Members, GCC felt that the way to proceed would be to report to the new CPC the criteria proposed by the CPC 2016 and invite the new CPC to work out additional criteria for any exceptional cases that do not fall within these criteria. The GCC decided not to pre-empt the CPC but to draw their attention to the need to consider additional cases in the event of sufficient funds.

The GCC proposed that the CPC be formed as soon as possible and that their first meeting should take place quickly after formation (well ahead of the April 2019 Council).

A number of questions were raised regarding sponsorship at the next Congress. It was agreed that the views of the GCC would be shared with the new CPC once it was formed. Initial reactions were shared (see below) but GCC members were invited to share any further reflections with the rest of the Committee by email. The Secretariat would contact them in the coming week.

- Should GAs be sponsored when they have no voting rights – this will depend on whether there is a State Member in that country;
- Should a Member be active for several years before sponsoring - yes. This would not adversely affect Indigenous Members since all have been Members for some time – they moved to the new category following its formation in 2016;



- Should NCRCs be informed of non-compliance – yes, absolutely. Members are aware of the criteria and they sign a contract in which they agree to fulfil the criteria.

### **GCC Decision:**

The Governance and Constituency Committee supports the decision adopted by the 2016 Congress Preparatory Committee on the three minimum criteria<sup>1</sup> (for the selection of sponsored Members) and

Invites the Congress Preparatory Committee, as soon as it is established, to approve criteria for selecting additional sponsored Members subject to availability of funds.

Recommends that the Congress Preparatory Committee be formed as soon as possible to enable the Secretariat to start the preparations of the 2019 Regional Conservation Fora and the 2020 Congress, considering that these criteria should be applied for both events.

## **2. Comments received from GCC members on the three questions raised during the call**

### **a. Should Government agencies be sponsored when no voting right?**

A. Kaka & J. Gruenberger: Only if there is no other representation attending the WCC, and meet the other conditions. It is valuable to have at least one representation from a nation if possible

S. Incháustegui: I fully agree with Ali that it should be the case only if one representative would attend, in order to have at least one person from the country.

M. Diallo: No

### **b. Should Members be active Members for a few years in order to benefit from the Sponsored Members Programme?**

A. Kaka: Yes. I suggest at least a two year track record on aspects around the current IUCN Programme of the time.

S. Incháustegui: I think that whenever possible it will be good that new members should benefit from the Sponsored Members Programme without having to wait for such a period. This is a very good incentive for the organizations to feel more part of the Union.

M. Diallo: No

### **c. Should we inform National/Regional Committees of non-compliance from Sponsored Members?**

A. Kaka: Absolutely! In fact this should be done immediately after the WCC or soon after

M. Diallo: Yes

### **d. Any other suggestions from GCC? :**

1. A. Kaka: The criterion used for selection should be circulated to all members well in advance and reviewed by GCC before every Congress in case of new criteria that may be appropriate to be added

2. A. Kaka & J. Gruenberger: There ought to be an “induction” session organised at the start of the WCC for the sponsored members. This can best be tied to the handing out of the per

---

<sup>1</sup> 3 minimum criteria are:

1. Members coming from countries with low and middle-income economies, as per the 2019 World Bank list of economies.
2. Members which are up-to-date in the payment of their membership dues, i.e have voting rights.
3. Members which fully complied with the requirements of the Sponsored Members Programme in 2016

diems to ensure maximum attendance. During this session, apart from the meet and greet formality, we can address issues around the importance of meeting their obligations such as attending all sessions, voting, etc., and that IUCN keeps records of all this data for consideration of future sponsorship. I understand that members are informed about all this, but an onsite reminder will not do any harm. *It is a little complicate in terms of time, maybe we can ask the GG to make this remind in its session.*

3. A. Kaka & J. Gruenberger: GCC Members as well as ALL other Councilors, *as well as National and Regional Committees*, should be asked to play a role in helping stay in touch with such members from their respective regions. This interactions will also help “motivate” these members to be active during Congress
4. M. Diallo: To inform members on time of sponsorship; Members must sign an undertaking to respect the conditions of participation in the congress and to report within 30 days after the end of the congress.

H. Eggermont & M. Horie fully concurs with A. Kaka’s feedback.